



Universidade Federal do Piauí
Centro de Ciências da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Arqueologia

VANESSA COSMA DA SILVA MELLO IGUATEMY

**PAISAGEM SOCIAL ENTRE CONTEXTOS: SENTO SÉ NO
SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO**

Teresina
Novembro de 2018

UFPI-CCN/PPGArq. 038^a

D. 038^a

Vanessa Cosma da Silva Mello Iguatemy

Paisagem Social entre Contextos: Sento Sé no Submédio São Francisco

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Centro de Ciências da Natureza da Universidade Federal do Piauí, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia.

Orientadora:

Dr^a Ana Luisa Meneses Lage do Nascimento

Teresina
Novembro de 2018

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco

I24p Iguatemy, Vanessa Cosma da Silva Mello.
Paisagem social entre contexto : Sento Sé no submédio São
Francisco / Vanessa Cosma da Silva Mello Iguatemy. – 2018.
256 f.

Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade
Federal do Piauí, Teresina, 2018.

“Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Luisa Meneses Lage do
Nascimento”.

1. Patrimônio arqueológico. 2. Paisagem social. 3. Brejo da
Brásida. 4. Sento Sé-BA. I. Título.

CDD 930.1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga, Teresina, Piauí, CEP 64049-550
Telefone: 3215-5723 - E-mail: pgara@ufpi.edu.br



"Paisagem social entre Contextos: Sento Sé no Submédio São Francisco"

Vanessa Cosma da Silva Mello Iguatemy

Dissertação aprovada pela Banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof^a. Dr^a. Ana Luisa Meneses Lage do Nascimento
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Prof. Dr. Alencar de Miranda Amaral
Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

Prof^a. Dr^a. Maria do Amparo Alves de Carvalho
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Prof. Dr. Ângelo Alves Corrêa
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Teresina, 14 de dezembro de 2018



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA - CCN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA - PPGArq

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Ininga - Teresina, Piauí, Brasil - CEP 64049-550
e-mail: pgarq@ufpi.edu.br - telefone: (86) 3215-5723

Ata da sessão de (38ª) defesa de dissertação de Mestrado da discente Vanessa Cosma da Silva Mello Iguatemy, do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Piauí (nº de registro 20161007817).

Aos 14 (catorze) dias do mês de dezembro de 2018 (dois mil e dezoito) realizou-se, a partir das 9:00 horas, no Auditório do Museu de Arqueologia e Paleontologia da Universidade Federal do Piauí, a defesa de dissertação da Mestranda **Vanessa Cosma da Silva Mello Iguatemy**, intitulada "**Paisagem social entre Contextos: Sento Sé no Submédio São Francisco**". A Banca Examinadora foi constituída com os seguintes professores: Profª. Drª. Ana Luisa Meneses Lage do Nascimento, presidente da banca, docente permanente PPGArq/UFPI, e orientadora da discente, Prof. Dr. Alencar de Miranda Amaral (UNIVASF), titular e docente externo à instituição, Profª. Drª. Maria do Amparo Alves de Carvalho titular e docente permanente do PPGArq/UFPI, e Prof. Dr. Ângelo Alves Corrêa titular e docente permanente do PPGArq/UFPI. De acordo com o regimento do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, a presidente da banca abriu a sessão passando a palavra à candidata, que fez a exposição do seu trabalho. Em seguida, foram realizadas as arguições. A candidata respondeu a cada um dos arguidores. Finalizado esse processo, a Banca Examinadora se reuniu, sem a presença da candidata e do público, e deliberou unanimemente pela sua APROVAÇÃO.

Recomendações e sugestões:


Nada mais havendo a constar, lavrou-se e fez-se a leitura pública da presente ata, que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo Coordenador do Curso.

Ressalta-se que esta ata não é documento comprobatório da conclusão do Mestrado em Arqueologia do PPGArq/UFPI. Ela comprova apenas a Defesa da Dissertação de Mestrado. Para a conclusão do Curso, e, conseqüentemente, a obtenção do título de Mestre em Arqueologia, faz-se necessário ainda o depósito da versão final da Dissertação.

Teresina, 14 de dezembro de 2018.


Profª. Drª. Ana Luisa Meneses Lage do Nascimento Orientadora da discente e docente permanente do PPGArq/UFPI


Prof. Dr. Alencar de Miranda Amaral
Docente Externo (UNIVASF)


Profª. Drª. Maria do Amparo Alves de Carvalho
Docente Permanente PPGArq/UFPI


Prof. Dr. Ângelo Alves Corrêa
Docente Permanente PPGArq/UFPI


Prof. Dr. Ângelo Alves Corrêa
Coodenador do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia

PPGARq/CCN/UFPI
PROF. DR. ÂNGELO ALVES CORREIA
Coordenador do Programa de Pós-
Graduação em Arqueologia
SIAPE 22321228

À minha família e amigos

O RIO SÃO FRANCISCO

O Rio São Francisco é uma riqueza
Nasce lá na Serra da Canastra
Corta Serra, matas e vales.
Desenha o seu percurso na natureza.

Passa por aqui e banha nossa região
Serve ao povo sua água pura
Mata a sede e molha a agricultura
E ainda, faz caminho através da navegação
É um rio que só traz alegrias
Para as famílias do sertão.

E, agora vem o homem
Falar em transposição
Levar as águas do Rio
Para outras regiões
Que hoje sentem falta d'água
Nas casas, açudes e plantações
Devido aos problemas causados Pelas
queimadas, desmatamento e poluição
Feitos de maneira aleatórias
No nosso "Grande Sertão Veredas"
Mudando assim a história
Que um dia falou das grandezas.

Silvana Maria Nogueira Leite
Petrolina - PE

AGRADECIMENTOS

Ao longo no caminho da pós de mestrado Arqueologia pela UFPI, passei por várias experiências, umas prazerosas, outras a serem superadas, mas todas contribuíram para a melhoria do meu conhecimento, além da elaboração do presente estudo e, evidentemente, muitas pessoas estiveram comigo nesse percurso, por isso, devo eternizar minha gratidão nesse momento.

Ao meu companheiro, amigo e esposo Mateus Iguatemy, por te me ajudado nesta trajetória nos momentos e que tinha dificuldade e por não ter me deixando desistir, por te acreditado em mim e ficado ao meu lado desde o início. Portanto, pelo amor!

À minha, mãe Severina Salvina da Silva, por toda ajuda e apoio para que eu chegasse até onde cheguei e, principalmente, por ter aceitado a minha vinda para São Raimundo Nonato-PI na época da graduação e ainda Teresina no mestrado, e tem ficado sozinha em Guarulhos, pelo amor e carinho que me passou. Agradeço também pelos necessários puxões de orelha, por aturar os meus nervosismos proporcionados pela universidade, por me apoiar nas decisões, por estar sempre presente, mesmo que por telefone, pelos conselhos... entre inúmeras questões que me formaram além de arqueóloga, uma boa filha.

Ao meu Pai, Cosmo Jacó de Santana, por toda força e paciência que teve comigo, quando eu viajava. À minha sogra e amiga Maria Augusta, por me ajudar e apoiar a minha estadia na cidade, por acreditar em mim e por toda carinho e motivação.

Aos meus familiares, que durante estes belos anos, me encorajaram e elogiaram por estar conquistando os meus sonhos. Aos meus poucos e valiosos amigos, por me ajudarem e apoiarem com a força de superar as barreiras neste percurso acadêmico, por me motivarem e animarem quando eu mais precisava, além dos lazes, contados, nos finais de semanas.

Agradeço à minha orientadora, Ana Luiza, por te me auxiliado e posicionado o apoio e incentivo, pela amizade criada nesta orientação e por todo o conhecimento transmitido. Agradeço a banca examinadora por ter aceitado o convite e pelas dicas para o desenvolvimento assertivo desta dissertação.

Sou grata ao professor Celito Kesting e a Mariluze Amaral que me apresentaram o Submédio São Francisco e simplesmente me lançaram em submersão neste universo tão extenso.

Também a todos os professores do mestrado que contribuíram para o meu desenvolvimento e amadurecimento como estudante e como profissional.

Hoje posso dizer que estou realizando um grande sonho, que se despertou aos dez anos idade, na escola, no momento que vi, pela primeira vez, uma imagem de escavação arqueológica no egito em um velho livro de história, e até então, nunca mais pensei em outra profissão a não ser arqueóloga.

Obrigada ao CNPq pelo financiamento da pesquisa. E finalmente, à Deus, que me proporcionou a realização de toda a trajetória até aqui.

PAISAGEM SOCIAL ENTRE CONTEXTOS: SENTO SÉ NO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO

Resumo

Assim como na compreensão da cultura material, o estudo do contexto arqueológico deve sustentar-se em um sistema de conceitos que possibilitam a avaliação dos seus resultados. Para isso, sua análise deverá ser feita com parâmetros derivados de um complexo de elementos que permitam compreendê-la. Para entendermos um conjunto de fragmentos preservados na paisagem arqueológica e natural, atribuídos a fatores correspondentes a modificações e construção da paisagem sócio-cultural, propomos a análise fundamentada nas referências teóricas da arqueologia da paisagem da qual deriva os parâmetros arqueológicos e socioambientais. Com a adoção desses parâmetros, abordamos as ações de preservação e a construção da memória atribuída à identidade do município de Sento Sé – BA, Submédio São Francisco, na Região Nordeste do Brasil. A área de estudo se destaca por haver, em vários povoados locais, a existência de 136 feições de relevo com evidências arqueológicas tais como, instrumentos líticos, almofarizes em rochas fixas e portáteis, assim como painéis de pintura rupestre que se deterioram devido a agentes físico-químicos e mecânicos. Na perspectiva da arqueologia contextual, onde as vozes das comunidades também influenciam o olhar acadêmico, incitamos a ampla divulgação do patrimônio arqueológico para conclamar, com os preceitos da população local, a sua preservação física bem como a memória sociocultural do patrimônio arqueológico e natural. Um dos métodos utilizados, de acordo com as discussões pautadas na história oral, foi a entrevista que é a coleta de dados que abordou o expressar da memória do entrevistado. Fator que contribuiu significativamente na compreensão de um contexto histórico construído por processos socioambientais específicos da região abordada na pesquisa. Constatamos que existe uma identificação e uma interação da população com a materialidade arqueológica local, e neste sentido, consideram importante preservar e estudar o passado de modo a unir as forças das suas próprias abordagens com a perspectiva científica ao desfazer a dicotomia e buscar formar um conhecimento multivocal e fortalecer a identidade sentoseense.

Palavras-chave: Patrimônio arqueológico; Paisagem social; Brejo da Brásida; Sento Sé-BA.

Abstract

As in the understanding of material culture, the study of the archaeological context must be based on a system of concepts that allow the evaluation of its results. For this, its analysis must be done with parameters derived from a complex of elements that allow to understand it. In order to understand a set of fragments preserved in the archaeological and natural landscape, attributed to factors corresponding to modifications and construction of the socio-cultural landscape, we propose the analysis based on the theoretical references of the archeology of the landscape from which archeological and socioenvironmental parameters derive. With the adoption of these parameters, we address the preservation actions and the construction of the memory attributed to the identity of the municipality of Sento Sé - BA, Submédio São Francisco, in the Northeast Region of Brazil. The study area is notable for the existence of 136 relief features with archaeological evidence, such as lithic instruments, fixed and portable rock mortars, as well as rock paintings that deteriorate due to physical agents - Chemicals and mechanics. In the perspective of contextual archeology, where the voices of the communities also influence the academic view, we urge the wide dissemination of the archaeological patrimony to conclaim, with the precepts of the local population, their physical preservation as well as the socio-cultural memory of the archaeological and natural patrimony. One of the methods used, according to the discussions based on oral history, was the interview that is the data collection that approached the expressing of the interviewee's memory. Factor that contributed significantly to the understanding of a historical context built by socio-environmental processes specific to the region addressed in the research. We find that there is an identification and interaction of the population with the local archaeological materiality and in this sense they consider it important to preserve and study the past in order to unite the forces of their own approaches with the scientific perspective by undoing the dichotomy and seeking to form a knowledge multivocal and strengthen the Sentoense identity.

Keywords: Archaeological heritage; Landscape; Brejo da Brásida; Sento Sé-BA.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I: SENTO SÉ RICO E IGNOTO	23
1.1 A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM: DA RESISTÊNCIA À MEMÓRIA	27
1.2 SENTO SÉ E O PROJETO DA BARRAGEM DE SOBRADINHO	32
1.2.1 O coronelismo em prol da barragem e a posterior luta judicial	35
1.3 CARACTERIZAÇÃO ÁREA DE ESTUDO	40
1.3.1 Aspectos físicos, geológicos, geomorfológicos e climáticos	44
1.3.2 Vegetação e Hidrografia	45
1.4 ECOLOGIA DA PAISAGEM EM ARQUEOLOGIA	47
1.5 METODOLOGIA	48
CAPÍTULO II: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	51
2.1 DIFERENTES PARADIGMAS DA PAISAGEM EM ARQUEOLOGIA	62
2.1.1 Histórico de estudo da paisagem	66
2.2 O USO DO CONCEITO DE LUGAR.	68
2.3 A PAISAGEM SOCIAL SUB - MÉDIO SÃO FRANCISCO	77
CAPÍTULO III: HISTÓRIA ORAL: Uma metodologia que multiplica vozes	79
3.1 ENTREVISTA SEMI-ESTRURURADA E A APLICAÇÃO NA PESQUISA	84
CAPÍTULO IV: POVOADO BREJO DA BRÁSIDA	91
CAPÍTULO V: CONSIDERAÇÕES E CONTRIBUIÇÃO PESQUISA	106
REFERÊNCIAS	119
ANEXOS	123

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Contexto da barragem de Sobradinho e Complexo Eólico Morrinho no município de Sobradinho-BA.	15
Figura 2. Casa Imperial, Casa Grande ou Vila Imperial do Conde da Torre, referência no centro da cidade antiga.	25
Figura 3. Primeiro livro sobre Sento Sé, de Romualdo Leal Vieira publicado em de 1952.	26
Figura 4. Documento de 1977 que demonstra a cota do Lago do Sobradinho em sua totalidade à época.	27
Figura 5. Dimensão da barragem de Sobradinho e superfície atingida em cada cidade afetada pela inundação.	27
Figura 6. Antiga cidade de Sento Sé em 1972. Mais abaixo, fora da imagem, corria o Rio São Francisco.	29
Figura 7. População sentoseense na última festa antes da realocação em 1976, marcado como Festa da Saudade.	30
Figura 8. O desmoronamento da antiga igreja, o acompanhamento e a reação da população.	30
Figura 9. Momento inicial da inundação, o estado das construções deve-se a retirada de material aproveitável.	31
Figura 10. Atual cidade de Sento Sé. Percebe-se a intencionalidade da construção da malha urbana.	31
Figura 11. Quadro do relatório nomeado Situação das Famílias face à transferência.	39
Figura 12. Feições de relevo com materiais arqueológicos, referenciadas espacialmente nos limites do município de Sento Sé, no extremo norte do estado da Bahia.	41
Figura 13: Cotas altimétricas da área de estudo e a distribuição dos municípios do norte da Bahia e sudeste do Piauí.	42
Figura 14: Altimetria do município de Sento Sé. A maior parte dos sítios encontra-se nas porções mais elevadas.	42
Figura 15: Contexto paisagístico na rodovia que liga os municípios de Sento Sé e Sobradinho, veículo como escala.	43
Figura 16: Pescador em atividade de descamação, à frente, e o contexto geomorfológico ao fundo, em Sento Sé.	43
Figura 17. Mapa do relevo e da hidrorafia que compõe a paisagem do município de Sento Sé-BA.	46
Figura 18. Banhistas entre moradores e turistas no Olho D'água no povoado Brejo da Brásida.	93

Figura 19. Relação espacial das feições e sítios arqueológicos no povoado Brejo da Brásida.	99
Figura 20. Representação do Caipora.	103
Figura 21. Representação do Negro D'água.	104
Figura 22. Vista parcial da serra que fará parte do Parque Nacional Boqueirão da Serra da Onça.	105
Figura 23. Mariluze, membros do povoado e materialidade arqueológica do Brejo da Brásida.	114
Figura 24. Encontro das mulheres do povoado Brejo da Brásida para confeccionar artesanatos.	115
Figura 25. Materiais artesanais realizados para venda e utilização doméstica na comunidade.	115
Figura 26. Pescadores em atividade na margem do Lago Sobradinho.	116

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

UFBA – Universidade Federal da Bahia

PRONAPA – Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas

MAE-USP – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

CHESF - Companhia Hidrelétrica do São Francisco

MLT – Média de Longo Termo

SEI – Superintendencia de Estudos Economicos e Sociais da Bahia

GPS – Sistema de Posicionamento Global

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura

ONU – Organização das Nações Unidas

CMMAD/ONU – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU

IRPAA – Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

MAE-UFBA – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

SAB – Sociedade de Arqueologia Brasileira

UC – Unidade de Conservação

INTRODUÇÃO

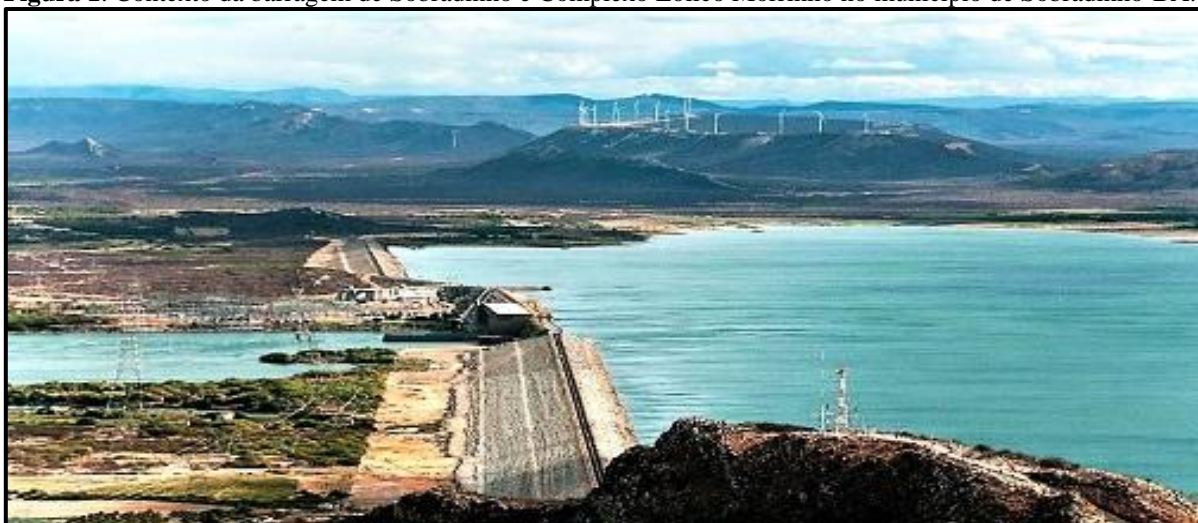
Esta pesquisa tem por propósito principal o suscitar da arqueologia da paisagem compreendendo a ideia de memória da paisagem e sua construção social. Parti-se de um campo de pesquisa que visa superar a dicotomia existente entre o saber científico e o saber popular, na defesa da importância de uma arqueologia socialmente engajada. Trabalha-se com a necessidade de o arqueólogo dialogar com outras vozes no momento de interpretação da cultura material e da paisagem, em seu contexto, e assim, defender um processo reflexivo, autocrítico, que envolve a postura do pesquisador como cientista social, de forma a abranger, portanto, as responsabilidades dos trabalhos fora do sítio arqueológico. No momento em que escutamos outras vozes, mudanças ocorrem não somente na forma que a arqueologia será apresentada ao público, mas altera também a coleta de dados que fazemos em campo (HODDER, 2001). De acordo com o enfoque da arqueologia da paisagem, as comunidades também têm o direito de participar direta ou indiretamente das intervenções arqueológicas. Com exposição de alguns preceitos epistemológicos da disciplina e propõe o diálogo com a sociedade que será representada aqui, pelo povoado Brejo da Brásida no município de Sento Sé, estado da Bahia, no Submédio São Francisco. Ao ver da comunidade, compreendemos suas interações com o patrimônio arqueológico e atentamos às suas relações com a Barragem de Sobradinho e com os parques eólicos em fase de instalação e operação. Estes que, geram impactos de riscos socioambientais e arqueológicos à região. Desta forma, busca-se discutir os quadros temáticos de interesse da população sentoseense, especificamente, do grupo Kaimbé Amaniú do povoado Brejo da Brásida.

O município de Sento Sé, criado pelo Decreto Imperial de 06 de julho de 1832, localiza-se no extremo norte da Bahia, margem direita do Rio São Francisco e ocupa uma área de 12.871,04 km². Limita-se ao norte pelos municípios de Pilão Arcado, Remanso e Casa Nova, ao sul com Campo Formoso, Umburanas e Morro do Chapéu, a leste com o município de Sobradinho e a oeste com Itaguaçu da Bahia, Xiquexique e Jussara. Sua população atual é de 37 mil e 425 habitantes (IBGE, 2010). Apresenta potencial turístico na Ilha de Andorinhas e no Boqueirão da Serra da Onça, este que tem um projeto de formação de um Parque Nacional em trâmite. Preserva numerosas tradições como, a Roda de São Gonçalo, Samba de velho, Congado, Reisado, Capoeira, Corrida de Argolinhas, entre outros. Contem nos seus limites os territórios indígenas dos grupos Truká, Atikum e Kaimbé Amaniú, além de diversas casas de farinha e rurais de vaquejada. Os saberes populares trazem características seculares de temas como a culinária, a religião, o folclore, as festividades, entre outras que transpassam

o tempo, desde o período colonial, nas interpelações culturais entre indígenas e europeus, até as associações de ancestralidade de período pré-colonial, que se tratam de elementos culturais advindos do período anterior as invasões portuguesas e que ainda fazem parte das dinâmicas locais na atualidade.

Os levantamentos preliminares na área de estudo demonstram uma localidade que se destaca pela existência, nos vários povoados locais, de 136 feições de relevo até então registrados, nos quais possuem em média três sítios arqueológicos cada. Os principais impactos ao patrimônio cultural, como ao ambiente, caracterizam-se, a priori, pelas atividades de cunho econômico através de grandes empresas de geração de energia elétrica. Pelas ações naturais, suportes de pinturas rupestres se deterioram devido sua sujeição a agentes de intemperismo físico, químico e biológico, como as ações do vento, a radiação solar, os efeitos da chuva, fogo, insetos, dejetos de fauna e deslocamento. Há outros pontos específicos como as ações de depredação assinaladas por pichações aos painéis. Entretanto, confere-se aos empreendimentos relacionados aos parques eólicos os principais impactos, pois, até o momento, são poucas as articulações em prol do meio ambiente, do desenvolvimento humano e da preservação dos sítios arqueológicos. Os responsáveis por atividades econômicas deste porte, segundo a legislação, têm o dever de desenvolver projetos de retorno social e ambiental na região em que impactam. São três os parques eólicos ativos, tais quais: Parque Eólico Delfina, Complexo Eólico do Morro do Chapéu e Complexo Eólico Morrinho.

Figura 1. Contexto da barragem de Sobradinho e Complexo Eólico Morrinho no município de Sobradinho-BA.



Fonte: Otto Alencar (2013).

É sugestivo que seja impulsionada a divulgação do patrimônio arqueológico e ambiental, de modo a conscientizar e conclamar a população local para a sua preservação,

principalmente, legitimando os discursos e anseios dos povoados que já lutam em prol dessas questões. Propõe-se a criação de leis municipais, estaduais e federais, para o estabelecimento de áreas de preservação ambiental e cultural, delimitando topograficamente as feições de relevo com vestígios arqueológicos. Que essas áreas tornem-se nichos ecológicos de refúgio à fauna e à flora, para sustar a ação dos agentes que promovem a degradação do patrimônio arqueológico, bem como o assoreamento dos riachos tributários e do próprio Rio São Francisco. Promova-se, nas áreas de preservação ambiental e cultural, o desenvolvimento de pesquisas científicas com participação popular, bem como a realização de prospecções para a identificação, cadastro e pesquisa dos sítios arqueológicos nas feições de relevo supracitadas. Implante-se, com a participação da comunidade local, um memorial do patrimônio arqueológico e ambiental nos povoados em cujo entorno há bens arqueológicos.

A aliança do saber arqueológico com o saber popular viabiliza a proteção do patrimônio cultural que resiste à ação deletéria do tempo. As populações locais externam um sentimento de satisfação por verem o interesse de pesquisadores em estudar “as letras dos caboclos”. Para elas as pinturas rupestres contam histórias dos grupos que ali viviam. Referem-se ao prazer das caboclas quando se banhavam no rio ou namoravam à sombra dos talhados onde estão as pinturas. Para elas “quando os professores se interessarem pelas histórias dos grupos antigos, os jovens estudantes da população valorizarão mais a natureza e o governo investirá mais na preservação cultural e ambiental do que as empresas depredadoras” (Entrevista, Expedita Ferreira, 2018).

A leitura dos bens arqueológicos pelo conjunto de comunidades ocorre de forma diferente dos arqueólogos, pois, para ambos, a forma de interpretar o mundo depende dos instrumentos que eles têm ao alcance. Cada um poderá traduzir os artefatos em explicações que condizem com a sua cosmologia. As explicações dos artefatos atualizam-se e multiplicam-se na forma de traduções contemporâneas. As leituras das evidências arqueológicas são individuais, por serem feitas por cada indivíduo, e múltiplas porque são realizadas por várias pessoas. Assim, pesquisadores e a população local participam conjuntamente na tarefa de preservar a riqueza cultural e natural herdada. Com isto, o passado pode fazer-se presente podendo criar, resurgir e/ou fortalece a identidade coletiva e fornece o desenvolvimento social ao local.

Nos solos aluviais de antigos povoados ribeirinhos de Sento Sé, hoje inundados pelas águas do Lago de Sobradinho, existem diversos sítios arqueológicos com vestígios históricos e pré-coloniais. Em 97 boqueirões, 12 grotas, 17 serrotes, um terraço, uma baixa e uma lagoa existem vestígios arqueológicos (em sua maioria

painéis de pintura rupestre) que resistem à ação do tempo e despertam o interesse das populações em preservar o que lhes pertence (ALENCAR, 2013).

Um dos elementos indissociáveis à questão socioambiental e arqueológica, não apenas para a região conferida neste trabalho, é o rio São Francisco. Durante muitos anos, foi chamado de Nilo do Brasil, devido a sua extensão e às ocupações de seu entorno, por vastos períodos. Também foi considerado o mediterrâneo brasileiro pela sua posição geográfica em relação ao litoral muito povoado, por proporcionar um amplo vale e diversas paisagens, assim como uma linha de comunicação favorável entre as regiões centrais, norte e sul do país (Sampaio, 1906: 14). Sua importância é inegável para os diversos momentos históricos, inclusive o período pré-colonial. Gabriela Martin apresenta o rio São Francisco dentro do cenário de ocupações pretéritas na região baiana por onde o rio corre.

A grande bacia do São Francisco foi um centro de atração e caminho natural de grupos pré-históricos desde os fins do pleistoceno. A partir dos relatos dos missionários, aventureiros e viajantes que se adentraram nos sertões do São Francisco, desde os começos da colonização, temos informações dos habitantes indígenas do grande vale, da sua resistência e seu paulatino extermínio ou fuga de lugares quase inacessível nas serras circulares (MARTIN, 2013: 01).

As pesquisas arqueológicas, na maior parte dos estudos acerca do rio São Francisco, elenca uma diversidade de narrativas, sendo elas de cunho científico, historiográfico e de conhecimento popular. Ao se tratar da narrativa científica, o arqueólogo espanhol Valentin Calderón é um dos exemplos por ter realizado levantamentos dos registros rupestres e artefatos na região baiana localizada no Submédio São Francisco, com grande número de pesquisas em Sobradinho-BA. Os registros foram feitos principalmente durante os anos de 1960, ligado à Universidade Federal da Bahia (UFBA) e associado ao Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA). Durante este período, realizou inúmeros levantamentos, prospecções e escavações em sítios pré-coloniais do interior, onde desenvolveu toda a etapa de análise de campo, descrição da paisagem e a salvaguarda dos artefatos arqueológicos na UFBA. Durante o "Projeto Sobradinho de Salvamento Arqueológico" em 1974 à 1976, Calderon dirigiu a pesquisa que avaliava o potencial da área, focando nas ocorrências, suas semelhanças e elaborando as tradições arqueológicas atreladas à perspectiva histórico-culturalista da arqueologia naquele momento. No que se refere às representações rupestres, procedeu à classificação inicial dos sítios através do conjunto que chamou de "tradição realista" e, posteriormente, "tradição naturalista" e "tradição simbolista". Para as áreas da Chapada Diamantina e do Planalto, suas publicações pouco expressam da quantidade de sítios rupestres que registrou, pois, apenas trabalhou com sínteses e também

não abordou discussões paisagísticas, para além da descrição, tão caras à compreensão de contextos socioambientais. No entanto, como fora seu objetivo, sua narrativa descritiva da paisagem e dos materiais arqueológicos foi importante para o conhecimento prévio da espacialidade e potencial das ocupações pretéritas. Nos arquivos do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), existem informações de 55 sítios registrados por Calderón, dentre os quais 50 na Bahia, a maioria relacionada ao rio São Francisco, 2 em Pernambuco, 1 em Minas Gerais, 1 em Goiás e 1 sem estado definido (COSTA, 2005: 06). A perspectiva deste pesquisador ocasionou a construção da narrativa que se baseava em uma estrutura de análise arqueológica para compreender as disposições das culturas, partindo de dados cronológicos e de semelhanças tipológicas, coloração, deposição do ambiente, traços e técnicas, que estariam representando uma cultura. Desta forma, para a região supracitada, Calderón formulou uma importante narrativa científica. É necessário, entretanto, considerar e contextualizar as narrativas históricas de viajantes sobre a paisagem em escalas regionais e locais, igualmente importantes, para a compreensão da dinâmica socioambiental. Estas são conceituadas como descrições ambientais e materiais que são fontes de informação arqueológica. Na narrativa de Spix e Martius (1938: 343), os autores assim descrevem que o rio São Francisco:

Costuma encher no fim de janeiro e crescer pelo menos durante dois meses; vaza muito mais rápido do que enche, deixando os barrancos íngremes da margem da enchente num estado de grande fertilidade, de modo que, rapidamente, se cobrem de capins verdes e outras plantas (...) O rio é aí menos movimentado do que no sul; os peixes mais saborosos só descem em grande quantidade até Sento Sé (...) A agricultura não parece tão favorecida como no distrito sul que o rio atravessa (...) Os produtos locais provêm da criação vaccum e cavallar, para o que é favorável a região: couros, sebo, carne do sol, u pouco de fumo e, principalmente, o sal de cozinha (SPIX; MARTIUS, 1938).

Sobre o transporte de mercadorias, os autores colocam, “entre Vargem Redonda e Canindé há uma picada por onde as cargas são transportadas em burros até o lugar do embarque”. Informações importantes a respeito de deslocamento de recursos são abordadas no contexto da época, “assim é que, as regiões situadas acima das cachoeiras recebem mantimentos, quase que exclusivamente, pela estrada da vila de Cachoeira. Finalmente, a dar crédito às informações verbais de diversas testemunhas oculares”.

Ao Abordar um aspecto importante para a paisagem, Spix e Martius discorrem sobre características morfológicas e sociais da porção do rio próximo as cidades de Juazeiro-BA e Petrolina-PE,

No meio do rio está a pequena Ilha do Fogo, sobre a qual se destaca um rochedo de

granito em forma de pirâmide (...) Nessa ilha, como em outros lugares da margem, o rio apresenta uma formação muito nova, constante dos seixos rolados que acarreta consigo e de *peróxido de manganês* misturado com terra, que é o cimento da brecha (...) Nos pontos mais próximos não se apresenta vestígio algum de formação de sal, que constitui a riqueza da região (...) Na planície, artificialmente escavada entre esses oiteiros e o rio Salitre, numa extensão de cerca de 60.000 pés quadrados, e ao longo do rio Salitre, em muitos lugares semelhantes, se extrai da terra o sal que, tendo algumas polegadas de espessura, jaz sobre a rocha (...) Aos trabalhos das salinas se juntam os vendedores ambulantes, pescadores e um comércio animado se faz, geralmente, entretido pelo sal, que serve de moeda corrente (SPIX; MARTIUS, 1938).

No decorrer da obra, os autores contribuem com detalhes da produção salina da região e como tal produto se faz importante para o dia-a-dia das comunidades ribeirinhas. Desta forma, a narrativa histórica é rica em questão de fonte de informação para a pesquisa arqueológica e antropológica. A paisagem contribui para o conhecimento do espaço geográfico que pode ser a localização do rio, montanhas, serras, planícies, vales, etc. As narrativas históricas buscam fixar elementos da paisagem que fazem parte da história local e regional.

Igualmente dentro da narrativa histórica local, Sampaio (1906), contextualizando este documento escrito, trás informação das localidades das fazendas e vilas, além de descrever características geomorfológicas por onde o autor passou. Contudo, também são dados relevantes sobre a paisagem que contribuem com a arqueologia. Assim, as narrativas históricas e científicas são complementares, ressaltando a necessidade da contextualização da documentação histórica com o registro arqueológico de modo a se construir as bases para interpretações. As narrativas são importantes para a construção do conhecimento do passado regional e para o fortalecimento de identidades das comunidades atuais com veios de ancestralidade associados à paisagem cultural, que, em alguns casos, são ligados diretamente a materiais arqueológicos de passado recente. A exemplo desta distância cronológica não muito elevada estão os artefatos como os almofarizes. A ideia de confecção e uso destas ferramentas remete-se ao período pré-colonial, no entanto, através das narrativas de moradores locais, contidas em pesquisas feitas no Submédio São Francisco (KESTERING; IGUATEMY, 2016), este tipo de material fora inserido em dinâmicas regionais recentes.

A interpretação de narrativas múltiplas ainda representa um desafio aos pesquisadores que podem seguir diferentes teorias e métodos arqueológicos. A narrativa vai proporcionar uma ampliação nas fontes de dados de cunho espaço-temporal e social para cada pesquisador. A vertente da arqueológica que vem empregando o uso dessas fontes é a contextual, na qual deriva a arqueologia da paisagem. O conhecimento sobre o ambiente e as práticas sociais do

passado, ocorre tanto pelas mudanças que acontecem no presente, experiência direta, como pelas experiências acumuladas por gerações, e são transmitidas na forma de saberes. A análise das paisagens torna-se importante enquanto valor simbólico e permite identificar um sujeito oculto da paisagem, ou seja, o modo de produção que impregna as práticas sociais e faz surgir ou organizam territórios valorizados ou indesejados (ALENCAR, 2007). A paisagem passa por vários processos que contribuem para a compreensão as mudanças históricas e também como elas se preservam. Pensar e ter experiências com a paisagem é vivenciar e pensar o mundo, a cultura, os valores. É reconhecer que existimos em sínteses contraditórias e complexas de trabalhos que nos precederam e continuam operando para além do nosso tempo (SANDERVELLE; BROERING, 2010), processos que são tanto de construção quanto de desconstrução, de identificação quanto de alteridade, estruturas e acasos, que são possibilidades. Paisagens são, nesse sentido, heranças, que nunca se concluem. A paisagem, enquanto narrativa, é construída sendo uma prática ativa que nunca será esgotada nas pesquisas, contribuindo imensamente para vários tipos de interpretações.

Tendo a materialidade arqueológica e a paisagem social como heranças, algumas pesquisas recentes realizadas no vale do rio São Francisco evidenciaram dados com os quais propõe que os grupos nativos teriam utilizado a estratégia de negação de sua etnicidade, em parte, ao mesclar o sistema de comunicação dos colonizadores com os seus modos de vida para sobreviverem fisicamente. Esta proposição se consolida com as pesquisas arqueológicas que se efetivam na região do Submédio São Francisco (AQUINO; KESTERING, 2016). Deste modo, podemos observar uma ligação direta entre as populações ribeirinhas atuais com a ancestralidade indígena, compreendendo as relações cultural através do processo de colonização. Basta lembrar dos Atibum, Tuxá, Pankanaru, Pankararé e Truká.

Além de buscar compreender a dinâmica das modificações ambientais e culturais, partimos para a construção das narrativas desses contextos de paisagem para nos aproximar cada vez mais do campo cultural e social das evidências do patrimônio natural e arqueológico. Desta maneira, estes locais precisam ser constantemente pesquisados e preservados adequadamente. Isso revela a necessidade de realização deste trabalho com o qual se pode produzir conhecimento novo em um processo contínuo e construído por múltiplas vozes, compreendendo o passado e fomentando a preservação do patrimônio regional. Os levantamentos sobre as narrativas contribuem imensamente por atribuir a preservação dos bens culturais, a priori, considerando as modificações da paisagem natural e cultural. Serão necessárias mais análises e discussões do estado de conservação dos sítios arqueológicos

envolvidos na pesquisa. Tendo em vista que existem elementos de deterioração que inviabilizam a compreensão dos grafismos rupestres, bom como o acesso aos sítios, para isso, a elaboração de estratégias de preservação para frear as ações degradatórias. A apresentação com a valoração do patrimônio às comunidades locais foi um dos pontos abordados como estratégia de proteção aos bens culturais pretéritos da região de Sento Sé, principalmente no Povoado Brejo da Brásida que contem áreas próximas às atividades econômicas como extrativismo e os parques eólicos. É importante considerar que essas tentativas de preservação também partem da própria comunidade, sem a necessidade do “despertar” acadêmico no processo de construção do discurso local.

Propõe-se, em nível hipotético, que a potencialidade arqueológica apresentada na região do Submédio São Francisco esteja associada a diversos fatores compostos pela a interrelação entre distintos grupos culturais e o ambiente regional, onde a paisagem é uma identidade plural. O ir e vir de um grande número de pessoas, através das suas dinâmicas, provoca modificações na paisagem bem como na vida cotidiana, em meio aos elementos físicos dos lugares cujos indivíduos mantiveram uma procedida relação socioambiental.

Na região pesquisada, bem como em grande parte do histórico de estudos arqueológicos nas margens do rio São Francisco, nos limites do submédio, muitos sítios emergiram após as épocas de estiagem – isso até os dias atuais. De modo que os levantamentos foram realizados principalmente durante o período de seca. O ambiente natural, tantos seus vales, serras e complexos rochosos, propiciavam principalmente ambientes com sítios de abrigo sob-rocha, zonas de cavernas e suas linhas de chuva, assim como é destacado as diferentes paisagens que proporcionam memórias individuais e coletivas das comunidades locais.

O objetivo da pesquisa foi buscar compreender, no viés da arqueologia da paisagem, pelas narrativas científicas e populares, as relações que o povoado Brejo da Brásida mantem com o patrimônio arqueológico e com os impactos ambientais e sociais oriundos da barragem de Sobradinho e dos parques eólicos. Almejando, principalmente, o fortalecimento da identidade, já inicialmente instigada pela comunidade Brejo da Brásida, para potencializar o sentimento de pertencimento e, através da multivocalidade, suscitar o conhecimento acerca dos contextos arqueológicos. O trabalho considerou as relações sociais como construtoras da paisagem na busca de entender as ocupações dos sítios e implicou a paisagem cultural como novo instrumento de preservação.

Referente às estratégias de preservação dos vestígios arqueológicos, buscou-se empregar a divulgação dos patrimônios para salvaguarda, por parte da academia e da comunidade local, através de reuniões destinadas ao tema, como o Seminário de Arqueologia de Sobradinho que está em sua terceira edição e diálogos diretos com a população sentoseense durante as entrevistas. Parte do registro da pesquisa foi feita em plataforma multimídia. O resultado será disponibilizado às comunidades locais além da composição de banco de dados acadêmico

O primeiro capítulo corresponde à apresentação da pesquisa abordando inicialmente os principais pontos. A história e memória de Sento Sé, realizando os recortes em duas fases: 1832 – 1930 com a fundação da antiga cidade até o processo da Barragem de Sobradinho, sendo o segundo momento o período intervenção e relocação da sede da cidade em 1971. Ainda no primeiro capítulo demonstraremos as características da área de estudo, metodologias, estudo do comportamento hidrológico do Rio São Francisco e seus principais afluentes, bem como as mitologias em torno do Rio São Francisco e seus pontos turísticos.

O segundo capítulo caracteriza-se pela fundamentação teórica, demonstrando diferentes paradigmas do uso da paisagem na arqueologia; apresentando a paisagem no cenário brasileiro; o uso do conceito de lugar; paisagem cultural; paisagem e patrimônio; e o patrimônio natural e com os aportes sobre a Paisagem Social do Submédio São Francisco. Concluindo com as abordagens da preservação conjunta e colaborativa.

No terceiro capítulo é ressaltado a história oral como uma metodologia que multiplica vozes e os aspectos metodológicos e teóricos para o uso desta abordagem. Em seguida, o capítulo quarto, se conjuntura dentro dos preceitos dos capítulos anteriores, abordando os levantamentos do povoado Brejo da Brásida. Atribuindo outros estudos para melhor identificar, caracterizar, aprofundar e interpretar os sentidos, as motivações, as implicações, os afetos e as representações que envolvem os atores.

Diante dos resultados e os dados proporcionados pelas atividades de campo, o capítulo cinco oferece a contribuição e relevância da pesquisa. Dessa forma, no propósito de contextualizar as ideias descritas no decorrer desse estudo. Buscamos referir á importância da pesquisa de campo, assegurando que esta etapa tem uma relevância fundamental no estudo de indivíduos, grupos, comunidades, instituições e outros campos, de modo a visar a compreensão de vários aspectos da sociedade.

CAPÍTULO I – SENTO SÉ, UM RICO E IGNOTO HISTÓRICO

O nome “Sento Sé” tem origem indígena, na denominação do chefe Centoce, líder do grupo Tupiná que povoou a região. Os primeiros povoadores europeus foram portugueses vindos de lavouras de cana-de-açúcar e edificaram engenhos. Em 1549, na esquadra do Governador Geral Tomé de Souza, que fundou Salvador e fez dela a primeira Capital do Brasil, chegou Francisco Garcia D’Ávila. Entre os anos 1565 e 1609, Francisco Garcia D’Ávila construiu um castelo em Salvador. O castelo era conhecido como Casa da Torre. Essa construção desempenhou um papel importante na defesa da capital, quando o Brasil era ainda jovem. Francisco Garcia D’Ávila recebeu o título de Conde da Torre ou Conde do Castelo, oportunidade em que começou a adquirir terras no Vale do Rio São Francisco. Por volta do ano de 1573, a família de Francisco Garcia D’Ávila dedicava-se à criação de gado numa extensão de 340 léguas. Devido ao grande número de fazendas de gado existentes, o Rio São Francisco ficou então conhecido como Rio dos Currais.

No ano de 1600, para administrar de perto as suas propriedades, o primogênito Antônio Garcia D’Ávila fundou a sede do condado na então Aldeia de Sento Sé, edificando a Vila Imperial. Nesse ano, os indígenas da região estavam em números reduzidos e sem recursos, devido à perseguição incessante e à escravidão a que eram submetidos, desde que a expedição de Duarte Coelho subira o rio São Francisco, em 1543. Por volta do ano de 1658, Antônio Garcia D’Ávila havia estendido suas propriedades até 1400 léguas. Nelas criava-se gado para dar suporte à indústria açucareira, florescente na costa do país.

O primeiro contato pessoal entre portugueses e índios ocorreu por acaso. Antônio Garcia D’Ávila encontrou o chefe indígena Tupiná, chamado Centoce, enfermo. D’Ávila conseguiu curá-lo da enfermidade. Desse contato nasceu uma amizade longa e proveitosa para ambos. Centoce então se casou com uma das irmãs da família Torres, ligada à família Garcia D’Ávila. Com a mistura, surgiram os primeiros membros da família Sento Sé que ascenderam da relação do chefe Centoce com a família Torres / Garcia D’Ávila. Muitos anos depois de sua morte, o povo Tupiná e os descendentes de Centoce homenagearam o chefe indígena com um busto, esculpido em pedra e madeira de grandes dimensões, na Vila Imperial, posterior Sento Sé.

Em 1719 foi construída uma capela dedicada a São José da Barra, e em 1752 teve

como seu primeiro vigário, o padre Domingo Alves de Souza, feita a correção gramatical passa a ser chamado e escrito como o arraial de Sento Sé. A partir de 1763, quando a indústria açucareira decaiu no Nordeste e a capital do Brasil Colônia foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro, o Nordeste inteiro sofreu uma grande depressão econômica e política. O café tornou-se a maior fonte de lucro na região Sudeste e a economia de Salvador entrou em declínio. A região do rio São Francisco, não poucas vezes, tornou-se, a partir de então, o refúgio de pessoas que viviam à margem da lei. A geração de feudos, a um só e mesmo tempo, promoveu o surgimento de fazendeiros com fama de heróis e de vaqueiros com atributos de jagunços serviçais. Nesse período, muitas famílias procedentes do Piauí e de Pilão Arcado-BA estabeleceram-se no território do atual do município de Sento Sé para plantar cana de açúcar, instalar engenhos e fundar feitorias.

Pelo Decreto Imperial de 06 de julho de 1832 Sento Sé desmembrou-se de Pilão Arcado e, em 1833, sua sede foi instalada no antigo local que muito antes fora povoado pelo grupo Tupiná, liderado pelo chefe Centoce. Em 21 de novembro de 1883 foi confirmada a emancipação política com a presença do presidente da província, Joaquim José Pinheiro Vasconcelos (COELHO, 2009).

A região, por diversas vezes, ponto de reunião de episódios de conflito, com a luta entre o Sr. Militão Plácido de França Antunes e a família Guerreiro que tinha o apoio do exército. Derrotada, em 1843, a família Guerreiro recolheu-se na Vila Imperial, em Sento Sé. Esse panorama da história demonstra o significado que teve o solar da Vila Imperial (Fig. 2) para o Vale do Rio São Francisco. O solar ou Casa Grande, como chama a população, foi restaurado no ano de 1873, como atestava o brasão fixado sobre a sua porta de entrada. Apesar da sua importância na memória da população local, a Vila imperial nunca foi tombada como Patrimônio Nacional. A Enciclopédia dos Municípios faz menção a ela como Vila Imperial do Conde da Torre, preservada como monumento, o que lamentavelmente não passava de fantasia. A inundação promovida pela construção da Barragem de Sobradinho apagou 400 anos da história de Sento Sé. O monumento, que poderia estar servindo como referência cultural do povo ribeirinho, jaz nas profundezas do Lago de Sobradinho.

Figura 2. Casa Imperial, Casa Grande ou Vila Imperial do Conde da Torre, referência no centro da cidade antiga.



Fonte: Acervo histórico da prefeitura municipal de Sento Sé-BA.

Em 1911, quando Sento Sé, Alegre, Boqueirão, Lagoa, Oliveira e Tabuleiro Alto eram distritos, transferiu-se a sede municipal para o Arraial de Almeida, modificando o topônimo para Manoel Vitorino. Dois anos depois, a sede retornou para Sento Sé, ainda com o nome de Manoel Vitorino. Em 1926, com a Lei Estadual 1911, foi elevado à categoria de cidade, com a denominação de Manoel Vitorino.

No ano de 1930, Sento Sé sofre a pressão dos conflitos das sebáceas que puniam violentamente os revoltosos que não se sujeitavam à perspectiva dos prefeitos-coroneis e a população foi maltratada com ações de violência físicas e de liberdade. Novamente, em 1932, Sento Sé passa por momentos complicados, Lampião passa pelo distrito de Américo Alves, no povoado de Quixaba, para tirar satisfação contra as sebáceas e fez o prefeito de Sento Sé estremecer após ter permitido que o povo saqueasse suas propriedades enquanto estava amarrado em uma árvore. Lampião vai embora e pernoita na Gruta da Palmeira. Outro episódio violento ocorreu quando a Coluna Prestes percorreu o interior do município e iniciou um embate bélico com as famílias do povoado do Brejo da Brásida que tivera um de seus membros morto em Central-BA. Alguns tempos depois, a cidade volta a sua normalidade com a pesca, a agricultura de subsistência e o extrativismo da cera de carnaúba.

Em 1933, Sento Sé estava constituído de cinco distritos, a saber: Manoel Vitorino (ex-Sento Sé), Alegre, Boqueirão, Lagoa e Tabuleiro Alto. Em 1934, pela Lei Estadual nº 8.818, volta a ser denominado Sento Sé. Em 1936, tinha seis distritos: Sento Sé, Alegre, Boqueirão, Lagoa, Oliveira (ex- Manoel Vitorino) e Tabuleiro Alto. Em 1938, pelo Decreto Estadual nº

11.089, os distritos Alegre, Oliveira e Tabuleiro Alto tomaram respectivamente as denominações Ouro Branco, Américo Alves e Cajuí.

Estas passagens históricas, entre outras, estão disponíveis no único livro escrito a respeito de Sento Sé antes da realocação para a nova cidade. O exemplar a baixo pertence à família de Marlene Ferreira (72 anos), uma enfermeira auto ditada e professora de história aposentada, que faz questão de guardar com afeição tudo o que lhe pode rebuscar a memória sobre a velha Sento Sé, pois anseia que seu processo histórico precisa ser resgatado para compor a identidade da população sentoseense atual.

Figura 3. Primeiro livro sobre Sento Sé, de Romualdo Leal Vieira publicado em de 1952.



Fonte: Acervo pessoal de Marlene Ferreira, em Sento Sé.

Na década de 1970, com a necessidade de gerar mais energia elétrica para o Nordeste, faz-se necessário submergir uma grande área habitada nas margens do rio São Francisco. A barragem de Sobradinho fora, por questões do discurso desenvolvimentista, inevitável. Se por um lado havia os interesses do governo federal pela construção da barragem, houveram também aqueles motivos da liderança local sobre esta obra, ainda que sobre uma memória construída. Desta maneira, fica clara a intenção das esferas do poder, através do que seus

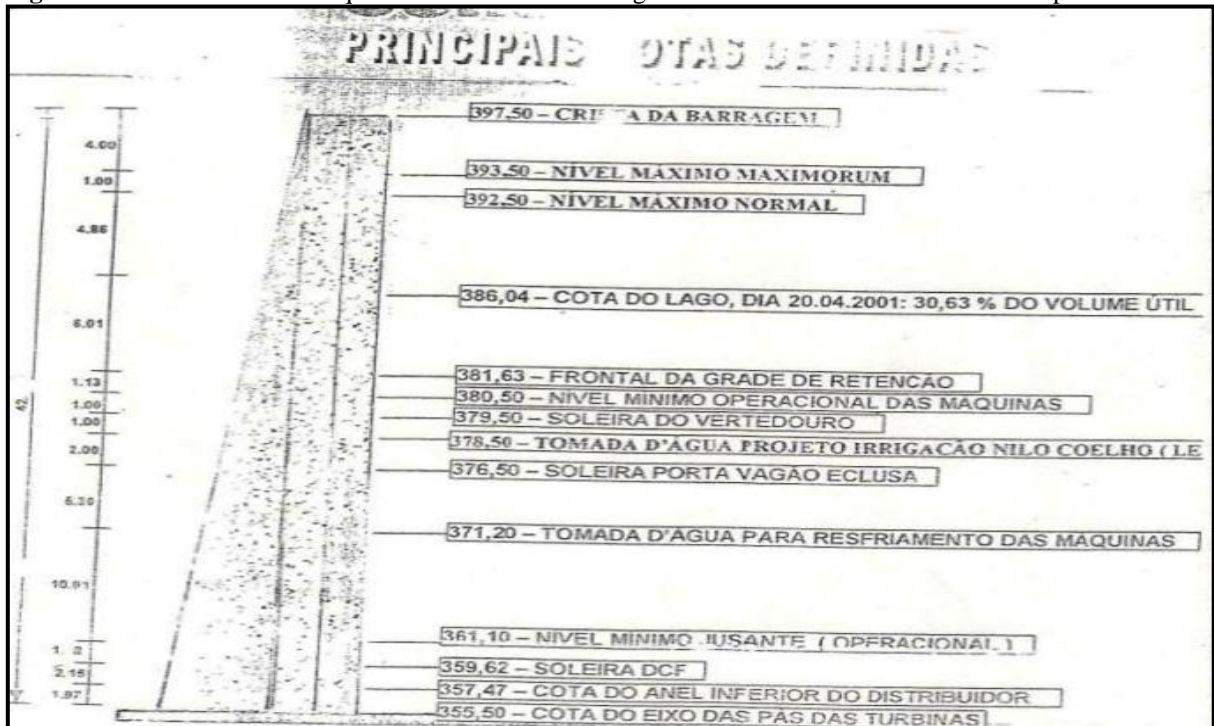
representantes chamam de “progresso”. Por outro lado, nesta cidade sente-se uma participação do poder como parte do privado e do intrincado pessoal de cada cidadão. É importante salientar como os alcances da memória possuem papel fundamental no que está silenciado e no que pode tornar-se verdade neste contexto.

1.1 A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM: DA RESISTÊNCIA À MEMÓRIA

No ano de 1977, no estado da Bahia, os municípios de Sento Sé, Remanso, Casa Nova, Pilão Arcado e Xique-Xique, sofreram em seus territórios mudanças que afetaram não só as condições ambientais como também a conformidade social. A construção da barragem de Sobradinho foi um projeto do governo brasileiro cujo regime ainda era a ditadura militar (1964/1985).

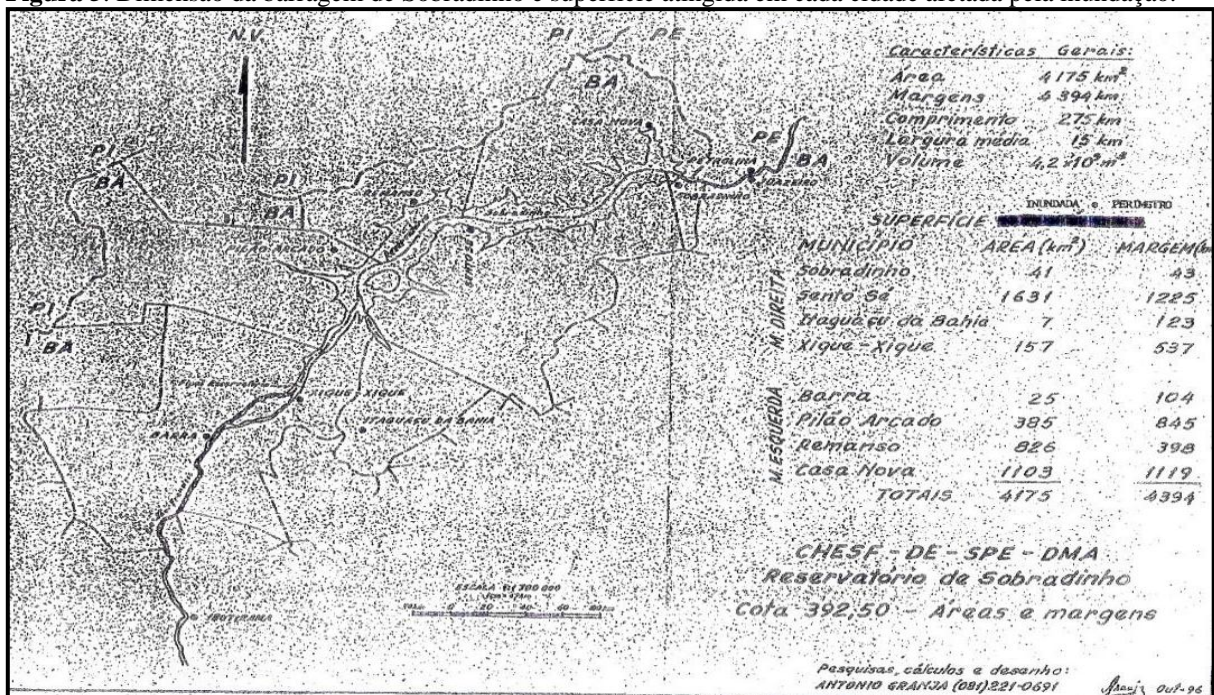
O presidente da república que decretou a efetivação do projeto de construção da barragem, em 1973, foi Emilio Garrastazu Médici. A obra foi concedida aos cuidados da Companhia Hidrelétrica do Rio São Francisco (CHESF). Neste ano foram iniciadas as investigações e os levantamentos na região que seria inundada após a conclusão das obras. Até a abertura das comportas da barragem passaram-se cinco anos que ocorreu em 1977, no governo de Ernest Geisel. Nas perspectivas do governo federal, o pacote de obras públicas que incluía o projeto de Sobradinho fazia parte do Plano de Desenvolvimento Nacional. Plano que compreendeu uma tentativa do governo de promover o crescimento econômico do Brasil e reduzir a inflação, conhecido como Nacional Desenvolvimentismo. A execução do projeto Sobradinho foi decidida em 1971, porém os serviços de construção da barragem só foram iniciados em Junho de 1973. A inundação de fato iniciou-se em fevereiro de 1977, o represamento total começou no dia 4 de Dezembro de 1977, e a conclusão do processo se deu pela abertura das comportas no dia 2 de Julho de 1978. Neste ano a barragem atingia sua cota máxima de cheia de 392,5 m³ como mostram as imagens abaixo:

Figura 4. Documento de 1977 que demonstra a cota do Lago do Sobradinho em sua totalidade à época.



Fonte: Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores de Sento Sé.

Figura 5. Dimensão da barragem de Sobradinho e superfície atingida em cada cidade afetada pela inundação.



Fonte: Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores de Sento Sé.

Em 1971, a população de Sento Sé recebeu com grande surpresa a notícia de que a CHESF daria início à construção da barragem de Sobradinho. Argumentava-se a necessidade de se gerar mais energia elétrica para impulsionar o desenvolvimento da região Nordeste do Brasil. Fazia-se necessário, para tanto, submergir as áreas próximas ao rio São Francisco.

A barragem de Sobradinho era, pelas razões fundamentadas, inevitável. Dizia-se que a inundação das roças, das casas e dos povoados era um “mal necessário”, pois, todo o desenvolvimento só aconteceria à custa de tal sacrifício. Nos povoados e na sede de Sento Sé, instalou-se pânico geral na população. Coelho relata com precisão e emoção esse capítulo não desejado da história de Sento Sé:

A partir do primeiro comunicado deu-se seqüência a várias reuniões para se estabelecer o local para onde iria a nova Sento Sé. Seria Piçarrão, Piri ou Tombador? Quantas lágrimas, quantas tristezas, pior, perdas de memórias, mortes apaixonadas e repentinas. No município tudo isso aconteceu. Estávamos acostumados ao torrão natal, ao carnaubal, ao Rio São Francisco, às cozinhas humildes, mas que víamos nascer e crescer. A CHESF não aceitava debate. Começam as míseras indenizações, as permutas de casas e de roças. Algumas famílias, a CHESF resolveu levar para as Agrovilas em Bom Jesus da Lapa. E quantas ofertas boas! Era desnatural o tamanho do feijão, do milho, do tomate, até filmes. As moradias “Santo Deus”, não eram casas... Eram sobrados. E muita gente se foi, alguns puderam voltar e outros nem este direito tiveram (COELHO, 2009).

Em 1974, pela Lei Estadual nº 3.347, a sede municipal (Fig. 6) foi transferida para um local a 102 km de distância.

Figura 6. Antiga cidade de Sento Sé em 1972. Mais abaixo, fora da imagem, corria o Rio São Francisco.



Fonte: Acervo histórico da prefeitura municipal de Sento Sé-BA.

Coelho completa, com detalhes, o êxodo da população ribeirinha do município de Sento Sé e na imagem seguinte vemos a população realizando a denominada Festa da Saudade que foi anunciada, segundo as entrevistas, com a ausência de alegria.

Em 1975 começaram as mudanças. Lentamente dava-se o adeus, às casas derrubadas, às roças queimadas, ao plantio abandonado, às fruteiras desvalorizadas. Os paus de arara transportavam gente. Barracas de lona abrigavam as crianças. Em 10 de outubro de 1976 chegou a vez de mudar a sede da municipalidade, e em seguida, as

mudanças das famílias por completo. O mesmo sofrimento. A casa número 01. A casa número 02... que ora era pequena demais. Novembro de 1976. Última mudança. Atrás se deixava parentes falecidos, casas caídas, a história. Aqui finda Sento Sé de ontem, abrindo espaço para uma nova vida numa nova cidade. A velha Sento Sé foi inundada pelas águas do grande Lago de Sobradinho (COELHO, 2009).

Figura 7. População sentoseense na última festa antes da realocação em 1976, marcado como Festa da Saudade.



Fonte: Acervo histórico do Departamento de Cultura de Sento Sé-BA.

A população residente na antiga cidade de Sento Sé, edificada ao longo dos anos pelos próprios moradores, acompanhou de perto o desmoronar de sua igreja (Fig. 8), dos edifícios públicos, das residências, da Vila Imperial e dos monumentos. Também testemunharam o mo-

Figura 8. O desmoronamento da antiga igreja, o acompanhamento e a reação da população.



Fonte: Acervo histórico do Departamento de Cultura de Sento Sé-BA.

mento em que as águas do Lago de Sobradinho invadiram as suas ruas (Fig. 9), as suas avenidas e as suas casas. “Registrou a concretização da profecia do beato que dizia: o sertão vai virar mar e a cidade de Sento Sé, cama de surubim” (COELHO, 2009, p.11). O represamen-

Figura 9. Momento inicial da inundação, o estado das construções deve-se a retirada de material aproveitável.



Fonte: Jackson Coelho, 2009.

to do rio São Francisco trazia, ao coração do povo de Sento Sé, o medo de que algum dia o mar também pudesse virar sertão. A população foi transferida para uma nova cidade, planejada e construída pelo governo federal (Fig. 10).

Figura 10. Atual cidade de Sento Sé. Percebe-se a intencionalidade da construção da malha urbana.



Fonte: Google e acervo da prefeitura municipal de Sento Sé-BA. Adaptada pela autora, 2018.

1.2 Sento Sé e o projeto da barragem de Sobradinho: Onde tudo começou

Como supracitado no histórico, Sento Sé surgiu no século XVIII após a posse da família Garcia D'Ávila, que adquiriu as terras onde posteriormente se localizaria a cidade, terras que foram doadas pelo sistema de sesmarias. As famílias, resultantes das relações dos descendentes de Centoce, chefe Tuniná, com os membros de Garcia D'Ávila, fundaram a cidade em homenagem ao chefe indígena. No século XIX duas famílias de renome na região, Valverde e Sento Sé, passaram a coabitar nas propriedades agrícolas ao redor da sede do município. E, por consequência, passaram a exercer o poder hierárquico sobre a cidade de Sento Sé. A família Sento Sé era – e ainda é hoje, através das diversas misturas familiares no processo histórico – descendente dos Garcia D'Ávila com o índio Centoce. A outra família era a Valverde que tinha origem na cidade de Juazeiro, polo comercial mais próximo da cidade de Sento Sé neste período. As duas famílias casavam-se entre si e, desta forma, governaram o município por mais de três gerações. Este tipo de governo é comumente conhecido no Brasil como coronelismo.

O coronelismo era um sistema político e social que envolvia as relações de concessão entre os grandes proprietários e os agricultores que necessitavam da terra e de mecanismos para desenvolver a agricultura. Em Sento Sé esta relação se dava da mesma forma, desde o século XIX até a implementação da democracia compreendida hoje. No período de ditadura militar, em que surge o projeto de Sobradinho, o coronelismo no Nordeste ainda era um sistema forte e as grandes famílias governavam e passavam o poderio público entre si de geração em geração. Este sistema funcionava da seguinte maneira:

Dentro da esfera própria de influência, o “coronel”, como que resume em uma pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais. Exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, as vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam (LEAL, 1997).

No período de construção da barragem, o voto já era livre, porém ainda sobre forte influência do poder local. O prefeito de Sento Sé à época era Demóstenes Sento Sé, filho de um dos ex-coronéis. Este acabou por exercer seu mandato por cerca de dez anos, pois em 1970 Sento Sé passou a ser considerado Município de Segurança Nacional advindo do Ato institucional nº 5, o conhecido como AI 5. Este decreto, feito pelo Governo Federal, concedia ao prefeito um longo mandato para organizar a cidade. O que foi feito devido à transição e migração da população. Não só em Sento Sé como em outros municípios que seriam atingidos por pela barragem de Sobradinho. Acordo assinado juntamente com o governador do estado

da Bahia, Roberto Santos.

No contexto de afirmação da barragem no território, a CHESF, além de ter indenizado, transferiu as novas sedes municipais e os loteamentos rurais para novas cidades, construídas pela mesma empresa. Para a escolha da nova localidade foi realizada em uma espécie de Assembleia entre as autoridades locais e os moradores de cada um dos municípios atingidos. Sento Sé, em específico, a escolha da nova localidade ocorreu nestes termos: O prefeito Demostenes Sento Sé reuniu os moradores e todos os interessados para uma reunião com a CHESF na prefeitura de Sento Sé. Dados que constam no trecho do relatório:

A escolha dos sítios foi feita de comum acordo com o Governo da Bahia e as decisões quanto às novas Sedes Municipais foram oficializadas junto às autoridades e lideranças locais, com os habitantes inteiramente informados e participando inclusive da escolha do local das novas residências obedecidos critérios que contemplavam parentesco e vizinhança na antiga cidade (CHESF, 1971).

Na versão da CHESF, fica claro que o ocorrido aconteceu como na forma descrita acima, quando se compara a versão do relato de um dos entrevistados. Pode-se identificar uma confluência de entendimento acerca da mudança da cidade para uma nova localidade. O entrevistado foi Jandir da Silva Sento Sé (79 anos), que na época foi afetado pela construção da barragem. Em sua fala ele diz:

Teve uma reunião com o prefeito e os engenheiros da CHESF para decidir a nova localidade sim. Os moradores estavam presentes. O Senhor Jayro Sento Sé foi quem deu a idéia do município ser reconstruído um pouco mais afastado dos grandes centros devido a melhor qualidade da terra e aproveitamento do lugar. Todo mundo concordou com ele e ficou assim acertado que iríamos para mais perto da Serra do Ramalho (Jandir Sento Sé, entrevista, 2018).

A CHESF era a responsável pela obra e também pela remoção das famílias para a nova localidade que seria construída pelo governo federal. É importante ressaltar que a CHESF teve que reassentar cerca de 11.853 famílias que viviam as margens do rio São Francisco, além de 70 mil pessoas que viviam em pequenas comunidades quilombolas e nas sedes dos municípios. Estes são os dados presentes nos relatórios elaborados pela Hidroservice, companhia de engenharia contratada pela CHESF para realizar o levantamento da região onde seria construída a barragem. Para justificar a obra a CHESF, em relatórios oficiais, pontua a necessidade da formação do Lago de Sobradinho da seguinte forma: O projeto Sobradinho, além de geração local de energia elétrica, eclusas para navegação e Tomada d' água para irrigação, contemplou a formação de um lago com espelho d' água de 4.214 Km² na sua cota máxima total (392,50) que proporciona regularização plurianual das

vazões do rio São Francisco, garantindo um valor de defluência mínima da ordem de 75% da vazão Média de Longo Termo (MLT) do rio, considerado o histórico de vazões a partir de 1929. O reservatório também proporciona controle parcial das cheias, através de volume de espera disponível, ou criado artificialmente, antes do início de cada período úmido.

Para além dos dados oficiais, que analisam as melhorias de forma distanciada das perspectivas sociais e apenas demonstram as melhorias da barragem em uma dimensão de abrangência macro com linguagem técnica, há uma série de sujeitos históricos que tiveram os frutos de seus esforços destruídos. Estes fatores descaracterizaram os marcadores de memória de milhares de famílias que tinham naqueles espaços os seus legítimos processos identitários, e o que restou foi o silêncio e a submersão em lágrimas.

E, em um determinado ano, nós fomos, a cidade estava muito triste quase ninguém estava mais lá. Porque tava todo mundo já se mudando para a cidade nova, a Sento Sé nova. E depois da inundação, eu me lembro, nós fomos dar um passeio de barco pela cidade velha inundada pelo São Francisco, pela barragem de Sobradinho - silêncio e lágrimas (José Gomes, 2018, Entrevista).

Esta evidência oral leva-nos a compreender o encrudescer das relações sociais formadas e ressignificadas devido à construção da barragem de Sobradinho. Obra que afetou a mentalidade daqueles que viveram o trauma de serem relocados. Desta forma, esta pesquisa busca entender, além das questões de senso de pertencimento, os mecanismos da memória que revelam a necessidade de preservação do local de origem do sujeito histórico para constituição de sua trajetória social. Na obra intitulada, *Memória e Sociedade*, Ecléa Bosi (1994) diz que a lembrança é a sobrevivência do passado, e que o passado, como memória, conserva-se no espírito de cada ser humano. Logo a lembrança, ou a memória, é parte constituinte da história e da vivência das sociedades, mesmo aquelas inundadas por barragens como no caso dos moradores da cidade de Sento Sé.

Apesar da CHESF ter se comprometido com as populações localizadas na área de inundação da barragem de Sobradinho, que preservaria as características sociais e culturais dos municípios inundados, em Sento Sé ela causou, entre muitos, um tremendo prejuízo inundando sítios arqueológicos e um solar de grande importância histórica, a chamada Vila Imperial, como supracitado, construído, aproximadamente, no ano de 1600 na aldeia de Sento Sé. Nestes locais estava presente toda a história legendária da região do São Francisco, desde o momento pré-colonial, a fundação do Brasil, a colonização e o desenvolvimento socioeconômico do Submédio São Francisco, além ter gerado um corte relevante na história do rio São Francisco por completo. Além dos bens de período histórico, a perda de milhares de anos

também ocorreu devido à destruição de um número relevante de sítios arqueológicos de período pré-colonial, então é um considerável equívoco dos apanhados históricos afirmarem que apenas 400 anos de história foram afetados.

Apesar desse incomensurável potencial cultural, Sento Sé não foi considerada Patrimônio Nacional. Por exemplo, a “Enciclopédia dos Municípios” registra a Vila Imperial do Conde da Torre como protegida pela classe monumento, o que lamentavelmente não correspondeu à realidade, pois com a inundação, o ato a apagou. O monumento poderia estar servindo hoje como referência cultural e histórica da população atual e atraindo recursos para o município através de projetos turísticos.

1.2.1 O coronelismo em prol da barragem e a posterior luta judicial

As representações do poder fazem parte da memória e da cultura da população de Sento Sé. Uma forma de representação da política conhecida como coronelismo, concretizada no cargo de prefeito, revela uma estratégia política de enraizamento do poder local na intimidade dos cidadãos, característica típica do coronel na vida dos cidadãos:

Era um político a moda antiga. Não era a relação de eleitor e de prefeito, como hoje, baseado no capitalismo. Era uma confiança, uma amizade. Tipo assim, casal brigava, meu avô é que ia fazer reconciliar o casal. Menino caía e quebrava a perna, meu avô, o prefeito, que ia mandar comprar o remédio. Acabava a verba da prefeitura meu avô colocava do dinheiro dele (Vera Rita Sento Sé, 2018, Entrevista).

Uma intimidade que adentrava a própria casa do prefeito e suas relações familiares. Compreende-se que este tipo de líder é visto como referência histórica da memória coletiva. Um referencial que perdura mesmo após a morte ou perda do cargo público pelo indivíduo. O depoimento da Senhora Vera Rita Sento Sé demonstra que a ação das autoridades diante do patrimônio e das relações sociais possuem uma estratégia política de atuação para permanência da soberania de uma elite local. Para o intricado dessas relações, vale citar o historiador José de Carvalho que em seu texto intitulado, *Mandonismo, Coronelismo e Clientelismo*, abre uma discussão conceitual que diz:

Refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral da posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas (CARVALHO, 2003, p. 9).

Em Sento Sé o mandonismo fica bem presente e destacado na figura de vários atores

políticos que exerceram o poder na cidade antes do mandato de Demóstenes Sento Sé, prefeito durante a construção da barragem de Sobradinho. Estas autoridades locais constituídas cediam suas terras para roceiros e trabalhadores rurais morar em troca de tributos e favores políticos. Esta época era quando ainda o coronelismo existia enquanto sistema político e forma de dominação social, no final do século XIX. No início do século XX, as marcas do coronelismo, porém, ainda permaneceram vivas nas atuações políticas e nas tradições sociais da cidade. Agora não mais como um sistema político, mas sim com as características deste sistema, o mandonismo e o clientelismo. Esta segunda característica da política local se fazia forte na época de construção da barragem em 1970. E pode ser explicada da seguinte forma, “de modo geral, indica um tipo de relação entre atores políticos que envolvem concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto” (CARVALHO, 2003, p. 4).

Com o passar do tempo e as trocas de sistemas políticos, o mandonismo foi decrescendo e o clientelismo tomando lugar no cenário político local. Isto se deve ao que Carvalho explica, enquanto um fenômeno que:

Aumenta e diminui ao longo da história, em vez de percorrer uma trajetória sistematicamente decrescente como o mandonismo. As relações clientelísticas, nesses casos, dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população. Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças à sua capacidade de influir sobre o Poder Executivo (CARVALHO, 2003, p. 7).

Neste sentido é importante identificar as características da política local para que então se possa entender o valor da atuação destes políticos no momento de construção da barragem de Sobradinho. Muitos eram os interesses e histórias que se ouvia em relação à barragem. O que se sabe, porém, de acordo com as entrevistas, é que, em relação à chegada da barragem, este poder local sempre foi bastante passivo, acatando todas as decisões da CHESF e do governo federal. Na tentativa de compreender o que ocorria por trás destes motivos, na medida em que o clientelismo pode mudar de parceiros, os entrevistados foram questionados sobre a atuação dos políticos da família Sento Sé no período de construção da barragem. O senhor José Gomes em uma de suas respostas disse:

Na verdade, quando nós fomos pedir ajuda ao seu Deni e ao seu Jairo Sento Sé para as indenizações e acordos que a CHESF se recusava a cumprir e pagar, fiquei bastante descontente. O senhor Jairo Sento Sé que sempre esteve a frente das reuniões e que me parecia sempre defender a população em seus discursos políticos, me disse que não poderia me ajudar. Ao perguntar o por quê, ele me respondeu que, mesmo antes da construção da barragem, já advogava para a CHESF e não poderia ficar contra a sua contratante. Naquela hora percebi que essa luta era só nossa

mesmo. E então tomei a frente disso tudo até hoje. Até pensei comigo, “pegaram ele pelo pé” (José Gomes, 2018, Entrevista).

Além das questões relacionadas ao trauma da relocação, há ainda outras tensões em torno da construção da barragem. Das indenizações concedidas pela CHESF, enquanto direito a terra dos agricultores que mesmo relocados precisavam ter suas vidas e atividades refeitas, o que inclui condições de vida e mecanismos necessários para produzir nas terras. Após a transferência, em 1977, boa parte da população que solicitou a indenização não havia recebido o combinado por contrato junto a CHESF e governo federal.

Nesta parte da pesquisa é demonstrado, por meio dos documentos e depoimentos orais, que a CHESF, as autoridades municipais, estaduais e federais, em nome do progresso e do desenvolvimento técnico e econômico, acabaram por negligenciar, não só patrimônios pessoais, e sim milhares anos de processos sociais de uma região que conta a história não apenas da Bahia, mas do Nordeste e do Brasil e nem mesmo o monumento de fundação da antiga cidade de Sento Sé foi poupado:

O rio engoliu tudo, vi minha vida sendo deixada para trás, e meus bens sendo levados de caminhão para um lugar que, mesmo que passem anos, nunca será o meu verdadeiro lar. Depois disso, minha filha, só Deus pode nos salvar (Jandir Sento Sé, 2018, Entrevista).

Assim resumem os antigos habitantes, representando o real sentimento daquilo que a natureza transformou em sua atual morada inacessível. Atualmente, a cidade de Sento Sé possui um pouco mais de 30 mil habitantes, foi relocada em 1977, mas nunca esqueceu as marcas que a inundação deixou. Além do que, fica provada hoje, o quão estreita são as relações de poder e de memória que norteiam e são capazes de reconstruir e desconstruir as concepções dos sujeitos da história.

Assim, o sindicato dos trabalhadores de Sento Sé deu início a uma longa jornada judicial em uma ação coletiva junto ao Ministério Público para que os valores referentes à indenização fossem devidamente pagos. Na década de 1980, o fórum da cidade de Juazeiro, onde circulavam todas as ações, inclusive a ação contra a CHESF pelas terras de Sento Sé, sofreu um grande incêndio. Neste ocorrido a ação citada se perdeu junto a uma série de outros documentos. Após o incêndio as lutas da população, urbana e rural, não findaram. A Pastoral da Terra, junto com o sindicato dos trabalhadores contratou advogados para acompanhar o referido processo e solicitou a restauração dos autos da ação através da seguinte qualificação:

JOSÉ DOMINGOS CORDEIRO, JOSÉ JOAQUIM CORDEIRO, brasileiros, casados, agricultores, residentes e domiciliados no Povoado de Pascoal e por ultimo, DALVA SANTOS, brasileira, casada, lavradora. Residente e domiciliada no Povoado de Aldeia, neste município, vêm, por seus advogados subassinados constituídos mediante procuração anexa, propor AÇÃO DE RESTAURAÇÃO DE AUTOS, em face da CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Sindicato dos Trabalhadores de Sento Sé, Petição Judicial).

A tensão social em torno da posse da terra fica clara nesta ação judicial. É sabido que o valor das indenizações, mediante revisão dos bens e terras dos agricultores, ficou em torno de dois milhões de reais (valor revisado para a moeda brasileira em vigência), porém a população transferida, de número extenso, como já citado, não recebeu o repasse de forma proporcional ao que possuíam nas terras alagadas.

A CHESF transferiu boa parte dos agricultores para uma região de clima e solo pouco conhecida por parte do cultivo dos agricultores, outro problema também enfrentado. Sem dinheiro para o cultivo, eles ainda não estavam familiarizados ou possuíam qualquer traquejo de produção da lavoura nas novas terras cedidas. Antes, a maioria dos agricultores habitava em uma região de vazante e cheia do rio São Francisco, agora se localizam próximo a Serra do Ramalho, local de predominância da caatinga nordestina. O relatório da Hidroservice, empresa contratada pela CHESF, para avaliar a região afirma:

A lavoura é praticada em dois tipos fundamentais: o de vazantes e o de chuvas. Predominam os cultivos de subsistência, conduzidos pelas próprias famílias. A lavoura é tão insegura nas ilhas e nas vazantes quanto na caatinga. Enquanto nas ilhas e vazantes as culturas são prejudicadas pelas enchentes do rio, na caatinga elas são prejudicadas pela escassez de chuvas; porém nas vazantes sempre há colheita e na caatinga as perdas podem ser totais (HIDROSERVICE, 1977, p. 3).

Assim, era de responsabilidade da CHESF dar meios de plantio e instruções de como lidar com as novas terras e com o sistema de plantio na caatinga. O que, segundo depoimento dos agricultores e jornais da época, não ocorreu:

Ainda tem uma ocupação econômica, a maioria da população rural da Região do Sobradinho queixa-se da falta de terra ou da qualidade da terra que a CHESF está lhes dando. Em alguns lugares a Companhia Hidrelétrica do Rio São Francisco já fez a distribuição de alguns lotes e dá uma ajuda financeira para aqueles que já cercaram e começaram a explorar o seu terreno. Entretanto, esta ajuda dificilmente ultrapassa a casa dos 500 cruzeiros e muitos pequenos agricultores não têm acesso ao dinheiro porque lhes falta condição financeira para iniciar o beneficiamento das roças que receberam, já que, devido as suas precárias condições de vida tiveram que gastar a indenização recebida da CHESF antes mesmo de ganharem um novo terreno (JORNAL DA BAHIA, 1977).

Esta declaração do Jornal da Bahia de 17 de março de 1977 demonstra as dificuldades enfrentadas pelos agricultores, sendo que as condições precárias que os mesmos já viviam

antes das relocações e da inundação era de conhecimento da CHESF. Acerca disto, no relatório da Hidroservice, os moradores foram referidos, de maneira tendenciosa e sensacionalista para a percepção atual, da seguinte forma:

São, em maior parte, analfabetos e vivem em baixos padrões de conforto nos domicílios e em precários níveis de saúde, instrução e alimentação. Quase não penetram na caatinga, desconhecendo-a e temendo-a, mas dela também tiram elementos para sua sobrevivência, como lenha, caça e frutas silvestres, explorando-a, ainda, como pastagem para a criação e nela fazendo cultivos eventuais (HIDROSERVICE, 1977, p. 2).

No relatório da Hidroservice ainda consta um quadro explicativo (fig. 11) onde a situação das famílias transferidas fica clara e é subdividida entre aquelas que possuíam solução própria de transferência relativa e as que não possuíam.

Figura 11. Quadro do relatório nomeado Situação das Famílias face à transferência.

QUADRO 4.1		
SITUAÇÃO DAS FAMÍLIAS FACE À TRANSFERÊNCIA		
Especificação	Nº Famílias	%
Com solução própria de transferência ⁽¹⁾	1.159	17
Sem solução própria de transferência	5.837	83
Totais	6.996	100

QUADRO 4.2		
SITUAÇÃO DAS FAMÍLIAS SEM SOLUÇÃO PRÓPRIA DE TRANSFERÊNCIA		
Especificação	Nº Famílias	%
Incapacitadas para colonização e não agricultores ⁽²⁾	1.284	22
Incapacitadas para qualquer atividade produtiva ⁽³⁾	584	10
Capacitadas para colonização	3.969	68
Totais	5.837	100

(1) Saíram por conta própria, tendo definidos local e época da transferência.

(2) Inclui: aposentados, famílias cujos membros não estão juridicamente capacitados para participarem do projeto de colonização (menores de 18 anos e maiores de 60 anos) ou não exercem atividade agropecuária.

(3) Famílias ou elementos sazeiros que dependem do auxílio de vizinhos e parentes.

Fonte: Hidroservice; CHESF, 1977.

Analisando os dados desse quadro pode-se perceber que apenas 17% da população possuía solução própria para transferência enquanto os 83% restantes não possuíam, o que totalizava, em Sento Sé, 5.837 famílias (HIDROSERVICE, 1977). Isto é, a maioria da população da cidade ficou a espera de acordos do Governo Federal para poder iniciar a ocupação do novo território na Serra do Ramalho.

1.3 Caracterização área de estudo

No intuito de apresentar a área de pesquisa, versamos aqui sobre a área arqueológica de Sobradinho onde está inserido o potencial arqueológico de Sento Sé.

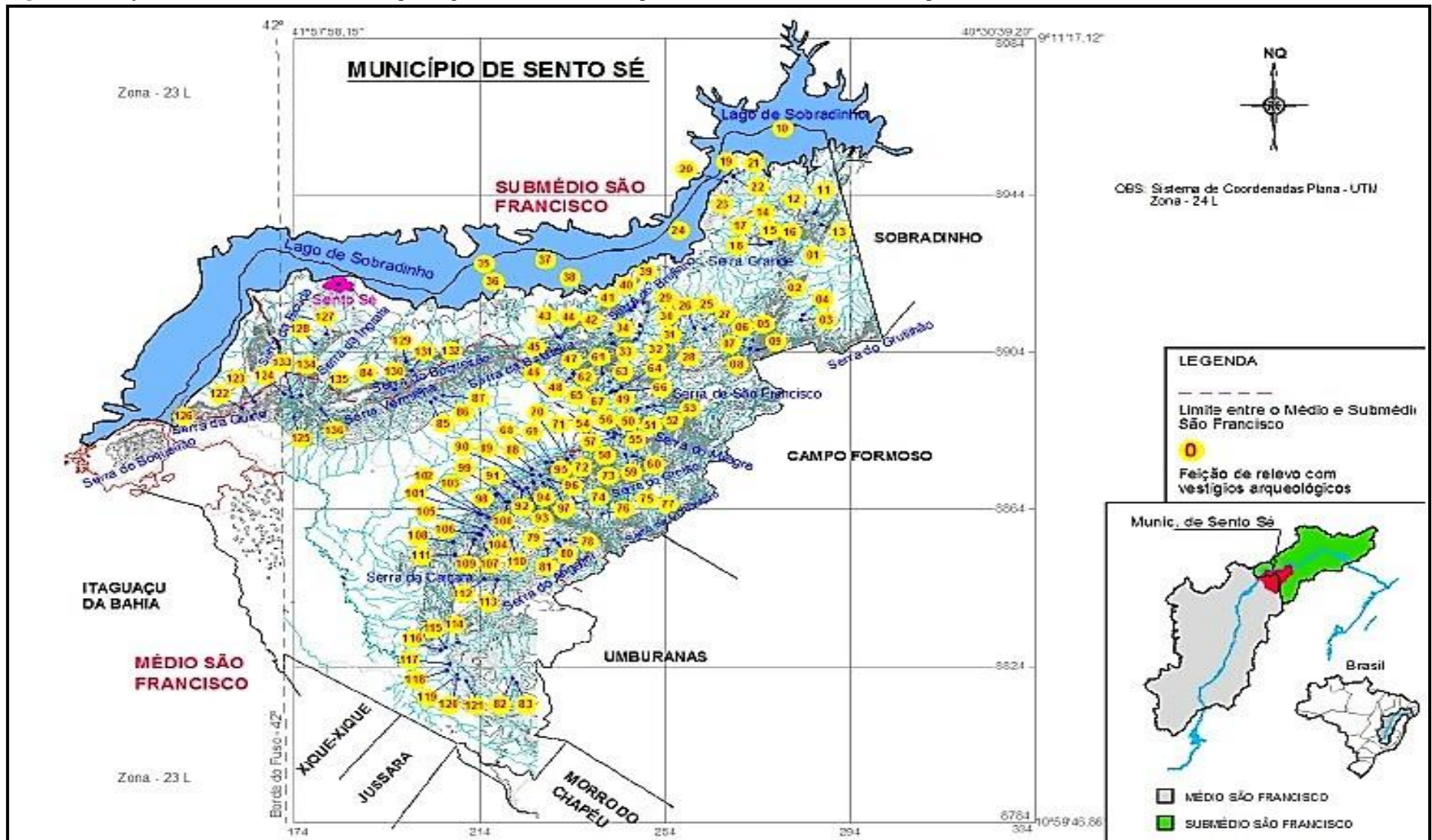
No entorno próximo de vários povoados, como supracitado, existem 136 feições de relevo com sítios arqueológicos até agora registrados. Existem muitos painéis de pintura rupestre que se deterioram porque estão expostos ao vento, ao sol e à chuva. Alguns há que se degradam por raízes de plantas fixas no suporte, sal, fogo, insetos, excrementos de fauna, pichação e deslocamento. Tentativas de divulgação do patrimônio arqueológico, através de trabalhos acadêmicos e dos esforços das reivindicações regionais, promovem a conscientização e o conclamar da população local para a sua preservação.

No topo de alguns dos abrigos há diversos setores com peças líticas e almofarizes de suporte fixo. Foram também identificados como locais das atividades de pintura, enquanto as aberturas das encostas foram aproveitadas para o registro das gravuras. Características estas que constituem a maior parte dos sítios da região. Por fim, os serrotes são, aparentemente, as áreas de habitação, provável local onde foram instalados os antigos acampamentos, fossem sazonais ou permanentes.

Um dos principais objetivos da pesquisa arqueológica é compreender como os povos pretéritos relacionavam-se com o espaço e a paisagem (BICHO, 2012). Para o estudo dos vestígios arqueológicos procurou-se, por isso, desvendar o contexto geoambiental.

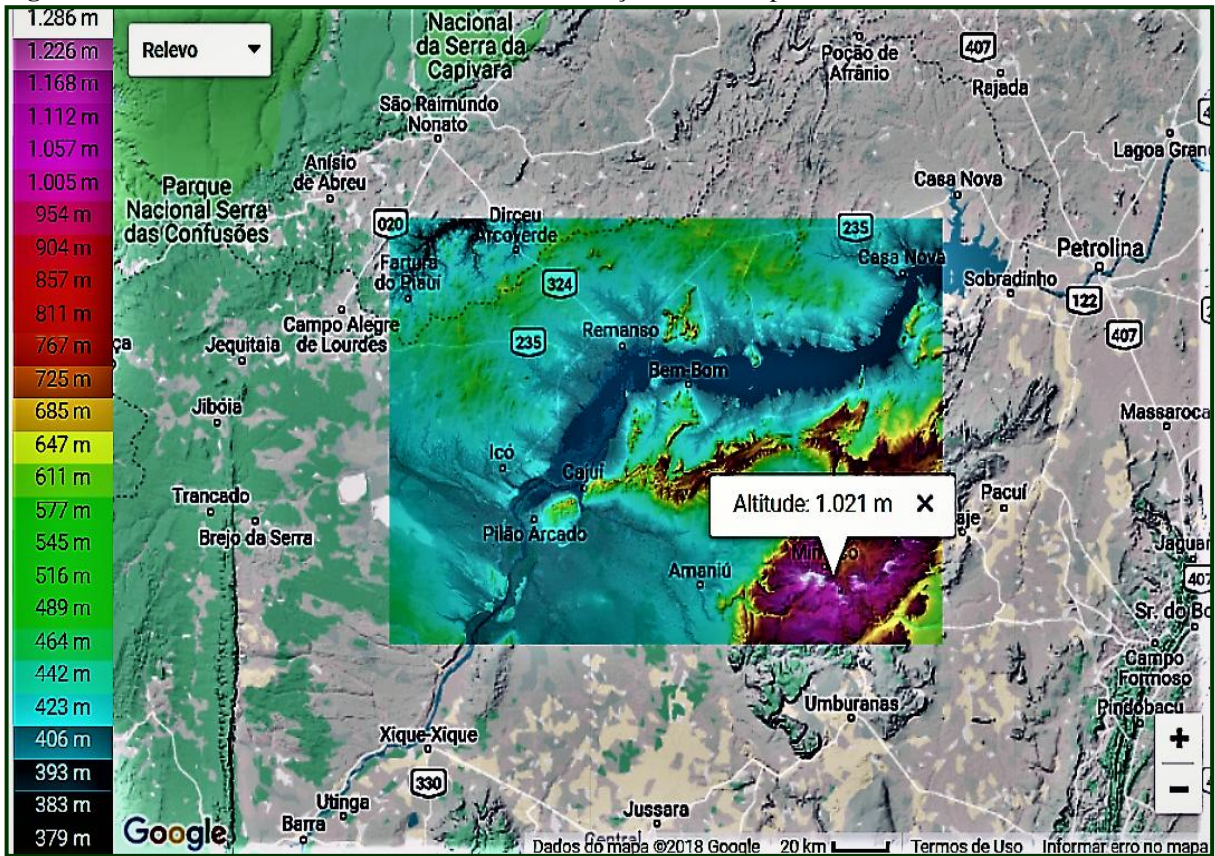
Os sítios arqueológicos são dos tipos céu aberto e abrigo sob-rocha, 90% deles encontram-se em elevadas altitudes. A região analisada encontra-se entre os parques eólicos e a barragem de Sobradinho. Nos mapas e imagens a seguir, são contabilizadas e referenciadas as feições de relevo com os registros arqueológicos mencionados (fig. 12), as cotas altimétricas regionais (fig. 13 e 14) e a descrição imagética da paisagem formada por tais feições (fig. 15 e 16).

Figura 12. Feições de relevo com materiais arqueológicos, referenciadas espacialmente nos limites do município de Sento Sé, no extremo norte do estado da Bahia.



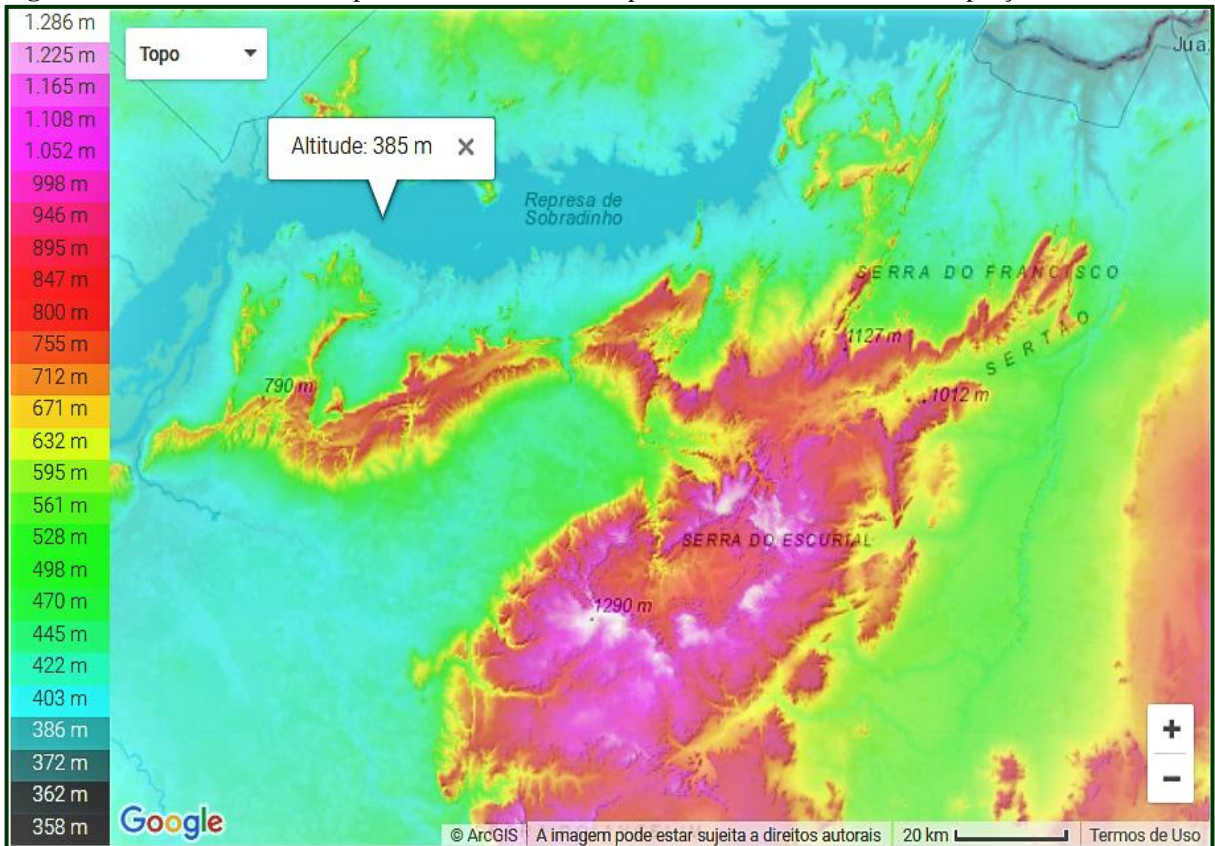
Fonte: Celito Kesting, 2015.

Figura 13. Cotas altimétricas da área de estudo e a distribuição dos municípios do norte da Bahia e sudeste do Piauí.



Fonte: Google e ArcGIS, produção da autora, 2018.

Figura 14: Altimetria do município de Sento Sé. A maior parte dos sítios encontra-se nas porções mais elevadas.



Fonte: Google e ArcGIS, produção da autora, 2018.

Figura 15: Contexto paisagístico na rodovia que liga os municípios de Sento Sé e Sobradinho, veículo como escala.



Fonte: A autora, 2018.

Figura 16: Pescador em atividade de descamação, à frente, e o contexto geomorfológico ao fundo, em Sento Sé.



Fonte: A autora, 2018.

1.3.1 Aspectos físicos, geológicos, geomorfológicos e climáticos

As áreas do município de Sento Sé, compostas pelo conjunto arqueológico supracitado, situa-se na margem direita do Lago de Sobradinho onde predominam rochas sedimentares e metassedimentares e sedimentos eólicos (dunas inativas). Há rochas ígneas como granitos, porém em menor escala. As unidades geomorfológicas caracterizam-se por grandes compartimentos topográficos, como planícies de inundação no entorno do Lago de Sobradinho, depressões, um conjunto de serras da Chapada Diamantina com elevações entre 380 e 1280 metros (vide fig. 14).

Os solos são bastante diversos, com seis classes, sendo em sua maior parte os neossolos, (litólicos, flúvicos e quatizarênicos), latossolos vermelho-amarelo, planossolos, cambissolos, argissolos e pequenas manchas de vertissolos. Com relação à vegetação, predomina a caatinga arbustiva, com maior abrangência no município de Sento Sé. Encontra-se também, em locais específicos, vegetação do bioma cerrado (LIMA, 2012).

Na região da pesquisa, há forte dinâmica sazonal com secas prolongadas que, somadas à ação antrópica depredatória, contribuem para o aspecto rústico da vegetação. A região faz parte do Polígono das Secas com tipologia climática de árido a semiárido e pluviosidade média anual entre 400mm e 600mm (SEI, 1999), distribuídas entre os meses de março e abril. As secas e a ação humana contribuem na exposição do solo aos agentes erosivos que conseqüentemente inviabilizam a recuperação natural do sistema, como também dificultam o desenvolvimento das atividades humanas e podem conduzir à desertificação.

Em espaços mais elevados das feições de base, encontram-se manchas de solo típico de regiões semiáridas. A presença de solos semidesérticos e a quantidade insignificante de lençóis de areia, à jusante das feições de relevo que poderiam ter interceptado o Rio São Francisco para a direção leste (LIMA, 2012), reforçam as evidências de que a maior parte da unidade de pesquisa não foi atingida pela inundação de um paleolago. A região foi, por isso, ocupada por grupos humanos com intensidade considerável, desde períodos anteriores a atual condição climática.

Na transição do Pleistoceno para o Holoceno, até cerca de 10.540 anos AP, o clima da região era úmido e mais frio que o atual, o que favoreceu o estabelecimento de uma floresta tropical exuberante, com afinidade florística com as florestas Amazônica e Atlântica. Os registros palinológicos mostraram ter havido um gradual ressecamento da paisagem,

eliminando a floresta tropical do Holoceno antigo. O ressecamento prolongou-se até 6.790 ano AP, quando se instalou o clima tropical semiárido, dando origem o atual bioma da caatinga, consolidada há 4.535 anos AP (OLIVEIRA et al. 2005 apud KESTERING, 2007).

1.3.2 Vegetação e Hidrografia

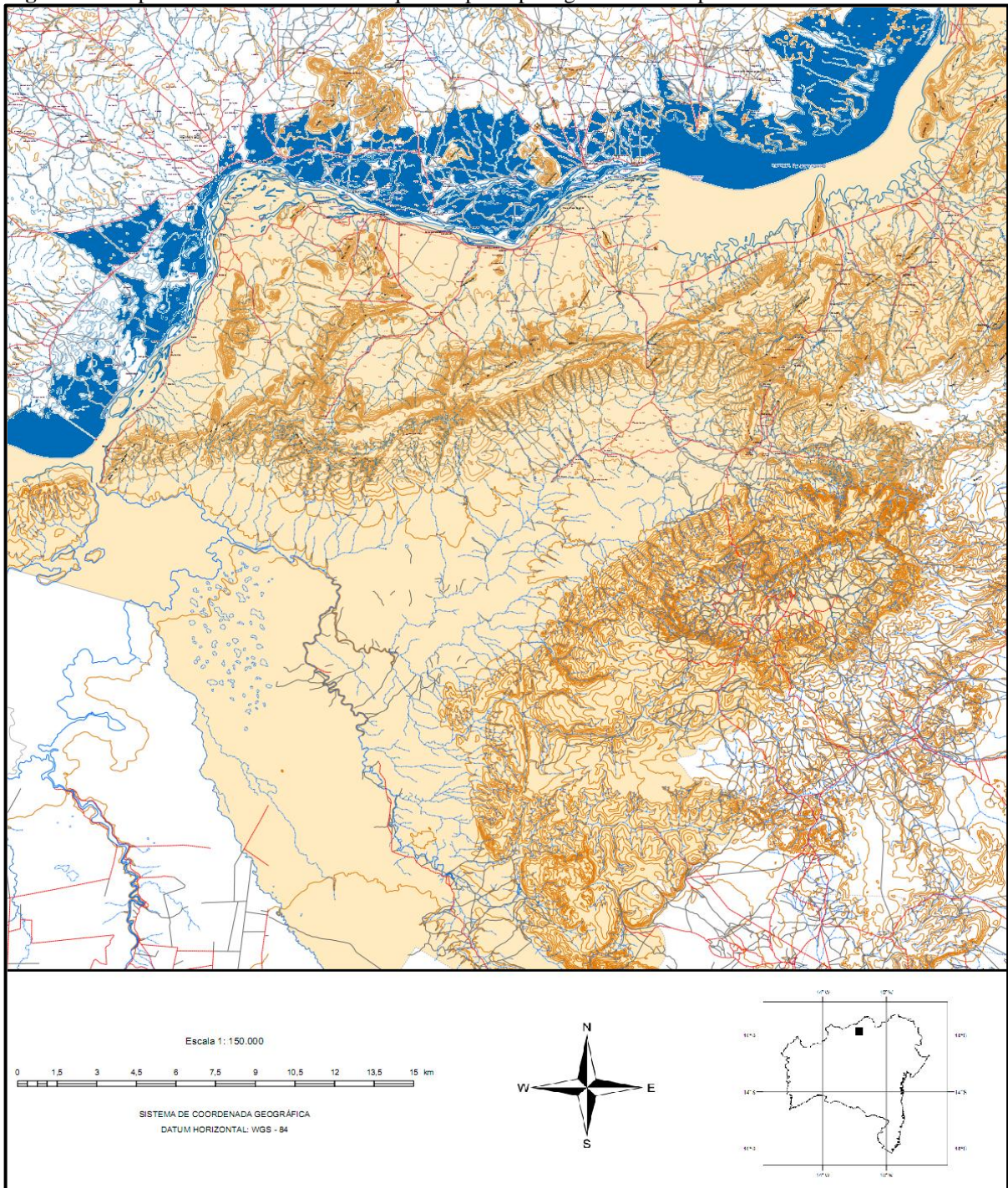
A relação dos grupos pré-coloniais e as populações atuais com a vegetação e hidrografia se verifica nos modos de vida em aspectos socioculturais e econômicos. Os povos desta região conheciam o ambiente e neste encontravam os recursos para as mais variadas dinâmicas, entre elas a realização de atividades de comunicação cujos fragmentos se conservaram nos sítios arqueológicos rupestres.

Tomando-se por base a identificação de espécies vegetais típicas da caatinga, predominante nesta área de pesquisa, nas atuais florestas e cerrados, pode-se afirmar que no Pleistoceno teriam ocorrido três a quatro períodos de clima seco, quando predominaram o intemperismo mecânico e os movimentos de massa que transportavam, desde material grosso até material fino, formando desta maneira um novo cenário vegetal e hidrográfico. (TRICART, 1958; BIGARELA, 1964, *apud* JATOBÁ, 1993).

No Quaternário, as mudanças nas condições paleoclimáticas foram responsáveis por repetidos avanços e recuos das florestas, de acordo com as diferentes fases chuvosas e secas. Nas épocas mais secas, as florestas recuavam e se restringiam às áreas onde as condições climáticas locais permitiam sua sobrevivência.

Nas épocas úmidas acontecia o máximo da expansão das florestas. Nas fases glaciais predominam processos de erosão com grande transporte de massa de detritos. As fases interglaciais trazem intensos processos de intemperismo químico e a ação erosiva é muito significativa. A mudança climática propicia o surgimento de um novo tipo de vegetação e com o desenvolvimento destas fases o atual panorama de vegetação e hidrografia é configurado (BIGARELLA; MOUSINHO, 1960, *apud* JATOBÁ, 1993).

Figura 17. Mapa do relevo e da hidrorafia que compõe a paisagem do município de Sento Sé-BA.



Fonte: Folhas Topográficas do IBGE, SEI-BA, adaptado pela autora, 2018.

O clima seco predominante na maior parte do interior do Estado da Bahia proporciona a existência de uma elevada gama de riachos intermitentes. É neste contexto hidrográfico (fig. 17) que se situa o município de Sento Sé, onde se insere nossa área de pesquisa.

1.4 Ecologia da paisagem em arqueologia

Caracterizado a área de estudo na percepção física, tento em vista os elementos que diversas vezes dialogam com as questões paisagísticas, faz-se necessário antecipar de maneira concisa como nossa pesquisa compreende o conceito de paisagem. A respeito da paisagem ecológica, como um conceito que reforça a característica multidisciplinar da arqueologia, em qualquer área do globo, inclusive no Submédio São Francisco, são desenvolvidas competências de ciências biofísicas e socioeconômicas para explorar questões de pesquisa básica e aplicada sobre geografia humana, ecologia, conservação, gerenciamento, design, planejamento e sustentabilidade de paisagens como sistemas humanos e ambientais acoplados. Os estudos de ecologia da paisagem permitem a ciência arqueológica caracterizar métodos em que atributos espaciais e arranjos de elementos paisagísticos, ligados às dinâmicas de grupos humanos, possam analisar e relacionar processos caros ao entendimento de contextos socioambientais pretéritos e atuais.

Então, o que queremos dizer com paisagem? Vale observar que, os usos do termo paisagem são muitas vezes aplicados de maneira pouco rigorosa e podem incluir um foco de atenção e uma qualidade percebida com frequência baseada apenas em estética, mas na verdade, a paisagem requer uma compreensão complexa que abriga variados elementos aptos a modifica-la. Sua estrutura pode mudar através de processos naturais geológicos ou biológicos. Terremotos, vulcões e deslizamentos de terra são exemplos de processos geológicos. O trabalho da fauna e da flora que, conforme seus nichos, promovem o resurgir de uma área florestada é um exemplo de uma atividade biológica que pode mudar a estrutura da paisagem. A atividade antrópica, como o desmatamento das terras florestais para a agricultura, a extração de minérios ou a expansão das áreas urbanas, também causam mudanças significativas na estrutura da paisagem. Essas mudanças na estrutura, sejam elas causadas por forças naturais e/ou humanas, podem ter impactos significativos em questões estéticas, no entanto, também permitem investigar os processos culturais e socioambientais de demanda arqueológica. Portanto, paisagem é todas as interrelações dos elementos abiótico e biótico compostas pelas dinâmicas de classe natural e humana em processos de modificação.

1.5 Metodologia

Um dos métodos utilizados, de acordo com as discussões pautadas na história oral, foi a entrevista que é a coleta de dados que abordará o expressar da memória do entrevistado podendo contrastar o que é dito com o que é vivido na comunidade. Os tipos de entrevistas são: a entrevista estruturada, onde o pesquisador já está ciente sobre o tema e trás questionamentos buscando respostas objetivas; entrevista semi-estruturada no qual as respostas são menos diretas e que dão maior liberdade ao entrevistado; e entrevista não estruturada, na qual existe maior liberdade, sem um tema fechado, mas que demanda maior confiança do entrevistado, no entanto, pode se ter acesso a muitas informações que não necessariamente está no objetivo do trabalho, mas poderá contribuir em outros temas. A priori, o modelo de entrevista semi-estruturada foi acometida nesta pesquisa. A entrevistadora esteve ciente do tema específico e elaborou questionamentos de base. No entanto, no decorrer das entrevistas, as resposta excederam as exigências do questionário e, desta forma obtivemos informações para além do previsto. Fator que contribuiu significativamente na construção de um contexto histórico construído por processos socioambientais específicos da região abordada na pesquisa.

As perguntas, num trabalho de história oral, não se limitam aos entrevistados em si, elas são uma constante também na análise dos questionamentos respondidos. É importante ressaltar que as perguntas não têm o sentido de estabelecer quais relatos são verídicos e quais não são. As entrevistas constituem memórias individuais que podem refletir também aspectos de uma memória coletiva, não apresentando necessariamente coerência entre si. Lidamos com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas. De certo modo, cada colocação e cada fala têm, de forma intrínseca, um discurso próprio indissociável de ideologias e reivindicações como é percebido na voz da comunidade, bem como as ações sem expressão das palavras compreendidas na atuação da CHESF. Desta forma, inserimos a metodologia do registro oral e da análise documental de modo a sermos críticos na compreensão desses discursos.

Compreendo a metodologia pautada na história oral, entendemos também, de acordo com Alberti (2004), que ela pode ser definida como método de investigação científica, como fonte de pesquisa, ou ainda como técnica de produção e tratamento de depoimentos gravados. Nesta pesquisa, a história oral é considerada um método para alcançar reflexões mais gerais acerca das relações entre a arqueologia e o público local. A metodologia a ser aplicada ao

trabalho proposto consistiu três fases distintas fundamentadas nos preceitos sugeridos por Alberti (2004): a preparação das entrevistas, a entrevista propriamente dita e o tratamento final dado ao material coletado.

No entanto, ainda que a história oral seja uma ferramenta ímpar para a proposta desta pesquisa, vale lembrar que ela guarda algumas armadilhas que lhe são inerentes. A pesquisa de campo nos possibilitou ver rostos, expressões, gestos, sensações de conforto e desconforto, estranhamento, ouvir vozes, silêncios, risos e lágrimas que jamais poderão ser transportados para estas linhas. Esta é talvez a maior armadilha desta metodologia que nos põem frente a frente com pessoas, uma vez que esses aspectos não costumam ser levados em consideração na escrita do trabalho. É difícil propor um distanciamento quando a metodologia nos aproxima tanto do nosso objeto de estudo. Sem dúvida este é um dos grandes desafios para quem se propõe a trabalhar com história oral.

No caso desta pesquisa, os fatos na vida dos indivíduos nos apresentam não somente suas percepções sobre o passado, mas sobre o presente e o futuro. De acordo com Tilley (2006, p. 09) “os objetos promovem um poderoso meio para materialização e objetificação do eu, contendo e preservando memórias e incorporando experiências pessoais e sociais”. A relação entre o patrimônio arqueológico, indivíduos e grupos de indivíduos ocorre a um vasto período de tempo, remontando até a origem da espécie humana, e é essa relação que buscamos estudar. Como ressalta Lima (2011), a cultura material é a dimensão concreta das relações sociais e, de modo a complementar esta afirmação, tais relações sociais associadas às dinâmicas da paisagem permitem a compreensão dos contextos históricos e arqueológicos.

Todo o registro de campo foi realizado em fichas de controle de dados. Para o registro digital, além da fotografia, aplicamos o uso de artifícios informáticos ao método de elaboração de mapas com conteúdos relacionados aos aspectos físicos, conceituados pela geografia, e aspectos arqueológicos sobre a quantificação e distribuição de sítios. Assim, de modo a evidenciar suas características e potencializar a análise que contribuiu para o levantamento arqueológico. Para a elaboração dos mapas, foram realizados os registros georeferenciados através do uso de GPS. As ferramentas computacionais aplicadas foram os softwares livres Inkscape, Gimp, Qgis e ArcGIS, entre outros programas auxiliares. Estes recursos digitais possibilitam o aperfeiçoamento do registro, no que mostram serem aliados importantes na pesquisa arqueológica em sua etapa laboratorial.

A elaboração de entrevistas como fonte de relatos orais com os colaboradores, tiveram

suas devidas autorizações de uso de imagem e som. Tal fonte compõe a bibliográfica histórica e arqueológica. Todos os dados foram disponibilizados no banco de dados da instituição. Os resultados serão publicados em artigos e também serão oferecidos ao público através de bibliotecas públicas. Cada comunidade diretamente acionada pela pesquisa recebeu uma cópia impressa do trabalho, bem como cada entrevistado que a solicitou.

Povoados da área de estudo caracterizado no município de Sento Sé localizado no Submédio São Francisco, sendo estes os de maior contato com os parques eólicos e os sítios arqueológicos, estão listados na tabela a baixo conforme bibliografia pesquisada.

Tabela 1 – Os povoados e a quantificação de feições com bens arqueológicos, respectivamente, em seus limites.

Nº	POVOADOS	QUANTIFICAÇÃO DE FEIÇÕES COM BENS ARQUEOLÓGICOS
1	Traíras	1
2	Bonsucesso	1
3	São João	2
4	São Pedro	5
5	São Gonçalo da Serra	4
6	Brejo de dentro	5
7	Mina do Incaibro	5
8	Piçarrão	5
9	Brejo da Martinha	6
10	Piri	10
11	Lajes	4
12	Limoeiro da Batateiro	12
13	Cabeluda	11
14	Mimoso	6
15	Alegre	4
16	Gruna	2
17	Lagoa do Mari	17
18	Brejo da Brásida	13
19	Sanharó	8
20	Ponta D' água	4
21	Cajuí	1
22	Itapera	2
23	Riacho dos Paes	4
24	Cumbe	4

CAPÍTULO II – A FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A paisagem rebusca o lugar de história e memória nos olhos de quem viu e vê, e de quem viveu e vive o espaço. Surgindo assim, uma pluralidade de significados, símbolos e memórias da paisagem (IGUATEMY, 2017).

Na segunda parte, este trabalho tem por propósito principal fomentar a arqueologia da paisagem, fundamentando-se nas abordagens teóricas, a partir das interpretações dos espaços sociais. Dessa forma, abordando os contextos naturais, sociais e arqueológicos. Incorporando-se com os objetos de análises e preservação do patrimônio histórico. Dessa maneira, implica-se em lidar com duplo aspecto: o social e cultural, sendo uma pluralidade simbólica deste espaço. Nesse sentido, o espaço se constitui em um reflexo de processos socioculturais, buscando atuar como fatores constitutivos, interferindo em sua configuração simbólica, recebendo, processando e transmitindo mensagens sociais. Assim com aponta Duarte (2013), “Entendemos que, não se pretende dizer apenas o que o rio significa, mas sim entender a relação que o rio estabelece com outros elementos da paisagem”. As ideias de significado e significante dos locais de memória, portanto, não são como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. Partindo dessas características, as diversas paisagens representadas, como o Rio São Francisco, os sítios arqueológicos e os elementos históricos na cidade nova/antiga de Santo Sé são explanados:

Lugar de memória se entende como resposta a necessidade de identificação do indivíduo. “São nos grupos regionais, étnicos, comportamentais, de gerações, de gêneros, entre outros, que se procura ter acesso a uma memória viva e presente no dia-a-dia”. Os lugares de memória estão definidos pelo critério: “só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica [...] só entra na categoria se for objeto de um ritual” (PIERRE NORA 1993, p. 18).

O significado social da paisagem interpretativa engloba as dimensões culturais e físicas do espaço, o lugar configura-se por uma identidade local, individual ou coletiva. A análise interpretativa busca a significância e seus significantes nos elementos dos espaços sociais. A Paisagem concebida com os artefatos atua de forma decisiva na configuração simbólica de uma dada realidade social. Um artefato da memória social, a paisagem cultural abriga sentimentos e história, modificados pelas ações naturais, temporais e ações antrópicas intrusivas.

Desta maneira, é nos lugares que a vida social se recria. As relações sociais e territoriais, ali se dão enquanto realidade palpável. E, como os lugares e o mundo formam uma totalidade dinâmica as identidades dos lugares são

produzidas constantemente, não são apenas cristalizações do passado, heranças do vivido, mas representações do mundo. Assim podemos pensar em um espaço social híbrido, onde novos e velhos usos do território coexistem com um motor de dinâmica do lugar (LUCIARI; ISOLDI, 2007, p.166).

As pesquisas desenvolvidas no campo subdisciplinar da Arqueologia da Paisagem contribuem, cada vez mais, para instigar discussões acerca da crescente dificuldade em estabelecer uma delimitação precisa entre os discursos nas áreas de ciências geográficas, antropológicas e arqueológicas. Nas últimas décadas, algumas disciplinas que trabalham com a questão do espaço/paisagem cultural, se estruturam com argumentos extraídos da antropologia, filosofia e teoria social, e, de início, cada uma enfatizou de forma diferente.

Nas últimas três décadas, as abordagens da arqueologia da paisagem sobre os contextos arqueológicos passaram a percebê-los como resultado da “ação combinada de processos naturais e culturais, cujas mudanças dizem respeito a alterações de longa duração, associadas à evolução da paisagem” (Lanata, 1997). A caracterização da paisagem arqueológica pode representar a variabilidade de respostas diante das possíveis estratégias de ocupação dos grupos humanos ao longo dos tempos.

Considerando a paisagem enquanto uma “construção” humana, em que se relacionam questões do ambiente natural e do ambiente social, se desenvolve uma vertente da Arqueologia interessada em entender a maneira como as paisagens se conformam (DUARTE, 2013).

A Arqueologia da Paisagem considera as intervenções humanas (construções, gravuras, pinturas, fogueiras, sepultamentos) relacionáveis com os aspectos naturais do lugar em que estão. Busca dizer sobre a maneira como os povos ou grupos lidavam com o meio. (DUARTE, 2013).

Um paralelo entre a Geografia Cultural e a Arqueologia, por exemplo, mostra-nos que, a princípio, enquanto a segunda desenvolvia uma abordagem mais calcada no estruturalismo, a primeira recebia influências diretas da fenomenologia e hermenêutica. Atualmente, estes campos foram consideravelmente expandidos, o que tem suscitado o desenvolvimento de linhas de inferência muito próximas na análise das paisagens.

Mediante uma rápida avaliação do histórico destas disciplinas, é possível constatar que a abordagem comportamental, funcionalista e positivista da Nova Arqueologia (surgida nos anos 1960) retardou um processo que já se efetivava na Geografia, ou seja, o de perscrutar a mente humana e o significado do comportamento e da cultura material. As décadas

subsequentes, por sua vez, foram caracterizadas por uma forte reação ao positivismo e empirismo em ambas as disciplinas, sendo as questões de subjetividade individual, significado e simbolismo as molas propulsoras dos debates que passaram a dominar o cenário intelectual. Hodder (1987, p. 136), ao avaliar o arcabouço teórico das duas disciplinas, conseguiu identificar alguns princípios de divergência e convergência no que diz respeito à forma como elas lidaram, e ainda lidam, com a abordagem dos significados simbólicos, considerados com base numa perspectiva temporal. Para tanto, ele fez questão de esclarecer que, enquanto a Geografia se caracteriza por ser uma ciência espacial, o espaço constitui apenas um dos domínios da Arqueologia, que, durante muito tempo, privilegiou outros como, arte, estilo, sepultamentos, rituais entre outros, em suas análises sobre o simbolismo. Os princípios de divergência podem ser mais bem focalizados no decorrer das décadas de 1960 e 1970. Na Arqueologia, as questões espaciais passaram a ser abordada no âmbito da relação entre territorialidade, acessibilidade aos recursos, comportamento humano, interação social, troca de informação, variabilidade tipológica e estilo da cultura material, quando a base funcionalista de muitos modelos criados relegava os artefatos e o simbolismo a um papel passivo.

Nos anos subsequentes, enquanto a Arqueologia se familiarizava com a abordagem estrutural, a Geografia se beneficiava com o testemunho oral e escrito em estudos de fenomenologia, enfatizando a intencionalidade e a subjetividade na interpretação das paisagens culturais modernas. A fenomenologia, é compreendida pelos geógrafos como proporcionando um arcabouço filosófico para as abordagens humanistas, permitindo-lhes converter o espaço em lugar, definido como "um centro de significado ou um foco da conexão emocional humana que dá às pessoas um senso de identidade" (HODDER, 1987, p. 139). Para Tuan (1983), por exemplo, o espaço, ao se tornar familiar, se transforma em lugar, que é um mundo ordenado e significativo.

Na década de 1980, com as críticas, às diversas abordagens, como a fenomenológica, a positivista e a estruturalista, observou-se uma convergência nas duas disciplinas, enriquecida pelos debates que se implementavam no marxismo contemporâneo, especialmente sobre o tema da ideologia. "Em escalas diferentes, as relações espaciais podiam servir para mascarar, naturalizar ou mistificar contradições tanto entre grupos sociais com interesses distintos como entre forças e relações de produção" (HODDER, 1987, p. 141).

Os discursos na arqueologia e na geografia cultural passaram a ser fortemente influenciados pelas próprias críticas feitas ao marxismo, que, por sua vez, tinham relação direta com algumas outras associadas ao estruturalismo, neo-evolucionismo e funcionalismo. Estas se centravam, basicamente, "na relação entre o indivíduo e a sociedade e entre ideia e prática" (HODDER, 1987, p. 143). Os trabalhos de Anthony Giddens, Pierre Bourdieu, Mary Douglas e Michel Foucault, entre outros, foram decisivos no redirecionamento das pesquisas, que passaram, então, a não mais perceber os indivíduos como elementos passivos, regulados por estruturas inconscientes e sociais, por universais psicológicos ou por sistemas (HODDER, 1987; TRIGGER, 1989; RENFREW; BAHN. 1993; SHACKEL; LITTLE, 1992). Ao serem incorporados ao centro das discussões teóricas travadas nos âmbitos da Arqueologia e Geografia, os indivíduos e a própria cultura passaram a compartilhar um status ativo na configuração e mudança social.

A incorporação da paisagem, culturalmente determinada como objeto de análise pela Arqueologia, resulta da convicção de que, por se tratar de um elemento da cultura material, passível de ser analisado como um artefato, se enquadra em seu campo de investigação. A perspectiva que concebe as paisagens como artefato lida, intrinsecamente, com a ambiguidade de sua própria natureza, ou seja, com seu caráter passivo (como produto de relações sociais) e ativo (como vetor de relações sociais) (BEZERRA DE MENEZES, 1983). Duncan (1990) refere-se a essa dupla qualidade da paisagem como estruturada e estruturante, respectivamente, inspirando-se em Barthes (1974).

Consequentemente, o seu potencial como instrumento de inferência é redimensionado, o que vem permitindo aos arqueólogos e geógrafos culturais, particularmente, elaborarem reflexões sobre a forma como a paisagem atua na configuração das sociedades, imprimindo valores, normatizando e influenciando comportamentos, legitimando e naturalizando desigualdades, bem como exprimindo resistências. Algumas pesquisas, inicialmente desenvolvidas dentro da Geografia Cultural (DUNCAN, 1985; 1990; 1994), mas gradativamente se generalizando na Arqueologia (McGUIRE, 1991; MROZOWSKI, 1991; PAYNTER, McGUIRE, 1991; ROTMAN, NASSANEY, 1997; YAMIN, METHENEY, 1996), têm compreendido a paisagem como uma produção cultural integrada tanto à reprodução como à contestação do poder político. Com isso, abordagens mais amplas vêm sendo desenvolvidas, discutindo o significado da paisagem para quem a construiu ou para quem veio a ocupá-la, fortemente calcadas em um enfoque teórico sociopolítico, cujo objeto de estudo não é apenas a paisagem, como cultura material, mas, também, o homem que com

ela interage. Nesses termos, a paisagem não se constitui em um mero reflexo de processos socioculturais, mas atua como um de seus fatores constitutivos.

A característica da paisagem como um terreno no qual se efetiva a luta entre diferentes códigos de construção de significado (DANIELS; COSGROVE, 1994) trás que representações também operam dentro de campos discursivos presentes em todas as instituições - lei, ciência, religião, política etc. - que, por sua vez, contêm um número de discursos constituídos por um conjunto de narrativas, conceitos e ideologias relevantes. Os discursos são definidos como um arcabouço de inteligibilidade, dentro do qual as práticas sociais são comunicadas, negociadas ou alteradas, ao mesmo tempo em que servem de instrumento na luta pelo poder político, posto que ideologias e relações de poder são inerentes à linguagem e à estrutura (DUARTE, 2013).

Para se elaborar uma interpretação do significado de uma determinada paisagem, é preciso identificar os diferentes discursos que atuam na sua configuração, lidando, concomitantemente, com dois níveis de observação: um que diga respeito à vida social num plano geral, e outro, associado às relações de poder em particular; em ambos se deve procurar compreender como essas relações são constituídas, reproduzidas e contestadas. Com base nesse princípio, Duncan (1990, p. 4-5) descreve o processo de inferência nos estudos da paisagem como se constituindo de duas etapas: "o exame dos mecanismos com os quais a paisagem trabalha"; e "o papel da paisagem na constituição da prática social e política".

Assim a paisagem, concebida como artefato, atua de forma decisiva na configuração simbólica de uma dada realidade social. Tuan (1983, p. 114-9), utilizando-se da expressão "o hábito embota a mente", traduz bem o potencial do espaço construído para aguçar a percepção humana, definindo as suas funções sociais, relações e sensações - como interior/exterior, fechado/aberto, privado/público etc. - e transformando em algo concreto. Por meio de uma analogia entre linguagem e ambiente construído, ele constata que ambos têm o poder de definir e aperfeiçoar a sensibilidade e ampliar a consciência, servindo - ao revelar e instruir a um propósito educacional. Ademais, eles articulam a ordem social, Bourdieu e Appadurai (apud PURSER,1992), reforça a premissa de que o espaço e os objetos participam, ativamente, de um processo de comunicação não apenas por serem consumidos, mas porque esse próprio consumo implica um domínio prático ou explícito de um código de significados sociais, no qual a cultura material assume sua configuração e atua.

Isso significa dizer que a estruturação da paisagem não se caracteriza apenas como um processo mecânico, mediante o qual novas disposições espaciais surgem, mas que o significado das reordenações remete a um processo de comunicação engendrado pelos agentes sociais. A cultura material e, neste caso específico, a paisagem não apenas transmitem mensagens sociais, mas as recebem e processam, dentro de um código de significados compartilhado pelos indivíduos. Ao criar, reproduzir e transformar relações sociais, o ambiente construído é utilizado para reforçar as relações de poder, autoridade, desigualdade e resistir a elas, facilitando atividades e movimentos de alguns indivíduos e dificultando os de outros.

Paynter e McGuire (1991), ao considerarem duas questões dominantes na Arqueologia quanto às considerações sobre o passado humano - uma que enfatiza o peso da tradição, desenvolvida pelos pesquisadores que seguem a abordagem histórico-cultural, e outra que procura entender as mudanças na relação entre sociedade e natureza, característica dos ecologistas culturais -, advogam uma terceira posição, uma abordagem político-econômica que enfatize as lutas entre membros da sociedade no exercício do poder social. Estapostura compartilha os mesmos princípios das pesquisas desenvolvidas, na Geografia Cultural, por Duncan (1990; 1994), o que reforça a convergência a que se referia Hodder (1987); tanto que é possível verificar em Arqueologia os desdobramentos desse tipo de abordagem político-econômica, haja vista a pesquisa empreendida por Rotman e Nassaney (1997), voltada para padrões de assentamento de microescala e organização social, associados ao desenvolvimento e à reprodução da estratificação social.

A cultura material é semelhante a um texto (JOHNSON, 2000). A ideia de que um texto pode fornecer distintos significados a diferentes pessoas; a capacidade de manipulação, ainda que inconscientemente, por parte dos autores; e a suscetibilidade de múltiplas interpretações (derivada do não-controle do autor sobre sua escrita), são algumas semelhanças traçadas pelos pós-processualistas entre o texto e a cultura material. Hodder (1994) defende a tese de que a cultura material não é somente um reflexo direto do comportamento humano, é também uma transformação desse comportamento. Ele expressa que:

[...] la arqueología es parte de la historia (...) El hecho de escribir con tinta en un papel es, en sí mismo, un tipo de cultura material y la deducción del significado sobre la base de tal evidencia no es distinta de la que se infiere a partir de los objetos materiales en general. En este sentido, la historia es parte de la arqueología (Hodder, 1994, p.26).

A tentativa em superar a dicotomia entre o ideal e o material advém da rejeição a uma concepção de ciência positivista. Segundo Johnson (2000), para os pós-processualistas não há maneira de confrontar a teoria com os dados, o que ocorre realmente é que vemos os dados através de uma “nuvem de teoria”. Ou seja, os dados sempre levam consigo uma carga teórica e subjetiva, não havendo assim, a própria dicotomia entre dados e teoria. “O passado é matéria bruta que requer complexidade para tornar-se objeto arqueologicamente significativo e discursivo” (REIS, 2003, p.77). No “pós” não há uma verdade esperando para ser descoberta pelo arqueólogo, o que há são “verdades” distintas sobre o passado, construídas a partir da condição política e cultural do presente. Seguindo essa perspectiva, há a pretensão de alcançar os aspectos cognitivos a partir da cultura material. Ian Hodder afirma que

son las ideas, las creencias y los significados los que se interponen entre la gente y las cosas. El enterramiento [por exemplo] adopta distintas formas, que son reflejo de la sociedad. Estas distintas formas dependen claramente de las actitudes de esa sociedad hacia la muerte (HODDER, 1994, p.17).

Com a tentativa de superar essas dicotomias, a disciplina arqueológica se fragmenta em diversos campos de abordagens. No pós-processualismo a Arqueologia é vista como uma ciência social que responde aos aspectos que a sociedade ou que os pesquisadores dão relevo. Tomando-a num sentido temático pode-se ter uma arqueologia econômica, social, simbólica, de gênero, espacial, entre outras (JORGE, 2007). Ou seja, não há Arqueologia, há Arqueologias “de” e “para” os grupos em questão. Esta fragmentação do saber e da produção do conhecimento, gera uma maior especialização do conhecimento e se perde o referencial do “todo”.

O retorno às identidades com o pós-processualismo ocorre a partir da superação da dicotomia entre sujeito e objeto. Essa relação é vista numa perspectiva onde a experiência aparece como mediadora da identificação do pesquisador com o “seu” objeto de estudo, no caso da pré-história: a cultura material. Em outras palavras, é a identidade do arqueólogo refletida de forma dialética nas interpretações que faz do registro arqueológico. Como assinalou Ian Hodder (1994) a finalidade última em estudar a cultura material só pode ser o autoconhecimento. Projetamos a nós mesmos no passado de forma crítica, tentando nos conhecer melhor.

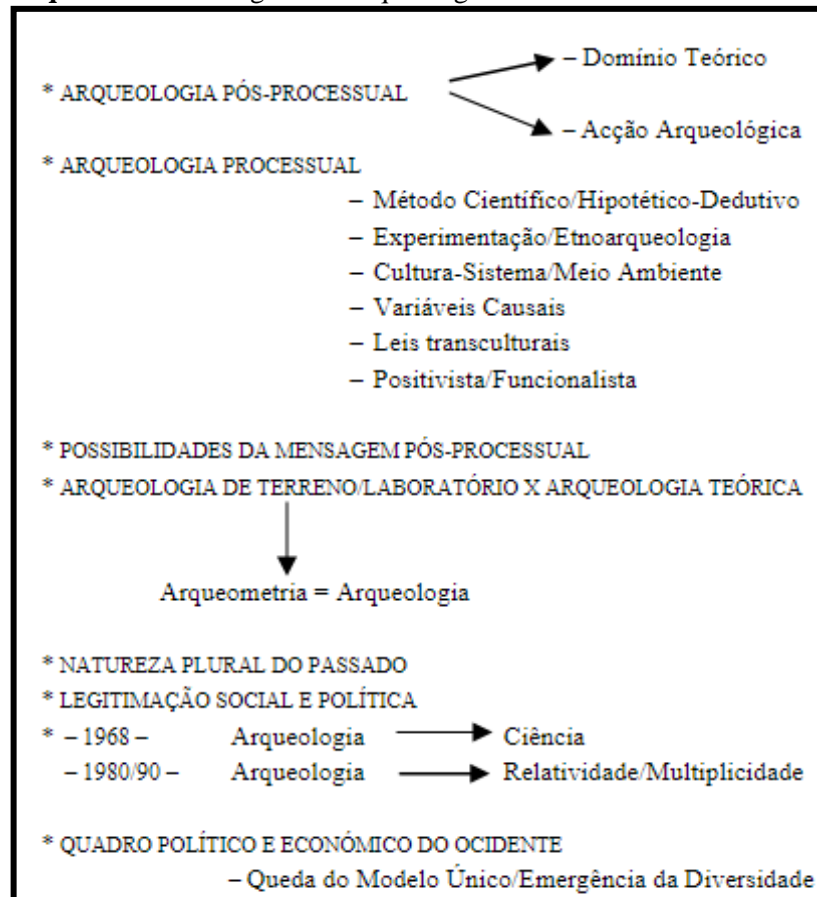
Com o pós-processualismo, o conceito de identidade retorna à literatura arqueológica, aliás, o conceito se fragmenta e se multiplica: neste paradigma falamos em identidades. Sob a bandeira da pós-modernidade, o pós-processualismo é marcado pela tentativa de superar as

dicotomias. Expomos as seguintes ferramentas teóricas para construção (ou desconstrução) do conceito de identidade: a relação entre cultura material, indivíduo e sociedade; O retorno à História e a relação entre passado e presente. A ideia implícita na primeira ferramenta é de que a experiência arqueológica aparece como mediadora da identificação do pesquisador com o “seu” objeto de estudo. Em outros termos, é a identidade do arqueólogo refletida de forma dialética nas interpretações que faz do registro arqueológico. A ideia emergente das demais ferramentas é de que se buscam as experiências passadas e as “soluções” dos problemas passados para mediar ou regular as soluções para problemas enfrentados no presente.

A premissa que norteia sua pesquisa é de que as interpretações que produzimos sobre o passado se situam sempre no presente político, ou seja, é a historicização da produção de conhecimento arqueológico.

Os preceitos pós-processuais estão inseridos também nos trabalhos que defendem o engajamento e compromisso social e político do pesquisador. O enfoque representativo desta premissa é a chamada Arqueologia Pública. Este enfoque defende a importância de uma arqueologia socialmente engajada com o público leigo.

Esquema 1. Abordagem em arqueologia.



Uma intervenção plural no estudo arqueológico, o contexto que permitiu o surgimento de uma mais nova corrente epistemológica na arqueologia (pós-processualismo) foi no período em que esta disciplina obteve seu momento conhecido como Processualismo ou Nova Arqueologia que estava engajada no bojo positivista. Esta vertente teve como base a procura por leis gerais ou regularidade do comportamento humano, e em sua adaptação ao meio, em qualquer época ou lugar. Ela realizava seus estudos buscando a verdade absoluta.

Nos últimos anos, o campo teórico na arqueologia tem sido palco de confrontações. O edifício sólido da Nova Arqueologia começou a sofrer severos ataques a partir da década de 1980. Ainda que, numa fase inicial, as suas críticas fossem desacreditadas e desvalorizadas, gradualmente começou a afirmar-se a validade de muitos dos argumentos utilizados por estes autores. O pensamento pós-processual insidiou-se de tal forma na arqueologia que modificou muitos dos paradigmas até dos investigadores mais positivistas, e inspirou a criação de uma reformulação no seio do processualismo, a Arqueologia Cognitivo-Processual em meados da década de 1990. Apesar disso, os seus defensores continuam a ser olhados com uma enorme desconfiança por parte da comunidade arqueológica convencional.

O pós-processualismo vai ser uma corrente de diversos segmentos contrários ao processualismo, servindo-se de pensadores sociais como Karl Marx, Antoni Giddens, Michael Foucault, Pierre Bourdieu e de instrumentais teóricos como a hermenêutica ou a fenomenologia. Para tanto, a principal pergunta feita pelos pós-processualistas é por que, ou, mais especificamente, para quem ou para que, a cultura material age sobre as pessoas (COSTA, D., s/d). Esta corrente refuta a existência de leis universais, rejeita o modelo positivista e a concepção de conhecimento imparcial, crítica a Teoria dos Sistemas e os tipos evolucionários culturais, e exige uma maior aproximação às ciências sociais e humanísticas.

Porem o pós-processualismo está longe de significar a ruptura com seus predecessores. Não deve ser considerada como uma ameaça, ou sequer uma força opositora quer à arqueologia quer ao processualismo. A combinação de ambas pode ser utilizada na produção de um conhecimento mais totalizante. Estudos de alta qualidade estão sendo realizados através o uso de todas as vertentes citadas. Muitos pesquisadores realizam as suas especializações abordando em suas teses, dissertações e outros, características pertinentes e adequadas a cada trabalho se munindo das correntes teóricas da atual arqueologia.

Contudo, As perspectivas futuras são otimistas. À medida que o pós-processualismo cada vez menos se pode caracterizar como um movimento reacionário contra o seu antecessor, cada vez mais praticantes hibridizam o seu pensamento com propostas inovadoras.

O estudo da paisagem em Arqueologia presume o uso de diferenciadas categorias em diferentes áreas do conhecimento, tendo como foco a compreensão das relações existentes entre humanos e seus ambientes. É sabido que os humanos percorrem o ambiente em que vivem, nos quais percepções e conceitos são estabelecidos por meio dos processos cognitivos e, conseqüentemente, culturais. Assim, a paisagem passa a ser compreendida como uma construção social, tendo como base teórica para tal entendimento os conceitos de: Estabelecimento de Mauss; Lugar de Binford; e Lugares Persistentes de Schlanger.

A paisagem em Arqueologia envolve questões complexas sobre as maneiras com que grupos pré-históricos moldaram seus espaços¹, situações que abarcam uma variedade de processos tanto relacionados à organização desse espaço, quanto a sua modificação em função de uma diversidade de propósitos que incluem: subsistência, questões de ordem econômica, social, política, cognitiva, ideológica, de poder, simbólica ou religiosa (HODDER, 1987).

Assim, a paisagem arqueológica assume o caráter de fenômeno social dentro de contextos históricos específicos e, como tal, transmite símbolos interpretáveis em meio à teia de significados em que está envolvida (GEERTZ, 2001).

Devemos nos lembrar de que o registro arqueológico encontra-se disposto no meio natural sendo influenciado por ações que regem esse meio: erosões, sedimentações, bioperturbações, uso e ocupação do solo, etc. (SCHIFFER, 1972). Todavia, o artefato deve ser compreendido além das características naturais, enquanto resultado das ações sociais de um grupo – o que nos remete à noção de intencionalidade (JOHNSEN e OLSEN, 1992).

Dessa maneira a arqueologia assumem, portanto, uma postura multidisciplinar, em que diferentes métodos e conceitos são envolvidos para a observação, apreensão e explanação de um fenômeno, ou seja, na ordenação e formulação dos fenômenos de modo que sejam suscetíveis à explicação (DUNNEL, 2007).

¹ Hodder (1987), em um trabalho comparativo entre Geografia e Arqueologia, apresenta a visão de que a primeira é uma ciência espacial, enquanto a outra tem no espaço um dos seus focos de estudo e que, durante muito tempo, dedicou-se a outras áreas (rituais, estilo/função, arte, etc.). Atualmente, inclusive dentro das diversas recomendações de preservação patrimonial e do avanço da Arqueologia Pública, o espaço assume a posição de uma categoria analítica privilegiada.

Ademais, não podemos nos esquecer de que o objeto de estudo da Arqueologia é o registro arqueológico em sua totalidade contextual, de modo que seja possível essa explanação com vistas à compreensão do comportamento humano em escala diacrônica e espacial², via associações e inter-relações entre remanescentes culturais, a matriz arqueológica em que estão envolvidos e o entorno direito, portanto, a paisagem em seus elementos físico-bióticos.

Essa perspectiva vai além dos conceitos de territorialidade, troca de informações, estilo/função da cultura material, acesso aos recursos naturais, etc., sem desmerecê-los; amplia a discussão do que representa a paisagem na organização social de um grupo e como registro arqueológico. É válido destacar que sob esse viés a paisagem é compreendida como uma construção social.

De qualquer forma, para se alcançar a compreensão efetiva que como se deu a relação dos humanos em seus ambientes, é necessária a ampliação de nossas investigações dentro de variáveis fundamentais para a Arqueologia, a saber:

- Compreender as características físico-bióticas dos locais de estudo geologia, geomorfologia, aspectos climáticos, recursos hídricos, cobertura vegetal, fauna, etc.;
- Compreender os local de ocupação continuada (MENDES, 2007), com base na hipótese de que o manejo da paisagem extrapole questões adaptativas e de subsistência, mas relacionado aos aspectos de ordem cognitiva, ao apego sentimental, às escolhas e estratégias políticas, ideológicas ou ritualísticas, dentro de uma rede de significação;
- Compreender a paisagem como incorporada ao Fato Social Total, com base no conceito de estabelecimento de Marcel Mauss (1974);
- Inferir como estão distribuídas as estruturas arqueológicas regionais, conforme as feições da paisagem, ou melhor, por meio do exame do registro arqueológico, inferir sobre as interações entre grupos humanos e os paleoambientes acerca da distribuição de recursos e exploração, padrão de mobilidade, escolhas relacionadas ao estabelecimento de sítios diversificados (residencial; de observação; de obtenção de matéria-prima; de pesca, caça e coleta; ritualísticos; etc.), lugares de uso contínuo, etc.;

Nesse caso, abordagens naturais se fundem às culturais, uma vez que são nas variantes ambientais que se obtêm as pistas da organização social do grupo (ou grupos), ou seja, análises focando questões: paleoambientais (clima, geologia, geomorfologia, cobertura

² Segundo Dunnel (2007, p. 20), a maior virtude da Arqueologia enquanto ciência é a habilidade de lidar com o tempo e com a mudança.

vegetal, processos de sedimentação/ erosão); uso e ocupação do solo em escala diacrônica; estratificação de sítios; datações radiocarbônicas, etc.

Faz-se imprescindível o uso de diferentes técnicas, métodos e postulado teórico que, interligados, permitem a compreensão de como as coisas vieram a ser com são, justificando, portanto, a importância assumida pela Arqueologia da Paisagem para os estudos contemporâneos, nos quais artefatos ou sítios isolados não são capazes de elucidar com coerência esses fins.

2.1 Os diferentes paradigmas da paisagem em arqueologia

Existem diferentes paradigmas sobre o uso do conceito paisagem e, portanto, não há um consenso em Arqueologia, podendo ser pensado sob um viés mais ecossistêmico, ecológico-evolutivo, adaptativo, funcionalista ou culturalista, ou mesmo sob uma abordagem de modelo hipotético-dedutivo utilizado por Binford em suas análises etnoarqueológicas, como meio de se obter uma teoria de médio alcance (BINFORD, 2001).

Segundo Morais (2006), a Arqueologia da Paisagem europeia tem como foco o levantamento sistemático dos sítios arqueológicos que privilegia uma ação não destrutiva representada por esses ‘levantamentos de área’. Logo, são realizadas intensivas pesquisas de identificação da distribuição de sítios em uma região, sobretudo com aporte das geotecnologias. Consequentemente, imprescindível à pesquisa arqueológica é a compreensão do entorno dos sítios, isto quer dizer, da paisagem onde se inserem os assentamentos pré-coloniais, vista tanto em uma perspectiva natural, isto é, na sua materialidade, quanto em sua condição simbólica, grosso modo, como é pensada, interpretada e simbolizada pelos grupos que a ocuparam, fazendo parte de sua organização social como um todo³.

Assim sendo, há uma preocupação inerente entre os pesquisadores (mesmo de diferentes vertentes) com a utilização desses métodos e técnicas a fim de que se identifiquem os sítios arqueológicos (e lugares, geoindicadores ou marcos paisagísticos) dispostos na paisagem e interligados a ela, ou seja, o desenvolvimento de estudos sistemáticos e integrais do registro arqueológico e da paisagem, de forma que permita a compreensão da distribuição espacial (e relacional) dos assentamentos, ocorrências, locais de interesse arqueológico e,

³ Segundo Silva-Méndes (2007, p. 142): “(...) [Dessa] relação entre Homem e Ambiente, apropriações simbólicas do espaço são compreendidas dentro de um delimitador territorial que forma uma paisagem cultural, representada, no registro etnográfico, pelos mitos associados aos grupos humanos que mantêm uma relação duradoura com o local em que vivem. Essas relações revestem-se dos elementos que o Ambiente disponibiliza como representam os mitos indígenas que reproduzem seus cenários de origem mesmo em ambientes distintos dos quais foram geridos e estabelecidos como tradição”.

portanto, os possíveis usos do espaço por populações passadas, no que Boado (1991) definiu como uma estratégia de investigação, identificação e compreensão do registro arqueológico com vistas à reconstrução de paisagens arqueológicas, bem como os processos de continuidade e mudança que constituíram a paisagem atual.

A Arqueologia da Paisagem envolve o uso de ferramentas multidisciplinares, sobretudo fornecidas pela Geografia, Geociências e Ecologia⁴ a fim de compreender as maneiras pelas quais os grupos pré-coloniais ocuparam e modificaram a paisagem em função de suas práticas econômico-produtivas, sociais e culturais, da mesma forma entendendo como as pessoas foram influenciadas, motivadas e restringidas por ela, em um processo de compreensão das diferentes sociedades humanas em seus ambientes, que ultrapassam o possibilismo ou o determinismo ambiental, apresentando uma visão de estudos que associem natureza e cultura em suas totalidades.

Além disso, partimos da premissa de que o manejo da paisagem abrange questões que extrapolam as condições adaptativas e de subsistência. Dessa forma, como já citado, esse manejo estaria relacionado aos aspectos de ordem cognitiva, ao apego sentimental ao lugar, às escolhas e estratégias, políticas, ideológicas ou ritualísticas, enfim faz parte de uma rede de significação.

Acreditamos que a interpretação da paisagem sob o ponto de vista exclusivamente ecológico, que a compreende como o meio que garante a subsistência de grupos pré-coloniais que encontravam em seus recursos energia necessária para sua manutenção físico-biológica, não é uma visão de toda equivocada, uma vez que é por meio da captação desses recursos obtidos no meio que qualquer grupo humano sobrevive e, certamente, ocupam posição de destaque nas estruturas do grupo. O que é discutível é a passividade desses grupos em relação ao meio.

Logo, essa visão ecológica pode ser considerada a compreensão objetiva da paisagem, pela qual se explica parte das relações homem versus meio. Contudo, se esquece das particularidades do processo histórico, das escolhas que são de ordem puramente cultural, das graduações do fato, a consciência inerente à condição humana que permite a ordenação, classificação, os modos de pensar e de agir, o relativismo e as próprias escolhas.

⁴ Além das Ciências Exatas, da Informação e Engenharia.

Se o ser humano é capaz de pensar e repensar o meio que vive, por que se manteria passivo às condições impostas pelo ambiente? Indo mais além, a cultura é o que permite a organização social por meio dos sistemas de significação criados, recriados e transmitidos por um grupo e que, de certa forma, dá sentido à vida em sociedade. Ou seja, o mundo em sua materialidade é pensado e compreendido pelas sociedades ditas “primitivas”, diferente da lógica tecnicista do mundo ocidental, mas não menos objetiva (LÉVI-STRAUSS, 2008).

Dessa forma, sendo a cultura um sistema de significação, o meio físico onde o homem se instala faz parte desse sistema e, portanto, acreditamos que, como outras estruturas, também ele faz parte do fato social total (MAUSS, 1974).

Como já afirmamos, somos adeptos à visão que compreende a paisagem enquanto uma construção social (ou elemento cultural), perpassando uma entidade física e assumindo um caráter duplo: o primeiro, enquanto sua inerente materialidade e o segundo, enquanto constituída por aspectos cognitivos e comportamentais, pois pode ser concebida como um sistema de signos e símbolos apropriados e transmitidos por sociedades humanas.

Portanto, a paisagem em que se inserem os assentamentos arqueológicos é vista aqui como um ambiente que ultrapassa os preceitos de uma entidade física intacta, mas que há uma relação intrínseca com a dinâmica cultural, compreendida como uma construção social, fundamentada pelos processos que atuam em uma sociedade.

Nessa ótica, as investigações arqueológicas devem transcender os espaços demarcados como assentamentos, para atender aos espaços territoriais amplos, ou seja, a paisagem arqueológica, percebida e compreendida pela sociedade que a ocupou cujas características são o resultado de fatores naturais e/ou humanos e suas interrelações, no que Boado caracterizou como conceito culturalista de paisagem (BOADO, 1991, p. 06).

Do mesmo modo, a compreensão dessas interrelações entre sociedade versus paisagem é um vetor central para elegermos nosso corpo de indagações acerca das possibilidades e restrições de como grupos humanos (com diferentes estratégias/escolhas de sobrevivência e subsistência, adaptabilidade e universo simbólico-cultural), estavam se movendo, apropriando-se e definindo seu espaço.

Em suma, o enfoque exclusivamente ecológico em relação à paisagem não abarca toda a complexidade do modo de vida e cultura no passado, devendo ser interpretado, neste caso, “(...) como um símbolo das relações sociais entre indivíduos, famílias, bandos e grupo de

bandos...” (HITCHCOCK e BARTRAM, 1998), somado a sua dimensão ecológica e estratégica para captação de recursos intrínseca ao sistema produtivo e econômico de um dado grupo. A paisagem além da dimensão material que ocupa dentro do modo de vida de dados grupos humanos, também sustém um espaço simbólico vinculado ao apego sentimental (local dos ancestrais), aspectos cognitivos, que consideram um comportamento altamente específico, social e culturalmente determinado.

Nessa tentativa de garantir a interface entre diferentes paradigmas sob um olhar multidisciplinar, optamos em pensar a paisagem ‘arqueológica’ a partir da definição de lugar, para compreensão dessas interrelações entre sociedade versus paisagem, na intenção de eleger um número significativo de hipóteses acerca do uso social dos espaços, função de sítio, mobilidade e sistema regional de assentamento (BINFORD, 1992; SCHLANGER, 1992). Além disso, após um processo reflexivo desse cruzamento de dados, métodos e paradigmas, acreditamos que a definição de ‘estabelecimento’ (MAUSS, 1974) fornece-nos subsídios importantes para realmente acreditar na seguinte perspectiva, aparentemente linear, mas extremamente complexa, a saber: artefatos – concentrações/ associações e estruturas, fatores relacionais – sítios arqueológicos – estabelecimentos – lugares persistentes – sistema de assentamento – paisagem (quadro 01).

Quadro 1 - Fenômenos observados e constituição do pensamento reflexivo em Arqueologia

Fenômeno	Níveis	Categorias interpretativas	Categorias interpretativas
Conjuntos artefatuais (Forma/ Função)	Técnica	Estatístico-comparativo	
	Método	Cadeia operatória	
	Teoria	Organização social e tecnológica como integrante do fato social total	Dimensões: Sociológica; Histórica; Fisio-psicológica
Sítios Arqueológicos (Estrutura)	Técnica	Decapagens/ níveis artificiais	
	Método	Superfícies amplas	
	Teoria	Dinâmica cultural baseada no princípio de mudança em termos espaço-temporais	Análises intra-sítio; Processos formativos
Paisagem (Processo)	Técnica	Observação e levantamentos sistemáticos	Forma, função estrutura e processo
	Método	Geoindicadores (direto) Etnoarqueologia (indireto)	
	Teoria	Paisagem como construção social (fenômeno a ser analisado e interpretado)	Conceito de estabelecimento; Conceito de lugares persistentes/ geoindicadores

2.1.1 Histórico de estudo da paisagem

A portaria 127 de 30 de Abril de 2009 assim define paisagem cultural “art. 1º Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”.

Dessa maneira partíamos do pressuposto que o conceito de paisagem cultural poderá trazer novos horizontes de atuação e orientar novas práticas de preservação patrimonial no contexto de Sento Sé-BA, uma vez que seu escopo parte do reconhecimento das relações entre homem e meio ambiente numa perspectiva integradora capaz de considerar as múltiplas relações tecidas ao longo do tempo entre essas duas esferas.

Assim nesse texto realizaremos uma exposição das possíveis conceituações para a paisagem consideradas prioritárias para sua adoção por políticas patrimoniais procurando demonstrar seu trânsito entre diferentes áreas das Ciências Humanas com especial atenção para seu debate na Geografia em contribuição para o campo da História.

O termo paisagem surgiu no século XV, nos Países baixos. Tal como um enquadramento, a *landship* referia-se às pinturas em quadros que apresentavam um pedaço da natureza, onde os personagens detinham um papel secundário. Posteriormente, os alemães forjaram o termo *landschaft*, os ingleses *landscape*, e os italianos, por sua vez, criaram a paisagem, de onde deriva o termo francês *paysage*. O termo paisagem, do século XVI, tem um significado claramente cultural já que paisagem advém do latim *pagus*, que significa povoado, *pays* em francês e daí país em português, conceito muito mais intimamente relacionado a questões culturais do que às ecológicas (TELLES; DELPHIM, 2008).

A paisagem enquanto objeto de estudo é mais recente, data do século XIX com os diários de viagem do alemão Alexander Von Humboldt (1769-1859) cujo teor expressa a utilização do conceito de paisagem de forma ampla (HORÁCIO,1981) porém é na passagem do século XIX para o XX que a concepção de paisagem passa a ser entendida como um conceito, foi com a formação do campo da geografia nesse mesmo período que ela passa a ocupar uma posição central no debate em ciências humanas em trânsito, sobretudo entre a História, a Geografia e a Antropologia.

A obra “A Morfologia da Paisagem” (1925) de Carl O. Sauer, é considerada o trabalho fundador da geografia cultural, por utilizar o conceito como fundamento do campo da geografia.

Nesse estudo de formação de campo Sauer argumenta ser a paisagem um elemento integrador e síntese dessa nova geografia que estuda as conexões entre os diferentes elementos ou fatos geográficos sustentando que, apenas nessa perspectiva se torna possível o avanço científico no sentido da construção do campo da ciência geográfica. Nessa perspectiva o conceito de paisagem teria paralelo teórico com o conceito de tempo histórico, pois os elementos de sua promoção seriam similares aos elementos de formação da paisagem (CORREA; ROSENDHAL, 2004).

Mais tarde na década de 1960 a corrente humanista da geografia proporia uma valorização do conceito de lugar em detrimento do de paisagem com a intenção de “reorientar a geografia humana para uma instância na qual fosse resgatado o caráter sintético, característica da geografia regional tradicional, que era capaz de realizar grandes sínteses das regiões” (RIBEIRO, 2007, p.24). Os principais autores dessa corrente são David Lowenthal e Yu-Fu Tuan.

Posteriormente, durante os anos de 1980 autores como James Duncan formaram a chamada Nova Geografia Cultural questionando os postulados de Sauer e passando a identificar seu legado enquanto Geografia Cultural Tradicional. A principal crítica por eles veiculada incide sobre o conceito de Cultura adotada pelo autor de “A morfologia da Paisagem” derivado da definição de Kroeber de que a cultura estaria pairando sobre a sociedade como uma entidade autônoma.

Ainda na década de 1980, Denis Gosgrove (1984) trabalha a simbologia da paisagem através de uma abordagem marxista propondo um olhar sob o prisma dos mecanismos de exclusão da sociedade capitalista, assim ordena seu argumento no sentido de demonstrar que a Europa desde o século XIX vem criando no imaginário coletivo imagens de suas paisagens representativas da exclusão, isto é, imposições disseminadoras de sua cultura e identidade.

Nesse sentido Gosgrove observa que o próprio surgimento do conceito de paisagem no final do século XIX está associado a uma determinada etapa do capitalismo onde a produção de imagens pelos países do centro para os da periferia se torna um elemento do funcionamento do sistema capitalista (RIBEIRO, 2007).

Na geografia francesa sem dúvida foi Paul Vidal de La Blache (1845-1918) através do *Tableau de la géographie de la France* (1903) o principal autor a trabalhar com o conceito de paisagem, sua obra revela uma preocupação maior com a ideia de meio pelo qual acredita ser possível compreender a ideia de gênero de vida. Para o autor a relação do homem como o meio, ao longo dos séculos, em dado lugar, moldaria em um grupo humano um gênero de vida particular responsável por criar distintas paisagens a partir do substrato natural fornecido pelo meio.

A Paisagem social dialoga com todos os contextos dos espaços, sendo em caráter individual e social, assim como no presente ou passando daquele mesmo lugar. Os lugares são, portanto, núcleos de valor, que atraem ou repelem em graus variados os indivíduos e os grupos. Na verdade, “o amor pelo lugar é permanentemente revitalizado, através do resgate da memória de modo individual e coletivo. É também através dela que se forma o vínculo com a natureza” (HERCULIANI, 2009, p.34).

2.2 O uso do conceito de Lugar

O uso da definição lugar tem assumido grande relevância nas pesquisas arqueológicas da atualidade, sobretudo a partir da premissa estabelecida por Binford em *Archaeology of Places* (1982), pela qual o arqueólogo deve expandir suas análises para além do sítio arqueológico, compreendendo as características dos espaços topográficos em que diferentes tipos de sítios (e não-sítios⁵), componentes de um sistema regional de assentamento, estão distribuídos⁶.

Sob esse olhar, Binford indica a necessidade de inferir como estão distribuídas as estruturas arqueológicas em termos regionais, conforme as feições da paisagem, ou melhor, por meio do exame do registro arqueológico, inferir sobre as interações entre grupos humanos e os paleoambientes acerca da distribuição de recursos e exploração; padrão de mobilidade, escolhas relacionadas ao estabelecimento de sítios arqueológicos diversificados (residencial; de observação; de obtenção de matéria-prima; de pesca, caça e coleta; ritualístico, etc.). Segundo o autor, os sítios distribuídos no espaço geram o que ele chama de assentamentos,

⁵ Acreditamos que a ausência de evidência empírica de ocupações humanas, em certos espaços de uma área arqueologicamente definida, é um dado de suma importância que deve ser cautelosamente analisado. Ou seja, a ausência é uma evidência.

⁶ A diferença entre o conceito de estabelecimento de Mauss e o conceito de lugar de Binford ocorre na concepção desse último sobre cultura e sua percepção mais funcional e adaptativa; além disso, a base mauassiana é a percepção das relações sociais de sociedades viventes, enquanto para Binford o foco seria a compreensão dos processos organizacionais do grupo etnográfico com vistas à compreensão dos processos formativos. Acreditamos que, apesar da aparente dicotomia entre os dois pensamentos, ambos ampliam a noção do sítio arqueológico (ou aldeia/ acampamento) em direção à compreensão dos loci de ocupação. Binford, sob uma pretensão arqueológica, e Mauss sob uma ótica etnológica, por assim dizer. Assim, a concepção de Binford acaba por ser apropriada uma vez que está pensando as estruturas conceituais para a Arqueologia, com vistas à compreensão do complexo situacional de sítios e, conseqüente, sistemas de assentamento.

resultados de diferentes ocupações. Para compreendermos esses padrões devemos levar em conta: (01) a frequência com que ocupações ocorreram em diferentes lugares e (02) os processos que geraram associações entre o material arqueológico nos sítios. Para tanto, devemos compreender os processos que operaram no passado, o que o autor denomina como a habilidade do pesquisador em inferir corretamente as causas dos efeitos observados, ou seja, da formação do registro arqueológico.

Além disso, o modo pelo qual um grupo usa o hábitat está diretamente condicionado pelo padrão de mobilidade e o retorno para o sítio habitação/ base, tal condição vinculada às características biogeográficas do território, portanto, sempre existindo uma geografia cultural na área de atuação dos grupos. Por padrão de mobilidade, o autor entende a maneira pela qual a paisagem ao redor do sítio base é diferentemente ajustada em relação à distribuição de recursos, uma vez que “é por meio da mobilidade que um dado local pode ser modificado em função do sistema humano” (BINFORD, 1982, p.08).

Os sítios contemporâneos componentes de um sistema de assentamento, portanto, não são similares dentro dos contextos organizacionais em que fazem parte, muitas vezes contendo inventários tecnológicos distintos, ou seja, apresentando conjuntos artefatuais e distribuições, estruturas e dimensões diferenciadas; contudo sendo considerados complementares. Os artefatos de curadoria, por exemplo, podem estar mais bem representados em um sítio, enquanto em outros são mais comuns os expeditos; estruturas de combustão podem ocorrer com mais frequência e em desiguais organizações; diferentes tipos e distribuição de restos faunísticos são esperados no sítio base e na estação de caça, assim por diante.

Conseqüentemente, muitos pontos importantes são indicados em seu texto (Binford, 1982), entre os quais:

- Que para entender o passado é inerente à compreensão dos lugares, ou seja, da paisagem;
- Que se devem compreender os processos deposicionais de uma área e, antes de tudo, que não existe relação entre os episódios deposicionais e o sistema cultural;
- Que há diferenças entre o sítio base e locação de atividades específicas de ordem organizacional, passíveis de reconhecimento via registro arqueológico;
- Que as características biogeográficas influenciam o uso/ padrão do sítio base;

- Que diferentes sítios, inclusive com inventário tecnológico diversificado, podem ocorrer em uma mesma área;
- Que a mobilidade confere diferentes usos na paisagem (geografia cultural).

Ampliando esse conceito, podemos considerar que os lugares, entendidos como subconjuntos da paisagem, fazem parte da rede de significação cultural e, por isso, as repetições do uso destes permitem a enumeração de recorrências e variabilidade (continuidade e mudança).

Cada sociedade, por meio desse pensamento, teria “padrões culturais” próprios de percepção e uso da paisagem, de ordem moral, econômica, política, religiosa, etc. Assim, ao utilizarmos o conceito de lugar, priorizamos a “união” entre sítios, não-sítios e espaços topográficos para compreensão da paisagem, ou seja, em seus aspectos bióticos, abióticos e arqueológicos, enquanto definidora da área de atuação de um dado grupo pretérito.

Por conseguinte, as análises dos então chamados lugares partiriam de estudos sobre geologia, geomorfologia, do microclima, dos processos e índices de erosão e deposição, e distribuição de recursos, ou seja, inicialmente em uma dimensão geocológica ou biogeográfica. Um segundo momento é marcado pelo estudo da estratificação (ou paleoníveis no solo) dos sítios escavados, ou seja, do processo de formação dos depósitos culturais de modo que indicassem hipóteses sobre períodos de ocupação, abandono e reocupação.

E, finalmente, por meio dos dados obtidos, analisar, interpretar e inferir a dimensão sócio-cultural da paisagem em termo de conceito, memória sócio-histórica, apego sentimental, cognição, universos político, religioso, simbólico, etc.

Mas qual seria a base empírica dessa última análise? Qual o método de análise dos objetos supracitados? Por meio do exame da organização social, da tecnologia, da variabilidade intra e intersítios, da mobilidade e uso espacial (sincrônico e diacrônico), tendo como aportes a distribuição espacial dos sítios (e relacional), análise das áreas de atividade, das estruturas (concentração cerâmica, combustão, bolsões de lascamento, restos faunísticos, etc.), possíveis rotas de mobilidade, distribuição de sítios de registros gráficos, etc (DUARTE, 2013).

As análises e posteriores dados geográficos, biológicos e culturais constituem recursos capazes de elucidar as relações homem versus meio, dentro de uma concepção holística e

sistêmica, compreendendo, assim, a paisagem em sua totalidade. Além disso, compreender os lugares significa ampliar nossas análises de forma a inferirmos sobre os meios pelos quais os grupos pré-coloniais estruturavam suas estratégias de mobilidade, utilizavam diferentes espaços para a realização das tarefas cotidianas, enfim, apropriavam-se ativamente da paisagem em função de suas necessidades socioculturais, ideológicas e econômicas, que foram sendo delineadas em meio à dinâmica cultural e ao próprio processo histórico de conhecimento do local, da atribuição de valores e das já faladas interrelações entre sociedade e ambiente.

O conceito de lugar pode ser entendido como uma reação à ortodoxia que vinculava a pesquisa arqueológica exclusivamente ao estudo de sítios arqueológicos com presença de cultura material, ou seja, trata-se de uma oposição às pesquisas que focam o estudo de sítios isolados, indicando a necessidade de uma Arqueologia de área (ou regional).

De qualquer forma, em meio a um emaranhado de conceitos, preferimos o estabelecido por Sarah Schlanger (1992), compreendendo o uso da paisagem em termos do que a autora denominou como *persistent places*, ou seja, locais usados repetitivamente durante a ocupação de uma região; partindo do pressuposto de que em função de certas particularidades (tanto de ordem histórica, econômica, política, social, religiosa ou cultural), os espaços são ocupados em longa duração refletindo na distribuição e formação do registro arqueológico.

Enfim, o uso do conceito de lugar sob a ótica da Arqueologia da Paisagem aqui abordado, implica a ampliação da noção de sítio arqueológico, compreendendo os espaços sociais, os não-sítios, as ocorrências; muito próximo do que Mauss definiu como domínio em sua noção de estabelecimento, todavia em um sentido mais específico para o uso em Arqueologia, pois sob a ótica dos lugares persistentes, pressupõe-se a paisagem em sua totalidade, em que o Locus de ocupação ultrapassa o sítio arqueológico, estando constituído por elementos bem demarcados no sistema sociocultural, por meio de fronteiras estabelecidas enquanto elemento de significação e formados por todos os locais de uso continuado.

Dessa forma, a intenção do conceito é mapear a utilização em longa duração, refletindo sobre as condições que permitiram certas escolhas/estratégias e as interrelações entre sociedade e meio.

Sob esse viés, as relações homem versus meio não são compreendidas como um modo de superação das necessidades de subsistência, como dado a na Ecologia Cultural de Julien Steward⁷ (por exemplo), mas enquanto um modo eficaz de regulação entre os fatores de ordem ambiental e as estruturas socioculturais. O modo de vida, nesse caso, é dado por questões relacionadas ao social, mas não distanciadas da natureza, o que nos permite inferir que cultura e natureza são fenômenos de totalidade, em um sistema harmônico e interconectado, de forma a garantir uma unidade coesa e de equilíbrio entre ambos.

Estamos convencidos da necessidade de estudos sobre a paisagem em Arqueologia, ampliando a noção de sítio arqueológico para o estabelecimento de Mauss (1974); dos loci de ocupação continuada e dos lugares persistentes, compreendendo a cultura e natureza como integradas no que podemos denominar como paisagem arqueológica, partindo do pressuposto de que grupos pré-coloniais percorriam diferentes espaços no meio físico-biótico motivados por uma série de questões, aqui explicitadas, mas dentro de marcos paisagísticos que, mesmo que fluidos, demarcavam seus espaços sociais (DUARTE, 2013).

Essa escolha parte do princípio de que qualquer tipo de determinismo (ou mesmo o possibilismo ambiental) não pode ser levado a cabo em uma pesquisa multidisciplinar. Ou seja, nossa produção científica estará focada na compreensão sistêmica da dinâmica relacional entre os diversos níveis de organização e interação entre cultura e a paisagem. Nesse caso, como Bruno Latour (1994), partiremos da premissa de que é insustentável a partição do mundo entre natureza/cultura, Nós/Outros, como polos opostos da realidade.

A palavra paisagem, de uso cotidiano, tem no contexto cultural, um sentido mais delimitado colocando em destaque as relações entre o ser humano e o meio ambiente. O meio ambiente natural deixa de ser natural e passa a ser um espaço cultural modificado pelo trabalho do homem.

A existência humana quer entendamos o Homem como ser isolado quer o consideremos organizado em sociedades - não pode, efetivamente ser encarada sem ter em conta esta íntima e permanente interação do Homem e do ambiente.

⁷ Ou seja, as relações homem versus meio não podem ser compreendidas como um modo de superação das necessidades de subsistência, mas sim enquanto um modo eficaz de regulação entre os fatores de ordem ambiental e as estruturas socioculturais. Temos consciência de que a antropologia stewardiana influenciou significativamente a compreensão processual das relações ambiente versus cultura, sendo o primeiro definido por seu caráter funcional e adaptativo, enquanto a cultura, entendida como um fenômeno estável, não cooperaria para as mudanças em termos organizacionais. Essa rigidez, típica dos anos 1960/1970, foi sendo substituída por uma visão mais integrada (que acreditamos ser mais condizente aos estudos arqueológicos), entre as coisas da natureza e do espírito, para usar o postulado de Dilthey (para discussão sobre o processualismo na atualidade. Hegmon, 2003).

A Arqueologia é, por seu turno, uma ciência que vive essencialmente da paisagem. Antes de proceder a uma sondagem e, muito menos, a uma escavação sistemática, o arqueólogo analisa demoradamente o local, os vestígios, a exposição aos raios solares, os ventos dominantes, as linhas de água, a fisionomia do solo. O arqueólogo aquele investigador que, depois do geógrafo, mais privilegia a paisagem. (D'ENCARNAÇÃO, 1989) dentro dessa perspectiva a paisagem social se interliga de forma direta aos valores culturais desses espaços.

A valorização da paisagem depende em grande parte da cultura de cada povo, suas experiências, sentimentos e interesses, além de contar sobre a sociedade nela estabelecida. o conceito de Paisagem Cultural encontra-se inserida no IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) como bem material e imaterial, a partir de legislação específica:

Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 equipara o patrimônio natural ao patrimônio histórico e artístico nacional, tomando monumentos naturais como Jardins e Paisagens, bem como os agenciados pela indústria humana, como os parques, passíveis de tombamento, uma vez que o objetivo seja conservar e proteger a feição notável que possuam. Um jardim histórico é uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta, um interesse público e como tal é considerado monumento (IPHAN, 2008).

O conceito de paisagem cultural é utilizado pela UNESCO desde a convenção de 1972. Tem como objetivo o reconhecimento de porções singulares dos territórios (IPHAN, 2008). A interrelação entre a cultura e o meio ambiente natural confere à paisagem uma identidade singular, o ir e vir de um grande número de pessoas num determinado território provoca modificações na paisagem e na vida cotidiana.

A convenção da UNESCO de 1972 foi concebida para responder à crescente complexidade da sociedade contemporânea e a velocidade cada vez maior dos processos sociais e econômicos. Estes exigem não só a utilização de um conjunto maior de instrumentos de planejamento, ambientais, jurídicos e tributários para preservar estes bens, valores e manifestações culturais, mas também um novo perfil dos gestores, planejadores e da população.

Assim, a qualidade da paisagem na medida em que pode ser considerada patrimônio preservável, não deixa de ser um capital investido, do maior interesse do grupo social.

Segundo Morandi e Gil (2000, p. 18) "do ponto de vista da Geografia, a paisagem é o aspecto visível do espaço geográfico, ou seja, o que vemos no limite circunscrito por nosso

campo visual". Santos (2002, p. 103) já inclui outra relação o território "quando se fala em paisagem, há, também, referência à configuração de território". A paisagem é conjunto de objetos reais concretos é transtemporal, unindo objetos passados e presentes, em uma construção. Para Conêa e Rosendahl (2004, p. 57) "a paisagem cultural é a área geográfica em seu último significado. Suas formas são todas as obras do homem que caracterizam a paisagem".

A qualidade visual intrínseca do território reside nos elementos naturais ou artificiais que compõem. Estes elementos perceptíveis à visão e por ela discriminados representam a desagregação do território nos seus grandes componentes paisagísticos: o relevo, a água, a vegetação e as ações humanas. Cada um destes componentes aparece diferenciado diante do observador por suas propriedades visuais particulares que são forma, cor, linha, textura e ainda espaço e escala (PIRES, 2002, p. 161).

Sendo assim, a paisagem deixa de ser considerada apenas um limite estético para se tomar um recurso, com importância em meio ao conjunto dos recursos naturais e culturais aproveitáveis pelo ser humano, é um sistema dinâmico com estrutura espacial.

Neste estudo destacamos a paisagem cultural entendida sob outro fator, não apenas de unidade visível espacial, onde a visão alcança, mas também, como expressa Castro Giovanni (2003, p. 46) "que tem memória, que compreende e só é compreendida através do processo histórico". A paisagem cultural apresenta um caráter social, formado por movimentos impostos pelo trabalho de grupos, pelas trocas culturais, pelo imaginário coletivo que envolve o mundo.

Contemplada de longe, ou de perto, envolvendo o observador, a paisagem tem o poder de despeitar sentimentos e emoções, não são neutras, mas reflete a maneira de ver o mundo, ela é portadora de significados, expressando valores, crenças, mitos e sonhos, tendo assim uma dimensão simbólica. A paisagem não é um suporte passivo, mas uma existência ativa, integrante e testemunha de uma dinâmica cultural que se constrói no tempo e se manifesta no espaço. Para Rodrigues (1999, p. 26) "o espaço se reveste, então, de visões simbólicas, formadas não por um projeto de reconstrução objetiva do mundo, mas por sonhos ou por arquétipos culturais subliminares [...]" é o referencial de experiência vivida, com significados.

Rodrigues (1999, p. 47) destaca que "[...] ler a paisagem é muito mais complexo do que o ver e perceber a paisagem. Envolve uma visão de mundo, consciente e inconsciente, sempre subjetiva e permeada pelo imaginário".

Conforme McDowell (1996, p. 159), ressalva-se que:

[...] estudos do significado de paisagens e a construção social de identidades baseadas em lugares, ela cobre numerosas questões. Seu foco inclui a investigação da cultural material, costumes sociais e significados simbólicos, abordados a partir de uma série de perspectivas teóricas.

Mas, a paisagem não é só aquela construída pela intervenção do homem. E também o cenário que se oferece ao olhar familiarizando-se com o que está a sua frente e, de alguma forma, incorpora ao modo do ser humano o cenário percebido, e uma entidade que se transforma com o espaço, que se transforma com a história.

Conforme exposto, paisagem cultural está classificada pelo IPHAN, como bem material. Este segmento tem legislação específica para fins de outorgar estes bens patrimoniais.

O patrimônio material protegido pelo Iphan, com base em legislação específica é composto por um conjunto de bens cultural classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis e móveis (IPHAN, 2008).

Para Funari e Pelegrini (2006, p. 20), "o patrimônio é entendido como um bem material concreto, um monumento, um edifício, assim, como objetos de alto valor material e simbólico para nação". Neste contexto inseriram-se as paisagens culturais. Pela complexidade do assunto, nota-se que a valorização dos centros históricos não poderia estar separada da apreciação do contexto território e da paisagem.

Isto é, a problemática da cultura, o domínio cultural, tudo isso diz respeito à produção, armazenamento, circulação, consumo, reciclagem. Mobilização e destaque de sentidos, de significações. Por consequência, diz respeito, igualmente, aos valores. Por certo, não estamos falando de sentidos e de valores abstratos, em si, mas de sua inserção num circuito de vida social (MENESES, 2002, p. 86).

Sim, a paisagem é um bem material, no caso concreto e tangível, porém é necessária a relação histórica da mesma, a paisagem é história congelada, mas participa da história viva. Para Meneses (2002, p. 93), "[...] patrimônio cultural, portanto, para ser identificado e entendido, carece de conhecimento sobre os circuitos de produção e consumo de sentido e valor, numa sociedade". A sociedade deve estar relacionada com este patrimônio, vivendo no seu cotidiano.

Rodrigues complementa,

O novo conceito de paisagem valoriza como parte da dialética entre essência o espaço em sua múltipla visão do mundo material, mundo mental e mundo da informação e aparência. Ele serve de base, não só para o desenho dos novos espaços turísticos, também para a revalorização das ofertas, para a criação de um verdadeiro turismo de paisagem, que permita integrar e articular os variados aspectos do turismo (RODRÍGUEZ, 2003, p. 129).

Desta forma Barreto expressa que,

Atualmente, há consenso de que a noção de patrimônio cultural é muito mais ampla, que inclui não apenas bens tangíveis como também os intangíveis, não só as manifestações artísticas, mas todo o fazer humano, e não só aquilo que representa a cultura das classes mais abastadas, mas também o que representa a cultura dos menos favorecidos (BARRETTO, 2000, p. 11).

Manter algum tipo de identidade - étnica, local ou regional - parece ser essencial para que as pessoas se sintam seguras, unidas por laços extemporâneos a seus antepassados, a um local, a uma tena, a costumes e hábitos que lhes dão segurança, que lhes informem quem são e de onde vêm, enfim, para que não se percam no turbilhão de informações, mudanças repentinas e quantidade de estímulos que o mundo atual oferece (BARRETTO, 2000, p. 46).

Atualmente, a paisagem é vista não mais como um simples entorno estético da atividade humana, mas sim como um recurso e um bem cultural com importância crescente em meio ao conjunto de valores ambientais e patrimoniais.

Assim, desde 1992, a UNESCO reconhece a paisagem cultural como uma categoria de inclusão na lista do Patrimônio Mundial a partir de três subdivisões, “paisagem claramente definida”, “paisagem essencialmente evolutiva” e “paisagem cultural associativa” (RIBEIRO, 2007 P.41). A salvaguarda de Paisagens Culturais surge assim em âmbito internacional no mesmo contexto de formação da lista do patrimônio mundial da UNESCO.

No transcorrer do tempo com a consolidação da ideia de desenvolvimento sustentável a partir do relatório do CMMAD/ONU “Nosso futuro comum” de 1987 e da afirmação da ecologia política como disciplina e campo de atuação, o conceito de paisagem cultural toma novo fôlego passando a ser visto como uma estratégia do desenvolvimento sustentável. (RIBEIRO, 2007).

É dentro desse contexto que podemos pensar a paisagem cultural como uma categoria de salvaguarda tal como se apresenta atualmente, como sendo o resultado de todo um percurso do conceito entre diferentes áreas e com objetivos diversos. Sua adoção como categoria de salvaguarda pela UNESCO constitui uma quebra com visões anteriores, sobretudo aquelas que vêem a paisagem como cenário, ambiência ou como um referencial de beleza cênica.

2.3 A paisagem social no Submédio São Francisco

Um dos elementos indissociáveis à questão socioambiental e arqueológica, não apenas para a região conferida neste trabalho, é o Rio São Francisco. Durante muitos anos, foi chamando de Nilo do Brasil, devido a sua extensão e às ocupações de seu entorno por vastos períodos. Também foi considerado o mediterrâneo brasileiro pela sua posição geográfica em relação ao litoral muito povoado, por proporcionar um amplo vale e diversas paisagens, assim como uma linha de comunicação favorável entre as regiões centrais, norte e sul do país (Sampaio, 1906: 14). Sua importância é inegável para os diversos momentos históricos, inclusive o período pré-colonial. Gabriela Martin apresenta o Rio São Francisco dentro do cenário de ocupações pretéritas na região baiana onde percorre o rio.

A grande bacia do São Francisco foi um centro de atração e caminho natural de grupos pré-históricos desde os fins do pleistoceno. A partir dos relatos dos missionários, aventureiros e viajantes que se adentraram nos sertões do São Francisco, desde os começos da colonização, temos informações dos habitantes indígenas do grande vale, da sua resistência e seu paulatino extermínio ou fuga de lugares quase inacessível nas serras circulares (2013:01).

É considerável o número de pesquisas arqueológicas realizadas ao longo do Rio São Francisco, indicando que toda a sua extensão fora habitada no passado de forma dinâmica, bem como ocorre hoje. Para a busca do contexto, faz-se necessário o levantamento do Histórico das pesquisas e das narrativas em todos os setores, sejam eles o Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco. Com todo esse tempo de história do Rio São Francisco, para além dos fatores unicamente naturais, inúmeros foram os significados atribuídos à ele. Assim, considerar os diferentes significados que o rio possuía e possui atualmente para as comunidades locais é um aspecto importante a ser abordado.

Partindo do contexto arqueológico geral do nordeste brasileiro, ao longo da segunda metade do século XX, os levantamentos, principalmente da região Sudeste do Piauí e norte da Bahia, se destacam historicamente através de viajantes pesquisadores como, Thaler de Azevedo, Vital Rego, Carlos Ott, Valentin Calderon, Carlos Etchevarne, Niéde Guidon entre outros. A paisagem descritiva traz narrativas elaboradas nos cenário histórico e arqueológico, pelos pesquisadores e habitantes, moldando uma abordagem teórica inicial na arqueologia da região, preocupada inicialmente em descrever e registrar os ambientes e a cultura material encontrada.

No campo da arqueologia, muitos sítios surgiam depois das épocas da estiagem - isso até os dias atuais - dessa forma os lavamentos eram realizados principalmente durante o período de seca. O ambiente natural, tantos seus vales, serra e complexos rochosos propiciavam

principalmente ambientes com sítios de abrigo sob-rocha ⁸, zonas de cavernas e suas linhas de chuva, assim como é destacando as diferentes paisagens que proporcionam memórias individuais e coletivas.

Os estudos efetuados no setor do curso médio do rio têm permitido entender alguns aspectos da forma da apropriação da paisagem por parte das populações indígenas, anteriores à chegada dos colonizadores europeus, bem como as populações tradicionais atuais que têm laços de ancestralidade com os grupos do passado.

Nessa pesquisa procuramos dar embasamento ao estudo das práticas de preservação a partir do conceito de paisagem, em outros termos enquadraram-se na temática dos chamados “novos patrimônios” e a crescente demanda por instrumentos que garantam a salvaguarda desses bens.

Dessa forma, apontamos a existência de bens cuja preservação não encontra personalidade jurídica dentro da legislação patrimonial brasileira, sobretudo aqueles cuja natureza complexa não se encontra representada entre as categorias expressas nos livros de tomo e de registro dos órgãos de preservação nas três esferas, municipal, estadual e federal. As paisagens culturais, assim entendidas como porções do território dotadas de conexões singulares entre diversos elementos, se encontram entre esses bens de natureza complexa, pois sua preservação depende de novas práticas e instrumentos jurídicos.

Preservar uma paisagem pressupõe uma mudança de direção nos paradigmas a cerca do patrimônio, reconhecendo o território e as representações possíveis para a natureza como matrizes de uma identidade cultural, de modo que salvaguardá-las incorporaria a pauta novas funções para a preservação, sobretudo no que tange aos conceitos de desenvolvimento sustentável e produção do espaço. Nessa abordagem tínhamos como referência os debates conceituais sobre a paisagem na geografia e sua utilização para a preservação de bens culturais sobretudo, com a inclusão a pauta de discussões da questão do patrimônio ambiental e suas interfaces. Nessa perspectiva encontramos temas diversos como o patrimônio ambiental e a possibilidade de reflexão dos lugares e das representações da natureza como suportes da memória social, numa trajetória que incorpora dentre outras perspectivas os diálogos interculturais dos chamados “patrimônios bioculturais” (CORREA, 2001), e a categoria “lugares” como patrimônio imaterial e as relações entre homem e meio ambiente como suporte de identidades na constituição desse patrimônio.

⁸ Os sítios abrigados são caracterizados por estarem relacionados a algum corpo rochoso, como uma escarpa, afloramento, espaços entre matações ou aproveitamento de cavidades naturais.

CAPÍTULO III - HISTÓRIA ORAL: Uma metodologia que multiplica vozes

O autor precisa deixar claro ao leitor qual é o lugar de onde fala, porque seu texto é uma construção baseada nos referenciais sociopolítico-profissionais e empíricos de seus diferentes papéis sociais. (LANG; JANOTTI, 2005).

A fonte oral pode acrescentar uma dimensão viva, trazendo novas perspectivas à pesquisa, pois o arqueólogo, em perspectiva histórica, necessita de documentos variados, não apenas dos escritos e da materialidade. Vale mostrar aqui a evolução de uma prática importante que compõe parte da historiografia contemporânea. Nessa linha, a história oral centra-se na memória humana e sua capacidade de rememorar o passado enquanto testemunha do vivido. Podemos entender a memória como a presença do passado, como uma construção psíquica e intelectual de fragmentos representativos desse mesmo passado, nunca em sua totalidade, mas parciais em decorrência dos estímulos para a sua seleção. Não é somente a lembrança de certo indivíduo, mas de um indivíduo inserido em contexto familiar ou social, por exemplo, de tal forma que suas lembranças são permeadas por inferências coletivas, moralizantes ou não. Para Maurice Halbwachs (2004: 85), toda memória é coletiva, e como tal, ela constitui um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros.

As narrativas nos deixam estarecidos. No entanto, a tarefa do especialista, após recebido o impacto, é se afastar, respirar fundo, e voltar a pensar. Com o devido respeito às pessoas envolvidas, à autenticidade de sua tristeza e à gravidade de seus motivos, nossa tarefa é interpretar criticamente todos os documentos e narrativas, inclusive as delas (PORTELLI, 2006).

A passagem de Portelli nos insere na verdadeira dimensão do trabalho com a História Oral. O entusiasmo inicial fundamentado no potencial deste tipo de abordagem, incluindo a possibilidade de ampliar o leque de discursos sobre um mesmo tema, muitas vezes é atenuado pelo estranhamento que permeia a fala de muitos dos entrevistados quando pedidos para falar sobre temas que estão relacionados às suas experiências de vida mais íntima. Felizmente, o referido entusiasmo é mantido quando percebemos que o estranhamento não é regra entre os entrevistados, alguns se mostrando muito à vontade em falar.

O distanciamento a que se refere Portelli é fundamental para que possamos questionar as próprias respostas fornecidas. As perguntas, num trabalho de história oral, não se limitam aos entrevistados em si, elas são uma constante também na análise dos questionários respondidos. É importante ressaltar que as perguntas não têm o sentido de

estabelecer quais relatos são verídicos e quais não são. As entrevistas constituem memórias individuais que podem refletir também aspectos de uma memória coletiva, não apresentando necessariamente coerência entre si. Concordamos com Portelli (2006, p. 106) quando ele diz que “estamos lidando com uma multiplicidade de memórias individuais fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas”.

Este capítulo apresenta a metodologia usada para a realização das entrevistas com a população que reside na cidade de Sento Sé e na comunidade Brejo da Brásida. Apresenta também as discussões desencadeadas a partir das entrevistas realizadas e os dados levantados. As discussões seguiram a particularidade de cada entrevistado, mas sempre que possível, as temáticas em comum foram enfatizadas. Por fim, destacamos as entrevistas feitas com o secretário da educação respectivamente com o intuito de esclarecer a posição destas instituições sobre os aspectos sociais e as atividades culturais da cidade.

A metodologia adotada foi a história oral. De acordo com Alberti (2005) ela pode ser definida como método de investigação científica, como fonte de pesquisa, ou ainda como técnica de produção e tratamento de depoimentos gravados. Nesta pesquisa, a história oral foi considerada um método para alcançar reflexões mais gerais acerca das relações entre a arqueologia, paisagem e o público local.

A metodologia aplicada ao trabalho proposto consistiu em três fases distintas fundamentadas nos preceitos sugeridos por Alberti (2006): a preparação das entrevistas, a entrevista propriamente dita e o tratamento final dado ao material coletado. Considerando as principais propostas da Arqueologia contextual, foram elaborados questionários temáticos aplicados na cidade e na comunidade. Os questionários passaram por alterações em relação à apresentação das perguntas e, quando necessário, pelo acréscimo de questões que não estavam sendo contempladas, ambas com o objetivo de aperfeiçoar os resultados. O objetivo foi obter uma amostra com considerável amplitude espacial tendo em vista as especificidades de cada comunidade pesquisada. Não somente pela quantidade, mas por representarem uma gama variada das possíveis relações que são estabelecidas cotidianamente com a cultura material que integra patrimônio arqueológico e histórico.

Dentre a população local, dois perfis de entrevistados em potencial foram identificados, os indivíduos que acompanharam o processo de realocação de Sento Sé e que, portanto, têm experiências anteriores e posteriores a existência da barragem de Sobradinho e

aqueles que não têm lembranças devido a pouca idade ou por serem moradores recentes da nova cidade.

Os primeiros foram considerados pelo acúmulo de experiências de vida, incluindo as mudanças ocorridas após a implantação da barragem de Sobradinho. Professores aposentados, um delegado de política, um ex-prefeito, um secretário municipal, enfermeiros, comerciantes, agricultores, pescadores e estudantes, dialogaram e contribuíram para levantarmos, sob o ponto de vista local, de reflexões sobre o conhecimento que é passado através das instituições de ensino a respeito da história da antiga cidade de Sento Sé e como é vista a questão arqueológica. O segundo perfil foi constituído por aqueles que são recentes na cidade ou não alcançaram o momento da realocação, estes puderam contribuir para uma percepção total de um espaço a não se acometer a uma memória, e assim, “não percebem” a resignificação do espaço quando o parâmetro é a construção da barragem e o inundar das antigas cidades. No entanto, por saberem da história, revelam consideração com a memória daqueles nos quais tem afeto e apreço e acabam inserindo em sua percepção de mundo, por reflexões próprias, a preocupação com o passado. Portanto, criam uma resignificação indireta dos espaços e das dinâmicas que compõem a paisagem social.

As instituições de ensino, de forma geral, têm servido como potenciais mediadores entre os trabalhos arqueológicos em desenvolvimento e um determinado público. Existem vantagens que permeiam essa relação, dentre elas destacam-se, a quantidade de pessoas abrangidas, a forma como o tema arqueologia é abordado, mesmo sofrendo muitas variações, a maioria não se presta a fazer trabalhos muito pontuais, dando prioridade a trabalhos contínuos; e terceiro, o próprio público alvo, geralmente, crianças e jovens que costumam interagir de forma mais flexível com os professores e/ ou pesquisadores.

Todos os perfis de entrevistados foram considerados ao contribuírem com opiniões acerca dos possíveis caminhos que a arqueologia pode seguir na construção de estratégias de gestão e preservação do patrimônio arqueológico e histórico tanto para o público local quanto para o público externo. Além das entrevistas com a população, entrevistamos também o secretário da cultura, buscando contextualizar algumas informações desconhecidas entre os indivíduos da população, bem como conhecer a postura destas instituições em relação à comunidade local.

Os questionários foram elaborados com perguntas abertas e fechadas, que permitiram os entrevistados discorrerem sobre o tema sem grandes interrupções. Eles foram preenchidos

no momento da entrevista. A abordagem ocorreu, primeiramente, com a apresentação da pesquisadora e do projeto e, sempre que os entrevistados consideraram necessário, a explicação foi repetida com o intuito de deixar os entrevistados mais à vontade.

As entrevistas constituem fontes de informações, sobre o passado e o presente. Por isso, a pluralidade dos depoimentos é importante na medida em que aceitamos que todas as narrativas são válidas, no sentido de que possuem um significado intrínseco aos entrevistados (ALBERTI, 2004). Sabemos da impossibilidade de falar sobre cada uma das entrevistas feitas, mas o objetivo é não excluir nenhuma das opiniões, e sim reuni-las sob uma perspectiva pluralista, agrupando-as em temas gerais que tenham permeado um dado número de relatos, temas esses discutidos no próximo capítulo.

A sociedade precisa da história como instrumento para encontrar um significado que não lhe é mais inteligível. Foucault (1969), em sua obra “A Arqueologia do Saber” aponta que,

a história contínua é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito: a garantia de que tudo que lhe escapou poderá ser devolvido; a certeza de que o tempo nada dispensará sem reconstituí-lo em uma unidade recomposta; a promessa de que o sujeito poderá, um dia – sob a forma da consciência histórica -, se apropriar, novamente, de todas essas coisas mantidas a distância pela diferença, restaurar o seu domínio sobre elas e encontrar o que se pode chamar sua morada.

A história oral contribui, portanto, para que a história e a arqueologia sejam vistas a partir de diferentes posicionamentos, desde os que o desprezam até os que lhe dedicam um tão profundo carinho que somente quem viu o brilho nos seus olhos pode dizer. As entrevistas dizem respeito, então, às memórias existentes entre diferentes membros.

De acordo com Pollak (1989) existem dois tipos de memórias: as memórias nacionais e as subterrâneas. O acesso às primeiras geralmente é simples, pois os instrumentos conscientes de difusão são muitos e variados. Por outro lado, o acesso às memórias subterrâneas exige esforços que muitas vezes têm que resultar no contato direto do pesquisador com os indivíduos portadores dessas memórias, utilizando, portanto, a história oral como método. Dessa Maneira, ainda que a história oral seja uma ferramenta ímpar para a proposta desta pesquisa, vale lembrar que ela guarda algumas armadilhas que lhe são inerentes. A pesquisa de campo possibilitou ver rostos, expressões, gestos, sensações de conforto e desconforto, estranhamento, ouvir vozes, silêncios, risos e lágrimas que jamais

poderão ser transportados para estas linhas. Esta é talvez a maior armadilha desta metodologia que nos põem frente a frente com pessoas, uma vez que esses aspectos não costumam ser (e muitas vezes não devem ser) levados em consideração na escrita do trabalho. É difícil propor um distanciamento quando a metodologia nos aproxima tanto do nosso objeto de estudo. Sem dúvida este é um dos grandes desafios para quem se propõe a trabalhar com história oral.

Quando conseguimos olhar criticamente, percebemos que os relatos orais sobre o passado englobam explicitamente a experiência subjetiva. Isso já foi considerado uma limitação, mas hoje é reconhecido como uma das principais virtudes da história oral. Fatos pinçados aqui e ali nas histórias de vida dão ensejo a percepções de como um modo de entender um passado é construído, processado e integrado à vida de uma pessoa (CRUIKSHANK, 2006, p. 156).

Segundo Meihy e Holanda (2007) o ponto de partida das entrevistas em história oral implica aceitar que os procedimentos são feitos no presente, com gravações, e envolvem expressões orais emitidas com intenção de articular ideias orientadas e registrar ou explicar aspectos de interesse planejado em projetos. Entrevista em história oral é a manifestação dos que se convencionou chamar de documentação oral, ou seja, suporte material derivado de linguagens verbal expressa para esse fim. A documentação oral quando apreendida por meio de gravações eletrônicas feitas com o propósito de registro oral e suas manifestações mais conhecida é a entrevista.

Fonte oral é mais que história oral. Fonte oral é registro de qualquer recurso que guarda vestígios de manifestações da oralidade humana. Entrevista esporádica feita sem propósito explicita gravações de músicas, absolutamente tudo é gravado e preservado se constitui em documento oral. Entrevista, porém, é história oral em sentido estrito (MEIHY, 2007, p. 26).

Este trabalho apresenta a ideia de patrimônio como um bem de memória e o espaço como veiculador do mesmo, o que gera o uso da categoria lugar de memória (espaço físico e material) como suporte para a formação de uma memória coletiva (imaterial). É possível evidenciar como a memória mobiliza o corpo em função da técnica (MAUSS, 2003) para materializar o pensamento sobre o passado, com base na memória que se torna monumento edificado por/de todo coletivo social.

Entre os conceitos tomados por base estão, a memória, a memória coletiva, o lugar de memória e bem edificado como componentes da paisagem social. Um dos métodos utilizados, de acordo com as discussões de âmbito antropológico, foi a entrevista para coleta de dados

sobre o expressar da memória da entrevistada para contrastar o que é dito com o que é vivido na comunidade.

3.1 A entrevista semi-estruturada e a aplicação na pesquisa

Dentre as ações que se referem ao planejamento da coleta de informações, estão presentes a necessidade de planejamento de questões que atinjam os objetivos pretendidos. Por fazermos, principalmente o uso de fontes orais, a adequação da sequência de perguntas, a elaboração de roteiros, a necessidade de adequação, a realização de projeto piloto para, dentre outros aspectos, precisaremos adequar o roteiro e a linguagem. Os critérios utilizados para formular boas perguntas e obter boas respostas são muito importantes na elaboração de uma pesquisa com fontes orais. Desta forma, o estudo do método de entrevista é dividido, didaticamente, em tema em três grupos: 1) questões relacionadas ao planejamento da coleta de informações; 2) questões sobre variáveis que afetam os dados de coleta e futura análise; 3) questões que se referem ao tratamento e análise de informações advindas de entrevistas (MANZINI, 2003).

Além dessas três formas de estudar o tema entrevista, outra maneira é separá-la em tipos. Esses tipos de entrevistas são conhecidos na literatura por entrevista estruturada, semiestruturada, e não estruturada. Apesar da literatura trazer outras nomenclaturas, temos adotado essa terminologia por achá-la mais adequada. Assim, a entrevista não estruturada é também conhecida como entrevista aberta ou não diretiva, a entrevista estruturada é conhecida como entrevista diretiva ou fechada, e a entrevista semi-estruturada é conhecida com semidiretiva ou semi-aberta.

Na nossa concepção, todas as entrevistas se dirigem para algum lugar, pois antes da realização da coleta temos um objetivo de pesquisa que dirige nossa busca. Para a realização desta pesquisa foi utilizada a entrevista semi-estruturada, a atenção é dada à formulação de perguntas que seriam básicas para o tema a ser investigado. Já ciente do tema específico, elaboramos alguns questionamentos de base. No decorrer da entrevista as respostas foram excedendo as exigências do questionário. Pudemos desta forma, obter informações além do previsto. Partindo do pressuposto de que uma boa entrevista começa com a formulação de perguntas básicas, que deverão atingir o objetivo de pesquisa, foi possível fazer uma análise do roteiro para identificar a sua adequação em termos de linguagem, estrutura e sequência das perguntas. Porém, uma questão que antecede ao assunto perguntas básicas se refere à

definição de entrevista semi-estruturada.

Para Triviños (1987) a entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos entrevistados. O foco principal seria colocado pelo entrevistador e o autor, afirma que a entrevista semi-estruturada “favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade”. Para Manzini (1990), a entrevista semi-estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas. Um ponto semelhante, para ambos os autores, se refere à necessidade de perguntas básicas e principais para atingir o objetivo da pesquisa observando as seguintes precauções para com o entrevistado: 1) cuidados quanto à linguagem; 2) cuidados quanto à forma das perguntas; e 3) cuidados quanto à sequência das perguntas no roteiro. Partindo do pressuposto de que uma boa entrevista começa com a formulação de perguntas básicas, que deverão atingir o objetivo de pesquisa, é possível fazer uma análise do roteiro para identificar a sua adequação de linguagem, estrutura e sequência das perguntas (MANZINI, 2003).

Quanto à resposta ao desafio da história oral obrigatoriamente parte de alguns pontos: 1) É um procedimento que acontece no tempo real da apreensão e que para tanto se necessita de personagens vivos colocados em situações de diálogo; 2) Ao assumir-se como manifestação contemporânea, a história oral mantém vínculo inevitável com o imediato e isso obriga reconhecer o enlace da memória com modos de narrar; 3) A história oral ao valer-se da memória estabelece vínculos com a identidade do grupo entrevistado e assim remete à construção da comunidade; 4) O espaço e o tempo da história oral, portanto, são “aqui”, o “agora” e o produto torna-se documento; e 5) Como manifestação contemporânea, a história oral se vale dos aparatos da modernidade para se constituir, então, além de pessoas vivas reunidas para contar algo que lhes é comum, a eletrônica multimídia se torna essencial para sua realização.

Manzini (2003) salienta que é possível um planejamento da coleta de informações por meio da elaboração de um projeto como condição essencial para a operação em história oral. Como procedimento planejado, uma proposta previamente armada se torna fundamental para

se responder as três situações que orientam a realização da história oral, De quem? Como? e Por que?

Ao estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistados o projeto prevê, planejamento da condução das gravações, definição de locais, tempo de duração, demais fatores ambientais, transcrição e estabelecimento de textos, conferência do produto escrito, autorização para o uso, arquivamento, sempre que possível, publicar os resultados, que devem, em primeiro lugar, volta ao grupo que gerou a entrevistas.

Quanto ao significado da materialidade, de acordo com Tilley (2006, p. 09), “os objetos promovem um poderoso meio para materialização e objetificação do eu, contendo e preservando memórias e incorporando experiências pessoais e sociais”. A relação entre a cultura material, indivíduos e grupos ocorre desde antes da nossa espécie aparecer no registro fóssil, e é essa relação que nós arqueólogos buscamos estudar. É digno de nota também o fato de que essa relação não permaneceu no passado, nós estamos em constante contato dialético com as coisas materiais. Como ressaltou Lima (2011) a cultura material é a dimensão concreta das relações sociais.

Esta pesquisa, assim como outras pesquisas arqueológicas, busca compreender também as relações de uma cultura materializada no passado, que compõe também o presente, com a comunidade. O diferencial é que os indivíduos que estudamos puderam ser entrevistados sobre essa relação, mais ainda, puderam contribuir para o nosso próprio trabalho. É indubitável que este tipo de abordagem rompe com a noção de que os objetos que consideramos como cultura material arqueológica é estanque no tempo, de que eles permaneceram presos no passado. Constituídos das mais distintas naturezas e fabricados para diversas funções os artefatos são constantemente reapropriados e o estudo dessas novas significações é tão importante quanto o estudo das apropriações ocorridas no passado.

Antes de iniciar a apresentação das entrevistas, é importante destacar as escolhas para a construção dos questionários, com perguntas abertas e fechadas, é a forma escolhida para apresentação das entrevistas. A princípio pensamos na possibilidade de realizar entrevistas tanto em povoados próximos aos sítios e a sede da nova cidade, quanto em povoados mais distantes com o intuito de comparar o impacto dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos nessas duas esferas espaciais. Esse objetivo foi abandonado quando percebemos que, além do suporte de deslocamento limitado da equipe, passar para o papel as impressões obtidas em campo demandava muito mais tempo para reflexões do que havíamos previsto.

Diante disso, tivemos que escolher entre levantar muitos dados e realizar pouca reflexão acerca deles, ou fazer mais reflexões sobre os dados já obtidos, nos quais constituem uma amostra já significativa. Optamos pela segunda opção. Durante a elaboração desta dissertação, foram lidas algumas pesquisas que também utilizaram entrevistas como fontes de informação e a maior parcela simplesmente apresenta gráficos com o percentual de opiniões para cada tema abordado, sem destacar o lado humano das entrevistas. Nesses trabalhos as pessoas parecem ser abordadas da mesma forma que qualquer outro dado material. Desalinhamos aqui com este tipo de abordagem, mas, da mesma forma, estamos conscientes de que jamais poderão ser transcritas as conversas, os olhares, os receios, os sorrisos, as lágrimas, o misto de sentimento, as incertezas e os questionamentos vistos e ouvidos em campo.

Portanto, o objetivo aqui é não abrir mão do lado humano das entrevistas em nome de uma pretensa objetividade científica. Cada um dos entrevistados possui uma memória particular, mas também compartilha experiências comuns. Os questionamentos abertos permitiram (na maioria das vezes) entrever essas histórias entrelaçadas, uma vez que os entrevistados puderam falar sem grandes interrupções.

Evitamos uma visão ingênua de que estamos dando poder a essas comunidades através desta pesquisa. As entrevistas foram direcionadas por um determinado questionário que atende aos nossos objetivos gerais, e as opiniões que serão apresentadas também foram analisadas criticamente em um conjunto amplo de opiniões. Além disso, os próprios entrevistados fizeram seleção de suas memórias considerando o que foi importante relatar ou omitir. Como afirmou Hodder (1986), não podemos mais acreditar na neutralidade do pesquisador, pelo contrário, temos que reconhecer e explicitar os interesses que permeiam as pesquisas.

A análise das entrevistas discorreu sob a visão de que existem dois tipos de relações entre a população local e a nova Sento Sé, a primeira abarca as concepções da população acerca da cultura material local; e a segunda diz respeito às opiniões sobre o próprio espaço na paisagem social e a preservação da memória e da identidade da população.

As atividades de campo transcorreram no período de oito dias. A equipe percorreu aproximadamente 850 km, vindos de Teresina-PI até chegar ao local da pesquisa. No total foram realizadas onze entrevistas, consistindo duas com diálogo sem auxílio de equipamento de gravação devido à espontaneidade dos encontros. Junto ao levantamento audiovisual,

foram obtidas as coletas de pontos de GPS que geofreenciaram os locais das entrevistas, registros de elevação de terreno, a zona urbana de Sento Sé e elementos relevantes localizados na estrada de acesso ao município. Dessa maneira, os dados obtidos proporcionaram a análise espacial e territorial da ocupação da região. O registro oral contextualizou a história e a memória dessas localidades partindo de pontos de vista distintos entre os entrevistados, conduzindo as aberturas das perguntas durante os debates. Este fator se deve às diferentes faixas etárias e ofícios dos entrevistados, assim, foi abordada uma perspectiva semiestruturada dos questionamentos. Assim, foram obtidos, principalmente, os fragmentos da identidade social constituídos por aspecto de memória e saber individual em meio da construção coletiva dessas lembranças. Portanto, as narrativas históricas e familiares, interrelacionados com elementos do patrimônio arqueológicos e natural, constroem a paisagem social de Sento Sé, no submédio São Francisco.

Através das entrevistas e das consultas bibliográficas, obtivemos o contexto histórico e ambiental da cidade de Sento Sé e pudemos revelar parte das memórias individuais e coletivas desenvolvidas no capítulo 1 e 4. Todo o conteúdo audiovisual, assim como este texto e as etapas agregadas à ele, serão disponibilizadas à comunidade através da cópia do trabalho via impresso e CD em mãos dos colaboradores, o cadastro nas bibliotecas locais, nas escolas públicas e privadas, na prefeitura e nas secretarias municipais, bem como na apresentação de vídeos e fotografias acompanhados pelo discurso dos membros das comunidades em eventos culturais que buscarão abrir debates a respeito da memória e coletiva e sugerir a elaboração de leis municipais que zelem o passado da cidade através da preservação de sítios arqueológicos e inserção da historicidade local na matriz curricular do sistema de ensino formal.

Referente aos materiais utilizados nas atividades, eles podem ser divididos em três categorias, registro multimídia, registro georeferenciado, e material de campo. No registro multimídia foi implementado o uso de câmera fotográfica digital, assim como equipamento de filmagem e voz, máquina fotográfica e filmadora NIKON Coolpix P600 24-1440 mm, máquina CANON A1455 31.5 mm, filtro de luz polarizada, corta sol, recarregador de baterias, cartão de memória, tripé, escala, norte e ficha fotográfica. Na sistematização das informações obtidas por este tipo de registro, fez-se o uso de métodos informáticos de edição, assim como a transcrição de desenhos à mão livre para o desenho técnico. No georeferenciamento, foi realizado o registro da distribuição espacial de elementos importantes que constituem a cidade de Sento Sé- BA. Em material de campo empregamos o uso de fichas

de controle e registro de dados que foram preenchidos a grafite conforme as disposições técnicas recomendadas.

Como apresentado anteriormente, utilizamos a perspectiva semiestruturada de entrevista. Elas não tiveram horários marcados e os colaboradores estavam realizando suas tarefas cotidianas, fator que conferiu aos diálogos uma espontaneidade característica de cada indivíduo. O roteiro teve o objetivo de introduzir temáticas determinadas para todos os entrevistados, mas de forma consciente abrimos maior margem para a fala aberta. Segue tabela com o roteiro.

Tabela 2: Roteiro com premissas básicas para as entrevistas em Sento Sé. Da esquerda para direita.

ROTEIRO GERAL DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	
Apresentações (aberto)	Contexto temático pessoal (aberto)
Dados pessoais (fechado)	Significado do dito sobre história e memória
Contexto Pessoal (aberto)	Significado próprio sobre ambientes naturais
História e memória em olhar individual	Significado dos elementos arqueológicos
História e memória em olhar coletivo	Percepção atual sobre os contextos abordados

Quando perguntados sobre a eficácia ou importância das perguntas e a relação de trocas de conhecimento durante os diálogos, os entrevistados se posicionaram unanimemente em responder que as universidades devem realizar estes trabalhos com maior frequência.

Segue a relação das entrevistas,

Entrevistas de campo					
Nome	Data	Ofício	Idade	Local	Duração
Joana de Sousa	28/05/2018	Pescadora	81	Petrolina (PE)	2:00h
Lúcia Rodrigues	31/05/2018	Comerciante	72	Piçação (BA)	Sem gravação
Ray da Silva	31/05/2018	Estudante	17	Sento Sé (BA)	Sem gravação
Francisco S. Pereira	01/06/2018	Pescador e vigia de barcas	41	Sento Sé (BA)	1:30h

Jandir da Silva Sento Sé	01/06/2018	Ex.prefeito de Sento Sé	79	Sento Sé (BA)	2:00h
Sra. Isabel	01/06/2018	Dona de casa aposentada	90	Sento Sé(BA)	00:30min
Adécio Nascimento	01/06/2018	Secretário de Educação	40	Sento Sé (BA)	1:40h
Zé catú	01/06/2018	Comerciante e delegado aposentado	76	Sento Sé (BA)	1h
Professora Marlene	02/06/2018	Professora e enfermeira aposentada	76	Sento Sé (BA)	1:30h
Expedita Ferreira	02/06/2018	Professora aposentada	71	Sento Sé (BA)	1:20h
Mariluze Amaral	04/06/2018	Presidente da associação de Brejo da Brásida	50	Sento Sé (BA)	2:00h

CAPÍTULO IV - POVOADO BREJO DA BRÁSIDA

Segundo a historicidade do povoado Brejo da Brásida, o grupo indígena que ocupou a região chamava-se Kaimbé que, pelo senso de ancestralidade, se perpetua na maior parte dos remanescentes que compõe a comunidade atual. No princípio, a oralidade nos trás que o nome do povoado se deu pela memória de Brásida. Uma índia Kaimbé que, nos meados do século XVIII, relacionou-se com um tropeiro de ascendência grega chamado Praziblo. Na época, a região do povoado era transitada por tropeiros, pois, firmou uma feira que comercializava gado de toda a região para levar até Feira de Santana-BA e locais no estado de Mato Grosso. Praziblo foi uma das influências históricas e trouxe ao local o nome Almaral - uma casca de uva pra fazer vinho pro deus Dionísio - tomando a índia de 13 anos como irmã e nomeando-a de Brásida, por ela ser indomável como o general grego Brásidas que fora o responsável pela construção do cavalo de Tróia na clássica Grécia. Com o tempo, a índia Kaimbé e o tropeiro grego se casaram e deram origem ao povoado que passou de Brejo das Minas D'água pra Brejo da Brásida. Brásida fora avistada pela última vez próxima a nascente conhecida na comunidade como Olho D'água, que compõe a paisagem do Brejo, antes de ser capturada pelos fazendeiros da província.

Nos diversos diálogos, o termo historiar foi usado pelos entrevistados quando a dinâmica da conversa buscava o passado. Desta forma, a comunidade historia que o seu desenvolvimento é iniciado por volta de 1850, 168 anos atrás. Por volta de 1900 chega a influência da diocese. Algumas passagens históricas do povoado foram marcadas por conflitos violentos nas primeiras décadas do século XX. Nos anos de 1920, um dos episódios ficou conhecido como sebáceas,

que era o uso da força, por parte dos políticos locais da família Sento Sé, sobre aqueles que não se sujeitavam ao regime político da época. A família Amaral do povoado da Brásida não aceitou as imposições e sofreram a ação conjunta do coronel Fraklin Dias de Albuquerque e do prefeito, João Nunes Sento Sé. Na primeira investida, eles entraram no Brejo da Brásida e queimaram 21 casas, levaram todos os pertences e os dois filhos mais jovens da família Amaral que depois foram trocados por uma garrafa de ouro para que não fossem mortos (Mariluze Amaral, 2018).

Na segunda investida, segundo a versão das famílias Amaral e Almeida do Brejo da Brásida, um senhor do povoado faleceu por infarto por ter sido perseguido e se escondido por três dias na Toca do Marréco. Ele conseguiu sair, mas todas as pessoas que estavam em fuga com Serafin foram mortas. Pouco tempo depois houve a passagem da coluna Prestes que

também foi um episódio sangrento. Enquanto estavam descendo em direção ao povoado, os militares da coluna,

assassinaram um primo dos Amaral em um tiroteio em Central-BA. O coronel de Central avisou aos Amaral que os recebessem, e a coluna foi recebida à bala. Existe ainda o cemitério dos revoltosos no Brejo da Brásida, e o povo até evita falar disso, mas realmente aconteceu.

Anos depois ocorreu outro episódio com um personagem histórico, Lampião passou no Brejo da Brásida quando viera buscar o prefeito de Sento Sé, Antônio Nunes Sento Sé (o Tonhá), devido às violências causadas pelas sebáceas. Tonhá promoveu as sebáceas no Bomdoleiro, no entanto, o coronel deste povoado e Lampião eram amigos. Assim,

Lampião veio tomar satisfação, e como sabia que teve o episódio com os Amaral, passou no Brejo e pediu ajuda. Quando ele chegou no Itapicurú, deram uns animais pra ele e um guia, este guia se chamava Bentor. E eles vieram bater ai na fazenda Caroline, tomaram as armas do prefeito e distribuíram um monte de coisa pro povo lá, e passou três dias na Palmeira (Mariluze Amaral, 2018).

De forma geral, conforme o obtido nas entrevistas, Lampião era considerado defensor da população menos favorecida e era vingativo contra os grandes proprietários que não fizessem nada em prol das comunidades.

O prefeito mencionado foi Tonhá que era filho de João Nunes Sento Sé (o Jãojão), e o poder municipal fora passado entre os membros da família Sento Sé. “É o que ocorre até os dias atuais”, a prefeitura municipal é comandada hoje por Ana Passos Sento Sé, neta de Jandir da Silva Sento Sé que fora prefeito do município e foi um dos entrevistados.

No ano de 1940, iniciaram as plantações de banana com grandes produções devido à grande quantidade de água e solos muito férteis e em 1945 a comunidade descobriu um grande potencial para produção de sal, logo mais começaram também a produzir artesanatos como esteiras, vassouras entre outros. Tudo que era produzido provinha de materiais encontrados no território da comunidade. Em 1950 foi aberto um canal de acesso hídrico à algumas propriedades facilitando o desenvolvimento da agricultura e pecuária por parte dos moradores. A comunidade quis registrar que em 1964 foi eleito como vereador de Sento Sé um morador da comunidade. Por volta de 1976 foi registrada a pior seca que o povoado enfrentou, lembrado pelos moradores que muitos animais não resistiram, inclusive membros da fauna nativa. Em 1983 foi fundada a primeira associação e no ano seguinte, foi construído um colégio, nessa mesma época aconteceu o primeiro casamento da comunidade, celebrado

pelo padre Marcos. Em 1987 a comunidade ganhou um arado e tempo depois foi construída a primeira Casa de Farinha. Em 1991 deu-se início ao festejo tradicional da comunidade.

No ano 2000 chegou o primeiro transporte escolar e em 2001 os moradores tiveram acesso à bolsa família programa do governo Federal. Aos 2002, a associação conseguiu um trator para uso comunitário e nessa mesma época teve início o abastecimento de água encanada, bem como chegaram algumas cisternas d'águas de 16 mil litros para consumo. Em seguida, já em 2006 chegou o projeto do governo estadual Cabra Forte, na mesma época o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) presta acessória técnica na comunidade. Entre os anos de 2010 e 2015 chega a energia elétrica, as atividades das empresas de energia eólica e a IRPAA trás o projeto de construção da Casa de ração, para fabricação de ração alternativa. Posteriormente o Instituto e a Associação iniciaram dois projetos de agricultura familiar com a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER Federal e Estadual).

Podemos observar que desde a origem até os dias de hoje, como contaram os moradores aos agentes do IRPAA, que a comunidade tem solos férteis e boa disponibilidade de hídrica. Desta forma, contem relevante potencial para produção e banana, coco, e variados tipos de fruteiras e hortaliças. A criação de galinhas caipira, caprinos e ovinos continua se desenvolvendo com resultados positivos. Outro aspecto importante é a preocupação estabelecida com as ações de turistas que procuram visitar a região do Olho D'Água.

Figura 18. Banhistas entre moradores e turistas no Olho D'água no povoado Brejo da Brásida.



Fonte: sentoseagora.com.br/2007.

A valorização dos aspectos naturais do povoado, por parte de seus membros, é clara de modo em que eles discutem e executam, pela Associação, planos de manejo para ordenamento local para ações de coleta de lixo, cercamento e plantio de mudas de árvores nativas nas proximidades do Olho D'água e outros locais. Discutem atualmente a questão de se organizar um plano de turismo comunitário.

Sobre toda esta trajetória, principalmente os eventos históricos, a população tem o conhecimento dos fatos que são repassados através da oralidade para os mais jovens. Um de seus anseios é que essa historicidade faça parte do discurso da educação formal da região, para que todas as gerações permitam a inserção crítica dos valores do povoado nas suas visões de mundo. Porém, segundo o relato de Mariluze Amaral, a procura por estes objetivos passa por dificuldades,

Porque assim, a escola no Brejo foi pioneira do projeto piloto de convivência com o semiárido todo contextualizado. Por questões políticas e por interesse de uma das prefeituras antigas, tiraram os alunos e professores de Brejo e botaram na escola no Junco que está numa posição geográfica distante das outras comunidades. Pra essa escola do Junco não deixar de funcionar, destruíram a outra do Brejo. Praticamente destruíram todo um contexto que foi possuído nesta comunidade Brejo da Brásida, que é uma razão de revolta até hoje. Hoje a gente tem poucos alunos da educação infantil, um grupo multidisciplinar e criaram uma turma EJA, pra não deixar fechar a escola que tem. Aqui o projeto da gente é criar este centro de referência, trazer cursos técnicos e buscar nossa população que saiu por conta disso (Mariluze Amaral, 2018).

O povoado persiste na lutar para enfrentar as dificuldades nos variados temas. Buscas que partem dos próprios membros através dos debates que ocorrem na Associação dos moradores do Brejo da Brásida. Os educadores da comunidade já tratam, de modo inicial, de uma pequena parcela da história local, por exemplo, na sequencia dos relatos,

É o que mais a gente precisa fazer, mas é difícil. Mas a gente está fazendo isso aos poucos. Por exemplo, nessa fase agora eles estão estudando a historiografia dos mais antigos, por exemplo, a família Texeira de Brejo, ela nem é quilombola e nem foi alforriada, ela foi perfilhada. Assim, os Amaral herdaram quarenta negros e eles perfilharam, eles não venderam nem alforriaram, registraram todos como filhos. Então nos temos muitos na família que são Pinto Amaral, Texeira Amaral e outros. Mas a grande maioria é Amaral.

Uma questão foi bem enfatizada nos relatos, a identidade indígena do povoado Brejo da Brásida. Interessante que, conforme as pesquisas históricas e arqueológicas ocorriam através dos esforços de acadêmicos e de estudiosos do próprio povoado, a população se

reconhecia nos resultados e se aproximavam ainda mais da historicidade indígena e da materialidade arqueológica abundante na comunidade.

As pessoas aqui sempre souberam que Brásida era uma índia, mas não sabiam de qual tribo era. Com a descoberta do professor Celito, nos batistérios em Freguesia da Barra, ai a gente descobriu, de Brásida e também sobre outros índios de outros povoados como Brejo da Martinha e Campo Largo Alegre, que eles são da tribo Kaimbé Amaniú, por isso o distrito se chama Amaniú e o nome significa um tipo de algodão (Mariluze Amaral, 2018).

Este fator chama atenção para a seguinte reflexão, a história, com os registros documentais, e a arqueologia, com a materialidade, aplicadas sob os anseios da comunidade, podem causar transformações de perspectivas através do reaparecimento de elementos identitários. Assim, os conjuntos de características não desaparecem, o que surge são as resignificações. Deste modo, as transformações culturais constatadas em Brejo da Brásida nos permitem pensar que este fenômeno não é unilinear, e sim uma espiral, pois, os elementos culturais que “desapareceram” em um dado momento, resurgiram em outro com uma releitura de significados.

na verdade os territórios de Sento Sé, Sobradinho e Juazeiro eram povoados por várias tribos, no caso da gente os Kaimbés vão da região de Amaniú até chegar Morro do Chapéu, passando pelo São Gabriel que uma parte era dos Guaranis e outra dos Kaimbés. Ai em torno de 1840, os Kaimbés se dividiram e foram para Euclides da Cunha que são os Kaimbés Massakarás que estão lá na região do Massakarás e os Kaimbés daqui perderam sua identidade que começa a resurgir a pouco tempo (Mariluze Amaral, 2018).

O povoado tem suas próprias interpretações sobre os sítios arqueológicos, principalmente por reconhecerem o fator intrínseco, “minha ancestralidade”, nas suas compreensões, seja no material portátil, no painel de pinturas e gravuras rupestres, até a paisagem arqueológica. A arqueologia entra neste território como instrumento de afirmação da identidade no momento em que a população exige o cumprimento da função das universidades em trabalhar em prol dos grupos sociais. Um exemplo de falha nesta função, conforme os relatos, fora quando as equipes de arqueólogos da Universidade Federal da Bahia (UFBA), na década de 1970, omitira a quantificação de sítios arqueológicos para agilizar o licenciamento ambiental no projeto de construção da barragem de Sobradinho onde alguns registros Kaimbé Amaniú, e outros, se perderam. Este potencial histórico ficou ignoto até que pesquisas atuais refizeram, e prosseguem hoje, o levantamento arqueológico junto à população do povoado. Como resultado daquelas omissões, algumas características culturais

de relevância atual para a comunidade se tornaram longínquos, pois, na época, não foram despertadas as preocupações com os bens históricos como são apresentadas hoje.

Eu ainda alcancei meu avô falando os idiomas Kiriri, Negatu e Guarani, mas eu não quis aprender na época, eu ficava rindo. Mas, me arrependo muito hoje, se eu soubesse da importância como é hoje, eu teria aprendido tudo. Talvez alguns falariam até hoje (Mariluze Amaral, 2018).

Depois de estarem cientes da existência dos sítios arqueológicos e se reconhecerem, as populações locais buscam a proteção de sua história por meio da preservação. Além disso, um de seus receios é a retirada dos materiais arqueológicos da região para estudos acadêmicos, materialidade que enriquece de reservas técnicas das universidades e não retornam à comunidade.

A comunidade sempre protegeu de alguma forma, pois antes alguns vaqueiros faziam fogueiras nos sítios. Aí a gente começou a fazer o levantamento arqueológico de Sento Sé paralelo ao levantamento de Central, também na Bahia. Quando eu descobri que a universidade iria levar de Sento Sé o que levou de Central, aí eu comecei a embarreirar, eu chegava no povo e dizia, "não mostra, não leva nos sítios". É, porque retiraram de Central toneladas de fósseis do paleotema, os bixos lá, preguiça gigante e outros. A megafauna. Eu fui testemunha disso, principalmente na Toca do Aragão, em Aragolândia, tinha fósseis e ossos humanos que agora não tem mais. Passaram uns vinte anos lá com um projeto que envolvia vários municípios. Aí Central é considerado centro da arqueologia com cerca de 900 sítios mesmo sendo um município pequeno, mas Sento Sé tem mais de 3 mil e tem muito mais materiais. Além disso, Eu fiquei os 20 anos acompanhado o projeto de arqueologia de Central, fizemos o decalque das pinturas esse tempo todo. O que me revolta é saber que aquelas torres gêmeas que caíram nos Estados Unidos levaram com elas as telas de Central. E Central recebeu indenização? Nenhuma (Mariluze Amaral, 2018).

Para este problema, a criação de um museu comunitário, gerenciado pela Associação de Brejo da Brásida, com aval, assistência e consultoria dos órgãos públicos responsáveis, proporcionaria a divulgação dos bens arqueológicos, atrairia o turismo para o desenvolvimento local e, principalmente, contribuiria com a reafirmação identitária dos Kaimbé Amaniú.

Entretanto, uma antiga demanda de escala municipal precisa ser solucionada, de acordo com os relatos. Na prática, esta é uma gigante questão com episódios ocorridos em todo país. Todavia, proporcionalmente, os processos judiciais são poucos.

Aqui em Sento Sé podemos levantar a seguinte questão, que você poderia colocar no trabalho, que é um pleito. Embora, nossos governantes têm a cabeça de camarão e não enxergam, mas é muito necessário. Vou arrumar o mecanismo, vou provocar o promotor público pra ele me dizer como é que

eu devo fazer isso, pois a CHESF retirou tudo de Sento Sé, por ocasião da construção da barra de Sobradinho, e hoje está lá na reserva técnica do MAE da UFBA, em Salvador, os materiais históricos, arqueológicos e biológicos. O que estou questionando é, estas descobertas dessa empresa, por que ir pro recôncavo baiano se é nosso?

Estes anseios são importantes de modo que as comunidades lutam pelo direito de terem posse da materialidade histórica que pertencem a sua ancestralidade. No caso de Sento Sé, muitos cidadãos não aceitam a situação supra abordada.

É claro que não! Veja bem, hoje a gente chega ali por ocasião da seca e vê os restos da velha Sento Sé, e não tiveram nenhum cuidado com a gente, olha onde foram colocar a cidade nova, no fundo do município, uma cidade que já nasce morta, ela não tem acesso. É de uma irresponsabilidade que não tem nem tamanho. Minha família perdeu tudo e não teve indenização pra gente. O processo tem 40 anos, já prescreveu. Morreu foi é gente com a água, pois não sabia o que estava acontecendo, pois era povoado isolado. Até o levantamento arqueológico da época foi tendencioso, diziam que era só 30 ou 40 sítios, mas na verdade eram 300 na área alagada. Quando seca esse corredor do lago você encontra, eu mesmo encontrei sítios arqueológicos do outro lado ali de Casa Nova, absurdo. Não sei até quando Brasil vai viver de faz de conta. Eu tenho é indignação, e a maior indignação que tenho são com as gerações mais novas, porque a gente ainda teve conhecimento de alguma coisa, e hoje os professores não sabem nem se defender, pra conseguir ensinar as histórias locais.

A quantidade de material perdido foi altamente relevante. Tendo em vista os 300 sítios arqueológicos submergidos. Contam que até hoje, nos períodos de estiagem, é possível encontrar materiais históricos e arqueológicos no leito do lago de Sobradinho, além de algumas fundações das velhas cidades de Sento Sé, Remanso, Casa Nova e Pilão Arcado.

Sim, por exemplo, isto aqui foi encontrado na ilha ai no lago (vídeo). São urnas funerárias com os ossos dentro, tem um monte delas. É dentro do lago. Nessa região de aldeia encontra muito, o povo usa e deixa no quintal pra fazer coxo e um monte de coisas. Em outros lugares ainda usam como utensílios em hospitais. Isso é tudo de Sento Sé, da antiga aldeia. Estão tudo de baixo d'água agora. Vou levar isso ao promotor, pois é a maior prova de que a CHESF foi irresponsável (Mariluze Amaral; Antônio Cabral, 2018)

Entre outras demandas, a presidente da Associação dos moradores do povoado Brejo da Brásida, Mariluze Amaral, trás também a necessidade da legitimação de grupos organizados e a proteção dos sítios arqueológicos contra os impactos oriundos dos novos parques eólicos que pretendem se fixar na região. A precisão de um escritório do Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional (IPHAN) é evidente em demasiado.

Sim, ai a gente tem os grupos quilombolas precisam ser legitimados, os grupos indígenas e remanescentes que também precisam ser legitimados. As

questões arqueológicas, um exemplo, temos espelhotemas fantásticos em uma toca de conglomerados com pinturas rupestres e uma empresa de eólica começou a passar por uma estrada e com o impacto pode tudo desmoronar e passar por cima de tudo. E eu falando "pelo amor de Deus, não deixa isso acontecer não". Costumamos dizer que o Dr. Iphan não existe pra gente não! (Mariluze Amaral, 2018).

Quando questionada sobre propostas advindas da comunidade, Mariluze comenta de modo a elucidar que a preocupação com os sítios não são apenas com a preservação, mas também elencam questionamentos de valor científico, compreendo que o povoado elabora suas próprias questões sobre os elementos observados nos sítios arqueológicos.

Faremos o plano de desenvolvimento integrado de turismo, que o daqui tem visão ecossistêmica. Uma das propostas é fazer um circuito arqueológico. Não seria de início nas comunidades, pois tem muitas coisas ainda a serem descobertas. O que a gente já conhece, precisamos é de um grupo de arqueólogos que avaliem, por exemplo, "este é possível de visitação, e este não pois ainda tem que ser estudado". Se não a gente vai perder tudo e tem muita coisa diferente. Por exemplo, o sítio da Santana, aquelas pinturas de Kaudieol estão lá por que? Quem as pintou? Por este grupo só pintou naquele lugar escondidinho? O problema é que os Kaudieol não são daqui, são da Amazônia Equatorial, e os desenhos são específicos e diferentes de tudo e ninguém viu isso em pedra nenhuma, só tem na face e nas pinturas de corpo deles lá na Amazônia, e o que eles vieram fazer aqui na Bahia em Sento Sé, bem escondido lá? (Mariluze Amaral, 2018).

De modo a referenciar a distribuição dos sítios arqueológicos no povoado Brejo da Brásida, listamos e ilustramos os mesmos. No entorno do povoado registraram-se nove feições de relevo com vestígios que totalizam treze sítios. Conhecem-se regionalmente as feições de relevo como Boqueirão do Riacho da Santana, Boqueirão do Soem, Boqueirão da Toca, Serrote do Pergentino, Boqueirão da Canoa, Boqueirão da Imbaúba, Boqueirão do Antônio Joaquim, Boqueirão do João de França, Boqueirão do Riacho das Minas, Serrote dos Dois Irmãos, Boqueirão dos Animais, Boqueirão da Baixa da Caiçara e Boqueirão da Floresta, como segue (Fig. 19).

Figura 19. Relação espacial das feições e sítios arqueológicos no povoado Brejo da Brásida.



Fonte: Google (adaptado pela autora, 2018).

- | | | |
|--|---|---|
| 01 Boqueirão do Riacho da Santana | 06 Boqueirão da Imbaúba | 11 Boqueirão dos Animais |
| 02 Boqueirão do Soem | 07 Boqueirão de Antônio Joaquim | 12 Boqueirão da Baixa da Caiçara |
| 03 Boqueirão da Toca Serrote d | 08 Boqueirão de João de França | 13 Boqueirão da Floresta |
| 04 Pergentino | 09 Boqueirão do Riacho das Minas | |
| 05 Boqueirão da Canoa | 10 Serrote dos Dois Irmãos | |

O potencial histórico e arqueológico do povoado é relevante sem receio de dúvida. No entanto, outras riquezas fazem parte da comunidade. Alguns locais demonstram serem áreas de transição entre Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica. Uma diversidade sistêmica deste porte demonstra um proeminente cenário para pesquisas biológicas, além de geológicas devido a abundância de minerais. Segue o relato,

Ainda tem mais, o doutor José Alves registrou 97 plantas que não são identificadas, não tem espécie nem família e ninguém sabe o que é. E estão lá, ninguém consegue recursos pra fazer um trabalho e minha grande preocupação é que as eólicas vão destruir antes da gente estudar. A Engie, Reduto do Sol, Casa dos Ventos, Casa Forte e outras que esqueci os nomes. O sítio é todo cercado de serras e tá todo mundo querendo botar a mão. E

além do mais, têm as mineradoras que estão doidas pra entrar lá e a gente fica brigando pra não deixar (Mariluze Amaral, 2018).

Novamente a preocupação é com as ameaças trazidas pelos projetos de parque eólico. Compreensível, pois, a Engie Brasil Energia aprovou por unanimidade em reunião do conselho de administração, em janeiro de 2018, a contratação de financiamento de R\$ 1,03 bilhões junto ao BNDES, para implantação do complexo eólico Campo Largo. O complexo fica localizado nas cidades de Sento Sé e Umburanas-BA. De acordo com informações da página da Engie, o empreendimento é o maior investimento em energia eólica no país realizado pela empresa. Na sua primeira fase, o projeto prevê a instalação de 121 aerogeradores. O complexo deve começar a operar comercialmente em janeiro de 2019.

Brejo está como zona morta porque é de muito interesse para as mineradoras furar tudo aquilo lá. A própria comunidade se informa disso, mas o problema é que a gente não tem ajuda nem dentro nem fora do município, o estado não se importa e governo federal pior. Na verdade me deu vontade de botar em tudo qual for rede, "procura-se alguém que queira nos adotar", "procura-se um estado, um município, um país ou que nos dê independência", porque já chega de descaso (Mariluze Amaral, 2018).

Com o decorrer dos relatos, tem-se a sensação de uma calamidade pública. Entretanto, as preocupações são bem refletidas e buscam soluções fundamentadas. Um exemplo estratégico é a criação de uma unidade de conservação municipal que abarque as áreas ameaçadas de impactos que não foram inseridas no projeto do futuro Parque Nacional Boqueirão da Onça.

De maneira a dar voz ao povoado Brejo da Brásida, a entrevistada menciona as questões de culpabilidade e trás seu posicionamento.

Olhe, eu recebi o convite para ir ao encontro da SAB, e eu vou. O maior problema dos sítios não são os municípios nem estados, são os próprios arqueólogos. Porque grande parte só se interessam pela arqueologia de contrato, quando não é contrato, só se interessam em projetos que vai dar status. Tem mais estrelismo do que toda a globo junto. Criam tipos uns feudos nos locais e ninguém mais pode mexer, e aquilo fica lá, porque fulano meteu a mão e ninguém mais mexe. Sou leiga, posso dizer tudo que vier na minha cabeça, pois não estou defendendo teoria de ninguém, não sou arqueóloga, mas eu enxergo. Isso é que se trata de um potencial imenso, um povo miserável que poderia estar usando aquilo pra estudo e tirar proveito em renda. Se hoje os arqueólogos estivessem nas comunidades dizendo às pessoas, "olhem, isso aqui é importante, protejam, isso é a história de vocês, que vai garantir o futuro". O problema é que eles ficam debatendo teoria e não sentam pra tentar esclarecer um negócio desse, da importância que isso tem pra nós. Eu estou dizendo isso, pois eu quero defender a minha comunidade, eu sei que isso vai me custar um monte de coisa, como já tem custado. Tudo que eu faço é pela a associação de Brejo da Brásida, eu sou membro da associação de Brejo, sou filha do povoado da Brásida, sou

Kaimbé Amaniú, não tenho nada haver com prefeitura, com estado, com federal, ninguém.

Com a ausência das universidades, como supracitado, o povoado produz seu próprio conhecimento, por exemplo, um membro inicia um curso de formação técnica fora da comunidade e volta pra explicar os fenômenos ocorridos dentro do povoado. Assim, paulatinamente, a necessidade das ações das universidades é amenizada. As ideias se multiplicam através dos debates promovidos pela Associação.

Imagina só um curso de preservação patrimonial na própria comunidade. Bom, a gente ta pedindo é o curso técnico de turismo com preservação patrimonial, aí a gente vai legitimar este curso e outros, pois este centro de referência é pra preservar e legitimar o conhecimento ancestral aqui da comunidade.

Conforme a coesão dos relatos, a gestão municipal atual se preocupa com as comunidades de Sento Sé e busca meios de desenvolvê-las. Ao averiguar a questão, conforme entrevista realizada com o feche do Departamento de Cultura, Aedson Nascimento, da Secretaria Municipal de Educação, o município promove eventos festivos com tradições sentoseenses que são expressões culturais celebradas desde a plenitude da velha Sento Sé como,

os Congados, Reisados, Bumba-meu-boi, Ternos de Reis, Ternos da Cigana, Samba de Velho, Quadrilhas Juninas, Capoeira, Rodas de São Gonçalo, Marujada, Vaqueijada. Bem como trás ideias e projetos de educação para expansão do ensino nos povoados do município.

No entanto, como argumentam os representantes da gestão municipal, Aedson e Jandira Torres, secretária do meio ambiente e turismo, o que lhes falta são os recursos para a aplicação dos projetos, “as ideias e projetos nós temos muitos. Só nos falta o investimento”.

A respeito das antigas manifestações culturais, os relatos versão que a geração atual alterou seus interesses de modo que as dinâmicas do passado estão pouco presente nas manifestações atuais. Mas, a própria população reflete e compreende em seus relatos que as mudanças são comuns, compreensivas e ocorrem em todo lugar. No entanto, como diz dona Expedita Ferreira da Silva, professora aposentada que lecionou também na velha Sento Sé, “um povo sem compreensão da história de sua cultura, é um povo sem rumo e vida”. Portanto, foi possível observar que as transformações culturais são bem aceitas na voz dos entrevistados, mas, ao mesmo tempo, se preocupam com a memória de sua comunidade e

desejam que as escolas de Sento Sé também abarquem a história local na instrução da geração atual.

Em sequência, ao ter acesso ao livro Patrimônio Arqueológico de Sento Sé (KESTERING, 2014) na Secretaria de Meio Ambiente e Turismo, local onde entrevistamos Mariluze Amaral em um primeiro momento, obtivemos algumas informações sobre personagens simbólicos como Caipora, Caboclo Muribeck, Homem Folhagem e Negro D'água. Em Sento Sé e em seus povoados, conservam-se, na memória popular, alguns mitos de origem indígena e/ou cabocla que se traduzem em lendas repassadas em prosa e verso. Às vezes, no legendário popular, mescla-se mitologia com pré-história e história remota com história recente.

Caipora é uma entidade da mitologia tupi-guarani que se traduz como habitante do mato. Seu corpo é todo coberto de pelos. Montado em um porco selvagem, o caipora anda nu pela floresta e domina todos os animais. Pode ser um pequeno caboclo, com um olho no meio da testa, cocho e que atravessa a mata montado num porco selvagem; um índio ágil de baixa estatura; um homem peludo, com vasta cabeleira (Fig. 19). Ele ataca os caçadores que não cumprem os acordos feitos com ele. Assim como o Curupira, de quem é parente ou se confunde, tem a missão de proteger os animais da floresta. É o terror de quem caça além das necessidades. O Caipora usa todos os seus conhecimentos sobre a vida na floresta para fazer armadilhas aos caçadores, destruir suas armas e bater nos cães de caça. Assusta os caçadores, reproduzindo sons da floresta, além de modificar os caminhos e rastros para fazer com que se percam. Aos domingos, sextas-feiras e dias santos o Caipora age com mais força e de maneira mais intensa. Uma forma de escapar da ação dele é oferecer-lhe fumo de corda e outros presentes, que devem ser deixados próximo ao tronco de uma árvore, de preferência numa quinta-feira. Mesmo assim, não é garantia de que o Caipora não irá agir, pois dizem que ele pode ser traiçoeiro. Antes de sair numa noite de quinta-feira para caçar no mato, deve-se deixar fumo de corda no tronco de uma árvore e dizer: "Toma, Caipora, deixa-me ir embora". A boa sorte de um caçador é atribuída também aos presentes que ele oferece. Assim, por sua vez, os homens encontram um meio de conseguir seduzir esse ente fantástico. O fracasso na empreitada é atribuído aos ardis da entidade. Costuma-se dizer que alguém está com o Caipora quando atravessa uma fase de infelicidade e de empreendimentos mal sucedidos (LENDA DO CAIPORA, 2010).

Figura 20. Representação do Caipora.



Fonte: A lenda do Caipora, (2010).

Dizem que no alto das serras da Chapada Diamantina mora o encantado Caboclo Muribeck. Nunca foi visto. Vaqueiros e caçadores já ouviram sua voz, rouca e cansada. Não é de muita conversa. Quando alguém põe fogo na caatinga ou mata uma fêmea preña, costuma reclamar dizendo: “Aqui é lugar de respeito... Tem caboclo Muribeck”. Contam os garimpeiros que o Caboclo Muribeck sabe onde o Romão Gramacho escondeu ouro, prata e diamante quando percorreu as caatingas de Sento Sé em busca de riquezas minerais.

Nas trilhas da caatinga, principalmente perto dos boqueirões e das grotas, costuma esconder-se o Homem Folhagem. Veste-se com folhas secas que cola no corpo com resina de amescla. Provoca queda nas pessoas mal educadas, mas ensina o caminho de volta, quando o visitante tem bom comportamento, respeita a fauna e a flora e não deixa lixo espalhado nos lugares por onde anda.

A respeito do Negro D’água, há pescadores na região de Sento Sé que, ao sair para pescar, levam uma garrafa de cachaça e atiram-na no lago, para que não tenham sua embarcação virada. Eles afirmam que o Negro D’água existe. Dizem que é uma mistura de um homem negro alto e forte. Apresenta nadadeiras como as de um anfíbio, corpo coberto de escamas mistas com pele. É preto e careca. Tem os pés e as mãos de pato. Manifesta-se com gargalhadas e derruba a canoa dos pescadores quando se recusam dar-lhe um peixe.

Figura 21. Representação do Negro D'água.



Fonte: A lenda do Negro D'água, (2010).

O Negro D'água costuma aparecer para pescadores e outras pessoas que estão no lago. Sua função é preservar as águas. Amedronta as pessoas que não preservam a sua santa morada. Dá sustos, parte anzóis de pesca, fura redes, provoca enchentes e vira barcos. Gosta de virar as embarcações de quem derruba e queima a mata ciliar, joga lixo ou despeja esgoto no lago. Sua ira é maior contra aqueles que praticam a pesca predatória.

No diálogo com a secretária do Meio Ambiente e Turismo, Jandira Torres, que estava junto a Mariluze, obtemos a informação sobre algo que implicará considerável observância na região. Sobre a tramitação, já mencionada, do projeto de Criação do Parque Nacional Boqueirão da Serra da Onça. Tem como principal objetivo, ao ver das entrevistadas, preservar o Bioma Caatinga ao englobar a fauna e a flora. O parque irá fazer parte de um corredor ecológico para preservação da Caatinga, importantes fragmentos de Cerrado e nichos da Mata Atlântica. Permitirá a troca genética das espécies da fauna, principalmente das onças-pintadas que têm seu número muito reduzido no bioma Caatinga, o que a inclui na lista brasileira de espécies ameaçadas de extinção e em estado crítico, sobretudo neste bioma.

Figura 22. Vista parcial da serra que fará parte do Parque Nacional Boqueirão da Serra da Onça.



Fonte: KESTERING, 2014.

Na área destinada ao Parque Nacional Boqueirão da Serra da Onça (Fig. 21) existem muitas grotas e boqueirões com fontes de água cristalina potável, árvores frondosas da Mata Atlântica e espécies de animais endêmicos. Nelas há vestígios da presença humana histórica e pré-colonial. Nas escarpas esculpidas pela erosão milenar, conservam-se milhares de painéis de pintura rupestre. Nos topos das serras, com mais de 1000 metros de altitude, o clima é ameno e a vegetação, peculiar. Elevado é o seu potencial turístico e uma preocupação latente é como serão abordados os povoados envolvidos, inclusive o Brejo da Brásida, na implementação deste parque que será uma Unidade de Conservação.

CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES E CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA

Os lavamentos aqui apresentados foram realizados na etapa de campo e compõem os resultados da dissertação com apoio técnico do Núcleo de Antropologia Pré-histórico (NAP), possibilitado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Desenvolvido ao longo dos dias 28 de maio a 06 de junho, exceto o deslocamento de, aproximadamente, 1700 km nas margens do Rio São Francisco, percorrendo as cidades de Petrolina-PE, Juazeiro-BA, Sobradinho-BA e Sento Sé, contou com a participação de um voluntário discente em arqueologia pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), 11 entrevistados e demais colaboradores.

Na união dos lavamentos orais, bibliográficos, iconográficos e paisagísticos, atingimos o objetivo de realizar o trabalho arqueológico com métodos interdisciplinares no auxílio de abordagens das disciplinas de História, na descrição do contexto histórico e nos preceitos da história oral, da Geografia, na análise inicial os elementos físicos e humanos da paisagem regional, e da Antropologia, no uso da entrevista semiestruturada e na interrelação do contexto histórico com os espaços passados e presentes. Estes reforços contribuíram para o estudo da arqueologia da paisagem na localidade e continuaram a gerar conhecimento na temática da paisagem social.

A pesquisa contou com apoio da Secretaria de Educação e da Secretaria do Meio Ambiente e Turismo do município de Sento Sé. Buscamos a compreensão do contexto histórico e social que permitiu, inicialmente, o registrar de um protagonismo ativo dos indivíduos na expressão do senso de pertencimento e significado direcionado ao passado regional, vendo-se como integrantes da paisagem social.

Nesta busca de entender a paisagem social por trás dos contextos históricos e arqueológicos, particularmente na Nova Sento Sé e no povoado Brejo da Brásida, encontramos nas fontes orais, a com participação de antigos moradores da velha Sento Sé e também aqueles nascidos na nova cidade, vozes que anseiam estruturar um conhecimento sobre o passado local para que possamos compreender os processos de construção da memória individual e coletiva que submerge em significados e no senso de pertencimento. A interpretação e a síntese destes conhecimentos são importantes, ao ver da população e da pesquisa, pois, a região está cercada de gatilhos de memória que estão sendo ameaçadas pelos impactos dos grandes empreendimentos (parques eólicos e mineradoras). Assim, ao

construirmos conjuntamente um conhecimento coerente aos anseios da população, poderemos observar como ela irá se articular em defesa da integridade dos seus espaços e de suas dinâmicas sociais que são ricas desde o período pré-colonial.

Fontes iconográficas também foram utilizadas na busca de dados, como fotografias e mapas e antigos que nos munuiu de informações detalhadas para representar parte do contexto histórico e ambiental de Sento Sé. Basicamente, a pesquisa foi desenvolvida por meio da descrição dada pelos entrevistados e pela bibliografia. As interpretações obtidas só foram possíveis ao captarmos as explicações e interpretações próprias do que ocorre na região. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, gravações e fotografias.

Posteriormente, apontaremos as principais contribuições na elaboração das percepções da paisagem social nos contextos arqueológico e histórico de Sento Sé junto à comunidade Brejo da Brásida com os resultados atribuídos aos pontos metodológicos empregados sobre os dados coletados. Frente ao que obtivemos nas entrevistas e no geofereciamento, a pesquisa acentua a ideia de identidade e paisagem dentro dos contextos dos espaços sociais. Dessa forma, o espaço implementa a paisagem social como elemento chave e torna-se objeto de indagações sobre a identidade social, com base nas perquisições levantadas durante a realização dos diálogos.

Tabela 3. Paisagem social nos contextos e identidade social proporcionada pelos elementos culturais no ambiente.

Paisagem Social		
Contexto histórico	Contexto arqueológico	Contexto ambiental
Identidade Social		
Historicidade local	Ancestralidade	Significação dos espaços

A identidade social de um indivíduo se caracteriza pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social: vinculado a uma classe sexual, a uma classe de idade, a uma classe social, a um espaço, a uma nação, etc. A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente (BERLATTO, 2009, p. 145).

No entanto, os contextos podem explicar, diante disto, por que num determinado momento uma identidade é afirmada ou reprimida. Por conseguinte, a sua construção realiza-se no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e, por isso mesmo, orientam suas representações e suas escolhas. Em exemplo a isso, nem toda a população sentoseense integra à suas prioridades o desejo de preservar a história local, justamente pelo

ideal desenvolvimentista, elemento do contexto histórico, empregado na região desde a instalação da barragem de Sobradinho. Entendemos que esta questão não reprimiu uma identidade, mas sim a transformou no agregar da multiplicidade de escolhas e tornou variada a significação dos espaços atuais e da memória dos espaços passados.

Além disso, a construção da identidade não é uma ilusão, uma vez que é dotada de eficácia social, produzindo efeitos sociais reais. A identidade é uma construção histórica dentro dos espaços sociais e que se elabora em uma relação que opõe um grupo a outros grupos, bem como as reflexões sobre elementos comuns entre eles. Também para compreender a identidade de um grupo, o importante não é apenas inventariar seus traços culturais distintivos, mas localizar na paisagem cultural aqueles elementos que são utilizados pelo grupo para afirmar e manter uma distinção cultural. Em face a esta questão, os sítios arqueológicos trazidos como fatores de identidade e ancestralidade pelos moradores do povoado Brejo da Brásida em Sento Sé. Dessa forma, a concepção de identidade é analisada pelos membros do grupo de modo a serem os próprios atores na atribuição de significados vinculados aos espaços, como paisagem social, à historicidade local, como gatilho de memória no processo de construção identitária e, em função da situação relacional em que se encontram, no interior das trocas sociais que a identidade se constrói e se reconstrói constantemente.

A identidade é resultado de uma construção social e faz parte da complexidade e da heterogeneidade dos grupos sociais, não pode ser considerada como monolítica, visto que essa concepção dificulta a compreensão de diversos processos de identidade mista presentes em toda a sociedade. Com isso, a discussão desenvolvida possibilita entender que a identidade social é construída na relação que o indivíduo estabelece com a sociedade e como esta se relaciona com o contexto histórico e a significação dos espaços. Ou seja, a identidade social é construída em oposição a outras e também a partir das expectativas estabelecidas pelos grupos sociais dentro dos seus contextos.

O homem reconhece-se contextualizado e observa o mundo exterior no qual se insere. Inicia-se, então, um longo processo de construção da ideia de paisagem e da relação que estabelecem com ela. Dessa maneira, a paisagem social é cara aos estudos de diretrizes contextuais históricas, arqueológicas e ambientais. O conceito de paisagem apresentado é polissêmico e resulta de uma representação social a partir das interpretações simbólicas dos indivíduos.

Assim, a paisagem social aqui emerge na análise no cenário histórico, carregado de simbolismo, sendo responsável pela constituição social que atua na condução da ação dos atores sociais, ao mesmo tempo em que mediatiza a representação do território por estes mesmos atores. Neste sentido, a paisagem como categoria social é construída pelo coletivo, historicamente determinado, que lhe atribui uma determinada função social. Por meio do conceito de paisagem, a sua relação social transforma culturalmente a natureza, ao mesmo tempo, que os sistemas técnicos agregam ao território as formas-conteúdo da paisagem constituída por representações sociais.

A paisagem nada tem de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade. A paisagem resulta sempre de um processo de acumulação, mas é, ao mesmo tempo, contínua no espaço e no tempo, é uma sem ser totalizante, é compósita, pois resulta sempre de uma mistura, um mosaico de tempos e objetos datados. A paisagem pressupõe, também, um conjunto de formas e funções em constante transformação e resulta sempre do casamento da paisagem com a sociedade (SANTOS, 1996, p. 37).

As paisagens representariam as várias possibilidades do maravilhoso na síntese das conexões entre a natureza e a cultura. Dentro deste contexto, a forma adquiriu o status de perfeição na estética romântica e a sua existência ocorreria em função de uma afinidade eletiva (GOETHE, 1992) entre a natureza e a cultura, permitindo, assim, definir as paisagens e atribuir-lhe uma identidade. Mas a paisagem adquiriu a propriedade de ser um poder simbólico, além da estética, utilizado como um elemento de reafirmação de identidade (SCHAMA, 1996), pois a geração da paisagem social é o resultado imediato da intencionalidade humana na superfície terrestre. Seja ontem, como nas pinturas rupestres e caldeirões artificiais dos sítios dessa região, ou hoje, por meio dos mais variados meios técnicos e culturais, as sociedades imprimem suas marcas no espaço que ficam registradas na paisagem. Assim, a paisagem é uma representação do espaço social.

A análise das paisagens torna-se importante enquanto valor simbólico e, conforme Luchiani (2001, p. 28), “nos permite identificar um sujeito oculto da paisagem, ou seja, o modo de produção que impregna as práticas sociais e faz surgir ou organizam territórios”. Esse poder simbólico presente na paisagem tem uma ordem lógica e integra-se a uma linguagem psíquica e torna-se disperso em signos e significados. Estas questões são

claramente percebidas no autorreconhecimento que os entrevistados em Sento Sé têm com os seus espaços e com suas dinâmicas atuais.

As identificações podem ir ao encontro da identidade do sujeito, ou diferenciar-se por completo. Neste jogo de reconhecimento é que a identidade vai se criando. O que faz com que a produção de identificações não seja algo lógico e determinado. Assim, este processo de identificação, ou de diferenciação, torna-se fundamental para a compreensão da formação das identidades. A identidade é coletivamente constituída por essas identificações, através do discurso, mesmo que “composto de identificações com ideais culturais que não são necessariamente harmoniosos” (HALL, 2000, p.107). O autor entende que as identidades não são nunca unificadas, que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentada, que elas não são nunca singulares, mas multiplamente construídas ao longo do discurso, práticas e posições que podem se cruzar ou serem contrárias. “As identidades são sujeitadas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação” (HALL, 2000, p.108).

Na questão histórica, consideramos que a sociedade precisa de sua história como instrumento para encontrar um significado que não lhe é mais inteligível, mas que faz parte do processo de construção das dinâmicas atuais. Sobre a ideia de história contínua, Foucault aponta que,

A história contínua é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito: a garantia de que tudo que lhe escapou poderá ser devolvido; a certeza de que o tempo nada dispensará sem reconstituí-lo em uma unidade recomposta; a promessa de que o sujeito poderá, um dia – sob a forma da consciência histórica – se apropriar, novamente, de todas essas coisas mantidas a distância pela diferença, restaurar o seu domínio sobre elas e encontrar o que se pode chamar sua morada (FOUCAULT, 1969, p. 14).

Neste mesmo seguimento, a ideia de identidade histórica na perspectiva da comunidade se alinha ao anseio de dar continuidade à história específica do seu lugar, assim como expressa Mariluze Amaral,

Tem a história de Sento Sé na internet e livros. Tem, mas existe muito coisa que está por aqui que o pessoal precisa descobrir nas comunidades. Essas histórias nos livros e internet contam só sobre as famílias tradicionais, os grandes personagens, os famosos. Mas tem a questão dos povoados mesmo, os povos cada um tem uma história que precisa ser resgatada e divulgada. Todos são protagonistas da história, principalmente os índios que estavam aqui antes. E sem este resgate a gente pensa tudo errado sobre as coisas. O problema dos povoados é as associações não se juntão. Outra questão é sobre as eólicas. Elas, principalmente a Brenannd, não fazem o retorno social

como é de lei só porque é parceira da CHESF. Temos que cobrar isso. Faz 18 anos e a comunidade não é chamada pra saber o que é um parque. Nunca houve uma audiência pública aqui pra dizer quais áreas seriam parque e quais seriam mosaico de unidade de conservação. Como eu presido o conselho de meio ambiente da associação de Brejo, cobrei a presença dos representantes da câmara de estado pra ter uma audiência pública no Brejo e outra em Sento Sé pra esclarecer o que vai acontecer com as nossas comunidades tradicionais (AMARAL 2018).

Hoje a região contém conflitos socioeconômicos em relação aos parques eólicos que ainda estão em fase de instalação, a barragem de Sobradinho que gerou processos judiciais quanto às indenizações não prestadas à população, e as mineradoras que já estudam a exploração econômica local e podem causar impactos diretos e indiretos nos povoados e nas feições arqueológicas. A preservação em colaboração mútua justifica fortalece essa pesquisa.

Atualmente encontra-se em tramitação o processo de Criação do Parque Nacional Boqueirão da Serra da Onça. Este parque irá contemplar 49,40% do município de Sento Sé. Tem como principal objetivo preservar a fauna e a flora do bioma Caatinga. O parque irá fazer parte de um corredor ecológico para preservação da fauna, conservação da Caatinga, importantes fragmentos de Cerrado e nichos da Mata Atlântica. Desta forma, é importante a produção desta pesquisa para que as comunidades envolvidas neste território possam manifestar os seus anseios através dos potenciais sociocultural e histórico quanto à implantação da Unidade de Conservação (UC) que englobe uma dinâmica inclusiva. Assim, que este parque demonstre a representatividade das populações locais e não somente a visão conservadora que culmina em desapropriações trazidas por modelos desatualizados de UC's. Desde o século XIX, o modelo de conservação fundamentado na seleção de áreas propícias à preservação, formando parques e áreas de proteção, tem se difundido ao redor do mundo. Entretanto, a separação entre o meio natural e o ser humano, promovida por este modelo, é um gerador de conflitos entre a criação destes espaços e as comunidades que nele residem e dependem para sua subsistência. Com o conceito de desenvolvimento sustentável, difundido após a Rio-92, outros modelos de UC ganharam força no debate (SILVA *et al*, 2017). Estes novos modelos precisam entrar em questão, pois visam a criação de áreas protegidas sem alterar os modos de vida das comunidades. Desta forma, a relevância do trabalho é ressaltar que a população do Brejo da Brásida e outras comunidades, por apresentarem relação de dependência com o meio, tem a preservação deste como parte integrante de seu cotidiano e cultura.

Este projeto contribui para o debate da arqueologia no tema da paisagem social como campo de pesquisa que aponte a superação da dicotomia entre comunidade local e acadêmica.

Assim, proteger a importância de pesquisas socialmente engajadas para produzir conhecimento novo construído por múltiplas vozes e situar melhor visibilidade a elas. De tal modo, defender um processo reflexivo, autocrítico, que envolva a postura do pesquisador como cientista social ao abranger as responsabilidades dos trabalhos que precisam ir além da busca por sítios arqueológicos e descrições etnográficas. Por fim, gerar conhecimento sobre as características relacionais entre sociedade, cultura e paisagem, bem como sobre as interrelações da população com os contextos simbólicos dos sítios arqueológicos que não são remotos no tempo, fazem-se atuais, estão próximas às dinâmicas sociais e impulsionam processos de mudança no olhar histórico da comunidade sobre si em aspectos do autorreconhecimento de sua ancestralidade.

Sugere-se que seja promovida a divulgação do patrimônio arqueológico na relação colaborativa entre academia e população como anseia as políticas de extensão universitária, palestras, visitas e debates, junto às comunidades e suas entidades públicas, onde as vozes das comunidades também colaboram para o conhecimento acadêmico, esperamos obter a compreensão da relação simbólica entre as comunidades e contexto arqueológico e quais são suas estratégias de preservação. Propõe-se a criação de leis municipais para o estabelecimento de áreas de preservação ambiental e cultural, delimitando topograficamente as feições de relevo com vestígios arqueológicos. Que essas áreas tornem-se nichos ecológicos de refúgio à fauna e à flora, para sustar a ação dos agentes que promovem a degradação do patrimônio arqueológico. Implantem-se memoriais comunitários do patrimônio cultural, arqueológico e ambiental nos povoados em cujo entorno há sítios arqueológicos, com a predominante gestão da comunidade nestes espaços. Insiram-se os saberes populares, os conhecimentos antropológicos, arqueológicos e históricos locais no sistema de ensino regional de forma a desconstruir o discurso tradicional ainda estabelecido nas atividades de educação formal. Ao longo desta pesquisa, muitas vezes fizemos o papel de tradutores.

Deslocamento dos questionamentos da pesquisa social, de base quantificável, para a pesquisa qualitativa e como depoimento de memória, a ser aproveitado como fonte para produção historiográfica, é uma inovação metodológica para qualquer projeto que tenha na história oral um suporte técnico para análise de narrativas individuais, possibilitando observar o modo como elas se colocam na relação com o coletivo, sem a necessidade de gravação de um longo depoimento, não em termos de ideias, mas no conjunto do texto final produzido. A enquete, como entrevista semiestruturada, abriga caráter intencional, para quem pergunta e para quem responde e se diferencia da entrevista temática, como entrevista estruturada, porque pode

tratar, como no caso deste estudo, de um aspecto que embasa a argumentação, mas não é o principal objeto analisado.

Em levantamento de campo, normalmente assumimos a tarefa de traduzir os jargões arqueológicos para a linguagem comumente usada na região de estudo. E quando precisamos escrever sobre essas entrevistas, nos percebemos fazendo o caminho inverso, traduzindo a linguagem que foi usada durante as entrevistas para a linguagem que utilizamos neste texto. Aqui esta tarefa foi amena, pois as divergências de linguagem foram mínimas. Este fator demonstra a relação de troca inicial entre comunidade e academia sendo propiciada pelo diálogo que se faz necessário em uma pesquisa colaborativa. Na ocorrência disso, foi perceptível que não há uma distância elevada sobre a percepção do que é patrimônio histórico e arqueológico entre a pesquisa e os entrevistados. Um considerável número de indivíduos tem conhecimento sobre o potencial arqueológico de Sento Sé e isso ocorre porque pesquisas anteriores (KESTERING, 2014) já demandavam o protagonismo colaborativo das comunidades do município para o registro dos sítios arqueológico, bem como para a interpretação inicial dos dados obtidos neles. Desta forma, enquanto pesquisadores que anulam a dicotomia população-academia, precisamos nos habituar e considerar as perspectivas, as opiniões, os conhecimentos e as experiências da população local em conjunto com as normas científicas.

Atentando-se que, se escrever é produzir um texto, o relato oral (contar, falar) também não deixa de ter uma relação com a produção de textos e discursos estratégicos. Enfim, deve-se assinalar a importância de se levar em conta o relato oral como um texto onde se inscrevem desejos, reproduzem-se modelos, apreendem-se fugas. Afinal, um texto passível de ser lido e interpretado e, da mesma forma, um texto articulador de discursos. A memória, traduzida pelas lembranças, ainda que divergentes entre indivíduos, é uma construção coletiva e foi capturada, em benefício da pesquisa, inclusive como fonte para a chamada história oral.

A intuição acaba sendo um elemento presente na prática dos pesquisadores, pois quem trabalha com quem se expressa, trabalha com o que é apresentado a quem assiste (RIBEIRO, 2013). Na coleta formal do depoimento oral, o entrevistado pode ser traído por seus próprios anseios e enveredar por passagens que julgue interessar ao pesquisador. São diferentes no diálogo espontâneo, os pareceres são expressos, simplesmente e não serão, obrigatoriamente resultantes de processos interativos entre entrevistador e entrevistado. Aferir a respeito do que o entrevistador pensa é sempre uma possibilidade para quem emite um discurso e pode alterar o

produto da fala. Mas não inviabiliza o uso, pelo pesquisador, de uma narrativa apresentada num diálogo informal e espontâneo.

Reportando os elementos contextuais da pesquisa, apresentaremos alguns seguimentos imagéticos por meio do cumprimento das entrevistas concedidas pelos moradores. A pesquisa aponta os aspectos partindo das relações dos depoimentos. Existe uma coesão entre os relatos dos indivíduos ao sentido de pertencimento referente tanto aos espaços e as dinâmicas sociais quanto à questão histórica associada à antiga cidade de Sento Sé e à ancestralidade representada pelos sítios arqueológicos, principalmente no povoado Brejo da Brásida.

Figura 23. Mariluze, membros do povoado e materialidade arqueológica do Brejo da Brásida.



Fonte: acervo pessoal de Mariluze Amaral e Vanessa Iguatemy (2018).

Figura 24. Encontro das mulheres do povoado Brejo da Brásida para confeccionar artesanatos.



Fonte: acervo pessoal de Mariluze Amaral (2018).

Figura 25. Materiais artesanais realizados para venda e utilização doméstica na comunidade.



Fonte: acervo pessoal de Mariluze Amaral (2018).

Figura 26. Pescadores em atividade na margem do Lago Sobradinho.



Fonte: Vanessa Iguatemy (2018).

No tempo em que associamos a maioria dos membros do povoado aos sítios arqueológicos, abrimos a ênfase feita por Mariluze Amaral quando relata que o povoado tem vínculo ancestral direto com os grupos que ocuparam os sítios e se autodenominam, de forma legítima, indígenas Kaimbé Amaniú. Quando abordamos esta questão em entrevistas feitas na zona urbana de Sento Sé, não encontramos, pela amostra obtida, indivíduos que se associem à mesma ancestralidade direta. No entanto, relatam coerentemente que a atual população da região é composta pela heterogeneidade cultural e também se reconhecem na paisagem social acerca do pertencimento aos espaços e as dinâmicas sociais comuns.

Com isso, nos reportamos a outro questionamento feito no início da pesquisa. Existe uma identificação da população, excetuando pouquíssimos casos, podemos afirmar que a comunidade mantém um sentimento de pertencimento com os registros arqueológicos, com os antigos e novos espaços e, principalmente, com a significação dada coletivamente a estes elementos. Atualmente existe uma identificação da população, notoriamente em relação às pessoas que já colaboraram e participaram ativamente de pesquisas arqueológicas, e neste sentido, consideram importante preservar e estudar o passado de modo a unir as forças das

suas próprias abordagens com a perspectiva científica ao desfazer a dicotomia e buscar formar um conhecimento multivocal e, como relatado por Mariluze, fortalecer a identidade sentoseense.

Ainda que uma considerável parte dos entrevistados não saiba explicar por que considera importante, eles reconhecem a valorização dada pelas pessoas aos elementos históricos. Enquanto pesquisadores, apenas buscamos compreender a existência ou a ausência da importância dada pelos grupos aos fatores elencados e não trazemos o papel de conscientizadores. Entendemos que a própria população é veiculadora da preservação do seu passado e, devido a isso, enfatizamos a importância da pesquisa arqueológica vinculada às comunidades.

Os desafios para os pesquisadores atualmente é obter uma atuação junto à população. Considerar divergências de perspectiva não deverá ser um problema, mas sim uma oportunidade de descrever, interpretar e conhecer múltiplos modos de enxergar um elemento estudado, o que enriquece a abordagem acadêmica e amplifica a perspectiva das populações frente ao conhecer de suas paisagens sociais, históricas e arqueológicas.

Consideramos que dois caminhos podem ser trilhados para diminuir esses desafios: a realização de pesquisas transdisciplinares, e a efetivação de ações de integração com a população local. Dessa forma a arqueologia é, em essência, uma ciência transdisciplinar. Ela transcende as barreiras epistemológicas de diferentes ciências envolvidas em um estudo arqueológico, mas transcende também as barreiras disciplinares em si, buscando alcançar saberes e experiências inscritas fora da disciplina que podem enriquecer as concepções sobre o passado. As propostas lançadas nesta pesquisa, à guisa de contribuição, podem ser encaradas como pequenos e tentativos passos neste sentido.

De acordo com “A transdisciplinaridade, como o prefixo “trans” diz respeito àquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de qualquer disciplina. Seu objetivo é a compreensão do mundo presente, para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento”. (NICOLESCU, 2000, p. 11)

Portanto, o conhecimento científico e o popular não são antagônicos, e não devem continuar sendo visto como tais. Eles devem ser vistos dentro de suas especificidades, mas, sempre que possível, somados em prol de um conhecimento verdadeiramente integrado e instigante. Unir esses preceitos teóricos, a práticas integradas com a população local pode

contribuir para democratizar o conhecimento sobre o passado e viabilizar melhores relações no presente.

A importância desta apresentação não está, portanto, em apontar quem está trabalhando com arqueologia, mas está em apontar a gama variada de discussões, sobretudo no tema da paisagem social, que estão emergindo, em diferentes contextos, entre patrimônio, academia e público.

Dessa forma, o passado faz parte do presente de cada um, enquanto produtor de sua própria história. E a memória do município de Sento-Sé é produzida, concebida e preservada pelos seus próprios habitantes e seus imaginários ideológicos, bem como os elementos que estes reproduzem em seus depoimentos e lembranças do passado, vivo em suas vidas no momento presente. Os contextos associados à história e construção da barragem de Sobradinho aguçou numa parcela dos moradores a necessidade de preservação de uma memória impactada pela inundação para dar continuidade a novas histórias do contexto atual dos novos espaços em concepções passadas e presentes.

Portanto a população local, através daquilo que considera como sua memória e identidade é que constrói o significado desta memória. Uma memória povoada não só por emoções e lembranças, mas também por momentos de esquecimento, reformando a ideia da paisagem social atual e as novas percepções que caracterizam essas memórias.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. **Além das Versões: possibilidades da narrativa em entrevistas de história oral.** Rio de Janeiro: CPDOC, 2004.
- ALENCAR, O. **Bahia: Atlas Eólica.** Bahia Paulo Câmera, 2013.
- _____. **Estudo da ocupação humana e mobilidade geográfica de comunidades rurais da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã – RDSA.** Relatório Final. Santarém, Tefé, 2007.
- BERLATTO, O. **A construção da identidade social.** Revista do Curso de Direito da FSG. ano 3, N. 5, jan./jun. 2009. p. 141-151.
- BASTOS, R.L. **A Arqueologia Pública no Brasil: novos tempos.** IN: Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Patrimônio: atualizando o debate. SP: MINC, DERSA, 2006. pp. 155- 168.
- BEZERRA, M. **O Público e o Patrimônio Arqueológico: reflexões para a Arqueologia Pública no Brasil.** Habitus, v. 1, n. 2, 2003. pp. 275-295.
- BOADO, F. **Del Terreo al Espacio: Planteamientos Perspectivas para La arqueología del Paisaje.** Grupo de Investigación en Arqueología del paisaje, Universidade de Santiago de Compostela. Primera Edición, Abril de 1999.
- BLANCHET, A. **Complementations et interpretations d'un interviewer dans l'entretien de recherche: leurs effects sur le discours de l'interviewé.** Paris, v. 33, n. 4, p. 280-288, 1988.
- BLEGER, J. **Temas de Psicologia: entrevista e grupos.** Trad. Rita Maria M. de Moraes. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- CHAGAS, M. **Museus, memórias e movimentos sociais.** Cadernos de Sociomuseologia. N. 41, 2011, pp. 05-16.
- COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO-CHESF. **Relatório das atividades de campo do Projeto Sobradinho de Salvamento Arqueológico.** 1977.
- CRISPIM, F. **A Paisagem Cultural como novo instrumento de preservação, a historicidade de uma prática em contexto paulista (1968-1994).** Pesquisa desenvolvida com o fomento da FAPESP durante o ano de 2010 sob a orientação da Dra.Célia Reis Camargo docente do Departamento de História da FCL-Assis/UNESP.
- D' ENCARNAÇÃO, J. **A Arqueologia na modificação da Paisagem.** BIELOS - Vol. LXV (1989).
- EMBRAPA. **Projeto Brasil Visto do Espaço.** Imagens LANDSAT. 2017 e 2018.
- FAGUNDES, M. **Estudo Teórico Sobre o Uso Conceito de Paisagem em Pesquisas Arqueológicas.** Revista Latino americana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, vol. 8, núm. 1, enero-junio, 2010, pp. 205-220.
- FERNANDES, T. C. **Vamos criar um sentimento?! Um olhar sobre Arqueologia Pública no Brasil.** Dissertação (mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo: MAE, 2007.

FIGUEIREDO, F. **Paisagem Cultural - Bem Material: Conceitualizações e Relação Com o Turismo Cultural**. Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, 27 e 28 de Junho de 2008.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FUNARI, P.*et al.*, **Arqueologia Participativa: uma experiência com indígenas guaranis**. Revista de Arqueologia Pública. Campinas, N.4, 2011a. pp.13-19.

GALLAY, A. **L'Archeologie demain**. Paris: Pierre Belfond & Montréal. 1983.

GASPAR, Maria Dulce. **Os próximos passos... aperfeiçoar a prospecção arqueológica e abrir a caixa do passado**. IN: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, V. 6, N. 1, pp. 41-55, jan.-abr. 2011.

GEERTZ, C. **Interpretando das culturas**. 1.ed., 13.reimpr. - Rio de Janeiro : LTC, 2008.

GOETHE, J. W. **As Afinidades Eletivas**. São Paulo, Nova Alexandrina, 1992.

HALL, S. **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

HERNANDO. A. **Arqueología de la Identidad**. Akal, Madrid, 2002. 224 p.

HODDER, I. Introduction: a Review of Contemporary Theoretical Debates in Archaeology. (Ed.). **Archaeological Theory Today**. Oxford: Polity, 2001. pp. 01-13.

IGUATEMY, V. **Registros rupestres do Submédio São Francisco: da metonímia à metáfora**. Monografia, São Raimundo Nonato, 2016.

JATOBA, L. **As mudanças climáticas do Quaternário e suas repercussões no relevo do mundo tropical**. Coleção Mossoroense, Mossoró-RN, série B, n. 1238. 1993.

KESTERING. C. **Identidade dos grupos pré-históricos de Sobradinho – BA**. 298 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2007.

_____. **Patrimônio Arqueológico de Sento Sé - BA**. UNIVASF, São Raimundo Nonato, 2014. 793p.

LANG, B; JANOTTI, M. **Espiritismo progressista**. Ed. Conex. São Paulo, 2005.

LIMA, T. **Múltiplas vozes, memórias e histórias: por uma gestão compartilhada do patrimônio arqueológico na Amazônia..** (Org.). **Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília: IPHAN, Ministério da Cultura. 2007b, Nº 33. pp. 108 - 134.

LUCHIARI, M. **A (re)significação da paisagem no período contemporâneo** In: R. L. Corrêa e Z. Rosendahl. (Org.), **Paisagem, Imaginario e Espaço**. 1 ed. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

MARTIN. G. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. 5. ed. UFPE, Recife, 2013.

MANZINI, E. **Entrevistasemi-Estruturada: Análise de objetivos e de roteiros**. Depto de Educação Especial, Programa de Pós Graduação em Educação, Unesp, Marília Apoio: CNPq, 2004.

- MEIHY, J. C. S.; HOLANDA, F. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Caderno da Região Hidrografia do São Francisco**. Brasília-DF. Novembro/2016.
- NICOLESCU, B. **Educação e transdisciplinaridade**. Brasília: Ed. Unesco Brasil, 2000.
- PELLINI, J. **Tomando chá com o chapeleiro: a arqueologia sensorial como arqueologia descolonizante** Revista de arqueologia Volume 27 N..2 2014 ESPECIAL: VI TAAS
- PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO 2016-2025. **Rp2 - Diagnóstico Consolidado da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco** Volume 1 – Relatório de diagnóstico out 2015.
- POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. IN: Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989, pp. 3-15.
- PORTELLI, A. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- RELATÓRIO EXECUTIVO BACIA DO SÃO FRANCISCO, **Plano Nacional de Integração Hidroviária Desenvolvimento de Estudos e Análises das Hidrovias Brasileiras e suas Instalações Portuárias com Implantação de Base de Dados Georreferenciada e Sistema de Informações Geográficas**. Fevereiro 2013.
- RIBEIRO, A. **Entre a teoria e a prática: uma discussão sobre Arqueologia Pública através do caso Parque Nacional Serra da Capivara, PI**. Dissertação, Rio de Janeiro, 2013.
- RIBEIRO, M. **Temática dominante nas pinturas rupestres do Serrote do Morrinho, No Município de Sento Sé – Ba**. Evolvere Scientia, V. 3, N. 1, 2014.
- RIOS, M. **Estudo de Aspectos e Impactos Ambientais as Obras de Construção do Bairro Ilha Pura - Vila dos Atletas 2016**. Universidade Federal do Rio de Janeiro Escola Politécnica – Curso de Engenharia Civil Departamento de Construção Civil. 2014.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SCHAAN, D. **Arqueologia, Público e Comodificação da Herança Cultural: o caso da Cultura Marajoara**. IN: Revista de Arqueologia Pública. São Paulo: UNICAMP, NEE/Arqueologia. N.1, 2006, pp. 31-48.
- SCHAMA, S. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SCHIAVETTO, S. **A arqueologia guarani: construção e desconstrução da identidade indígena**. Annablume, Campinas, 2002. 138 p.
- SCHMITZ, P. I. **Avaliação e perspectiva da Arqueologia Brasileira**. Canindé – Revista do Museu de Arqueologia de Xingó. Universidade Federal de Sergipe. Nº 1, dezembro de 2001. pp. 54-60.
- SELAU, M. da S. **História Oral: uma metodologia para o trabalho com fontes orais**. IN: **Revista Esboços**, v. 11, nº 11, UFSC, 2004, pp. 217-228.
- SHACKEL, P. A. **Working with Communities Heritage Development and Applied Archaeology** IN: SHACKEL, P.A e CHAMBERS, E. J. (Eds). **Places in Mind: Public**

Archaeology as Applied Anthropology. New York: Routledge, 2004. pp. 01-16.

SILVA, M; SANTOS, I; SILVA, F; TEIXEIRA, C. **Unidades de Conservação e comunidades locais:** Gestão de conflitos e instrumentos de participação. Revista Estudo & Debate, Lajeado, v. 24, n. 3, 2017.

SILVIO B. PEREIRA, FERNANDO F. PRUSKI, DEMETRIUS D. SILVA & MÁRCIO M. RAMOS. **Estudo do comportamento hidrológico do Rio São Francisco e seus principais afluentes.** Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental v.11, n.6, p.615-622, 2007 Campina Grande. PB. UAEAg/UFCG

SOUSA, A. **Arqueologia da Paisagem e a Potencialidade Interpretativa dos Espaços Sociais.** Goiânia. V.3.n.2. Jul/dez.2005.p.291-300.

TILLEY, C. Theoretical perspectives. In: TILLEY, C. *et al.* (Eds.). **Handbook of Material Culture.** London: Sage, 2006, pp. 07-11.

_____ **Do Corpo ao Lugar de Paisagem uma Perspectiva Fenomenológica.** Vestígios Revista Latino- Americana de Arqueologia Histórica. V.8.n.. Janeiro - junho 2014.

TUAN, YI-FU. **Espaço e Lugar:** A perspectiva da Experiência. Editora Difusão S.A.1977.

WOODWARD, K. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** IN: SILVA, T. T da, HALL, S., WOODWARD, K. (Org). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. 9ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. pp. 07-72.

ANEXOS

IMAGENS DE ALGUNS DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DA ÁREA DE PESQUISA

FICHAS UTILIZADAS NA ETAPA DE CAMPO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 NÚCLEO DE ANTROPOLOGIA PRÉ-HISTÓRICA-NAP
 BIBLIOTECA VILMA CHIARA
 Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Centro de Ciências
 da Natureza - CCN II, Bairro Ininga
 CEP: 64049-550 Teresina, Piauí, Brasil
 Telefones: (86) 3215-5560/3215-5561; Coord. de Arqueologia (86)-
 3237-2014.



AUTORIZAÇÃO

Através deste termo, eu _____
 autorizo o Núcleo de Antropologia Pré-histórica – NAP, da Universidade Federal do Piauí –
 UFPI, a utilizar o conteúdo das gravações e respectivos registros imagéticos e transcritos
 resultantes de entrevista por mim concedida a _____ em
 ____/____/____, na cidade de _____, Estado _____, para fins
 acadêmicos, sem nenhum custo.

Teresina/PI, ____/____/____.

Assinatura do entrevistado (a) _____

Assinatura do entrevistador (a) _____



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM ARQUEOLOGIA – 2018.1
FICHA TÉCNICA DE ENTREVISTA

ENTREVISTADOR: _____

ENTREVISTADO: _____

EQUIPE
TÉCNICA _____

LOCAL: _____

UTM: _____

DATA: ____/____/____

TIPO DE ENTREVISTA: _____

HORÁRIO INICIAL _____ **TÉRMINO** _____

DURAÇÃO TOTAL _____

DESCRIÇÃO GERAL DO LOCAL:

DESCRIÇÃO GERAL DO LOCAL (*croqui*):



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM ARQUEOLOGIA – 2018.1
DIÁRIO DE CAMPO

Áreas(s) prospectadas:	Data:
STP(s):	Equipe:
Ocorrência(s):	
Vestígio(s)	
Estrutura(s) Registrada(s)	Responsável pelo Diário:

Objetivos

Problemas/Dificuldades

Observações Gerais

DESIGNAÇÃO E DESCRIÇÃO DE OCORRÊNCIAS

Mestrado Arqueologia – 2018.1

Área _____ GPS _____ UTM _____

Identificação _____

Primeira Aparência _____

Conteúdos _____

Registro Visual _____

Croquis e observações:

Responsável pelo Registro _____ Data _____

ROTEIRO DE ENTREVISTA

O entrevistador cumprimenta e fala seu nome e cargo.

O observador fala seu nome e cargo.

O entrevistador agradece o entrevistado pela participação na dinâmica, enfatizando que é uma etapa muito importante.

O entrevistador faz uma breve explicação da entrevista, dizendo que a primeira parte, são perguntas sobre o entrevistado e suas visões, e a segunda parte é situacional.

Quesito 1 - Conhecimentos Gerais

Apresentação do entrevistado: Nome, idade, local de nascimento e ofício.

Em relação ao local e sua vida neste espaço buscando os itens:

Família

Trabalho

Ambiente

Memória

Quesito 2 – Contextualização de valores conforme o tempo

Como era o comportamento das pessoas no passado da cidade e quais foram as principais mudanças?

Quais seriam as principais melhorias ou dificuldades da região a partir da mudança da cidade?

Quesito 3 - Situacional - Em ordem de importância, caso o tempo esteja curto, cortar as últimas -

Descreva o que significa o local (Por quê?)

O desaparecimento de alguns elementos e qual foi sua importância?

O que você pensa quando olha o local?

O que se sabe sobre patrimônios arqueológicos?

O que se sabe sobre patrimônios naturais?

Povoados com situações legais perante da problemática ambiental

Locais de maior impactos socioambientais

Rememorar áreas próximas ao lago Sobradinho (antigas moradias da antiga Sento Sé)

Barragem Sobradinho, significação ao longo do tempo.

Identidade Kaimbé Amaniú

Quesito 4 – Esclarecimentos, autorizações e encerramento

Agradecer ao colaborador.

Esclarecer dúvidas sobre o projeto e o uso das informações prestadas.

TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

As atividades de campo transcorreram entre os dias 28/05/2018 e 05/06/2018. No total foram realizadas onze entrevistas, consistindo duas com diálogo sem auxílio de equipamento de gravação. Junto aos levantamentos de áudio visual, foram obtidas as coletas de pontos de GPS que geofenceram os locais das entrevistas, registros de elevação de terreno, a zona urbana de Sento Sé-BA e elementos relevantes localizados na estrada. Dessa maneira, os dados obtidos proporcionaram a análise espacial e territorial da ocupação da região. O registro oral contextualizou a história e a memória dessas localidades partindo de pontos de vista distintos entre os entrevistados, conduzindo as aberturas das perguntas durante os debates. Este fator se deve às diferentes faixas etárias e ofícios dos entrevistados, assim, foi abordada uma perspectiva semiestruturada dos questionamentos. Desta forma, foram obtidos, principalmente, os “fragmentos da identidade social” constituídos por aspectos de memória e saber individual em meio a construção coletiva das lembranças. Portanto, as narrativas históricas e familiares, interrelacionados com elementos do patrimônio arqueológicos e natural, constroem a paisagem cultural e social de Sento Sé, no submédio São Francisco.

Entrevista 001 e 002

Nome da entrevistada: Joana de Sousa

Local: Margem do rio São Francisco em Petrolina-PE

Data e hora: 28/05/2018 às 15h07min

Idade e profissão: 81 anos – Pescadora aposentada

Este rio...

Do Piauí vir pra aqui?

Entrevistadora:

O rio Tietê em São Paulo está poluído, aqui tem as coisas naturais e bonitas ainda.

Dona Joana:

Mas aqui o povo também esculhamba muito!

Entrevistadora:

Dona Joana, queria que a senhora falasse um pouco de sua vida. Quantos anos a senhora está aqui em Petrolina?

Dona Joana:

Olhe, vou fazer 81 anos, em dia 25 de junho. Tem 40 anos que eu pesco aqui na beira do rio. Tive uma vida muito ruim, mas daí pra cá, graças a Deus, to com a vida muito boa. Fiquei

sem meu marido, tive duas filhas, foi benção que Deus me deu essas duas filhas. Uma se formou em professora na faculdade e a outra mora comigo.

Entrevistadora:

E a senhora vem aqui todos os dias pra pescar?

Dona Joana:

Não. De primeiro eu vinha, mas agora que estou nesta idade, não venho todo dia não.

Entrevistadora:

E a senhora acha importante este rio?

Dona Joana:

Ah! Isto aqui é muito importante.

Eu passei muita necessidade de boia e eu enchi a minha barriga e a barriga das minhas filhas era daqui. No dia que eu não tinha carne, eu pegava a minha varinha e vinha pra aqui e levava os peixes e comia mais minhas filhas e meu marido (sorriso de satisfação).

Era bem bacana, hoje que não tá tendo mais como era. O rio não está mais como era não, está diferente.

Entrevistadora:

Você que daqui à alguns anos, como que vai estar este rio aqui?

Dona Joana:

Oh minha filha, cada vez mais pior, vai ser mais pior.

Entrevistadora:

A senhora acha que as pessoas cuidam do rio?

Dona Joana:

Só cuidam mais assim, quando é esse negócio de política. Quando eles querem um votinho ou ser um candidato, ai eles melhoram a vida do rio.

Entrevistadora:

Vem muita gente pescar aqui também?

Dona Joana:

Pesca!

Agora não que agora tá no frio. De agosto em diante aqui é cheio.

Entrevistadora:

E a senhora sabe nadar?

Dona Joana:

Eu nado!

Eu agora nado mais não, porque já estou nesta idade, aguento mais não. As pernas doe.

Mas já nadei muito, tomo banho aqui no rio, tudo eu faço.

Entrevistadora:

Seus pais também eram daqui da região? Seu pai, sua mãe...

Dona Joana:

Era. Já morreram meus pais.

Entrevistadora:

Mas o rio São Francisco é muito bonito!

Dona Joana:

Ah! Aqui é muito gostoso, o rio São Francisco!

Entrevistadora:

Houve época de seca também?

Dona Joana:

Teve.

Mas, teve um ano aí que ele encheu tanto que assubiu aculá olha. A gente pescava ali sentada naquele cais e aqui tudo cheio d'água.

Entrevistadora:

E sobre as realocações que teve no rio São Francisco, as barragens?

Dona Joana:

As barragens? Eu nunca fui lá nas barragens não. Eu não sei contar nada da barragem, que eu nunca fui em Sobradinho.

Eu sei que, quando passa na televisão, que o rio enche, que vem água de cima, que ela enche, aí que eles soltam, abrem as comportas e aí ela desce.

Dizem que lá é bonito lá, mas eu nunca fui não.

Entrevistadora:

Fazem muitos anos que tem esta travessia entre Juazeiro e Petrolina?

Dona Joana:

Tem! Tem muitos anos.

Tinha muita barca aqui! Tinha barca, tinha vapor. Agora não tem mais não. As barcas não descem mais pra cá não.

Entrevistadora:

E a senhora gosta mais de Juazeiro ou Petrolina?

Dona Joana:

Eu sou mais aqui!

Povo de Juazeiro, lá é muito agitado e muito estreito as ruas, os bequinhos apertados.

Entrevistadora:

Já fazem muitos anos que tem esta ponte?

Dona Joana:
Já! Já tem mais de 40 anos já.

Entrevistadora:
Muito obrigado Dona Joana! Foi só isso mesmo.

Dona Joana:
Pois muito obrigado minha filha!

Sem gravação

Nome da entrevistada: Lúcia Rodrigues Pereira

Local: Povoado Piçarrão em Sento Sé-BA

Data e hora: 31/05/2018 às 16h00min

Idade e profissão: 72 anos – Comerciante no povoado Piçarrão

Foram feitas perguntas a respeito dos riachos próximos do povoado e que deságuam no rio São Francisco.

Especificamente sobre o riacho Piçarrão, dona Lúcia relatou que ele é intermitente e que em períodos de chuva a população se relaciona com o riacho com atividades de pesca e lazer como o banho. O período chuvoso se inicia em dezembro e se encerra em abril. Relatou que o nível das chuvas neste último período foi superior aos anos anteriores.

A respeito das pinturas rupestres, comentou saber da existência devido à pesquisas acadêmicas realizadas pelo professor Celito Kesting.

Sem gravação

Nome do entrevistado: Ray da Silva

Local: Margem do rio São Francisco, lago Sobradinho em Sento Sé-BA

Data e hora: 01/06/2018 às 09h20min

Idade e profissão: 17 anos – estudante

Ray, um jovem estudante de 17 anos de idade comentou apenas estar passeando perto da margem do rio e que sabia como indicar algumas pessoas que vieram da velha Sento Sé para fornecerem entrevistas sobre a antiga cidade.

O estudante relatou também que, o pouco conhecimento que tem sobre a velha Sento Sé ou o Sento Sé velho, deriva das lembranças de seus avós que, para ele, são suas únicas fontes.

Sobre a existência do potencial arqueológico da região, o entrevistado relatou não ter conhecimento sobre estes registros, o que demonstra a falta de atividades de divulgação e

projetos de educação patrimonial. Isto não aponta a responsabilidade apenas aos gestores do município mas, também, as universidades que precisam elaborar projetos que trazem a tona o valor cultural, histórico e ambiental da região.

Entrevista 003

Nome do entrevistado: Francisco Silva Pereira

Local: Na barca ancorada na margem do rio São Francisco, lago Sobradinho em Sento Sé-BA

Data e hora: 01/06/2018 às 09h34min

Idade e profissão: 41 anos – vigia das barcas e mergulhador

Entrevistadora:

A quanto tempo o senhor está aqui?

Sr. Francisco:

Passei pra cá tem 8 meses, que eu tô morando aqui em Sento Sé.

Entrevistadora:

O senhor veio do Ceará?

Sr. Francisco:

Foi, de Iguatu-CE. Eu sou natural de lá.

Entrevistadora:

E o senhor veio para cá como?

Sr. Francisco:

Assim, meu pai se mudou pra cá e quando ele se mudou eu tinha 6 anos de idade, e dai pra cá eu não fui embora mais nao.

Entrevistadora:

E aqui pretende ficar anos na região? O senhor gosta?

Sr. Francisco:

É bom, não é ruim não, eu acho bom. Porque aqui se vive liberto e nos outros cantos você não pode sair, você não pode andar, por causa dos bandidos. E aqui não, aqui você sai a hora que quer, chega a hora que quer, aqui ninguém vai bulir com você.

Entrevistadora:

Dorme da barca e nos barcos?

Sr. Francisco:

É. Eu durmo aqui mesmo. Eu, provavelmente, eu fico mais é aqui. Trabalho aqui e fico aqui mesmo.

Entrevistadora:

E o senhor conhece muitos pescadores aqui na região?

Sr. Francisco:

Não. Muitos pescadores aqui neste setor aqui que eu tô, não conheço quase ninguém. Só conheço aquele ali e outro que está pra lá, são os únicos pescadores que conheço aqui. Mas em Remanso, eu conheço muitos.

Entrevistadora:

E trabalham todos no São Francisco também?

Sr. Francisco:

Tudo Aqui.

Entrevistadora:

A mesma quantidade de peixes que tiram do outro lado, em Remano, é o mesmo que tiram aqui?

Sr. Francisco:

A mesma coisinha, do mesmo tipo. Não tem outros tipos diferentes.

Entrevistadora:

Quais são os tipos de peixe que vocês conseguem aqui?

Sr. Francisco:

Aqui tem, piranha que a gente pega, tem o surubim, o toró, o cumatã, o mandin, o tucunaré, tem a pescada, tem vários peixes. O piau também.

Entrevistadora:

Qual é o mais fácil e o mais difícil de pegar?

Sr. Francisco:

Capaz! Aqui o mais fácil é a pescada. Tem pequeno e grande também. Tem dela até de 10kg. O que tem mais quantidade é o pescada e o tucunaré. De quantidade é o que nós pega mais.

Entrevistadora:

Agora, o que vem menos e o que é mais difícil de aparecer?

Sr. Francisco:

O mais difícil de aparecer é o piau. Sim, tem o mandin também. Tem época que você pega, mas tem época que você não pega nem pra fazer remédio. Se tiver um morrendo, com vontade de comer um mandin, morre porque tem época que não dá. É por causa da época.

Entrevistadora:

Vocês têm medo desse rio secar algum dia?

Sr. Francisco:

Capaz! Medo a gente tem, mas Deus não deixa secar não!

Entrevistadora:

Teve uma barragem aqui que diminuiu o fluxo do rio, mas ele tá aí né, do jeitinho dele, ajudando muita gente. A gente viu umas pessoas também lá em Petrolina e Juazeiro, que são pescadores que vivem do rio São Francisco. E lá eles têm medo do rio baixar pois, lá em Juazeiro e Petrolina são duas cidades grandes, e o pessoal joga lixo, esgoto, aí eles têm medo de não conseguirem pegar peixe naquela região lá. Mas aqui está bem e bonito.

Sr. Francisco:

Nós aqui também a gente tem medo. Logo quando eu comecei a trabalhar aqui, nós tava encostando estes barcos lá embaixo, lá na coroinha, lá pertinho do cais. Tá vendo aquele morrinho ali? O cais é bem encostado nele. Aí, nós tava bem pertinho lá do cais, porque aqui quando vai secando, nós vai mudando isso aqui, mudando pra trás. Aí quando seca mesmo aqui, a gente leva pra açula pra está aquele capim, que lá é uma lagoa, aí a gente encosta lá na lagoa. Aí fica por lá.

Entrevistadora:

Então tudo que tem de capim alto aqui é porque era terra quando secou?

Sr. Francisco:

Sim, era! E choveu bastante e veio até aqui agora!

Olhe, aqui ela seca e vai ficar lá perto daquele negócio preto que você está vendo açula, no giro da cerca, ela fica lá a água. Depois dele pra lá seca tudo, do lado de lá fica tudo seco, você anda de pé, vai pro Bembom de pé se quiser.

Entrevistadora:

Aí, quando fica seco assim, a Sento Sé antiga aparece?

Sr. Francisco:

Sim!

Entrevistadora:

Agora se a gente quer ver as estruturas, dá?

Sr. Francisco:

Não! Agora não dá não. Tá tudo coberto!

Entrevistadora:

Nós temos as fotos antigas, antes de fazerem a barragem.

Mas, o senhor morava em Remanso na época da barragem?

Sr. Francisco:

É, eu morava em Remanso.

Que Remanso também tem. O Remanso velho e Remanso novo. Que a barragem também cobriu, assim como Casa Nova, Pilão Arcado e outras cidades.

Casa Nova hoje, se a caixa d'água não desmanchou. Quando eu vivia pescando, eu passava lá direto, pertinho da caixa. Se não desmanchou, ainda está no mesmo lugar a caixa velha, a caixa da antiga cidade.

E aqui o Remanso velho, ele seca, fica no seco. Agora mesmo ele está bem rásinho.

Entrevistadora:

Mas como era o rio antes desta barragem de Sobradinho?

Sr. Francisco:

Parecia do mesmo jeito. Só que ai, lá mais pra baixo era mais estreito, onde tinha as cidades. Ai foi e inundou. Ele alargou um pouco mais e pegou as cidades velhas. E hoje as cidades são mais pra dentro da terra.

Agora, teve uma época que alagou por causa da enchente que teve. Foi até na igreja, teve água mas foi rasiinho.

Entrevistadora:

Existem umas cavernas com pinturas que dizem ser de índios. O senhor conhece?

Sr. Francisco:

Não. Aqui não. Aqui, o meu tempo de sair é pouco, porque se eu sair daqui, ai os malas vem e carrega as coisas. Eu tenho que ficar direto, vou um tempinho ali na rua, só 10 ou 15 minutos e já estou de volta que não pode ficar só não. Ai se sumir alguma coisa, eles vão querer que eu pague.

Entrevistadora:

Você imaginaria esta cidade sem este rio aqui?

Sr. Francisco:

Vish! Iriam morrer tudinho de sede. As águas das casas são tudinho daqui, do rio. Olhe! Até os carros pipa tiram água daqui pra levar pro interior. Mesmo na época de chuva, leva também, não para não.

Entrevistadora:

Então as pessoas precisam mesmo do rio.

Sr. Francisco:

Se não fosse este rio aqui moço, o povo tudinho já tinha morrido. Ou então se mudar pra outro canto. É fundamental aqui este rio.

Entrevistadora:

Muito obrigada Sr. Francisco. Conhecemos mais sobre este rio tão bonito aqui.

Sr. Francisco:

Se for demorar mais, vem no sábado e domingo aqui que tem gente banhando ai, pois é raso.

Entrevista 004**Nome do entrevistado:** Jandir da Silva Sento Sé**Local:** Na calçada da residência do entrevistado em Sento Sé-BA**Data e hora:** 01/06/2018 às 11h49min**Idade e profissão:** 79 anos – aposentado, ex-prefeito

Entrevistadora: Boa tarde! Meu nome é Vanessa. Qual é o seu?

Sr. Jandir: Jandir da Silva Sento Sé

Entrevistadora: Então o senhor é de uma família muito antiga.

Sr. Jandir: Da família daqui, a tradicional.

Entrevistadora: A primeira que chegou aqui?

Sr. Jandir: Não, a primeira que criou Sento Sé.

Entrevistadora: O que seu pai ou seu avô diziam sobre esta chegada da família aqui na região?

Sr. Jandir: Na verdade é que a família Sento Sé, a descendência deles dizem que foi caboclo, português e índios. Aqui por exemplo tem um lugar chamado Aldeia que está submerso, foi a primeira sede do município que é de frente a Remanso. Antiga Sento Sé. Quando era só rio. Depois do grande lago, mudou Aldeia pra cá, mas é Aldeia nova, depois da criação deste novo Sento Sé também. Nós estamos distantes aqui, onde era o Sento Sé velho, à 100 quilômetros.

Entrevistadora: O senhor tem quantos anos?

Sr. Jandir: 79 anos, cheio de saúde graças ao pai.

Entrevistadora: Era chamado Aldeia por que?

Sr. Jandir: Aldeia porque os primeiros habitantes foram de uma tribo indígena que morou muito lá. Eles se chamavam Centoce, era uma tribo. Ai, por isso Aldeia o nome, era onde eles moravam lá. E um certo Nunes, da família Nunes Sento Sé mais antigos, segundos historiadores, que a nossa família tem a parte indígena pois um tal de Nunes Sento Sé se casou com uma indígena pegada lá da aldeia da tribo Centoce. Ai, a mistura Nunes e Sento Sé. Dai surgiu a família e começou a crescer a cidade, foram os primeiros fundadores.

Entrevistadora: Eles eram o que? Fazendeiros?

Sr. Jandir: Fazendeiros, uns casados com portugueses vieram de fora, moradores da região. No início nós somos a mistura de índios, portugueses e escravos no meio, uma série de mistura. A família Sento Sé mesmo, no velho Sento Sé, a família era Sento Sé e os negros. Dai vem Silva Sento Sé, Sousa Sento Sé e outros. O nome tradicional é Sento Sé, depois vêm as ramificações. Não se casa ndo, mas o nome Sento Sé permanece como base.

Alguns dizem assim: "Vocês são os donos de Sento Sé?". Não, nós fomos os fundadores, a família foi fundadora. A história é muito longa!

Entrevistadora: E os Kaimbé, tem aqui?

Sr. Jandir: Kaibém, não sei mais deve ter mais lá pra baixo. Pois, que este novo Sento Sé já tem muitas famílias que vieram depois do grande lago, vindos de Cabrobro, de Orocó, de Itaparica e estão residentes aqui. Depois deste remanejamento, ai começou a mistura porque todo mundo saiu fora do seu habitat. Uns foram pra Brasília, outros foram pra Salvador, São Paulo, nos anos de 70 e 80. Isto foi depois da formação do grande lago, uns vieram outros saíram, ai ficou esta mistura. Recebemos muita gente, Sento Sé hoje tem gente de todo lado. Tinha aqui os carnaubais e nossos antecedentes viviam da cera de carnaúba, foi a principal tradição. Os que eram chamados rico, exploravam os carnaubais e eles estavam concentrados nas mãos dos Sento Sé na época. Pra explorar tinham os custos altos.

Entrevistadora: E como era feita a cera de carnaúba?

Sr. Jandir: A cera você tem que cortar a palha, botar no estaleiro pra secar, depois tem que infardar ela pra levar pro cercado onde vai bater pra tirar o pó, pra dai então botar água pra fazer a cera. Da cera vem o murrão que são os restos da cera, pois sai o líquido, o coado é a cera e o bagaço era o murrão. É um procedimento cuidadoso.

Entrevistadora: Hoje alguém ainda faz?

Sr. Jandir: Não! Desapareceu. Pois dai veio o plástico, com a exploração do petróleo e substituiu a cera. Ainda tem lá pro lado do Piauí, mas pra aqui não tem mais. Porque também os carnaubais ficaram tudo debaixo d'água e morreu tudo, que era justamente nas vazantes, quando encheu o lago foi tudo submerso. Além da questão do plástico, teve o lago que submergiu tudo e acabou com tudo.

Entrevistadora: De que mais vivia o povo?

Sr. Jandir: Era só cera não. Naquela época existia a cera e também muitas lagoas porque a vazante era muito grande e o povo pobre vivia da pesca do peixe. Peixe o ano todo. Quando o rio enchia os córregos que a água penetrava rio acima pra cair nas vazantes. Quando o rio enchia, e quando estava pra baixar este peixe que desovava todo nesta vazante rompia pros lugares que chamavam barrinhas, que eram os córregos dos lugares mais profundos. Então o rio dava sinal que ia baixar, eles faziam aquela tarrafa de cipó, uma esteira grande de cipó pra botar dentro do córrego pra não deixar o cardume de peixe sair. Então, este peixe ficava todo reservado dentro das vazantes, das lagoas e dos alagadiços e ai o rio ia baixando ai vinha a época da pesca através da tarrafa. O rio baixava mesmo e os cardumes iam sair, era a hora da pesca, tudo mundo ia pra beira dos córregos com sua tarrafas pra jogar e pegar peixe.

Entrevistadora: E o que faziam com estes peixes?

Sr. Jandir: Usavam pra se alimentar e pra vender pra fora. Era o sustento deles. Quer dizer, o povo com o poder econômico vivia de comércio, riqueza animal, mas o povo baixa renda vivia do peixe. O gado era resumido na mão de poucos fazendeiros, mas tinha o vaqueiro que é parceiro e recebia de quatro, um. De quatro bezerros nascidos, tirava um. Até hoje é o procedimento nosso aqui, mas hoje eles já estão querendo de três, um e também a partilha pela metade. O proprietário tem que comprar o animal, comprar a vacina e o vaqueiro só entra

com o trabalho dele que é correr atrás, juntar o gado, olhar se tem bixeira, se está doente, saber o tempo da vacina, é o trabalho do vaqueiro.

O vaqueiro vai tirando os dele e quando chegar numa certa posição diz "não vou trabalhar pra ninguém não, vou trabalhar pra mim mesmo", ai faz sua própria fazenda separado.

Entrevistadora: Sento Sé hoje, como é a renda?

Sr. Jandir: Aqui hoje misturou muito. Aqui nós somos os maiores produtores de cebola. A maior movimentação de dinheiro aqui é a cebola. É criatório, cebola, minério. Aqui tem todos o tipos de minério, o cristal branco a ametista, a esmeralda.

Entrevistadora: Esta região tem muitas cavernas, grutas. O senhor já viu ou ouviu sobre as pinturas rupestres?

Sr. Jandir: Muito! Aqui no município tem muito. Tem muito letreiro de índio e eles habitaram muito antes de tudo. Mais próximo aqui também tem, na fazenda Undo, tem muito letreiro nas pedras. Coisas muito mais antigas, portanto foram habitados pelos índios. Por isso que a região é histórica, tem muita coisa do passado que está por ai. Aqui é rico, desde os índios, depois chegaram os Nunes e vem até hoje. Aqui tem de tudo, só faltam os exploradores.

Entrevistadora: Os exploradores que têm, são daqui?

Sr. Jandir: Não! A maior parte vem de fora. Certo exploradores vêm de fora e ai conseguem e vão embora. Aqueles que melhoram de vida pegam as riquezas e vão embora. Quando começaram a explorar a magnezita aqui, foi pra uma cerâmica de São Paulo e Brumado.

Antes exploram as magnezitas e traziam pessoas de São Paulo pra trabalhar nos fornos. Era muito caro pois não tem linha férrea. Dai, transportavam pelo rio nas barcas. Então era caro e perigoso, pois algumas barcas afundavam, queimavam com o material, e deixaram de explorar.

Entrevistadora: Usam estes materiais pra construir?

Sr. Jandir: Sim! Esta vendo aquela pedra da igreja ali? É de lá olha. No início da igreja ali, aquela pedra ali, o mármore, é dos minérios daqui.

Entrevistadora: Falando da antiga Sento Sé. Lá tinha a casa imperial?

Sr. Jandir: Tinha! Casa de Raul Alves de Sousa, foi procurador geral da república. A casa grande foi sede da fazenda imperial que na época tinha senhores donos de escravos. A casa foi construída em 1879. Foi muito importante pra época. Na casa tinha madeira de lei.

Entrevistadora: Esta casa era referência na cidade.

Sr. Jandir: É. Ela estava no centro e a cidade foi crescendo ao redor dela. Foi o centro da criação de Sento Sé. Tinha muitos cômodos, um casarão antigo, tudo no tablado. Tinha um porão que, dizem os antigos, era um lugar pra eles guardarem armas. Por baixo do tablado, piso, estava lá que era mais importante.

Entrevistadora: Tinha armas, tinha conflitos com quem naquela época?

Sr. Jandir: Era a época de Lampião, ele passou ali. Tem lugar chamado Palmeira foi onde Lampião se alojou quando foi de Oliveira, que está de baixo d'água agora, onde Lampião pegou Antônio Nunes Sento Sé, um dos prefeitos de Sento Sé, e o prendeu e deu as coisas dele pro povo pobre.

Entrevistadora: Como se relacionavam as famílias naquele tempo?

Sr. Jandir: Naquele tempo a família Sento Sé cresceu e teve muita gente, mas Sento Sé só se casava dentro da mesma família. Não misturava sangue. Ai começou a aparecer doenças, que o povo chamava doença da família, que hoje chama câncer que naquele tempo já existia. O sangue não tinha mistura, era um sangue concentrado, se um tinha a doença, transmitia imediatamente pro outro. Então hoje com a nova geração, as coisas vão mudando, uns tem outros não tem. Antes só branco tinha essa doença, hoje misturou todo mundo agora todos podem ter, branco, preto, índio.

Entrevistadora: Sr. Jandir, depois da realocação pra nova cidade, todos foram indenizados?

Sr. Jandir: Alguma coisa. É ai onde vem a disputa e a falta de reconhecimento da época. Porque alguns que tinham alguma coisa na época, perderam. Mas ai me fazem a pergunta "Sento Sé melhorou ou piorou?" Piorar não pode, todo mundo trabalha é pra desenvolver, principalmente quando se fala em educação. No velho Sento Sé, não tinha colégio, hoje Sento Sé tem 3 ou 4 colégios aí. No Sento Sé velho, filho de pobre não ia pra escola, o máximo que ele podia era fazer o primário, porque ninguém podia pagar pra estudar fora. Em 1957 Sento Sé só tinha 4 estudantes do município todo. Com o tempo, me perguntam se melhorou, sim, melhorou, mas melhorou pra uns, pra outros não. Porque aqueles que tinham bens eles não indenizaram, foi tudo pra debaixo d'água a preço de banana. Eles se mantiveram porque se eles tinha muita coisa, mesmo depois, sobrou alguma coisa e começaram da estaca zero. Agora, o pobre se beneficiou com a CHESF. Melhorou porque o progresso chegou, exemplo a estrada asfaltada que não tinha então melhorou. Não vamos dizer que nossas casas hoje aqui são as mesmas casas que tinha no velho Sento Sé. Lá as casas eram de taipa, não tinha os blocos que as cidades grandes tinham. Mas a igreja era feita de adobão que é a mistura do barro batido e cru com esterco, bota dentro daquele recipiente grande, mistura, deixa secar, constrói e passa cal por cima. Dava um trabalho louco. Demorava muito mais que hoje em dia, ave Maria.

Entrevistadora: Na época de virem pra cá, pra cidade nova, tinha gente que não aceitava?

Sr. Jandir: Nossa, muita gente!

E na época veio a disputa pra ver pra onde iria ficar a nova cidade. Hoje estamos a cem quilômetros de onde foi a antiga cidade. Ai uns discordavam, "pra que Sento Sé pra aqui?", mas ai veio os estudiosos com os mapas pra saber onde as água ia mais ou menos pra deixa próprio do rio. Ai veio as discussões, "Como assim? A porque é longe demais", se opinava que Sento Sé tinha que ser lá onde hoje é Piçarrão, que é mais próximo. Avaliamos pra saber as vantagens e as desvantagens, Piçarrão não tinha terra pro pessoal, pois lá é mais serra, a pedra é muito próximo do solo, ficava ruim pra plantar. Outro fator, aqui era onde a cidade iria ficar mais próxima do leito do rio para abastecimento da cidade no futuro. O terceiro item, aproximar o povo do interior para localizar no centro do município que estava muito abaixo. Tinha pessoas que moravam no município que não conheciam a sede de Sento Sé. O território

é enorme, 33,900 km², então a sede no centro ficaria melhor pra quem vem de cima, vem de baixo. Fez a integração.

Entrevistadora: A respeito das pinturas rupestres. O senhor sabe se a população da cidade conhece?

Sr. Jandir: Tem muita gente aqui que conhece os locais. Só os mais antigos, essa juventude hoje não se preocupa muito com essas coisas não. Mas, tem alguns ai que já conhecem, por caçadas e vão lá pra historiar.

Entrevistadora: O que o senhor acha sobre preservar estas pinturas?

Sr. Jandir: Que é importante é, agora tem que saber e descobrir para que serve elas? A finalidade? Porque letreiro de índio até hoje não se sabe. Mas tinha o símbolo deles, pois cada coisa daquele significa uma coisa pra eles, é significado deles, eles entendiam de um para com os outros, não para nós hoje. Pois nós aprendemos o que é o A, B, C o D etc para se expressar, era como elas também se expressavam ali, mas nós não sabemos o que quer dizer, mas eles entre si sabiam.

Entrevistadora: Sobre o rio São Francisco. O senhor acha que as pessoas buscam preservar?

Sr. Jandir: Rapaz! O povo é muito inconsciente, pois o rio é importante, porém, eu acho que a falta de compreensão vem dos primeiros, não somos só nós que estamos morando, residindo e sofrendo os impactos, já vem deles os fundadores. Eu sempre comento que os erros já vêm do início, não de agora.

Entrevistadora: Sobre as indenizações. O senhor pode nos contar algo?

Sr. Jandir: Quando foi pra formação do grande lago, os estudiosos da CHESF, que tinha o mapa, só eles sabiam realmente onde iam ficar, só eles sabiam o destino de cada um. É por isso que o digo que a responsabilidade toda é da União. Da união virgula, por que a União ela foi quem patrocinou os custos para a formação do lago, para a criação da barragem e para a realocação, porém, não vou dizer que foi a União que deu prejuízo, quem deu prejuízo foram aqueles que ficaram em torno desta formação da CHESF, formada por um grupo de exploradores interesseiros que pensavam só neles próprios, pra tirar o dinheiro de sustento da União, que tanto é assim que quando veio a época das indenizações, nós cansamos de ir à Sobradinho pra indenizar e naquela época estava em pleno vapor o artigo institucional número 5 que dizia que

o território que estavam Sento Sé, Pilão Arcado, Remanso e Casa Nova ficam nesta área de alagamento, então eles disseram que era uma área de segurança da União.

Então ninguém podia divulgar ou debater nada, tavamos coagidos. Se você era proprietário de uma terra de mil hectares, eles vinham e olhavam e ofereciam só a benfeitoria, que é botar cercas. Como pode? Mesmo se não tem condição de ter tudo com cerca, mas a terra é sua, era dos seus avós, tem as suas memórias. Mas este era o absurdo que a CHESF pagava, mas não pagava o tempo de ocupação que você tava lá.

Você chegava lá no escritório e você só ouvia o que eles falavam, não dava pra negociar. Eles diziam, “sua roça lá é assim é assado? Pois te dou tanto. Não quer não? Então a água vai cobrir e você não vai receber nada”. Era feito nesta maneira as indenizações, não tinha pra onde correr. Eu conto muito esta história porque comigo aconteceu. Eu recebi bens do meu pai quando morreu e o patrimônio de minha esposa também era meu. Dai eles diziam se eu queria indenizar logo, eu dizia que queria esperar. Era terrinha ali, aculá, era gado, plantação, estas coisas. Com o tempo eu fui tratar com um engenheiro chamado Canuto que foi o

responsável pelas propriedades rurais e Renato era o da parte urbana. Falei com este Canuto, mostrei as escrituras, ele analisou, viu que tinha terras produtivas e disse: "Jandir, olhei e te dou 14,500 cruzeiros", naquele tempo era 1974. Eu disse: "Me dê minhas escrituras por favor, quando o senhor estiver indenizando de verdade eu volto". Dei as costas e ele saiu me acompanhando, porque era forçado, ele disse apertando o meu braço: "Jandir, você não vai falar o valor das terras? Pois, quando você vim outra vez, não vai ser nem a metade". Eles formaram um grupo entre si pra roubar a nação, e cada engenheiro daquele tinham 7 ou 8 carros próprio com o dinheiro do povo.

Depois fui tentar indenizar de novo e Canuto ofereceu 70 mil cruzeiros, e eu disse: "Doutor, por favor, já lhe disse, não é eu que estou pedindo pra fazer barragem, nem to pedindo pra sair de minhas terras, não estou pedindo pra você me indenizar, esqueça pois não quero nada disso, eu quero é permanecer a onde eu estou com minhas coisas sem magoar ninguém". Deu um ajuste pra 125 mil, eu disse "mas é brincadeira", deu outro pra 175 mil. Eu não gosto destas picuinhas, em resumo ele botou 275 mil, eu disse "chega doutor" e ele "quanto você quer então?", eu respondi "não dou por menos de 500 mil cruzeiros", ele falou que eu estava fora da realidade e eu disse "Doutor, as terras são minhas e não suas, quem tem que dar o valor sou eu e não você. Eu to dando um valor porque estas terras nunca mais eu vou poder ir, além do apego que tenho, elas vão desaparecer pois vão pro fundo d'água, é uma tristeza"

Entrevistadora: Quanto tempo levou pra realocarem todas as pessoas?

Sr. Jandir: Chegavam na cidade, o povo não tinha ideia do que era barragem, chegou de supetão e não houve explicação. No final das contas, durou cerca de 1 ano levando o povo de caminhão, pau de arara. Eu fui o último a sair, eu vi a água vindo e alagando minhas coisas, aquele paredão de poeira vindo lá no final da vista. Depois que não tinha jeito, eu vim pra cá pra nova cidade com tamanha tristeza. Teve gente que morreu apaixonada, com desgosto. Ninguém acreditava.

Entrevistadora: Sua filha está lhe chamando para entrar. Então eu agradeço muito pela conversa e que o senhor continue bem.

Sr. Jandir: Obrigado fia! Foi um prazer ajudar.

Entrevista 008

Nome do entrevistado: José Martins dos Santos, Zé Catú

Local: Na praça central da igreja matriz em Sé-BA.

Data e hora: 01/06/2018 às 19h42min

Idade e profissão: 76 anos – Comerciante e delegado aposentado.

Entrevistadora: Primeiramente, me chamo Vanessa, estou realizando uma pesquisa sobre a cidade, qual é o seu nome;

Zé catu: Meu nome é José Martins dos Santos, zé catu

Entrevistadora: Qual foi o seu ofício na antiga cidade?

Zé catu: Na antiga cidade antiga eu fui vereador por 2 anos de 70 a 72, depois fui comerciante 10 anos na velha Sento Sé ,tinha uma bodega, não era registrada, uma casa pequena que vendia uns coisas, colocava era o saco no chão, lá era tudo baixo as casas, de alto só tinha a torre da igreja. Isso Só a igrejona , eu mora do porto do vapor, aquele de pois andares, o porto tem um andar, ai fui para a cidade e me cansei e abri um comercio e não tinha vereado. Aqui quem mandava era a família Sento Sé, desde quando eu nasci.

Entrevistadora: A primeira família que chegou lá, foi a Nunes Sento Sé?

Zé catu: para trás teve a família Alvez, mas que mandava era a família Sento Sé, então Antônio Nunes , tem até um busto dele na praça, antes era o Janjão, tem um busto , esse foi o primeiro, não posso mentir. Tem o Dr. Desmoste que é filho do Janjão esse foi Prefeito daqui. Então fiquei 10 anos comerciante, então depois 2 anos vereador, depois esse Dr. Desmoste, depois que fez a mudança para cá, tinha o irmão que era desembargador, e ele prometeram colocar ele como novo prefeito da nova cidade. Eu morava na praça igual a essa na velha cidade, uma vez um cara chegou, Zé rapaz você vai fazer um negócio ai, vai assumir um compromisso, ai eu disse fale Dr. Ele falou, você vai se o delegado de Sento Sé, ai minha mulher não queria , minha Irma não queria , eu também não queria, ai falei, vai se muito complicado, minha mulher não quer, antigamente que colocava era o prefeito. Ele garantiu, disse palavra de homem, existe pouco homem igual a ele disse e disse, exite pouco homem assim no Brasil, eu falo. Então ta bom, eu aceito. Pode fica tranquilo o governo e nosso, o secretario era afilhado dele Rodolfo de Queiroz.

Ficamos 1 anos e meio la e 3 anos aqui, tanto como delegado, em 1976 nos mudamos de lá para cá.

Entrevistadora: O senhor continuo delegado aqui ?

Zé catu: E o prefeito entrou em 13 de maio 1977 ficou prefeito 9 anos ai. Eu como delegado fiquei 5 anos em 80 eu sair pq O governo que tinha nomeado outras áreas tinha dados esse negocio de terra e o prefeito ficou contra a ele, por causa disso, o governo tirou os cargos deles. Depois eu sair e virei funcionário do estado e trabalhei no aeroporto, eu fiquei empregado até me aposentar 2007

Entrevistadora: O Sr. Estava administrado o aeroporto?

Zé catu: Eu era o guarda o gerente, era tudo, mas não fazia nada, só era avião de empresa, so tinha avião no tempo da política, agora em Sento Sé tinha o médico que era de uma família, uma vez quebrei o braço faz uns 12 anos, era a família Alves, o que era prefeito aqui era promotor aposentado da capital.

Entrevistadora: Entendi!

Zé catu: A vida lá em Sento Sé, o povo só vivia de peixe, o rico tinha o carnaubal, essa família que estou dizendo tinha um carnaubal de 3 léguas dá uns 18 quilomentos , carnaubal tem muito no Piauí, tira a palha e depois usa como fubá tem a cera, meu pai lembro que tinha 50 e morava no vale, tudo que vazava a gente plantava, o pessoal era do campo, o povo vivia de palha e peixe, tinha uma lago, tinha muitos caminhões de peixe seco, era pequeno, igual a cidade de Tobamdo.

Entrevistadora: Igual aqui ?

Zé catu: lá não tinha 300 casa, agora não sei, quando foi em 70 teve uma leilão para prefeito entro o Sr. Osvaldo, tinha uma praça grande, eu andava na praça, o mato era muito grande batinha no peito eu morava no porto e ia para a cidade . Ai o Sr. Osvaldo inicio como prefeito apoiado pela família Sento Sé, quando o Osvaldo saiu, ele tinha mudado a cidade limpou tudo , ai correu dinheiro e eu abrir o negocio , ganhei um dinheiro, ai eu me envolvi com a cebola, aqui a cebola quebra o povo da cidade, hoje a cebola tira o sustento, tem templo as vezes vende e colher cebola, a cidade antiga era muito pobre, só tinha casa de taipa, essa aqui é civilizada, aqui a pobreza era grande eu mora que mora o prefeito os ex, aonde tinha as casa melhores mas lá para de trás só tinha casa de taipa. Nem ajuda para lá tinha.

Entrevistadora: As casa melhores era de adobe, adobão !

Zé catu: Algumas de alvenaria, alvenaria daquele pessoas mais caro, alvenaria era a do prefeito, padre, desembargador, o pessoa vinha curti como o pessoal. O povo so vivia do peixe e carnaúba.

Entrevistadora: Não tinha plantação muitas coisa?

Zé catu: olha só nas ilhas, dava feijão, mandioca e melancia, dava tudo, quando o rio vazava, abril e maio já tinha milho, eu lembro que meu pai tinha uma roça, derrubava os matos e o rio levava, pq era unido, era assim, o solo era bom, as ilhas eram muito, e quando chegava a período da seca ficava tudo seco, desde pequeno mais o povo não passava fome, tinha muito peixe, o povo vendia muito peixe, as vezes faltava sal , falava sal da cidade, tinha barco a vapore a estrada era ruim os comerciantes era pouco, carro não tinha do os Drs tinham carro, depois eu comprei o carro, mas a cidade era pequena, mas o povo se virava não passava muita fome.

Entrevistadora: Quais trocou a cidade, o Sr. Tinha propriedade?

Zé catu: Eu tinha nas ilhas, meu sogro tinha muitas terras, muitas fazendas, muitos carnaubais, so na fazenda Masoa , ele tinha 4 hectares, ele tinha amansadores para o gado, fazenda de masoar não pagaram nada, são 12 herdaram , os advogados enrolados a te hoje muitas gente não recebeu. Os advogados sabidos, esse negócios de justiça é um negocio sérios, eu tinha propriedade nas ilhas, eu fui parasobradinh o, ai recebe de pagar algo, muita

gente morreu de tristeza, contraria o professor Geradinho, o pai dele trabalhava nos portos, ele morreu sem acredita contrariando ele tinha muita coisa, ele tinha não sei quantas casa. Vivia um oficial de justiça que morava ai, e também não acreditava parece também que perdeu tudo, o que não indenizou, ficou ai o povo vivia disso, que viria para sede não poderia criar ai recebia um lote para não criar nada, meu sogro foi para Piçarrão, meu sogro fez uma fazenda ali, pq não deixaram pegava 60 bezerro solto ai, tira o leite pegava até , mais acabou, a entrada da eólica a fazenda é nossa, por enquanto eles estão pagando Sá a entrada, ele fizeram uma estrada, para não entrar por Piçarrão, por causa das coisas pesadas, todo ano eles pagam 3 mil por ano, esta rendado, 34 anos, so a vamos recebe quando colocaram a s coisa, a entrada e aonde tem as placa, e do meu sogro e parte que for herdado e no meu sogro, a minha á ta no inventário é 4 mil hectares.

Entrevistadora: O Sr conhece algo sobre as pinturas nas cavernas?

Zé catu: Tem, aqui tem uns lugares que tem, eu e meu sogro no negócio de garimpo , na mina que vai para o brejo na entrada La no Caraus a esquerda vindo para cá tem até..., no brejo das martinha, tem uns pedras que tem uns letras e desenhos em vermelha um bucado de coisa, você tem até gente.

Entrevistadora: O Sr. Acha que é o que aquilo la?

Zé catu: Dizem que foi uns índios que moravam por lá, dizem o povo, eu não sei

Entrevistadora: Seria uma comunicação?

Zé catu: isso tem muitos anos, eu era novo.

Entrevistadora: Tem mais de 2 000 anos atrás

Zé catu: tem muitos anos, oxê, quando eu era menino, já ouvia falar nessas coisas, eu já tenho 77 anos é de muito tempo, eu vir lá, foi até com meu sogro, no negocio do garimpo, ele disse rapaz, tem uma formação em tal lugar, sei aonde é no Caraus, uma cachoeirinha com muita água em baixo, ai nos fomos lá em baixo e olhamos e olhamos, tinhas uns grutas tem esse desenhos nas pedras.

Entrevistadora: Então foi por causa do garimpo?

Zé catu: Ai nos fomos e ficamos até o meio dia, e assamos uns carnes e comemos com rapadura, ficamos ate meio, vamos trazer uma pessoa para, nos vamos olhar para se informar, todos essa serra e informações, é difícil em todo lugar, agora informações tem em todo lugar, olha esse garimpo, a mina da cabeluda, desde 41 quando nasce meu pai dizia, que em 1941, ele já esteve nessa mina, primeiro que descobri, e não sabia, passava presto e sabia, vim sabe agora um ano atrás, tem muita gente trabalhando.

Entrevistadora: Aqui no município de Sento Sé teve um professor que fez uma pesquisas sobre essa pedras pintadas, pintura rupestre que ele fala, aqui no município né, a parte rural toda de Sento Sé, tem muitas e muitas mesmo, tem mais de 1 000 pedras pintadas, é muita coisa.

Zé catu: Essa serra tinha onças que não era brincadeira, ema pegava nas estradas, caça tudo.

Entrevistadora: Algumas pinturas que tem lá, emas e onça pintadas

Zé catu: Tem desenhos desses bichos tudo!

Entrevistadora: Para a história do municio de Sento Sé você acha que essa pinturas rupestre são importantes para preservar a história ?

Zé catu: Rapaz eu ouvi disse, ta fazendo um negocio para turista, nem porto tem pra toma r banho tem ai quando vazar fica uma lama.

Entrevistadora: Então seria uma oportunidade para crescer a renda de turismo aqui

Zé catu: com certeza, disse que vão dizer um porto aqui.

Entrevistadora: e as jovens aqui da cidade tem conhecimentos sobre as pinturas essa coisas ?

Zé catu: Muito pouco, só se os avos mais velhos contarem, tem uns serra ai que querem fazer o negocio para turismo.

Entrevistadora: Sobre o Rio São Francisco, na antiga Sento e na atual o rio sempre foi importante, você acha isso? Para as pessoas

Zé catu: sim, as pessoas viviam do rio, aqui so pescar pq o rio esta secando, aqui teve uma época que o peixe era aio, caminhão todo dia sai carregando de peixe, fresco do jeito que quiser, tem um povoado daqui uns 70 km, aonde mora meu genro, tem uma propriedade, vou até passar o feriado lá agora, minha menina morar aqui ela é professora e ele veio buscar dia 01 para ir para lá.

Entrevistadora: você disse que o rio está secando? Mas é por que Sr. acha?

Zé catu: Eles prometeram diziam que depois da barragem nos iríamos ter muita chuva, água não iria falta, o povo não pode nem conta mais, o rio estava faltando tudo, as coisas verduras vem de Juazeiro, por que a água fica longe, 2 a 3 km do local de planta e quando a chuva ... , Tem gente que plantou cebola agora não deu tempo tirar por que cebola é de 3 e 4 meses, outubro, dezembro, janeiro, ai o choveu muito de dezembro para cá, aqui só no fevereiro e março choveu muito, aqui é muito seco.

Entrevistadora: Então desde a antiga Sento Sé a rio foi importante, então se falta água é horrível

Zé catu: Eu nem sei como vive.

Entrevistadora: O rio São Francisco é como um pai

Zé catu: Não tem outras rendas, o povo planta ai, farinha, a farinha tava um preço horrível, ao não dá pra planta.

Entrevistadora: Mas no final da historia, qual era melhor antigamente ou hoje em dia a cidade o desenvolvimento ?

Zé catu : a cidade não tinha nada não, hoje em dia nos estamos melhor, so tá faltando corre dinheiro, aqui é outras coisa, eu vou me lembrar de Sento Sé, lembro mais que nasci lá, mas de outras coisas não conhecia nada, tem gente que não conhece Juazeiro, você acredita, aqui da cidade ... A vida aqui agora é outra, deus me livre, vou ai tem tudo, internet não sei o que, eu nem ligo é meu neto, tenho um neto, sou viúvo, mas quero sabe da minha vida, olha ai tá lá, dois neto homem e uma mulher, vou para 77 anos, em dezembro.

Entrevistadora: Tudo que Sr. Falou vai virar um patrimônio da cidade. Para as escolas verem, como era antigamente a gente está pegando relatos das pessoas antigas, a gente vai escrever para o papel isso, o Sr. Autoriza passar para outras pessoas?

Zé catu: Sim! E é tudo verdade.

Entrevista 009

Nome da entrevistada: Professora Marlene

Local: Na residência da entrevistada em Sé-BA.

Data e hora: 01/06/2018 às 19h03min

Idade e profissão: 76 anos – Professora e enfermeira aposentada

Entrevistadora: Estamos pesquisando o histórico da cidade e fazendo um trabalho também para mostrar aos jovens da cidade esta história. Algumas pessoas que conversamos dizem que a juventude nada lembra.

Professora Marlene: Não, não conhecem não. Não conhecem e nem se interessam. Hoje em dia se interessam por não sei o que, andar de moto um encima do outro. No meu tempo era diferente, a gente ensinava mesmo. Hoje o sistema mudou e ai os professores e as escolas mudaram e ai pegaram a renda e começaram a relaxar com a história daqui. E é uma história bonita.

Entrevistadora: A senhora nasceu lá em Sento Sé mesmo?

Sim!

Entrevistadora: Poderia contar como era a antiga Sento Sé? Como era a cidade antes da barragem. O início.

Marlene: O início foi portugueses e indígenas. Olhe, você é do Piauí? Os portugueses vieram oriundos do Piauí quando começou a cidade.

Entrevistadora: O que eles eram?

Marlene: Criadores de gados e fazendeiros. Tinham entradas de bandeiras, bandeirantes. Estavam desbravando o sertão, se alojaram no Piauí e vieram pra cá. E aqui eles descobriam os índios.

Entrevistadora: A casa imperial, ou casa grande, era referência da história da cidade?

Marlene: Sim, e era grande. Eu peço a cada prefeito que entra aqui que criasse, que reproduzisse a casa grande. Mas nunca achei um. Acho que só me candidatando a prefeita que daria certo. Ela tinha um subterrâneo que ficava os escravos e eu entrei muito lá dentro. Tinha o piso e de tábuas, tacos e o teto também era tábuas. Como ela era grande, o subterrâneo era todo um salão só.

Entrevistadora: Agora, e o nome Sento Sé?

Marlene: Olha, todo mundo pensa que Sento Sé recebeu o nome da família, mas não foi. Foi Sento Sé que deu o nome à família. Da tribo Centoce, uma índia com o fazendeiro daí foi nascendo as pessoas. Quando foi descoberto Sento Sé, que era na chamada Aldeia, 20 km daqui que é um povoado grande, os portugueses descobriam aqui por lá na Aldeia, ai que começou Sento Sé. Por isso que até hoje se chama Aldeia. Agora tem mais 2 povoados que antes eram juntos antes da CHESF que foi pegando gente de outros lugares e foi botando ali e agora tem o Limoeiro e o Pascoal. Mas o Aldeia é Aldeia mesmo até hoje. No início começaram a botar os índios pra trabalhar escravizando, mas índio gosta de liberdade e começaram a fugir de lá da Palmeira pra cá e foram se espalhando e nasceram os vários povoados. E Sento Sé grande, é o terceiro maior município da Bahia. Então tem muitas comunidades espalhadas. Agora foi que juntaram, pois antes na velha Sento Sé, tínhamos era 380 povoados. Eram povoados pequenos mas tinham a apicultura, tinham as roças e tudo. Agora com a nova cidade muitos vieram pra cá.

Entrevistadora: Então muitas pessoas de fora vieram pra Sento Sé também?

Marlene: Vieram. Aqui tem muita gente de Pernambuco que é a maior parte, Belém, Serra Talhada, e de outros lugares também. E muitos caíram daqui pra outros lugares. É, a CHESF fez um rebulisso com a gente e ficou tudo assim, uns foram outros vieram. Aqueles que eram vizinhos se espalharam todos. Lá eu morava na praça Juvêncio Alves que era uma grande muito grande. Agora ficou pequena.

Entrevistadora: Sobre as indenizações.

Marlene: Foram muito mal indenizadas e outras foram permutadas em maioria. Então não indenizaram, pegaram o dinheiro e fizeram outra casa. E com dinheiro de indenização não dava pra fazer a casa que tínhamos lá, pois lá era livre, cada um pegava seu terreno e fazia. Aqui nos entregar am uma casa só com 2 quartos. Ai tinha tipos de casa, casa 1 e casa 2. Casa 1 era pra

quem era pobre casa tinha casa grande mesmo que de taipa ou abode de barro, era pobre mas só que eram grandes, todo mundo tinha 3 ou 4 quartos que acomodava todo mundo. Ai a casa que era dada era a número 1, tem uma aqui na rua do mesmo jeito que a CHESF entregou, mas só tinha 1 quarto. Lá a nossa casa tinha 6 quartos, a sala grande de visita, a de jantar e a cozinha lá no fundo com uma areazinha e o terreno era até 25 metros fora a casa. Mas aqui quando vieram, fizeram a permuta, nos deram casa número 2. Papai veio, olhou, era carpinteiro e olhou a construção da casa. A casa tinha só 2 quartos, olha só, pra uma casa que era de 6, essa casa 2 tinha 10x25 contanto tudo, olha só pra quem tinha 25 metros só de terreno. Papai disse, “não vou não, só foi mudar quando eu puder acomodar os meus filhos e 2 quartos não vai acomodar ninguém. Tenho filhos e filhas, tenho netos” eram 10 filhos. E na hora de sair era uma tristeza, eles deixavam levar as telhas e as portas, mas eles nem esperavam ir embora e passava com o trator encima da casa da gente e a gente vendo. Era como se fosse um campo de guerra com as casas todas no chão. Como eu era responsável pelo hospital, tive que trazer o hospital todo, os equipamentos todos, trazemos a igreja também. Olha, os últimos pratos que comemos, tive que lavar na calçada com a água chegando, pois eles soltaram a água sem dó. Então viemos nos últimos caminhões que chegaram e ai eu vi a derribada da minha casa chorando muito. Quando passava pela porta e botava as últimas coisas no caminhão, já passavam com o trator por cima.

Entrevistadora: O que pode ter sobrado?

Marlene: Não derribaram a casa grande, nem a igreja matriz nem a caixa d'água. A nossa igreja evangélica, derrubaram. Hoje quando a água baixa, ainda podemos ver alguma coisa. De agosto em diante que a gente pode ver.

Entrevistadora: É verdade que houve uma festa de despedida? A festa da saudade?

Marlene: Teve!

Entrevistadora: E como estavam as pessoas? Felizes, não!

Marlene: Não. Teve até um rapaz que não sabia ler fez uma música que diz. “Segue Sento Sé a sua estrada, e eu também irei pra muito além. Nas lamas derrubaram nossas moradas e assim chorei também. Não nasci pra morar em Tombador, mas Segue Sento Sé a sua estrada, que assim irei pra lá também. Adeus Sento Sé...” Nesta festa foi um choro, muita agonia. Fizemos a festa em frente o pessoal da CHESF pra fazer eles sofrerem também. Porque, como falei pra doutor Renato, “Por que não deixa o povo sair tudinho e depois derribarem as casas?” Porque ai a gente não via e aquilo era uma dor pra todo mundo. Ai ele disse “mas se não derrubar não sai”. Mas como não sai se as coisas estavam todas no caminhão?

Entrevistadora: E fizeram reuniões pra tratar da mudança?

Marlene: Sim. Os políticos queriam que fosse mudado pra Piçarão, mas mudaram pra aqui que era só mato. Como eu estudei pra enfermeira eu via que aqui tinha muita ransenia, lepra brava, a lepra preta era terrível o pessoal perdia parte do corpo e fugia aqui pra essa mata. Juntávamos os medidos e enfermeiros e tiramos 15 caminhões de leprosos, famílias inteiras pra levar pra

Salvador. Nossa já vi muita coisa. Então não fizeram nenhum trabalhado de limpeza, as pessoas vieram pra cá a adoeceram, e tem alguns até hoje, mas já tem tratamento.

Entrevistadora: Então não foi tão bem planejado como diziam.

Marlene: É, planejaram mas do jeito deles. Pesavam que o povo era bobo. Então a CHESF não foi muito boa pra gente não. Por isso que o pessoal tem saudade e ainda hoje estão lutando pra receber indenização na justiça, mas eu não tenho esperança. Na época pessoas infartaram por perder suas terras, suas coisas. Tinha pessoas que enlouqueceram, Sr. Teodoro enlouqueceu, enlouqueceu mesmo, que o pai perdeu terras ricas com pé de manga, laranja muita coisa, ficava sentado na porta da igreja aqui e não comia, não falava, não dizia nada. Gente levava comida a ele, e ele ficava dizendo, só falava isso “cadê o avião? Cadê o avião?” Que avião? “o avião que vai levar a gente, vai levar meu pai”. Foi assim, enlouqueceu e morreu louco. Ele era dessa família Café que tinha aqui. Vi também Sr. Moisés, de outro povoado, tinha também terras com muita fruta, também enlouqueceu. Eu vi foi muitos casos, eu vi também o Sr. Júlio, da Barra da Cruz. Pois aqui a CHESF não entregou nada feito, as praças eram cercadas por arame farpado de espinhos. E Sr. Júlio, eu cuidava dele na sociedade beneficente e no hospital lá, e ele enlouqueceu de uma maneira que saia nu na rua e só obedecia a mim. Aí eu chegava com uma toalha e embrulhava ele, todo mundo fechava as portas que ele só andava nu. Num dia que eu tava aqui na sociedade, me chamada e disseram “Sr. Júlio ta ali se enrolando no arame”. Ele cortou o arame e se enrolou, foi um trabalho um sangue. Ai eu cheguei lá e já tinha outros homens que ele dizia pra não chegar perto. Eu disse “Mas Sr. Júlio” e ele “Ah! É a senhora” “e você ta fazendo isso por que?” “Porque a senhora nunca mais me visitou” tava louco louco. Ai, “borá desenrolar, vou chamar uns homens pra desenrolar”, “mas só chega perto de mim quem a senhora mandar, pois eu tenho medo de todo mundo desse pessoal desta CHESF. Esse povo ai quer matar a gente” Ele invocou que todos homem e mulheres ali eram da CHESF.

Entrevistadora: Ficou traumatizado.

Marlene: Agora, sobre a estrutura da cidade velha, você queria saber? A cidade lá todo mundo tem saudade, a cidade era pequena, tinha de 2 mil a 2500 habitantes. Viviam de comércio pequeno, não tinha supermercado como hoje. Era bodega, armazém, loja pequena de tecidos, que na época a gente comprava o tecido e tinha que fazer a roupa. Mas era uma cidade que todo mundo se amava, todo mundo se comunicava. O quartel de lá ficava bem pertinho da minha casa, era pequeno e só tinha 2 selas, também não precisava, pois não tinha violência. Só uns ladraozinhos de jumento, de galinha, mas violência não existia de jeito nenhum.

Entrevistadora: Se as família tivessem a escolha de ter ficado lá?

Marlene: Todas ficariam! A gente de noite, em época de calor, a cidade parecia aquela malhada de ovelhas, o pessoal todinho botava aquelas esteiras na calçada na rua toda, todas as ruas, e a gente dormia na calçada tranquila. Quem chegava dizia “Olha, uma malhada de ovelhas, todos dormindo”. Uns armava a rede. Então lá em Sento Sé era assim, bem tranquilo. Todo mundo se dava. Dividia a terra pra plantar sem cobrar nada, tínhamos tudo, ninguém precisava comprar nada, nem farinha. A carne todo mundo tinha cabra, tinha porco, galinha,

todo mundo tinha boi, ai quando matava dava pros outros, e era assim. Nós vivíamos ali assim, na comunidade.

Entrevistadora: Hoje existem pessoas que são assim ainda?

Marlene: Não! Hoje, até as pessoas que a gente tinha muita afinidade ficaram tudo assim espalhada e não tem mais essa união.

Entrevistadora: Na visão da senhora, por que isso aconteceu?

Marlene: Eu acho que foi coisa mesmo da mudança da sociedade. Essa geração nova já nasceu sem ver isso e os velhos que ainda existem aqui se separaram. Só na nossa igreja que tem essa afinidade de um ter e dar pra outro. Mas, as pessoas hoje fica dias sem se ver e quando se ver só diz “oi”. Não tem mais aquela coisa de sentar, de brincar, de conversar como era na cidade antiga. Lá ninguém passava necessidade, quando um tinha passava pro outro. Era mais tudo na base de troca do que de venda, era esse o sistema. Só quando tinha feira pra pessoas de fora que ai vendia, tirando isso era mais troca.

Entrevistadora: Hoje as pessoas usam menos o rio?

Marlene: Sim. Pois antes era no barco a vapor, era barco a pano, tarquete, que falam vela hoje. Meu pai matava uns porcos e ia vender em Juazeiro de barco de pano. Passava uma semana viajando. E era assim, quando tinha feira pra cá o povo vinha de vapor. Então era assim, nos só tínhamos uma praça que era muito grande, a praça Doutor Juvêncio Alves no centro da cidade. A Casa Grande de um lado e a Igreja no outro e a praça no meio.

Entrevistadora: Tinha colégios lá?

Marlene: Tinha 2. O grupo escolar doutor Antônio Balbino e o grupo doutor Juca Sento Sé que só iam até o primário. Ai em 1971 o prefeito Demórgenes trouxe o colegial até a 8ª série e depois veio o colegial. E em 1974 teve o primeiro grupo de formandos. Quando começou o colegial, foi usado o espaço do hospital que era muito grande. Numa ala funcionava o hospital que também era pouca doença, pouca gente, então deu pra dividir, e na outra ala o colégio. Então ainda em Sento Sé teve a primeira turma de magistério, 12 formandos junto com minha irmã. Mas antes tínhamos que estudar em Juazeiro.

Entrevistadora: E mais pra margem do rio, o que tinha?

Marlene: Pra margem tinha o bairro Bulhão dos Carvalhos que tinha muitas famílias, nós morávamos lá antes de comprar a casa na sede. Na margem tinha o cais, um cais muito bonito com umas santas assim onde o vapor portava e tinha uma ponte bem alta com quatro pontilhões. Ai só tinha esse bairro e depois criou o bairro Três Irmãos que tinha pouca gente. Depois tinha o bairro Maracajá, quem algumas pessoas do Maracajá que são meus vizinhos hoje. Tinha o bairro Espinheiro que era bem vizinho do hospital. Ai o resto tudo era do município.

Entrevistadora: O município é muito grande e ouvimos falar de cavernas, grutas que têm pinturas.

Marlene: Tem, têm muitas. Eu ensinei na Cabiluda, e Cabiluda é um garimpo. E perto tem um lugar que se chama Caboclo e a gente entra, é uma caverna muito grande. Lá tem água tem tudo e a gente entrava com os alunos lá pra ver as pinturas, muitas coisas de índio pitados nas paredes. E depois, no Brejo de Dentro tem também as cavernas, no Brejo da Brásida também tem. Trabalhos de índios mesmo, trabalhos manuais e mostra que sempre foi habitado. Tem uns degraus que o povo diz ser natural, mas e acho que foram os índios que os degraus vai subindo até lá encima feito mesmo talhado na pedra da serra. Falam ser natural, eu acho que os índios trabalharam ali.

Entrevistadora: E a senhora acha importante resgatar essa memória?

Marlene: Eu venho resgatando. Você não foi a primeira a buscar essas histórias. Já veio gente, tem livros e as pessoas sempre vem aqui porque a história é muito grande. Quando pedem, pede do começo, das guerras, muitas guerras políticas, e “causos” e casos verdadeiros pois as guerra aqui foram sérias por terra.

Entrevistadora: Até mesmo Lampião andou por aqui?

Marlene: Andou e amarrou o Sr. Tonhá que era o prefeito. Amarrou e deixou ele lá. Praça aqui pro lado é Tonhá Nunes Sento Sé. Tonhá era muito rico, era irmão de Jãjão Sento Sé. Eram irmãos mas eram inimigos políticos. Sr. Tonhá era do mal e o outro era do bem. Sr. Jãjão era mais civilizado, tinha os filhos todos formados, médico, juiz, desembargador. E Sr. Tonhá era mais coronel. Jãjão era mais do povo, pelos pobres. Essa história ta no livro “Sento Sé Rico e Ignoto”. Olha nessa capa tem o índio Centose, que deu origem ao nome. Então nesse livro aqui conta a história deles todos. É minha joia este livro, por isso não passo pra ninguém. Quero restaurar ele. Então, Sr. Tonhá era ignorante, mesmo sendo irmão do outro que era completamente diferente. Uma vez fomos na casa dele pra pedir que traga a escola além do primário, éramos de menor e nossos pais foram com a gente, Sr. Tonhá disse “estuda quem pode, quem não não estuda, não sei o que vocês querem com estudo. Eu não vou ficar alimentando cobra pra depois me picar. Depois que vocês aprenderem a ler e ficarem sabendo das coisas, vão me perseguir. Então não vou fazer nenhum colégio aqui”, foi a resposta que ele deu a gente. Ai meu disse que iria não ia mais votar nele e ia se juntar com outras famílias pra mudar. Tonhá disse “besteira de vocês, gente pobre é como cachorro, a gente ruma o pé na bunda e quando bate o dedo ele vem”. Ai o povo disse “pois você vai ver”, e neste ano ele perdeu a eleição. Então, o Lampião chegou em Sento Sé e só pegava o pessoal rico, foi em 1930. Lampião chego pra ele e pediu só comida e Tonhá disse que não dava não. Então Lampião disse “não dá não?” Pois 2 cabras juntos com ele amarrou Tonhá e chamou o pessoal todinho pro povoado e perguntou, “cês querem roupas?” Ai Lampião pega os tecidos e dizia “vão puxando, vão puxando” e Tonhá amarrado, “vão puxando, quando eu ver que chega eu corto”, ai o pessoal se aproveitou mesmo. “Você não dá comida então eu quero 5 mil reis pra eu comprar comida”, Tonhá disse que não tinha. Ai quem socorreu ele? Ele mandou uma carta para Jãjão e pediu os 5 mil reis e que depois pagava em gado que ele tinha. Então Lampião só desamarrou ele depois que o dinheiro chegou na mão.

Olha aqui no livro. Fala dos congados, fala da reforma da Casa Grande em 1923, de Lampião. Olha aqui oh, título “Lampião e Sento Sé”. Esse livro já pegaram pra xerocar pro curso de

pedagogia da UNEB, Universidade do Estado da Bahia. O autor é filho daqui, Romoal Leal Viera. Esse aqui foi aviador na segunda guerra mundial, é da família Sento Sé.

Entrevistadora: Agora professora Marlene, qual é a importância de preservar esta história?

Marlene: Olha, a história ela nunca morre. Ela tem que ser viva toda a vida porque passa de geração a geração. O povo sem história não é ninguém. Então, eu me sinto feliz porque eu conheço a minha história. Eu me dediquei a estudar. Estou escrevendo “Sento Sé de ontem e Sento Sé de Hoje” e já tenho muita coisa. Na prefeitura por exemplo, não tinha a história dos prefeitos. Eu cheguei e Juvenilson o prefeito da época e disse “Prefeito, aqui tem que a galeria dos prefeitos”. Ele foi meu aluno e disse “Não há como professora, pois precisaríamos de fotos”. Mas eu tenho conhecimento da história, desde jovem eu anotava o que os mais velhos me diziam, eu pesquisava, eu andava pra pesquisar. Ele disse “mas e as fotos?”, eu “mas eu tenho como seguir” Daí parece que só teve 2 prefeitos que eu não consegui. Do Sr. Jãjão e do primeiro prefeito que antes era coronel. Ai fui recolhendo, teve um pessoal no Rio e outros em Recife, ai eu consegui as fotos de muita gente e fiz a galeria.

Entrevistadora: Eu queria ter visto, mas está fechado, teve feriado quinta e não abriu sexta, e sábado e domingo não abre a prefeitura.

Marlene: Então lá tem as fotos e um texto pequeno em cada uma, o histórico de todos.

Entrevistadora: Como fazemos para passar pras gerações futuras pela escola?

Marlene: Sim, é só fazer, como eu fazia quando dava aula, contava a nossa história e os meninos gostavam. É só querer.

Entrevista 010

Nome da entrevistada: Expedita Ferreira da Silva

Local: Residência da entrevistada em Sento Sé.

Data e hora: 02/06/2018 às 10h

Idade e profissão: 71 anos – Professora aposentada

Entrevistadora: Estamos conversando com as pessoas que possam nos ajudar a escrever sobre a história da velha Sento Sé. Como era lá antigamente? A senhora nasceu lá?

Expedita: Tenho 71 anos e eu era uma moça quando morava lá. Já tem mais de 40 anos que estamos aqui. Então eu tinha uns 30 anos quando viemos pra cá.

Professora, como é o seu nome completo?

Expedita: Expedita Ferreira da Silva

O pessoal falou que a senhora tem uma estória muito engraçada chamada Dondona. Era um conto?

Expedita: Dondona? Ahh, Dondona era a zeladora da igreja católica. Naquele tempo agente menino assim, Dondona nunca quis casar. Quem procurava ela pra namorar, ela xingava muito, ficava brava e muito violenta. A gente pegava água no tanque pra molhar as plantas e encontrava Dondona. Ela criava uma cabrinhas, bode. Ai meu irmão “Lá vai Dondona” e eu cantava “A vitalina bota pó e tira pó, moça velha não sai mais do caritó”, pois ela era uma moça velha e não gostava que falasse em casamento. Dondona voltava mesmo era zangada. Meu pai era daqueles que dizia que tínhamos que respeitar os mais velhos a qualquer risco. Ai quando Dondona vinha na nossa porta meu irmão dizia “Lá vem chumbo”. Ai Dondona “oh madinha. Madinha eu vim da parte dessa canela ai de maçarica, que eu não posso ir mais cuidar das cabras. Ela tava lá atrás batendo num tonel de Sr Cornélio dizendo que eu ficava no caritó e que eu já não saia mais do caritó”. Eu dizia “não era com você não”. Mas uma boca suja que ela tinha, dizia “Teu pai é muito direito, mas você não dá pra nada, rapariga de remelo, rapariga de soldado, tu não dá pra nada” Eu dizia, “e tu que fica lá só varrendo a igreja e sacudindo São José, ai ninguém te quer”. Vish Donona ficava era muito invocada.

Ela chegou a estudar pra freira?

Expedita: Não, era só a quem varria, abria a igreja, batia o sino. Que o sino da velha cidade era muito bom.

E este sino veio pra cá?

Expedita: Acho que não, pois a gente não escuta mais como era antes. Lá tinha lugar que a gente ia raspar a mandioca e tinha os pescadores, o sino tocava e a gente ouvia um timbre muito bonito.

Quando a CHESF veio pra cá, ninguém sabe onde o sino foi parar? De baixo d’água?

Expedita: Ninguém sabe, de debaixo d’água nunca, ninguém ia deixar uma peça dessa de baixo d’água. Eles fizeram foi vender e deve ter sido os padres mesmo.

Mas eles trouxeram algumas coisas da igreja?

Tudo, o que tinha lá não ficou nada, as imagens tudo.

A senhora demorou pra sair da cidade quando era pra mudar? Teve gente que ficou até a água chegar.

Expedita: Eu não demorei muito, lá a gente tinha comércio e viemos logo. Fizeram as casas aqui pra quem eram os comerciantes de lá. Mas o que eu trouxe de lá ficou tudo ai na rua porque a casa não cabia o que eu tinha. Lá a casa era grande, tinha a parte da frente que era o armazém, no fundo do armazém tinha um salão de sinuca que as vezes o povo fazia festa e atrás tinha um depósito. Ai quando nós chegamos aqui só tinha uma parte e as coisas ficaram tudo ai na rua, mesa de sinuca, bojão de gás, ficou tudo ai na porta. Mas eu chorava que eu pelei minha cara de tristeza. Lá era nosso cantinho tudo equilibrado e quando vim pra cá me senti assim,

desprezada. Sr. Daniel que ainda ta ali, dizia na época, “eu já vi gente morrer chorando, você ta é chorando demais”. Eu dizia, “eu quero é voltar pra lá, vamo embora” Ele, “vou te mandar de volta pra lá pra tu morrer afogada?” Meu marido tava sempre fora pra comprar e vender peles de boi de carneiro, raposa e ia pra lá pra região de lá de Juazeiro pra comprar mel, cera, ai ele sempre ficava viajando.

Então seu marido pegava as coisas e trazia pra Sento Sé.

Expedita: Pra região velha, pois essa daqui não tem mais não essas coisas. Pra região de lá, pra cá de Piçarrão, pra cidade velha.

Que chamava Aldeia antes.

Expedita: Antes bem antes, antes de tudo, chamava Aldeia, eu não peguei esse época mais lá meu pai dizia que chamava Aldeia por causa do convívio com os índios Centoce. Mas, depois com a chegada dos portugueses, com a mistura aparece a família Sento Sé. Depois dessa família, com Dr. Raú, primeiro procurador da república que era de lá, que fizeram os primeiros documentos e passou o nome da cidade que não seria mais Centoce e passou pra Sento Sé. Eram da família como se fosse a família real. Eles tinha uma casa chamada Casa Grande que é muito famosa, as portas vieram do Rio de Janeiro. Eu entrei muito lá, lá dentro era muito grande, muito dividida, com muitos cômodos e quartos, o piso era de madeira que quando você pisava chega soava. Tinha um piano muito grande que dona Hondina quando vinha de férias do Rio, ela tocava. A primeira música que ela tocava era o hino nacional. Ela tocava e a cidade toda se acordava tudo mundo pra ir ouvir. Lá tinha muito destas árvores assim figueirinha.

Então antes de mudar pra cá, tinha gente que morava na Casa Grande?

Expedita: Neste tempo, quando mudou pra aqui, já não tinha mais gente, já tinham abandonado, pois os mais novos não quiseram ficar lá, foram embora pra estudar.

E Lampião chegou a passar por lá?

Expedita: Lampião não, não passou por lá, passou foi pelo Oliveira. Era dois irmãos, Sr. Tonhá que tava no Oliveira e Jãjão, coroné Jãjão. Tonhá no Oliveira e Jãjão no outro lado. Meu pai disse que Lampião não passou por lá não porque as rezadeiras eram muito poderosas, então ele veio pra Oliveira. Diziam que Tonhá era muito ruim com o povo e Lampião pegou um monte de tecido de Sr. Tonha e mandou dar pro povo e o povo carregando no jumento.

Mas Lampião era bom ou era ruim com o povo?

Expedita: eu não sei, só sei que eu lia muito sobre Lampião, até que um dia eu me assombrei pois ele me botou pra abraçar um pé de xique-xique, eu lia tanto que sonhei isso. Ai meu pai “Oiaa, fica ai com os livros de Lampião”. Eu tinha um monte de livrinho de romance de Lampião. Lá Sr. Tonhá teve que fazer uma carta pra Jãjão que meu tio ajudou a fazer e Tonhá com a faca no pescoço. E Jãjão mandou foi meu pai pra trazer o dinheiro que era 5 mil reis no Oliveira.

Então Lampião não passou pela sede. E pelo que eu lia dele, ele não gostava era de rico.

A respeito da indenização. A senhora conseguiu ser indenizada?

Expedita: Tinha uma casa grande lá e me deram essa casa aqui, então não foi justo. O que meu marido recebeu não comprava nem uma roça que ele tinha lá. Por muito eu brigar e ir na justiça em Sobradinho, eles ainda me deram outro terreno ali, que é um pontinho ali que vende verdura ai da avenida.

As pessoas plantavam muito por lá?

Expedita: Plantavam muito. A sobrevivência de lá era a mandioca. Plantavam pra se alimentar o que sobrava podia vender lá no comércio. No comércio nosso lá, tanto a gente comprava quanto vendia. Lembro meu pai indo buscar leite pra vender, trazia aqueles latrões grandes de jumento e botava em latinha de óleo pra vender, eu lembro muito bem disso.

Onde era a sua casa na velha Sento Sé?

Expedita: Era bem no centro em frente a praça perto da igreja e da feira. Mas a Casa Grande já ficava lá encima perto do tanque já. Casa Grande, quando a família chegava o povo ia ao encontro deles com Cantiga de Reis pra receber os grandes da cidade. Tinha assim o Terno do Sol, o Terno das Ciganas.

Hoje em dia ainda tem?

Não. Até que tinha muito, mas os mais velhos vêm morrendo e ai acabou-se. A gente tentou recuperar no início, fazíamos na frente da casa dos prefeitos. Hoje não, ninguém liga, o povo ta muito moderno, gosta de modernidade.

Um dos motivos destes costumes estarem desaparecendo, além dos mais velhos estarem falecendo, os jovens não preservam por causa de que?

Expedita: Quem é que quer sair na rua todo fantasiado e cantando “É o Terno do Sol que saiu a passear”? Hoje ta tudo muito diferente. Antes você não via notícia de que alguém matasse alguém. A cidade toda era uma família. Deitava todo mundo na calçada com esteiras e um mosquiteiro grande pra todo mundo na época da muriçoca. E a noite era só a luz da lua que lá tinha a hora da luz apagar no motorzinho. Quando era 15min pras 10h vinha o primeiro sinal, quando era 10min pras 10h vinha o segundo sinal, no terceiro apagava-se tudo. Dali pra frente era a fogueira na porta que acendia o mundo.

Tinha um lugar chamado Toco da Mentira?

Expedita: Tinha, era um toco, o Toco da Mentira. Era na beira do rio perto dos vapor. O povo ficava lá esperando pra embarcar, pra Juazeiro pra São Paulo e era aquela coisa, juntava muita gente e ai chamavam Toco da Mentira. Tinha uns que moravam de frente e tinha um que era UM mentiroso. Ficavam conversando muito as estórias e falando da vida alheia. Tinha mentira que era tão cabeluda as vezes dava até delegacia.

A senhora sabe sobre cavernas com pinturas?

Expedita: Aqui assim mesmo pra perto não. Mas já ouvi falar sim. Ai onde era pert do Oliveira disserem que tem muito desenho assim que os índios faziam. E tem outro lugar pra aqui que não conheço e chama Boca da Onça que hoje é um parque e dizem que tem uma nascente de água muito boa e que tudo pra lá é marcado, é pintado.

O que a senhora acha que estas pinturas?

Expedita: Assim, são coisas deixadas pelos índios, pelo primeiros habitantes. Meu pai dizia que na serra do Cacoze tinha muita pintura de índio e que hoje está de baixo d'água. Com isso muita história foi perdida. Acontece que o tempo não para, os costumes mudam e as coisas mudam, mas eu tenho é saudade, saudade do pôr do sol atrás das carnaúbas. Meu irmão de 93 anos que está acamado ainda lembra de muita coisa e chora. Mas é muito bom lembrar.

Tem a Dona Soca que tem coisas antigas de Sento Sé?

Expedita: Sim, tem muita coisa lá na casa dela, Maria do Socorro. Ela junta muita coisa e também tem fotos.

Professora Expedita, a senhora permite a gente botar estas histórias no trabalho da faculdade?

Expedita: Claro, permito, vocês vieram de tão longe, do Piauí, então é um prazer levar a história de Sento Sé pro Piauí.

Entrevista 011

Nome do entrevistado: Mariluze Oliveira Amaral

Local: Na secretaria de meio ambiente em Sé-BA, vinda do Brejo da Brásida

Data e hora: 04/06/2018 às 11h07min

Idade e profissão: 50 anos – Presidente da associação dos moradores do Brejo da Brásida

Entrevistadora:

Estamos fazendo um projeto com o intuito principal de fazer um levantamento histórico de Sento Sé e das comunidades que ficam no entorno, principalmente as comunidades que têm patrimônio arqueológico. Então você poderia contar um pouco pro a história da comunidade da Brásida?

Mariluze:

Povoado Brejo da Brásida é um tambor de água, tem afloramentos de nascentes termais, ao todo são 26 afloramentos, 13 são perenes. A gente supõe, gera no conhecimento geral popular antigo e científico, porque quando foi feito o levantamento do rio São Francisco para o potencial pra barragem, o Brejo foi incluído no relatório, que o Brejo tem um potencial histórico muito grande e desconhecido principalmente pela população de Sento Sé. Por quais motivos, um dos seus filhos proprietários, pois vocês que nós temos também uma ascendência branca, apesar da maioria serem descendentes dos Kaimbés da Brásida, que era uma índia Kaimbé, e tem o nome grego porque recebeu este nome por parte destes brancos que vieram

parte gregos e parte português, o Brejo recebe esta influência quando Idato recebeu as seis maríadas, incluindo o território de Sento Sé até Jacobina, uma parte deste território de Ana Paula Amaral, ela começa a repassar aos seus descendentes em 1600. Em 1750 se estabelece o povoado, lá firma uma feira de gado onde comprava gado pra toda região pra levar pra Feira de Santana e Mato Grosso. Uma dessas passagens, um dos tropeiros, o Praziblo, de ascendência grega, que era, segundo os nossos mais antigos, Amaral é uma casca de uva pra fazer vinho pro deus Dionísio, ele botou o nome dela de Brásida por ela ser indomável, em homenagem ao general grego Brásida, irmão de Aparmenondas, e foi quem fez o cavalo de Tróia, ai diziam que ela tinha as mesma características dele. Ela foi pega com 13 anos e ficou como a irmã dele até que depois eles se casaram e deram origem ao povoado, que passou de Brejo das Minas D'água pra Brejo da Brásida.

O Brejo ele tem umas passagens históricas interessantes, por exemplo, aconteceu no município um episódio chamado sebáceas, que nada mais era que a obrigação, por parte dos políticos locais da família Sento Sé, à aqueles que não se sujeitavam ao regime político da época. A família Amaral não aceitou as imposições, e ai houve um movimento entre Remanso que era o coronel Franklin Dias de Albuquerque mais o Jãojão Sento Sé, eles entraram no Brejo da Brásida e queimaram 21 casas, levaram todos os pertences e os 2 filhos mais jovens da família Amaral que foram trocados depois uma garrafa de ouro pra não serem mortos. Isto foi na primeira investida, na segunda foi investida o Serafin faleceu tendo um infarto, isto estou te contando a versão dos nossos do Brejo, os Amaral e os Almeida. Em uma dessas encurraladas, na toca do marréco, ele ficou intocado e mataram todas as pessoas que estavam com ele, ele ficou 3 dias dentro desta toca e conseguiu sair. Fora isso, teve a passagem da coluna Prestes que tambem foi um episódio sangrento. A coluna lá em Central assassinou um primo dos Amaral em um tiroteio, e estavam descendo pra cá. O coronel lá de Central avisou pros Amaral que os recebem, e a coluna foi recebida à bala. Existe ainda um cemitério do revoltosos no Brejo que a população evita até falar disso, mas isso aconteceu. Outro episódio também está ligado a um fato histórico, Lampião passou no Brejo vindo buscar o prefeito de Sento Sé, Antônio Sento Sé (o Tonhá), por causa dessas sebáceas. O prefeito de Sento Sé fez essa sebáceas no Bomdoleiro, como o coronel de lá e Lampião eram amigos, Lampião veio tomar satisfação e como sabia que teve o episódio com os Amaral, passou no Brejo e pediu ajuda. Quando ele chegou no Itapicurú, deram uns animais pra ele e um guia, este guia se chamava Bentor. E eles vieram bater ai na fazenda Caroline, tomaram as armas do prefeito e distribuíram um monte de coisa pro povo lá, e passou três dias na Palmeira. Esse prefeito era Tonhá, filho de Jãojão Sento Sé, é que passa o poder só entre a família, e é assim até hoje.

Entrevistadora:

E a comunidade conhece estas histórias?

São usadas nas escolas também?

Conhecem. Mas nas escolas não.

Por que não? Qual é a sua opinião?

Porque assim, a escola no Brejo foi pioneira do projeto piloto de convivência com o semiárido todo contextualizado. Por questões políticas e por interesse da prefeitura, tiraram os alunos e professores de Brejo e botaram na escola no Junco que está numa posição geográfica distante das outras comunidades e pra essa escola não deixar de funcionar, destruíram a outra e praticamente destruíram todo um contexto que foi possuído nesta comunidade Brejo da Brásida, que é uma razão de revolta até hoje.

Então o povoado ficou sem colégio?

Não, lá tem uma escola, que tentam fechar a qualquer custo. Hoje a gente tem poucos alunos da educação infantil, um grupo multidisciplinar e criaram uma turma EJA, pra não deixar fechar a escola.

Aqui o projeto da gente é criar este centro de referência, trazer cursos técnicos e buscar nossa população que saiu por conta disso.

Então, num ambiente deste, fazer o ensinamento desta história local se torna difícil.

É o que mais a gente precisa fazer, mas é difícil. Mas a gente está fazendo isso aos poucos. Por exemplo, nessa fase agora eles estão estudando a historiografia dos mais antigos, por exemplo, a família Texeira de Brejo ela nem é quilombola nem foi alforriada, ela foi perfiliada. Assim, os Amaral herdaram quarenta negros e eles perfiliaram, eles não venderam nem alforriaram, registraram todos como filhos. Então nos temos muitos na família que são Pinto Amaral, Texeira Amaral e outro. a grande maioria lá é Amaral.

Sobre identidade indígena, as pessoas se identificam?

As pessoas sempre souberam que Brásida era uma índia, mas não sabia de qual tribo. Com a descoberta do professor Celito, nos batistérios em Freguesia da Barra, ai a gente descobriu de Brásida e também sobre outros índios de outros povoados como Brejo da Martinha, Campo Largo Alegre, eles são da tribo Kaimbé Amaniú, por isso o distrito se chama Amaniú e o nome significa um tipo de algodão.

Outros entrevistados aqui da região disseram que os indígenas eram Centoce, qual é a relação?

Mas o Centoce na verdade também não é uma tribo. Centoce é o nome de um índio. Pelos relatos mais antigos eles contam que o Centoce era Tupiná. Em uma destas brigas com Garcia Dávila pelo poder da superintendência da Bahia, ele foi ferido, pois se sabe que os Tupinás e Tubinambás foram tangidos do litoral para o centro da caatinga, e depois chegou aqui houve o movimento inverso dos criadores de gado que jogaram eles de volta. Na verdade os índios foram expulsos de tudo que era lugar, que na verdade era deles mas não podia ser.

Então o que a gente sabe pelos relatos orais é que o Centoce era índio Tupiná que terminou se casando com uma Torres, dai gerou a família Sento Sé, pois os torres separavam os descendentes do índio de outros Torres que não eram índios.

Conversamos com o Sr. Jandir Sento Sé, e ele falou a respeito de uns Nunes Sento Sé que eram a mistura de portugueses com índios.

Sim, Sr. Jandir é da família Sento Sé. E sim, Nunes é português e Sento Sé são os descendentes do índio Centoce.

O pessoal costuma dizer aqui que os Sento Sé roubaram o nome e as terras do Centoce, mas não roubaram, eles são descendentes do Centoce.

Seria possível trassar uma árvore genealógica?

Dá pra ver isso sim, porque na antiga Sento Sé tinha uma aldeia, Aldeia era a sede dos Tupinás. Uma parte destes índios você vai encontrar em Gentil do Ouro.

Tem duas comunidades indígenas no caminho de Juazeiro e Sento Sé.

Sim, mas estes são outros índios. É que na verdade os territórios de Sento Sé, Sobradinho e Juazeiro eram povoados por várias tribos, no caso da gente os Kaimbés vão da região de Amaniú até chegar Morro do Chapéu, passando pelo São Gabriel que uma parte era dos Guaranis e outra dos Kaimbés. Ai em torno de 1840, os Kaimbés se dividiram e foram para Euclides da Cunha que são os Kaimbés Massakarás que estão lá na região do Massakarás e os Kaimbés daqui perderam sua identidade.

Eu ainda alcancei meu avô falando os idiomas Kiriri, Negatu e Guarani, mas eu não quis aprender na época, eu ficava rindo. Me arrependo muito hoje, se eu soubesse da importância como é hoje, eu teria aprendido tudo.

Ele dizia que os índios trocavam muitas coisas por sal, que Brejo tem muitas salinas, agora que não fabricam mais sal. Os índios trocavam muitas coisas, peles, pedras como esmeralda, ametista, diamante.

Em relação ao patrimônio arqueológico, como que a comunidade está lidando com isso hoje? Tem conhecimento?

A comunidade sempre protegeu de alguma forma, pois antes alguns vaqueiros faziam fogueiras nos sítios. Aí a gente começou a fazer o levantamento arqueológico de Sento Sé paralelo ao levantamento de Central. Quando eu descobri que Maria Beltrão iria levar de Sento Sé o que ela levou de Central, ai eu comecei a embarreirar, eu chegava no povo e dizia, "não mostra, não leva".

Isto pelo temor da retirada dos materiais arqueológicos que é da comunidade?

É, porque ela retiou de Central toneladas de fósseis do paleotema, os bixos lá, preguiça gigante e outros. A megafauna. Eu fui testemunha disso, principalmente na Toca do Aragão, em Aragolândia, tinha fósseis e ossos humanos que agora não tem mais. Ela passou uns vinte anos lá com um projeto que envolvia vários municípios. Ai Central é considerado centro da arqueologia com cerca de 900 sítios mesmo sendo um município pequeno, mas Sento Sé tem mais de 3 mil.

Seria interessante fazer um museu local, pois se trata do patrimônio da comunidade.

Lá tem um museu, mas até hoje a gente questiona uma série de coisas, por exemplo, ela levou as chaves de todos os armários e ninguém abre pra limpar, só quando a equipe dela vem, pois as chaves estão com ela mesmo. E eu sempre questiono isso em Central. Sempre questiono!

A maioria dos materiais estão no museu da UFRJ no Rio de Janeiro, a curadora é Tânia Maria Andrade.

Aqui em Sento Sé podemos levantar a seguinte questão, que você poderia colocar no trabalho, que é um pleito. Embora, nossos governantes têm a cabeça de camarão e não enxergam, mas é muito necessário. Vou arrumar o mecanisco, vou provocar o promotor público pra ele me dizer como é que eu devo fazer isso, pois a CHESF retirou tudo de Sento Sé, por ocasião da construção da barra de Sobradinho, e hoje está lá na reserva técnica do MAE da UFBA, em Salvador, os materiais históricos, arqueológicos e biológicos. O que estou questionando é, estas descobertas dessas empresas por que ir para o recôncavo baiano se é nosso?

E os membros da comunidade não aceitam isso.

É claro que não!

Veja bem, hoje a gente chega ali por ocasião da seca e vê os restos da velha Sento Sé, e não tiveram nenhum cuidado ou responsabilidade com a gente, olha onde foram colocar a cidade nova, no fundo do município, uma cidade que já nasce morta, ela não tem acesso, ela chegou aqui e acabou, com tanto território em Sento Sé. É de uma irresponsabilidade tão grande que fizeram com a gente que não tem nem tamanho. Minha família perdeu tudo e não teve indenização pra gente. O processo tem 40 anos, já prescreveu. Morreu foi é gente com a água pois não sabia o que tava acontecendo, pois era povoado isolado.

Até o levantamento arqueológico da época foi tendencioso, diziam que era só 30 ou 40 sítios, mas na verdade eram 300. Quando seca esse corredor desse lago você encontra, eu mesmo encontrei sítios arqueológicos do outro lado ali de Casa Nova, absurdo. Não sei até quando Brasil vai viver de faz de conta.

A gente fica sem palavras de tanta injustiça que acontece.

Eu tenho é indignação, e a maior indignação que tenho são com as gerações mais novas, porque a gente ainda teve conhecimento de alguma coisa, e hoje os professores não sabem nem se defender, pra conseguir ensinar as histórias locais.

As pessoas quando andam no lago quando está seco acabam encontrando materiais?

Sim, por exemplo isto aqui foi encontrado na ilha ai no lago (vídeo). São urnas funerárias com os ossos dentro, tem um monte delas. É dentro do lago. Nessa região de aldeia encontra muito, o povo usa e deixa no quintal pra fazer coxo e um monte de coisas. Em outros lugares ainda usam como utensílios em hospitais. Isso é tudo de Sento Sé, da antiga aldeia. Estão tudo de baixo d'água agora. Vou levar isso ao promotor pois é a maior prova de que a CHESF foi irresponsável.

Entre outras coisas.

Sim, ai a gente tem os grupos quilombolas precisam ser legitimados, os grupos indígenas e remanescentes que também precisam ser legitimados. As questões arqueológicas, um exemplo, temos espelhotemas fantásticos em uma toca de conglomerados com pinturas rupestre e uma empresa de eólica começou a passar por uma estrada e com o impacto pode tudo desmoronar e passar por cima de tudo. E eu falando pra ele "pelo amor de Deus, não deixa isso acontecer não".

Não existe nenhuma agência do IPHAN na região?

Não. A gente costuma dizer que Dr. Iphan não existe pra nós não.

Fale de alguma proposta para agir na comunidade.

Esta semana vou a Juazeiro pra conversar com Gilmar e pedir o plano de desenvolvimento integrado de turismo, que o daqui te visão ecossistêmica. Uma das propostas é fazer um circuito arqueológico. Não seria de início nas comunidades, pois tem muitas coisas ainda a serem descobertas. O que a gente já conhece, precisamos é de um grupo de arqueólogos que

avaliem, por exemplo, "este é possível de visitação, e este não pois ainda tem que ser estudado". Se não a gente vai perder tudo e tem muita coisa diferente. Diagnosticar, mas já deixar um circuito, "Esse pode", como amostra e a gente organiza ele todinho e arruma pra visita, agora "Estes não podem", por exemplo o sítio da Santana, aquelas pinturas de Kaudieol estão lá por que? Quem as pintou? Por este grupo só pintou naquele lugar escondidinho? O problema é que os Kaudieol não são daqui, são da Amazônia Equatorial, e os desenhos são específicos e diferente de tudo que é tradição e ninguém viu isso em pedra nenhuma, só tem na face e nas pinturas de corpo deles lá na Amazônia, e o que eles vieram fazer aqui na Bahia em Sento Sé, bem escondido lá? Ai tem que saber que grupo foi esse que foi parar ali e pintou só ali num lugar escondido.

Teríamos que verificar a datação pois, sabemos que a Amazônia era maior à milhares de anos e este local específico poderia ter isso uma área de trânsito desse grupo Kaudieol.

É, nesta região nós temos uma transição de caatinga com alguns elementos da mata atlântica lá. Eu sou muito curiosa, eu procurei tudo. Têm árvores que são da mata atlântica e do cerrado que estão lá.

Então além da riqueza histórica e arqueológica, tem a biológica, geológica etc.

Ainda tem mais, o doutor José Alves registrou 97 plantas que não são identificadas, não tem espécie nem família e ninguém sabe o que é. E está lá, ninguém consegue recursos pra fazer uma trabalho e minha grande preocupação é que as eólicas vão destruir antes da gente estudar. --- A Engie Brasil Energia aprovou por unanimidade em reunião do conselho de administração a contratação de financiamento de R\$ 1,03 bilhões junto ao BNDES, para implantação do Complexo Eólico Campo Largo – Fase 1. O complexo tem 327,7 MW e fica localizado nas cidades de Sento Sé e Umburanas, na Bahia.

De acordo com informações da Engie, o empreendimento é o maior investimento em energia eólica no país realizado pela empresa. Na sua primeira fase, o projeto prevê a instalação de 121 aerogeradores. Campo Largo deve começar a operar comercialmente em janeiro de 2019 e poderá abastecer uma cidade de até 600 mil habitantes. ---

Quais são as eólicas que estão por ali?

A Engie, Reduto do Sol, Casa dos Ventos, Casa Forte e outras que esqueci os nomes. O sítio é todo cercado de serras e tá todo mundo querendo botar a mão. E além do mais, têm as mineradoras que estão doidas pra entrar lá e a gente fica brigando pra não deixar.

É isso mesmo, tem que defender.

Deixa eu dizer a você, a gente tem em aberto a criação de uma unidade de conservação municipal, o que está em perto são as coordenadas. Eu já tenho um estudo técnico delas só que eu deixei colocar porque eu espero que a gente consiga colocar lá dentro o que não ta nem no parque e nem na água. Brejo está como zona morta porque é de muito interesse das mineradoras furar tudo aquilo lá. A próprio comunidade se informa disso, mas o problema é que a gente não tem ajuda nem dentro nem fora do município, o estado não se importa, o governo federal pior, e na verdade me deu vontade de botar em tudo qual for rede, "procura-se alguém que queira nos adotar", "procura-se um estado, um município, um país ou que nos dê independência", porque já chega de descaso.

Vai acabar que a cidade e os povoados vão ficar exprimidos.

O povoado já está exprimido e órfão, infelizmente a realidade é esse. Estou aqui olha, trabalhando no município, e o gestor do nosso município deixou nossa comunidade órfã. Nós somos governados por pessoas que não se importam com as coisas, e não estou falando só de ciência não, estou falando de pessoas.

Olhe, eu recebi o convite para ir ao encontro da SAB, e eu vou. O maior problema dos sítios não são os municípios nem estados, são os próprios arqueólogos. Porque só se interessam pela arqueologia de contrato, quando não é contrato, só interessam em projetos que vai dar status, tem mais estrelismo do que toda a globo junto. Os estrelas da arqueologia são os piores. Criam tipos uns feudos nos locais e ninguém mais pode mexer, e aquilo fica lá, porque fulano meteu a mão e ninguém mais mexe. Isso é que se trata de um potencial imenso, um povo miserável que poderia estar usando aquilo pra estudo mesmo e tirar propeito. Eu estou dizendo isso, pois eu quero defender a minha comunidade, eu sei que isso vai me custar um monte de coisa, como ja tem custado.

Já pensou em apresentar alguma coisa na SAB?

To pensando, to juntando as fotos dos sítios e vou pedir pra mostrar os slides. E vou dizer assim "Sou leiga, posso dizer tudo que vier na minha cabeça, pois não estou defendendo teoria de ninguém, não sou arqueóloga mas eu enxergo".

Eu queria saber por que todo mundo vai pra Serra da Capivara, Niéde já fez o trabalho dela, por que que não fazem nos outros lugares que tem um potencial igual ou até superior?

Eu fiquei 20 anos no projeto de arqueologia de Central, fizemos o decalque das pinturas esse tempo todo. O que me revolta é saber que aquelas torres gêmeas que caíram nos Estados Unidos levaram com elas as telas de Central. E Central recebeu indenização? Nenhuma. Eu digo o povo de Central. Aquelas telas foram pra lá pra serem expostas.

Olhe e também essa história que fizeram com Sento Sé e as outras cidades aqui, sobre a barragem. Veja bem, se hoje os arqueólogos estivessem nas comunidades dizendo às pessoas, "olhem, isso aqui é importante, protejam, isso é a história de vocês, que vai garantir o futuro". O problema é que eles ficam debatendo teoria e não sentam pra tentar esclarecer um negócio desse, da importância que isso tem pra nós. O conhecimento ancestral das pinturas por que não legitima? Tem que fazer a ponte, o motivo da universidade existir é fazer extensão e por que não faz?

E se a comunidade deixar de necessitar da universidade fazendo sua própria ciência?

Mas é isso que está acontecendo, um ou outro vai lá faz o curso pra poder explicar coisas que está dentro da comunidade. Imagina só um curso de preservação patrimonial na própria comunidade. Bom, a gente ta pedindo lá é o curso técnico de turismo com preservação patrimonial, aí a gente vai legitimar estes cursos, pois este centro de referência é pra legitimar o conhecimento ancestral aqui da comunidade.

Então muitos sabem falar sobre a materialidade encontrada?

Sabem, principalmente os mais antigos, sem influência de pesquisadores. Só quem tem contato com pesquisadores sou eu. O povo só no máximo uma entrevista.

Desta forma se cria o respeito e a preocupação em preservar.

Isso, eles já preservam. Basicamente todos os povoados aqui preservam. Só temos dificuldade com povoados que, depois da realocação pela barragem, passam a coexistir com vários grupos e não refletem. Mas os outros, eles preservam.

E a juventude no povoado, tem essa valorização?

Desde as criancinhas até os jovens têm.

Mas e a juventude da parte urbana de Sento Sé?

Sabe qual é o problema? A educação em Sento Sé está distanciada da realidade. Eles repassam o conteúdo urbano que não é nosso e não prepara os nossos pra ficarem. Preparam os meninos para serem exportados pra Juazeiro pra procurar emprego, e é assim que funciona. Agora a gestão atual está legitimando a proposta de política pedagógica que se chama Comitê Sentoserrano. Esta política é contextualizada, e acredito que de agora em diante eles vão retornar isso. Isso existiu à 8 anos atrás e depois que fechou só alguns ainda seguem. Acredito que vai retornar.

Ouvimos a respeito do Parque da Onça. Está todo registrado?

Veja bem, foi decretado o Parque e as água Boqueirão das Onças. Só que não tem plano de manejo nem conselho gestor e nem a gente sabe de nada, que oficialmente não entrou em contato com o município. Estão lá só as coordenadas.

Mas tem comunidades envolvidas, dentro do território do Parque?

Tem um monte de comunidades envolvidas.

Olha, tem um projeto do turismo, está em Brasília, que é pra fazer um em cada comunidade ribeirinha. É um projeto de turismo ecossistêmico. A ideia é comprar um barco pra representar o bioma Caatinga no Parque Boqueirão da Onça e fazer esse tráfego. A minha ideia foi, fazer um atracadouro em cada lugar.

Existem informações sobre a história de Sento Sé na internet?

Tem. Mas existe muito coisa que está por aqui que o pessoal precisa descobrir nas comunidades. Essas histórias nos livros e internet contam só sobre as famílias tradicionais, os grandes personagens, os famosos. Mas tem a questão dos povoados mesmo, os povos cada um tem uma história que precisa ser resgatada e divulgada. Todos são protagonistas da história, principalmente os índios que estavam aqui antes. E sem este resgate a gente pensa tudo errado sobre as coisas.

Sua vontade em prol do povoado é forte.

Tudo que eu faço é pela a associação de Brejo da Brásida, eu sou membro da associação de Brejo, sou filha do povoado da Brásida, não tenho nada haver com prefeitura, com estado, com federal, ninguém.

O problema dos povoados é as associações não se juntão.

Outra questão é sobre as eólicas. Elas, principalmente a Brenannd, não fazem o retorno social como é de lei só porque é parceira da CHESF. Temos que cobrar isso. Faz 18 anos e a

comunidade não é chamada pra saber o que é um parque. Nunca houve uma audiência pública aqui pra dizer quais áreas seriam parque e quais seriam mosaico de unidade de conservação. Como eu presido o conselho de meio ambiente da associação de Brejo, cobrei a presença dos representantes da câmara de estado pra ter uma audiência pública no Brejo e outra em Sento Sé pra esclarecer o que vai acontecer com as nossas comunidades tradicionais.

Documentos históricos do Brejo da Brásida

Certidão passada a pedido verbal
de Eponimondas Palha do Amaral,
como abaixo se declara:

Eu, Celso Machado, Escrivão da Secretaria
da Segurança Pública do Estado da Bahia
por nomeação na forma da Lei, ora
servindo na Delegacia Auxiliar, etc.

Certifico e dou fé a todos quan-
tos a presente Certidão virem, conhecimento te-
verem e interessar possa que em meu poder
e Cartório desta Delegacia Auxiliar onde pre-
sentemente sirvo, e atendendo ao que me pe-
diu verbalmente o Senhor Eponimondas Pa-
lha do Amaral, existem uns autos de inqu-
rito policial em consequencia das declarações
prestadas nesta mesma Delegacia pelo requ-
rente contra o Sr. Prefeito de Santo-É e tam-
bem contra o Sr. D. Juiz do mesmo lugar
respectivamente - Antonio Nunes Santo-É
D. João Pompilio de Abreu Filho, em cujos
autos se encontra o seguinte Termo de De-
clarações: "Termo de Declarações". Armas
da Republica. Bahia. Serviço Publico
Estadual - Secretaria da Segurança Publica
Termo de Declarações. Aos trinta e
um dias do mez de Maio de mil nove-
centos e quarenta e seis, na cidade do
Salvador e nesta Delegacia Auxiliar
onde se achava o Senhor Comissario
Valdemar Guimarães comigo escrevão de.

seu cargo adiante assinado, ai presente
 Epaminondas Palha do Amaral, de nacionalidade brasileira, bahiano, casado, com oito filhos, com quarenta e oito anos de idade, nascido em vinte e dois de Outubro de miloitocentos e noventa e sete, agricultor de instrução primaria, catolico, de cor branca, de condição economica independente, de estado de sanidade normal e aparência, filho de Serafico Palha do Amaral e de Antonia Pires do Amaral, residente em Brejo da Praxida, no municipio de Santo-Sé, que declarou o seguinte: que no dia nove de Maio do corrente ano, o declarante teve noticia de que o prefeito do Municipio de Santo-Sé - Senhor Antonio Nunes Santo-Sé - dizia na cidade do mesmo nome que iria mandar a policia expulsar o declarante e o seu irmão Tebas Palha do Amaral das duas áreas que adquiriram por compra ao governo do Estado, situadas na fazenda denominada "Lagõa do Peixe", conforme titulos de dominio sob numeros doze mil quinientos e trez e doze mil quinientos e quatro. Já sendo perseguido o declarante e toda a sua familia desde mil novecentos e vinte e tres quando este foi delegado de policia, que a frente de oitenta jagunços com poucas praças da policia entrou nas fazendas "Brejo da Praxida e Lagõa do Peixe", carregando dali cerca de cinco a seis mil cabeças de ovelhas e cabras.

umas trez mil de gado vacum, sessenta
 e cinco de animais cavallares, quemana
 todas as casas, digo, quasi todas as casa
 dos proprietarios, agregados e vaqueiros da
 familia Amaral, fatos verificados na vi
 gencia do genitor do declarante, a quem
 o atual prefeito ambitionou os seus ha
 res, deixando-o nessa occasião somente
 com as terras já aludidas porque não
 as pode levar para Sento-Sé. Pelo es
 posto, sendo o declarante e seu irmão Tebas
 pequenos fazendeiros e agricultores e já
 conhecendo as más pretencões do atual
 prefeito fido e conhecido como ditador
 daquele municipio, viajou o declarante
 para Joazeiro á procura de seus advoga
 dores Possidio Coelho e Elisio Baribe
 por saber mesmo que o juiz daquela
 comarca de Sento-Sé - Bel João Pompili
 de Abreu Filho - deica de cumprir o que
 determina a Lei para fazer o que o pre
 feito manda, não lhe foi surpresa quan
 do em Joazeiro recebeu o seguinte telegra
 ma: Antonio Nunes - para Epaminonda
 Amaral - Joazeiro - Casa Nova de Xeséis
 de Maio de mil novecentose quarenta e seis.
 Recebemos mandado do juiz nos intiman
 do entregar terrenos e carnaubas pt. man
 de urgente advogado verificar caso pt.
 aguardo chegada advogado aqui vg. Se
 guiremos juntos Sento Sé fim poder
 comparecer Juizo pt. Tebas" que não
 estando em Joazeiro os advogados do de

o prefeito senhor Antonio Nunes Sento Sé por
 as suas ameaças e perseguições ao declara-
 rante e à sua família, toda vez que encon-
 tra agregados seus e pessoas das vizinhan-
 ças, mandando ameaça-los, e ainda mais
 em desrespeito à Legislação do Estado que
 criou o departamento de proteção de terras
 e natureza, dizendo abertamente que de
 nada valiam os títulos de domínio que o
 governo do Estado deu aos adquirentes por
 compra, assim como o delegado de terras
 doutor Carlos Moncorvo da Silva Pinto
 não fará medições de um só hectare de
 terra ali em Sento Sé, a não ser de acor-
 do com ele prefeito, porque de modo
 contrario ele não aceitará. Comprova
 perfeitamente ali não existe liberdade,
 nem clima democratico como o em que
 vivemos. Urge portanto as mais energí-
 cas providencias do Governo do Estado
 não só para as garantias particulares
 mas também para não ficar desmora-
 lisado um departamento de Estado com
 é a Secretaria da Agricultura pela sua
 seção de terras e minas prejudicando
 esse prefeito uma das fontes de renda
 do Estado, pois, com a nova lei de ter-
 ras, poucos são os condomínios de terreno
 que possuem as chamadas cadeias
 sucessorias, enquadrando portanto
 os que não nas possuem em obrigação
 de medição de terras pelo Estado.
 Por isso, julga-se o declarante e seu

irmão Tebas legítimos possuidores das
 áreas adquiridas por compra ao Estado,
 posto que jamais pensamos que o Estado
 fosse vender o que não possuía, sabendo
 pensamento diferente somente naquele
 prefeito porque é um homem que só anda
 fora da Lei. Nada mais havendo, man-
 dou a autoridade encerrar este termo qu-
 lido e achado conforme, - assina com o
 declarante e comigo Celso Machado,
 escrivão que o escrevi Valdemar Pereira
 Guimarães. Examinadas Faltas do
 Amaral." Era o que se continha em o
 aludido Termo fura aqui fielmente
 transcrito do seu proprio original ao
 qual me reporto e dou fé. Vai a presen-
 te certidão por mim fielmente transcri-
 ta, assinada, selada e rubricada, de-
 pois de conferida e concertada por um
 escrivão companheiro.

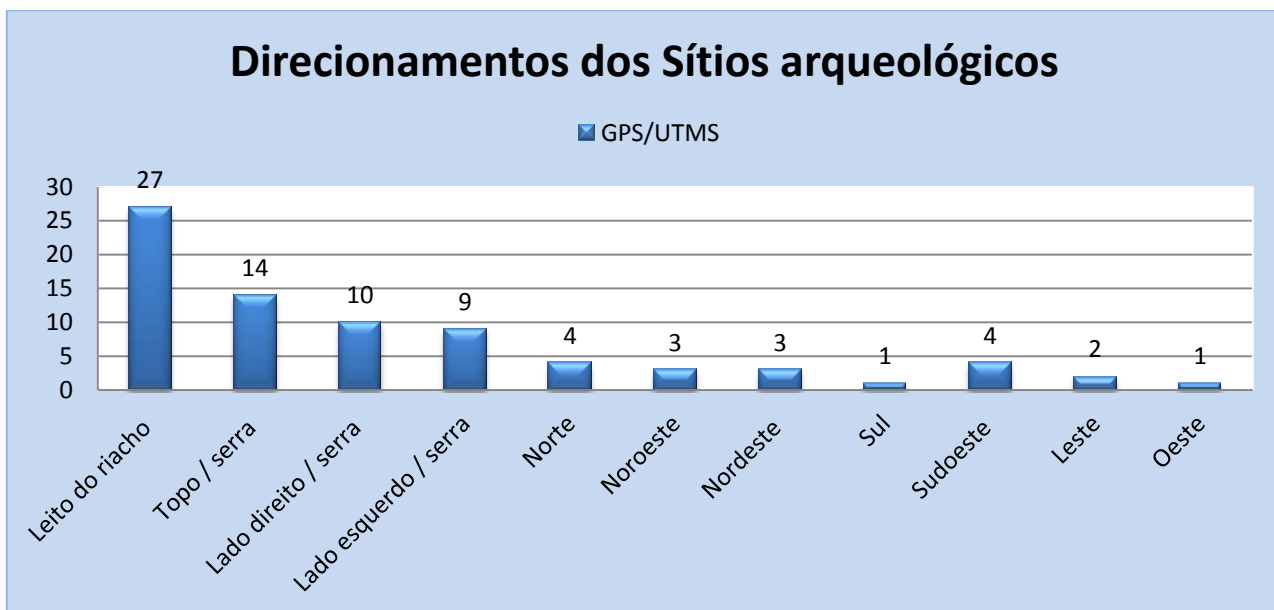
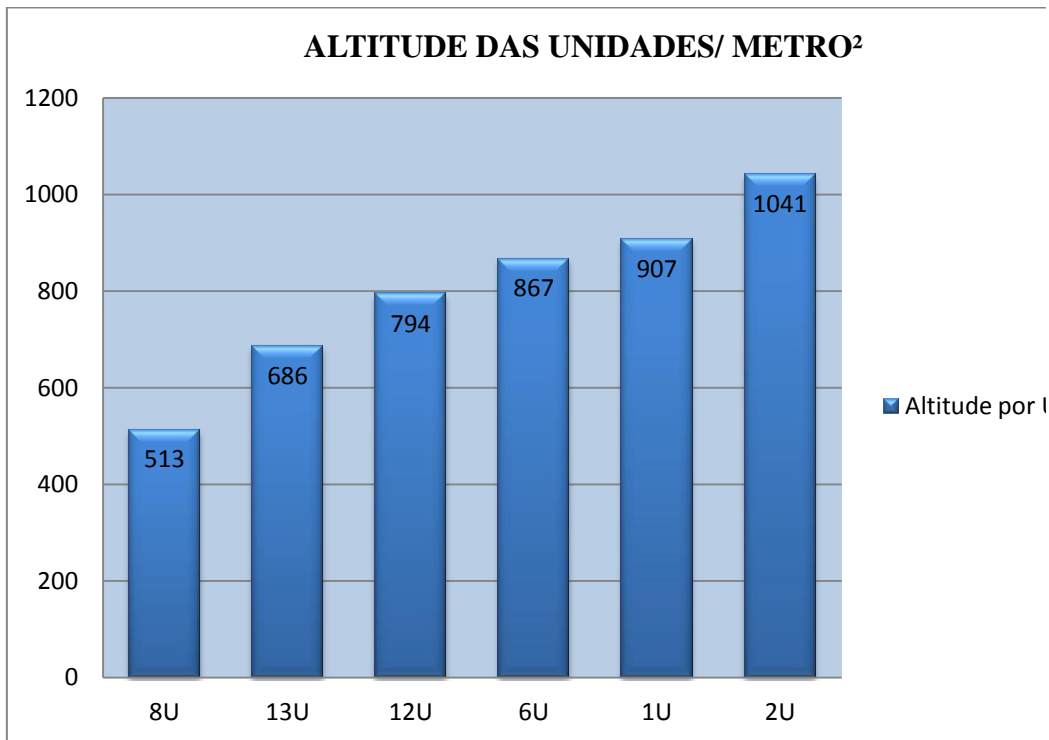
Bahia, 31 de Maio de 1946.

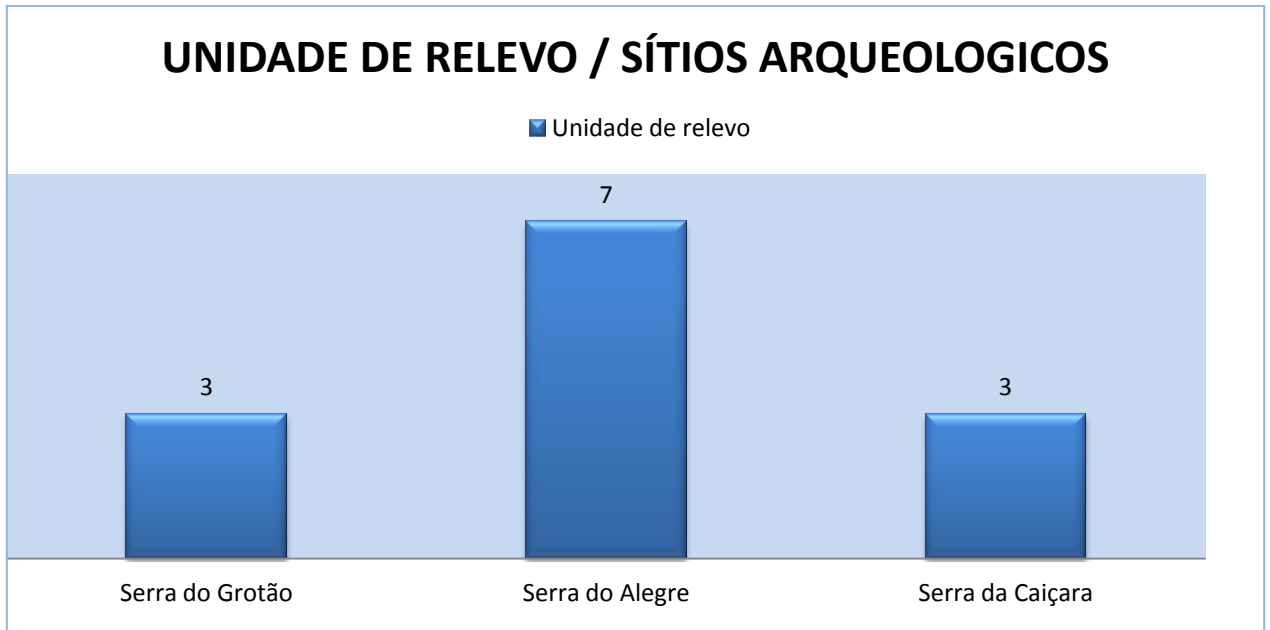


Tabela do levantamento georeferenciado dos sítios arqueológicos do povoado Brejo da Brásida fornecido pela comunidade.

Nº. 1	Zona	UTML	UTMN	Altitude	Local
1	24	213319	8862831	513m	Leito do riacho, jusante do boqueirão
2	24	213423	8863164	595m	Topo da serra, direita do boqueirão
3	24	213979	8862837	570m	Leito do riacho, montante do boqueirão
4	24	213730	8862705	574m	Topo da serra, esquerda do boqueirão
Nº. 2	Zona	UTML	UTMN	Altitude	Local
1	24	213979	8862837	570m	Leito do riacho, jusante do boqueirão
2	24	214758	8863118	772m	Topo da serra, direita do boqueirão
3	24	215070	8862376	615m	Leito do riacho, montante do boqueirão
4	24	214384	8862223	680m	Topo da serra, esquerda do boqueirão
Nº.3	Zona	UTML	UTMN	Altitude	Local
1	24	215070	8862376	615m	Leito do riacho, jusante do boqueirão
2	24	216278	8863075	814m	Topo da serra, direita do boqueirão
3	24	216822	8861659	700m	Leito do riacho, montante do boqueirão
4	24	215347	8861045	801m	Topo da serra, esquerda do boqueirão
Nº. 4	Zona	UTML	UTMN	Altitude	Local
1	24	215073	8860491	784 m	Ao norte do serrote
2	24	216212	8859590	907 m	Ao leste do serrote
3	24	215133	8858996	794 m	Ao sul do serrote
4	24	214466	8859306	858 m	Ao sudoeste do serrote
Nº.5	Zona	UTML	UTMN	Altitude	Local
1	24	214466	8859306	858 m	Ao noroeste do boqueirão
2	24	215133	8858996	794 m	Ao nordeste do boqueirão
3	24	214591	8858453	738 m	Ao sudeste do boqueirão
4	24	213991	8858703	818 m	Ao sudoeste do boqueirão
Nº. 6	Zona	UTML	UTMN	Altitude	Local
1	24	213991	8858703	818 m	Ao norte do boqueirão
2	24	214591	8858453	738 m	Ao nordeste do boqueirão
3	24	214092	8857831	658 m	Ao leste do boqueirão
4	24	214107	8857228	767 m	Ao sudeste do boqueirão
5	24	212533	8857188	588 m	Ao oeste do boqueirão
6	24	212250	8857626	644 m	Ao noroeste do boqueirão
Nº. 7	Zona	UTML	UTMN	Altitude	Local
1	24	214591	8858453	738 m	Ao norte do boqueirão
2	24	214685	8857017	782 m	No leito do riacho, à montante do boqueirão
3	24	214107	8857228	767 m	Ao sudoeste do boqueirão
4	24	214092	8857831	588 m	No leito do riacho, à jusante do boqueirão

Nº.8	Zona	UTML	UTMN	Altitude	Local
1	24	207446	8856724	512m	Leito do riacho
2	24	209147	8855843	730m	Topo da serra
3	24	209957	8855063	763m	Topo da serra
4	24	209649	8854455	794m	Topo da serra
5	24	208153	8854531	727m	Topo da serra
Nº.9	Zona	UTML	UTMN	Altitude	Local
1	24	211585	8857704	515 m	No leito do riacho, à jusante do boqueirão
2	24	212250	8857626	644 m	No lado direito do boqueirão
3	24	213907	8855728	659 m	No lado direito do boqueirão
4	24	213879	8855408	609 m	No leito do riacho, à montante do boqueirão
5	24	211146	8857127	726 m	No lado esquerdo do boqueirão
Nº.10	Zona	UTML	UTMN	Altitude	Local
1	24	220365	8857061	956 m	Ao norte do serrote
2	24	221508	8857823	1041 m	Ao nordeste do serrote
3	24	222377	8856102	1015 m	Ao sudeste do serrote
4	24	219660	8855237	867 m	Ao sudoeste do serrote
5	24	218990	8856587	987 m	Ao noroeste do serrote
Nº.11	Zona	UTML	UTMN	Altitude	Local
1	24	208343	8852129	654 m	Leito do riacho, jusante do boqueirão
2	24	208535	8852303	678 m	Topo da serra, ao norte do boqueirão
3	24	208767	8852371	672 m	Leito do riacho, montante do boqueirão
4	24	208823	8852236	675 m	Topo da serra, a sudeste do boqueirão
5	24	208665	8852102	703 m	Topo da serra, ao sul do boqueirão
Nº.12	Zona	UTML	UTMN	Altitude	Local
1	24	213979	8846038	647 m	No leito do riacho, à jusante do boqueirão
2	24	214628	8846644	759 m	No lado direito do boqueirão
3	24	216187	8846510	752 m	No lado direito do boqueirão
4	24	216215	8846238	686 m	No leito do riacho, à montante do boqueirão
5	24	216207	8845956	735 m	No lado esquerdo do boqueirão
6	24	214549	8845836	764 m	No lado esquerdo do boqueirão
Nº.13	Zona	UTML	UTMN	Altitude	Local
1	24	216215	8846238	686 m	No leito do riacho, à jusante do boqueirão
2	24	216187	8846510	752 m	No lado direito do boqueirão
3	24	219306	8846134	816 m	No lado direito do boqueirão
4	24	219305	8845433	822 m	No lado esquerdo do boqueirão
5	24	216207	8845956	735 m	No lado esquerdo do boqueirão





Brejo da Brásida - 13 boqueirões

Unidade de relevo: Serra do Grotão:3; Serra do Alegre:7 Serra da Caiçara:3

Grupo geológico: Chapada Diamantina

Unidade geológica : formação Morro do chapéu

- 1 Boqueirão do Riacho da Santana:
- 2 Boqueirão do Soem:
- 3 Boqueirão da Toca :
- 4 Serrote Pergentino :
- 5 Boqueirão da Imbaúba:
- 6 Boqueirão de Antônio Joaquim:
- 7 Boqueirão de João de França :
- 8 Boqueirão do Riacho das Minas:
- 9 Boqueirão dos Animais :
- 10 Boqueirão da Baixa da Caiçara :
- 11 Boqueirão da Floresta:
- 12 Boqueirão da Canoa:
- 13 Serrote dos Dois Irmãos

**APÊNDICE – CADASTROS DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO
POVOADO BREJO DA BRÁSIDA**

Caracterização e Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico Médio São Francisco

Ficha Cadastral

Nº.:

1 Caracterização:

- 1.1 **Feição de Relevo:** Boqueirão do Riacho da Santana
- 1.2 **Povoado:** Brejo da Brásida
- 1.3 **Município:** Sento Sé
- 1.4 **Estado:** Bahia
- 1.5 **Unidade de Relevo:** Serra do Grotão
- 1.6 **Grupo Geológico:** Chapada Diamantina
- 1.7 **Unidade Geológica:** Formação Morro do Chapéu.
- 1.8 **Vestígios Arqueológicos:** Pintura rupestre e vestígio histórico

2 Diagnóstico:

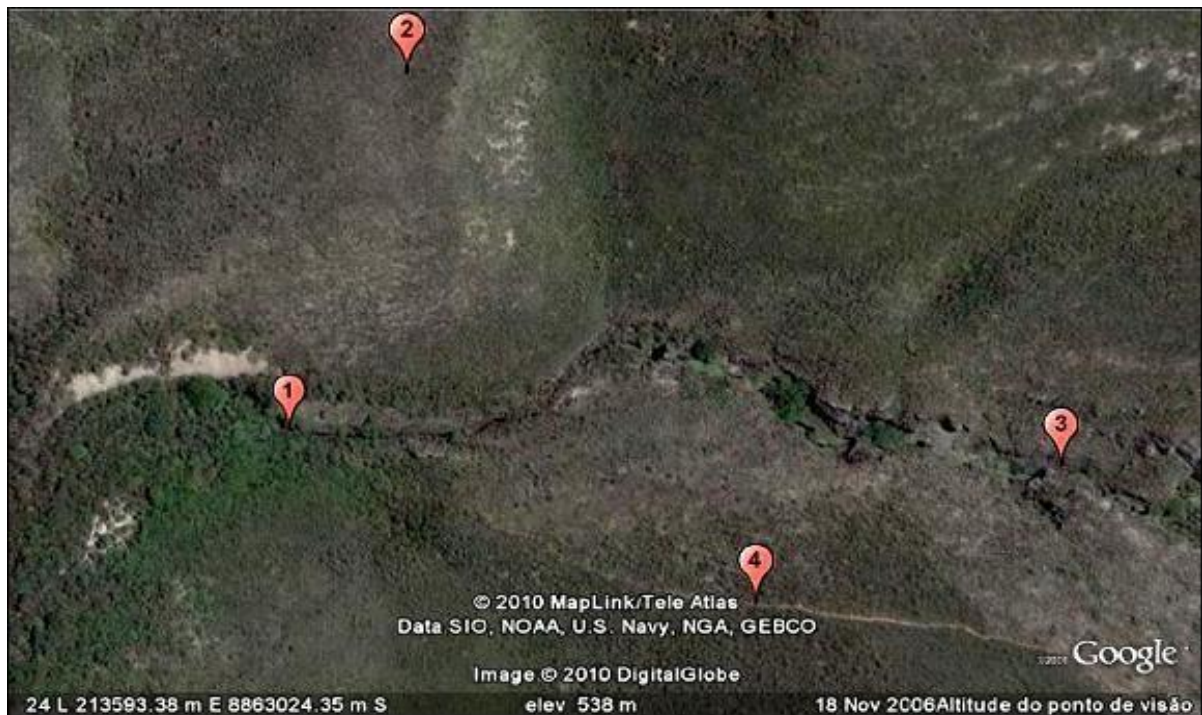
- 2.1 **Exploração econômica da área:** Caça, agricultura, garimpo, extração de madeira e pecuária.
- 2.2 **Situação dos vestígios arqueológicos:** As pinturas rupestres estão degradadas pelo vento, pelo sol, pela chuva, pichação, fogo e por raízes de plantas fixas no suporte.
- 2.3 **Coordenadas dos vértices do perímetro da área para proteção:**

Nº.	Zona	UTML	UTMN	Altitude	Local
01	24	213319	8862831	513m	Leito do riacho, jusante do boqueirão
02	24	213423	8863164	595m	Topo da serra, direita do boqueirão
03	24	213979	8862837	570m	Leito do riacho, montante do boqueirão
04	24	213730	8862705	574m	Topo da serra, esquerda do boqueirão

2.55 Sítio arqueológico: Sem pesquisas

Pesquisador: Celito Kesting

Guia: Sidney Martins Ribeiro



Vértices do perímetro da área para proteção do patrimônio arqueológico



Vista parcial do boqueirão



Vista parcial do boqueirão



Pichação



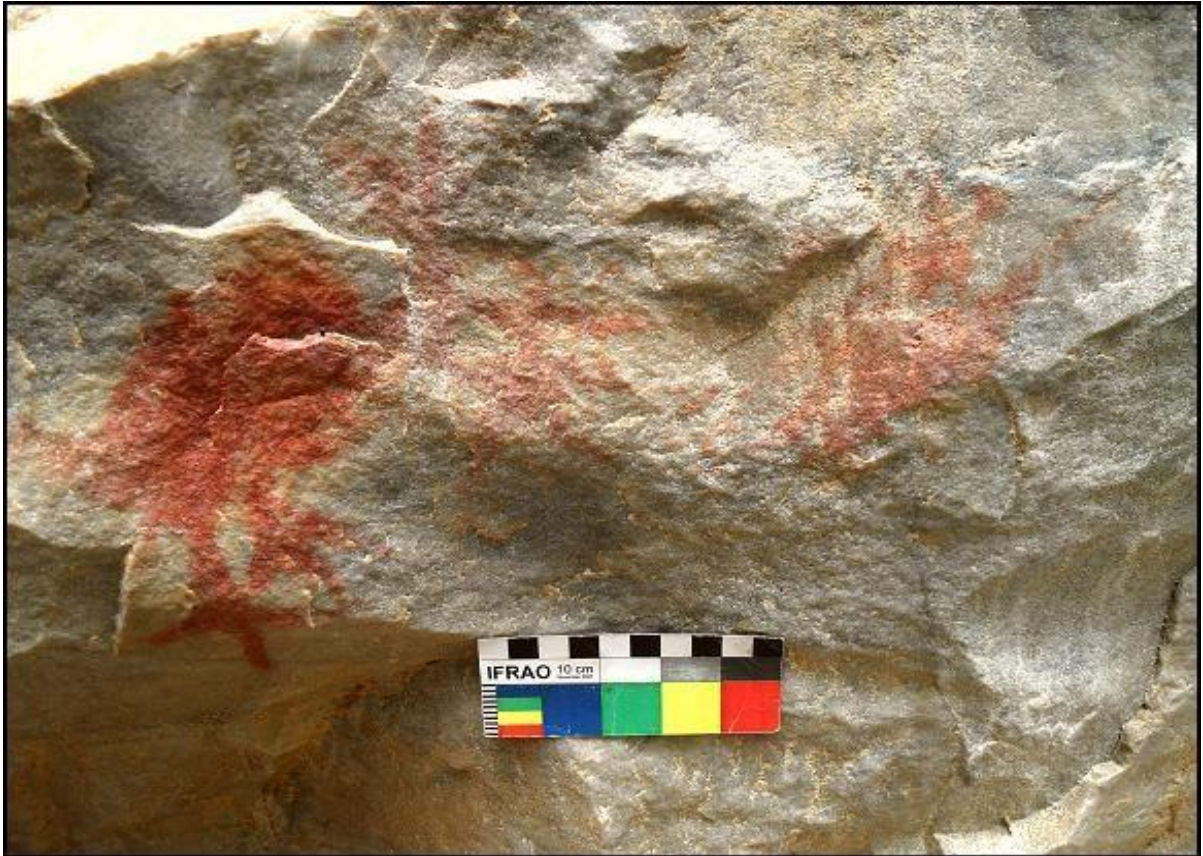
Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre



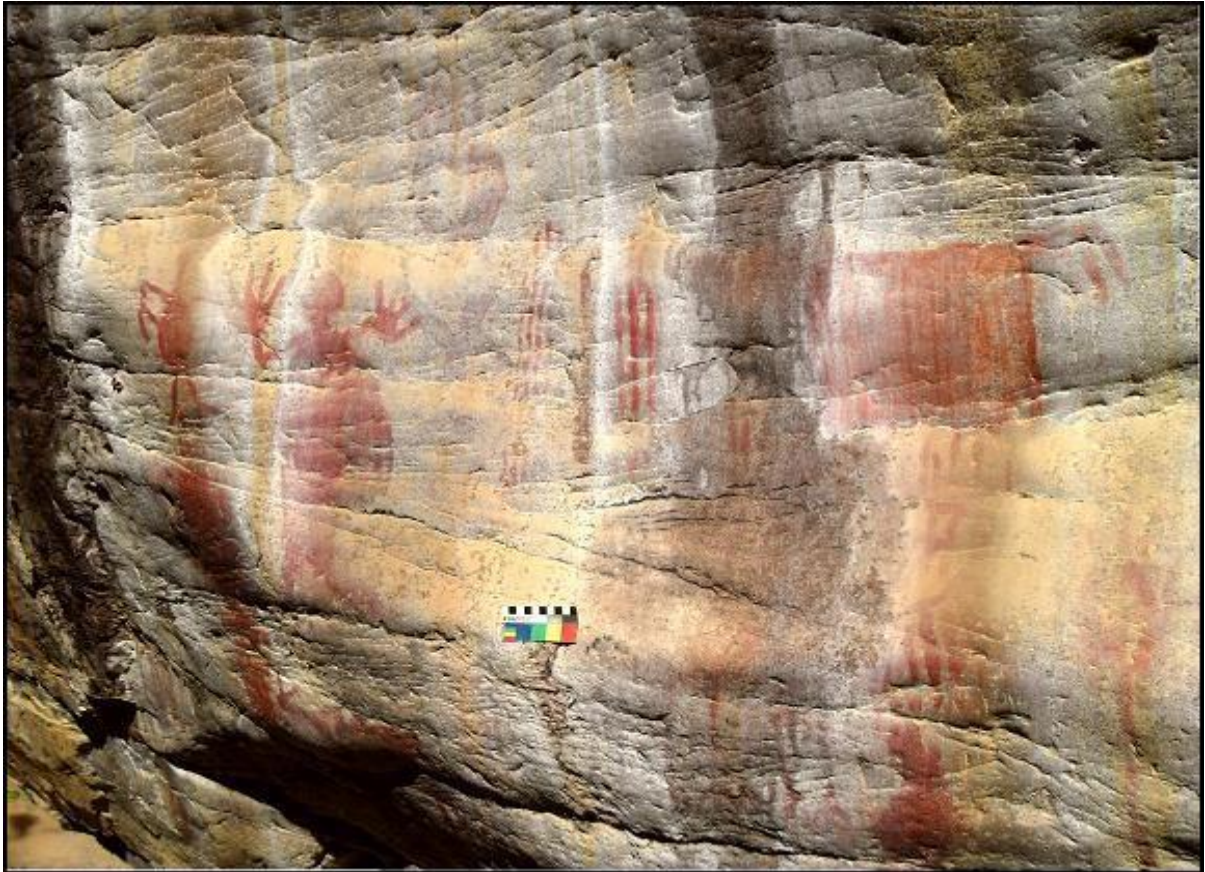
Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre

Caracterização e Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico Médio São Francisco

Ficha Cadastral

Nº.:

1 Caracterização:

- 1.1 **Feição de Relevo:** Boqueirão do Soem
- 1.2 **Povoado:** Brejo da Brásida
- 1.3 **Município:** Sento Sé
- 1.4 **Estado:** Bahia
- 1.5 **Unidade de Relevo:** Serra do Grotão
- 1.6 **Grupo Geológico:** Chapada Diamantina
- 1.7 **Unidade Geológica:** Formação Morro do Chapéu
- 1.8 **Vestígios Arqueológicos:** Pintura rupestre, cerâmica e vestígio histórico

2 Diagnóstico:

- 2.1 **Exploração econômica da área:** Caça, agricultura, garimpo, extração de madeira e pecuária.
- 2.2 **Situação dos vestígios arqueológicos:** As pinturas rupestres estão degradadas pelo vento, pelo sol, pela chuva, pichação, fogo e por raízes de plantas fixas no suporte.
- 2.3 **Coordenadas dos vértices do perímetro da área para proteção:**

Nº.	Zona	UTML	UTMN	Altitude	Local
01	24	213979	8862837	570m	Leito do riacho, jusante do boqueirão
02	24	214758	8863118	772m	Topo da serra, direita do boqueirão
03	24	215070	8862376	615m	Leito do riacho, montante do boqueirão
04	24	214384	8862223	680m	Topo da serra, esquerda do boqueirão

2.56 Sítio arqueológico: Sem pesquisas

Pesquisador: Celito Kesting

Guia: Sidney Martins Ribeiro



Vértices do perímetro da área para proteção do patrimônio arqueológico



Vista parcial do boqueirão



Vista parcial do boqueirão



Cultivo de bananeiras



Lagarta de fogo



Pichação



Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre

Caracterização e Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico Médio São Francisco

Ficha Cadastral

Nº.:

1 Caracterização:

- 1.1 **Feição de Relevo:** Boqueirão da Toca
- 1.2 **Povoado:** Brejo da Brásida
- 1.3 **Município:** Sento Sé
- 1.4 **Estado:** Bahia
- 1.5 **Unidade de Relevo:** Serra do Grotão
- 1.6 **Grupo Geológico:** Chapada Diamantina
- 1.7 **Unidade Geológica:** Formação Morro do Chapéu
- 1.8 **Vestígios Arqueológicos:** Pintura rupestre e vestígio histórico

2 Diagnóstico:

- 2.1 **Exploração econômica da área:** Caça, agricultura, garimpo, extração de madeira e pecuária.
- 2.2 **Situação dos vestígios arqueológicos:** As pinturas rupestres estão degradadas pelo vento, pelo sol, pela chuva, pichação, fogo e por raízes de plantas fixas no suporte.
- 2.3 **Coordenadas dos vértices do perímetro da área para proteção:**

Nº.	Zona	UTML	UTMN	Altitude	Local
01	24	215070	8862376	615m	Leito do riacho, jusante do boqueirão
02	24	216278	8863075	814m	Topo da serra, direita do boqueirão
03	24	216822	8861659	700m	Leito do riacho, montante do boqueirão
04	24	215347	886 5	801m	Topo da serra, esquerda do boqueirão

2.57 Sítio arqueológico: Sem pesquisas

Pesquisador: Celito Kesting

Guia: Sidney Martins Ribeiro



Vértices do perímetro da área para proteção do patrimônio arqueológico



Vista parcial do boqueirão



Fonte de água permanente no boqueirão



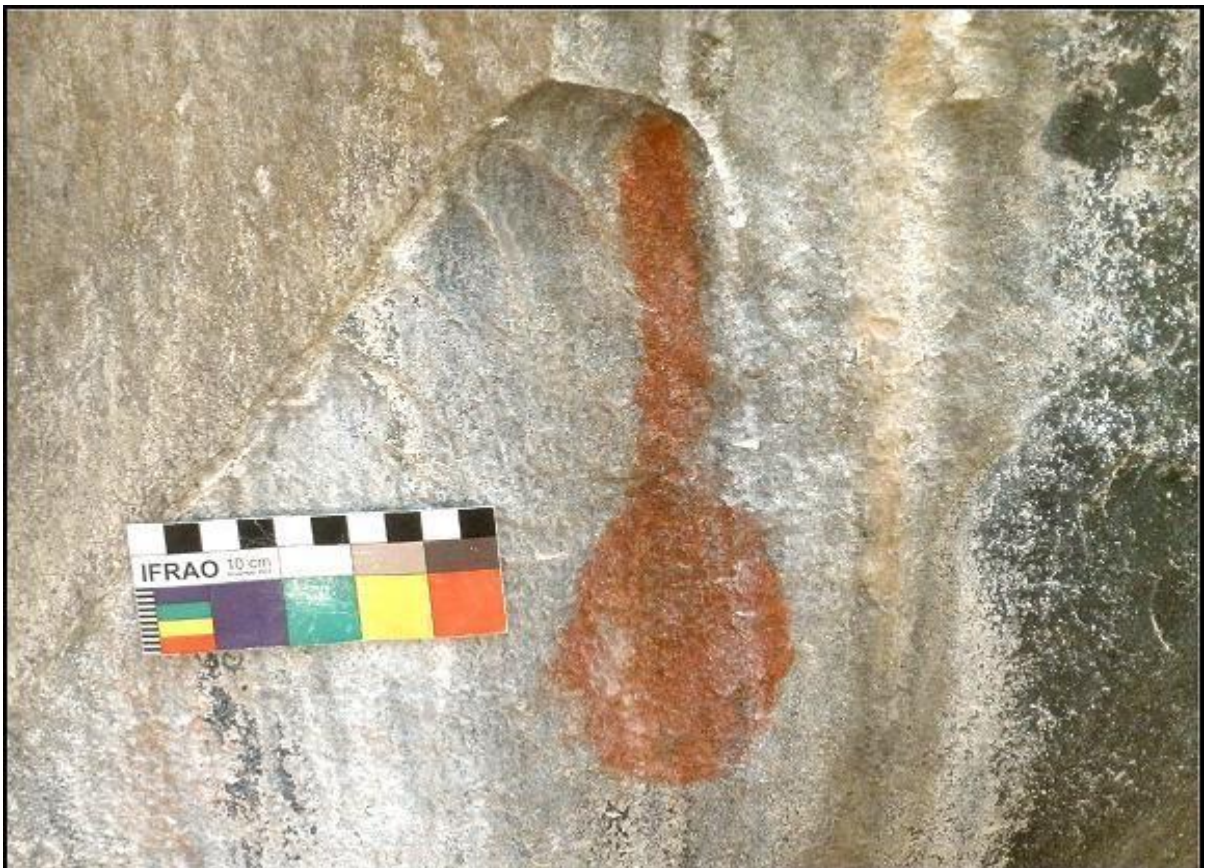
Abrigo sob rocha com painéis de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre

Caracterização e Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico Médio São Francisco

Ficha Cadastral

Nº.:

1 Caracterização:

- 1.1 **Feição de Relevo:** Serrote do Pergentino
- 1.2 **Povoado:** Brejo da Brásida
- 1.3 **Município:** Sento Sé
- 1.4 **Estado:** Bahia
- 1.5 **Unidade de Relevo:** Serra do Alegre
- 1.6 **Grupo Geológico:** Chapada Diamantina
- 1.7 **Unidade Geológica:** Formação Morro do Chapéu
- 1.8 **Vestígios Arqueológicos:** Pintura rupestre

2 Diagnóstico:

- 2.1 **Exploração econômica da área:** Pecuária, caça, garimpo e extração de madeira.
- 2.2 **Situação dos vestígios arqueológicos:** As pinturas rupestres estão sendo degradadas pela exposição ao vento, ao sol e à chuva, por insetos, fezes e urina de mocó, deslocamento, salitre, fogo e raízes de plantas fixas no suporte.
- 2.3 **Coordenadas dos vértices do perímetro da área para proteção:**

Nº.	Zona	UTML	UTMN	Altitude	Local
01	24	215073	8860491	784 m	Ao norte do serrote
02	24	216212	8859590	907 m	Ao leste do serrote
03	24	215133	8858996	794 m	Ao sul do serrote
04	24	214466	8859306	858 m	Ao sudoeste do serrote

2.58 Sítio arqueológico: Sem pesquisas

Pesquisador: Celito Kesting

Guia: Sidney Martins Ribeiro



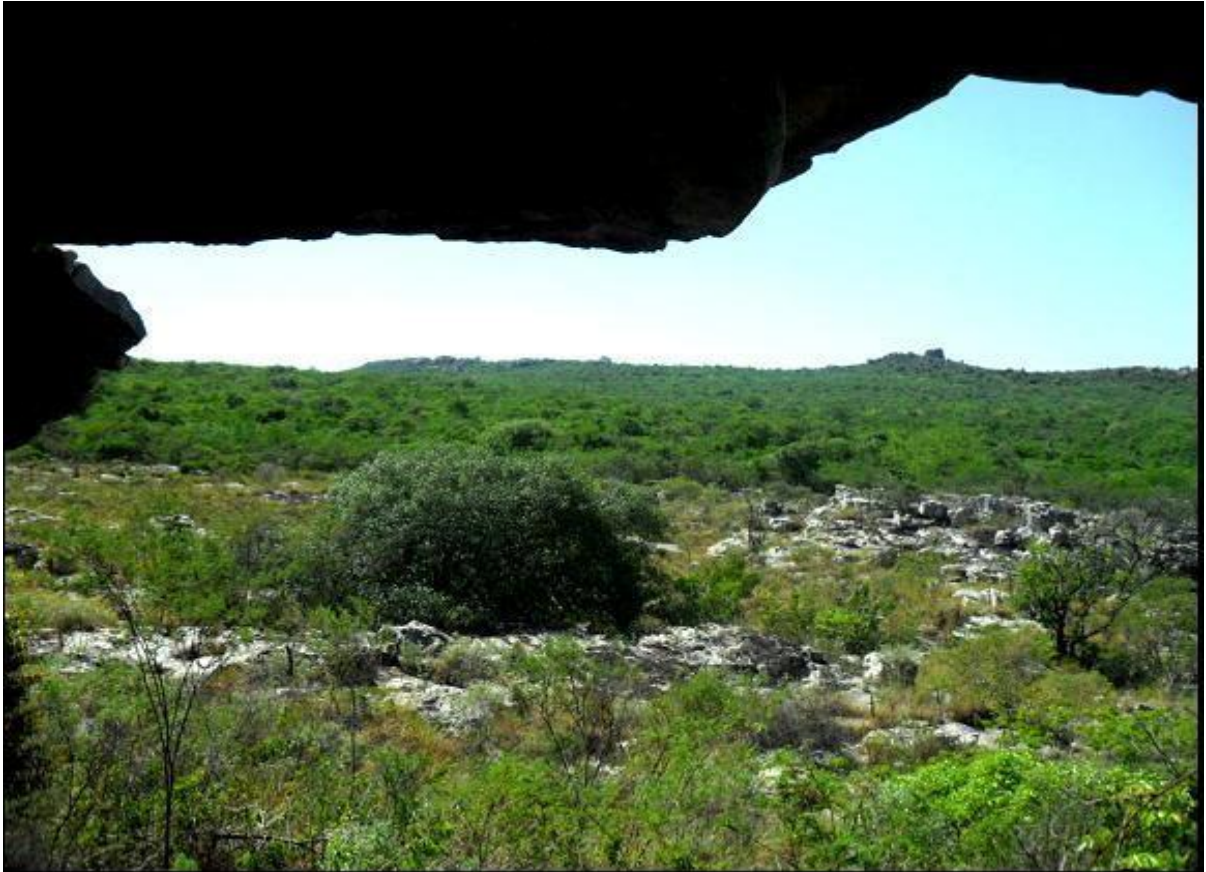
Vértices do perímetro da área para proteção do patrimônio arqueológico



Vista parcial do serrote



Vista parcial do serrote



Vista parcial do serrote



Abrigo com paredes chamuscadas



Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre



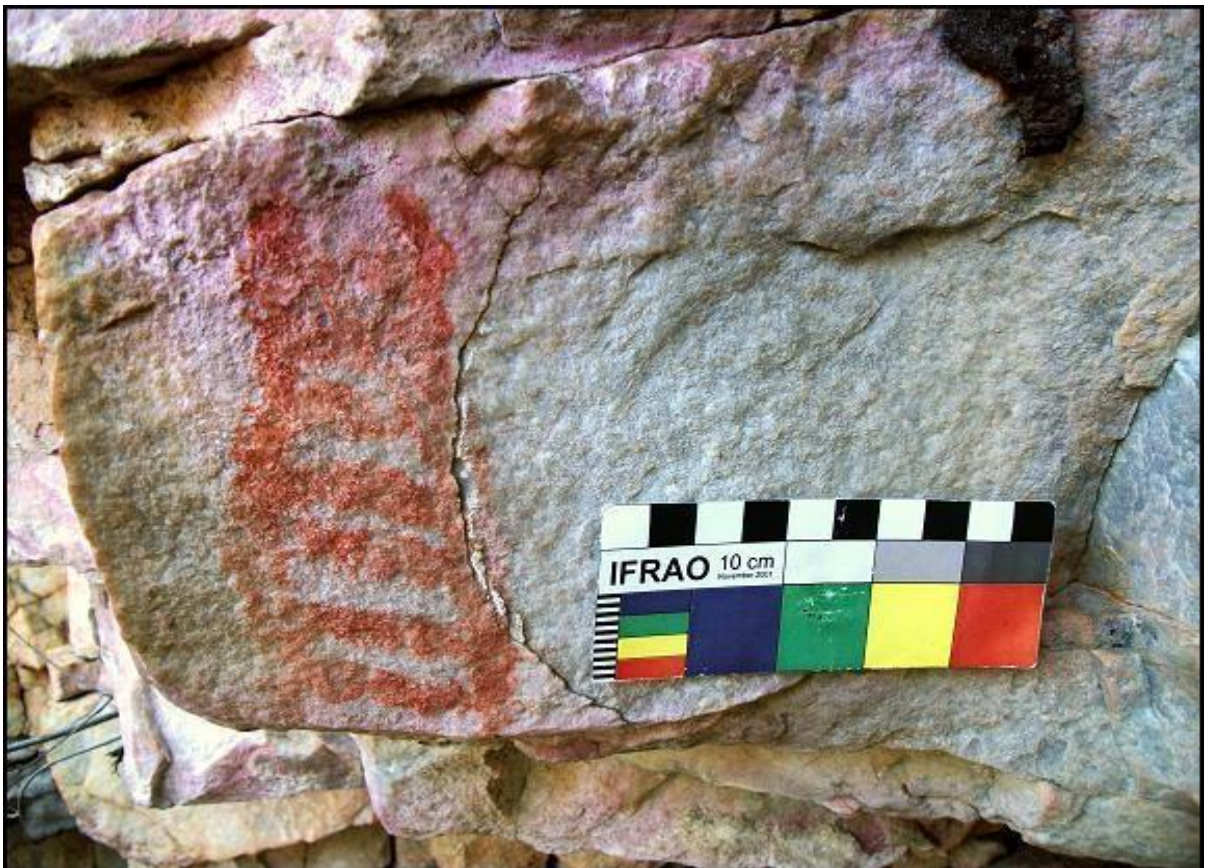
Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre

Caracterização e Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico Médio São Francisco

Ficha Cadastral

Nº.:

1 Caracterização:

- 1.1 **Feição de Relevo:** Boqueirão da Canoa
- 1.2 **Povoado:** Brejo da Brásida
- 1.3 **Município:** Sento Sé
- 1.4 **Estado:** Bahia
- 1.5 **Unidade de Relevo:** Serra do Alegre
- 1.6 **Grupo Geológico:** Chapada Diamantina
- 1.7 **Unidade Geológica:** Formação Morro do Chapéu
- 1.8 **Vestígios Arqueológicos:** Pintura rupestre

2 Diagnóstico:

- 2.1 **Exploração econômica da área:** Pecuária, caça, garimpo e extração de madeira.
- 2.2 **Situação dos vestígios arqueológicos:** As pinturas rupestres estão sendo degradadas pela exposição ao vento, ao sol e à chuva, por insetos, fezes e urina de mocó, deslocamento, salitre, fogo e raízes de plantas fixas no suporte.
- 2.3 **Coordenadas dos vértices do perímetro da área para proteção:**

Nº.	Zona	UTML	UTMN	Altitude	Local
01	24	214466	8859306	858 m	Ao noroeste do boqueirão
02	24	215133	8858996	794 m	Ao nordeste do boqueirão
03	24	214591	8858453	738 m	Ao sudeste do boqueirão
04	24	213991	8858703	818 m	Ao sudoeste do boqueirão

2.59 Sítio arqueológico: Sem pesquisas

Pesquisador: Celito Kesting

Guia: Sidney Martins Ribeiro



Vértices do perímetro da área para proteção do patrimônio arqueológico



Vista parcial do boqueirão



Vista parcial do boqueirão



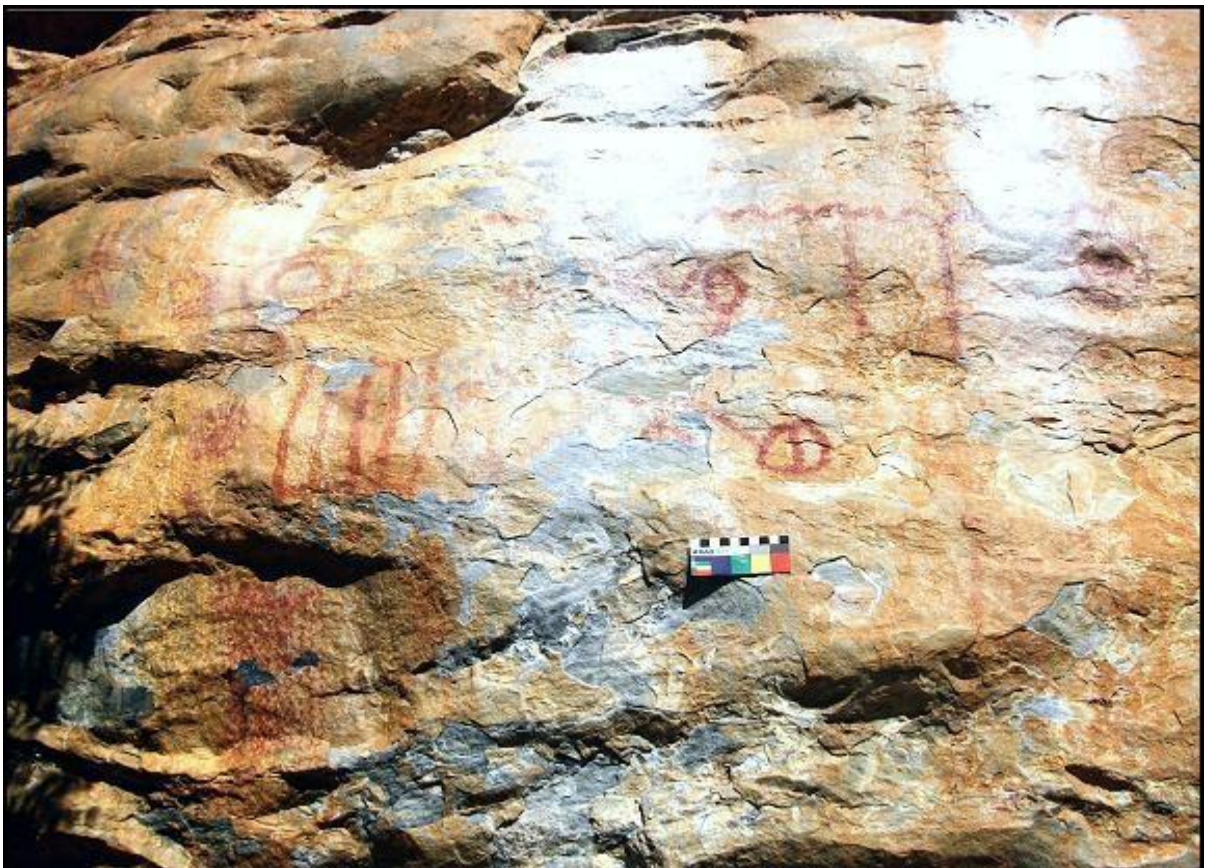
Espécime rara compoendo a flora local



Musgos



Painel de pintura rupestre



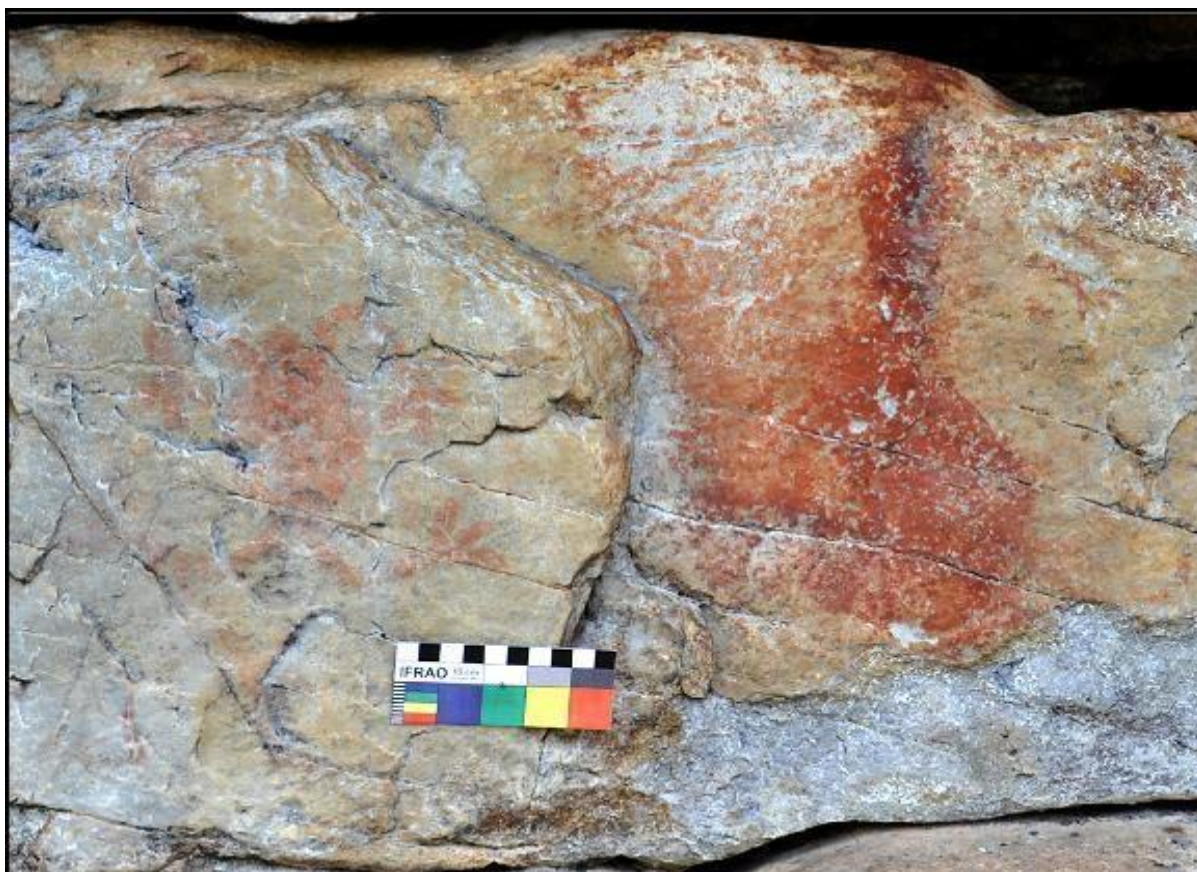
Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre

Caracterização e Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico Médio São Francisco

Ficha Cadastral

Nº.:

1 Caracterização:

- 1.1 **Feição de Relevo:** Boqueirão da Imbaúba
- 1.2 **Povoado:** Brejo da Brásida
- 1.3 **Município:** Sento Sé
- 1.4 **Estado:** Bahia
- 1.5 **Unidade de Relevo:** Serra do Alegre
- 1.6 **Grupo Geológico:** Chapada Diamantina
- 1.7 **Unidade Geológica:** Formação Morro do Chapéu
- 1.8 **Vestígios Arqueológicos:** Pintura rupestre e vestígio histórico

2 Diagnóstico:

- 2.1 **Exploração econômica da área:** Agricultura, pecuária, caça, garimpo e extração de madeira.
- 2.2 **Situação dos vestígios arqueológicos:** As pinturas rupestres estão sendo degradadas pela exposição ao vento, ao sol e à chuva, por insetos, fezes e urina de mocó, deslocamento, salitre, fogo, pichação e raízes de plantas fixas no suporte.
- 2.3 **Coordenadas dos vértices do perímetro da área para proteção:**

Nº.	Zona	UTML	UTMN	Altitude	Local
01	24	213991	8858703	818 m	Ao norte do boqueirão
02	24	214591	8858453	738 m	Ao nordeste do boqueirão
03	24	214092	8857831	658 m	Ao leste do boqueirão
04	24	214	8857228	767 m	Ao sudeste do boqueirão
05	24	212533	8857188	588 m	Ao oeste do boqueirão
06	24	212250	8857626	644 m	Ao noroeste do boqueirão

2.60 Sítio arqueológico: Sem pesquisas

Pesquisador: Celito Kesting

Guia: Sidney Martins Ribeiro



Vértices do perímetro da área para proteção do patrimônio arqueológico



Vista parcial do boqueirão



Cultivo de bananeiras



Fonte de água permanente



Restos do forno de um antigo engenho de açúcar



Moenda do antigo engenho de açúcar



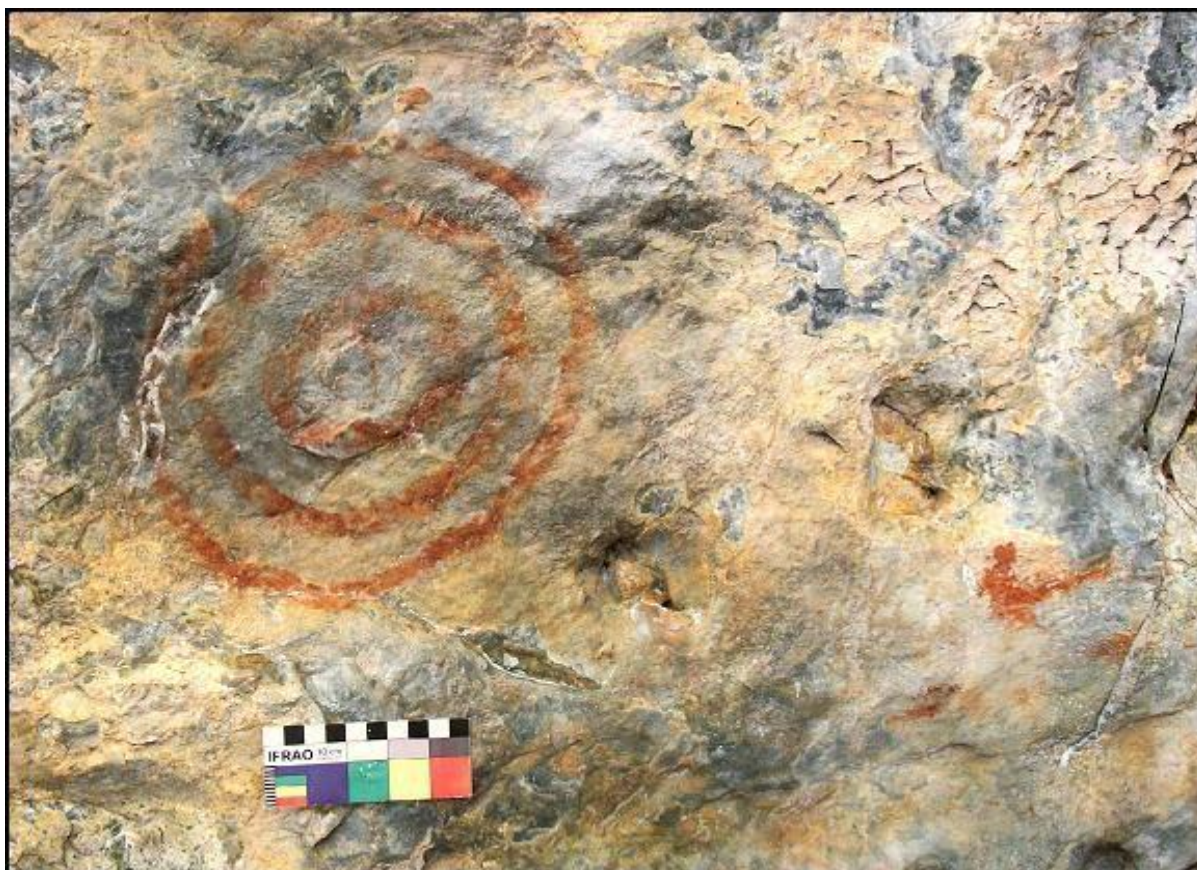
Vestígios de um plantio de maconha



Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre

Caracterização e Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico Médio São Francisco

Ficha Cadastral

Nº.:

1 Caracterização:

- 1.1 **Feição de Relevo:** Boqueirão do Antônio Joaquim
- 1.2 **Povoado:** Brejo da Brásida
- 1.3 **Município:** Sento Sé
- 1.4 **Estado:** Bahia
- 1.5 **Unidade de Relevo:** Serra do Alegre
- 1.6 **Grupo Geológico:** Chapada Diamantina
- 1.7 **Unidade Geológica:** Formação Morro do Chapéu
- 1.8 **Vestígios Arqueológicos:** Pintura rupestre

2 Diagnóstico:

- 2.1 **Exploração econômica da área:** Agricultura, pecuária, caça, garimpo e extração de madeira.
- 2.2 **Situação dos vestígios arqueológicos:** As pinturas rupestres estão sendo degradadas pela exposição ao vento, ao sol e à chuva, fogo e raízes de plantas fixas no suporte.
- 2.3 **Coordenadas dos vértices do perímetro da área para proteção:**

Nº.	Zona	UTML	UTMN	Altitude	Local
01	24	214591	8858453	738 m	Ao norte do boqueirão
02	24	214685	8857017	782 m	No leito do riacho, à montante do boqueirão
03	24	214	8857228	767 m	Ao sudoeste do boqueirão
04	24	214092	8857831	6588 m	No leito do riacho, à jusante do boqueirão

2.61 Sítio arqueológico: Sem pesquisas

Pesquisador: Celito Kesting

Guia: Sidney Martins Ribeiro



Vértices do perímetro da área para proteção do patrimônio arqueológico



Vista parcial do boqueirão



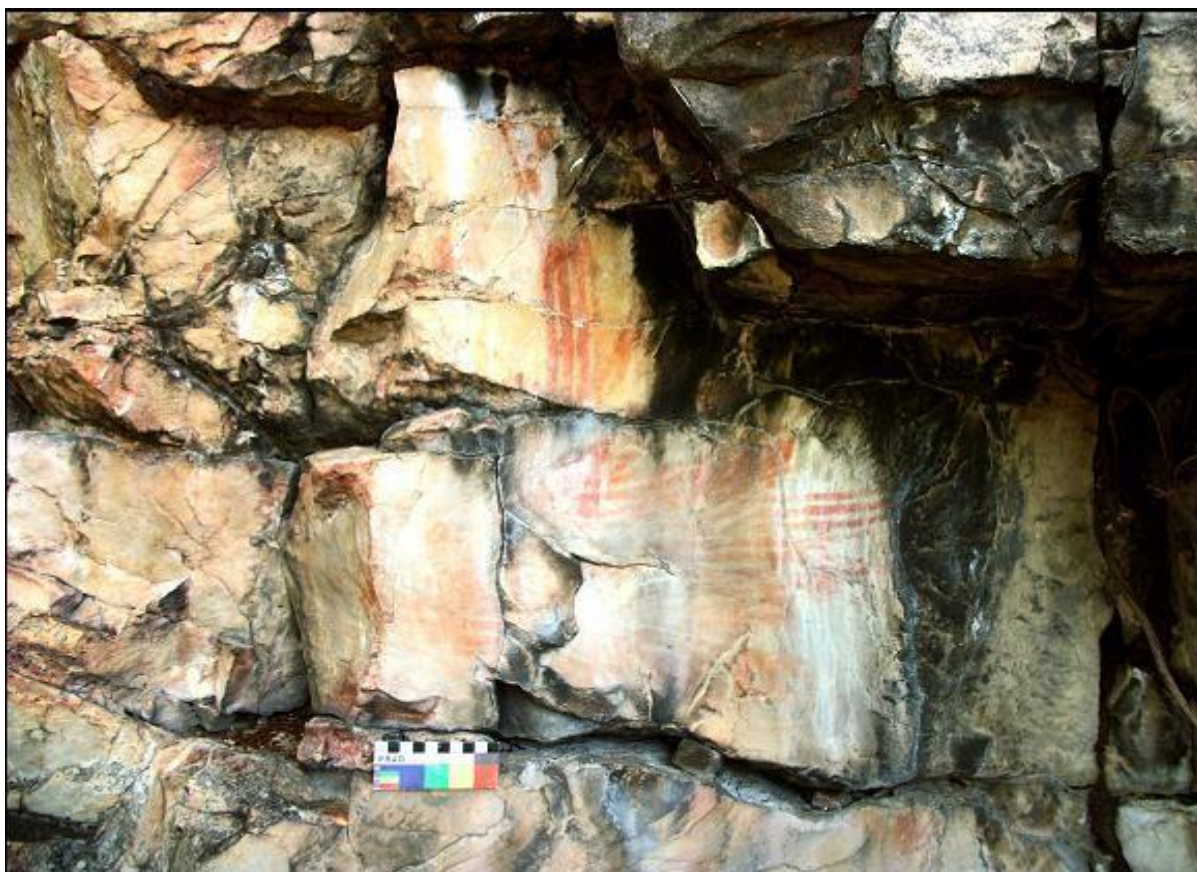
Fonte de água permanente



Vestígios de plantio de maconha



Resto do adubo utilizado no plantio da maconha



Painel de pintura rupestre danificado pelo fogo



Resto de um painel de pintura rupestre danificado pelo fogo

Caracterização e Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico Médio São Francisco

Ficha Cadastral

Nº.:

1 Caracterização:

- 1.1 **Feição de Relevo:** Boqueirão do João de França
- 1.2 **Povoado:** Brejo da Brásida
- 1.3 **Município:** Sento Sé
- 1.4 **Estado:** Bahia
- 1.5 **Unidade de Relevo:** Serra da Caiçara
- 1.6 **Grupo Geológico:** Chapada Diamantina
- 1.7 **Unidade Geológica:** Formação Morro do Chapéu
- 1.8 **Vestígios Arqueológicos:** Pintura rupestre e vestígio histórico

2 Diagnóstico:

- 2.1 **Exploração econômica da área:** Pecuária, garimpo, caça e extração de madeira.
- 2.2 **Situação dos vestígios arqueológicos:** As pinturas rupestres estão degradadas pelo vento, pelo sol, por insetos, pela chuva, por fogo e por raízes de plantas fixas no suporte.
- 2.3 **Coordenadas dos vértices do perímetro da área para proteção:**

Nº.	Zona	UTML	UTMN	Altitude	Local
01	24	207446	8856724	512m	Leito do riacho
02	24	209147	8855843	730m	Topo da serra
03	24	209957	8855063	763m	Topo da serra
04	24	209649	8854455	794m	Topo da serra
05	24	208153	8854531	727m	Topo da serra

2.29 Sítio arqueológico: Sem pesquisas

Pesquisador: Celito Kesting

Guia: Sidney Martins Ribeiro



Vértices do perímetro da área para proteção do patrimônio arqueológico



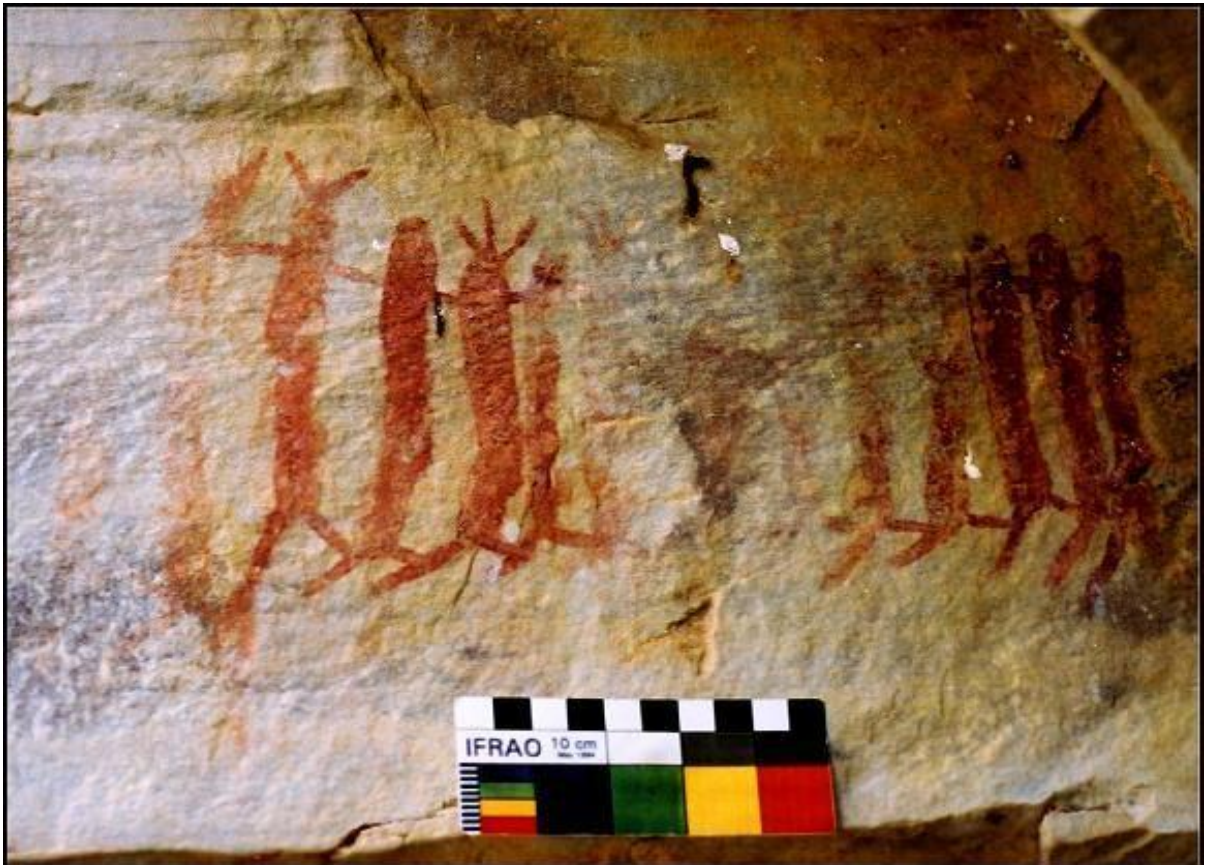
7 - Vista parcial do boqueirão



Estrutura construída para armazenar água pluvial para apoio ao garimpo



Vestígio de fogo



Painel de pintura rupestre com grafismos da Tradição Nordeste



Painel de pintura rupestre com grafismos da Tradição Nordeste



Painel de pintura rupestre com grafismo da Tradição Nordeste



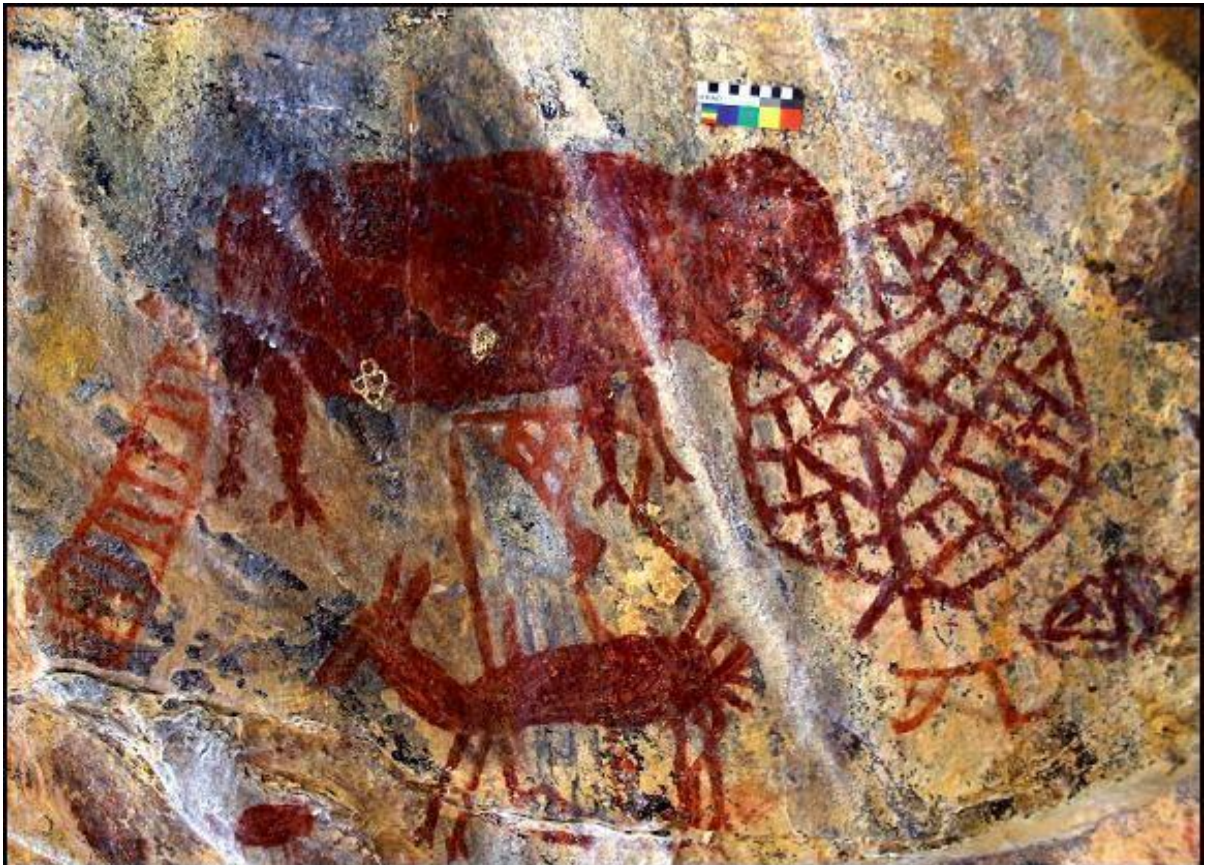
Painel de pintura rupestre



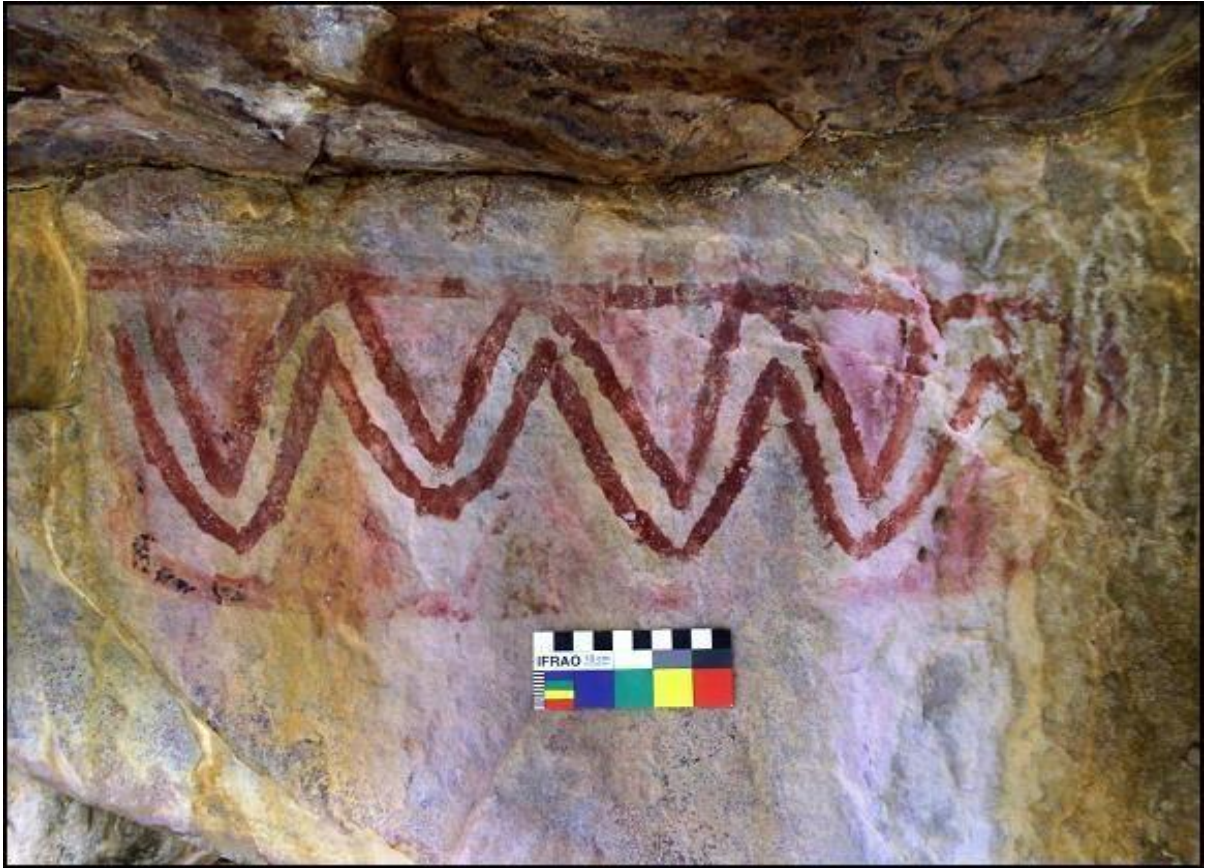
Painel de pintura rupestre



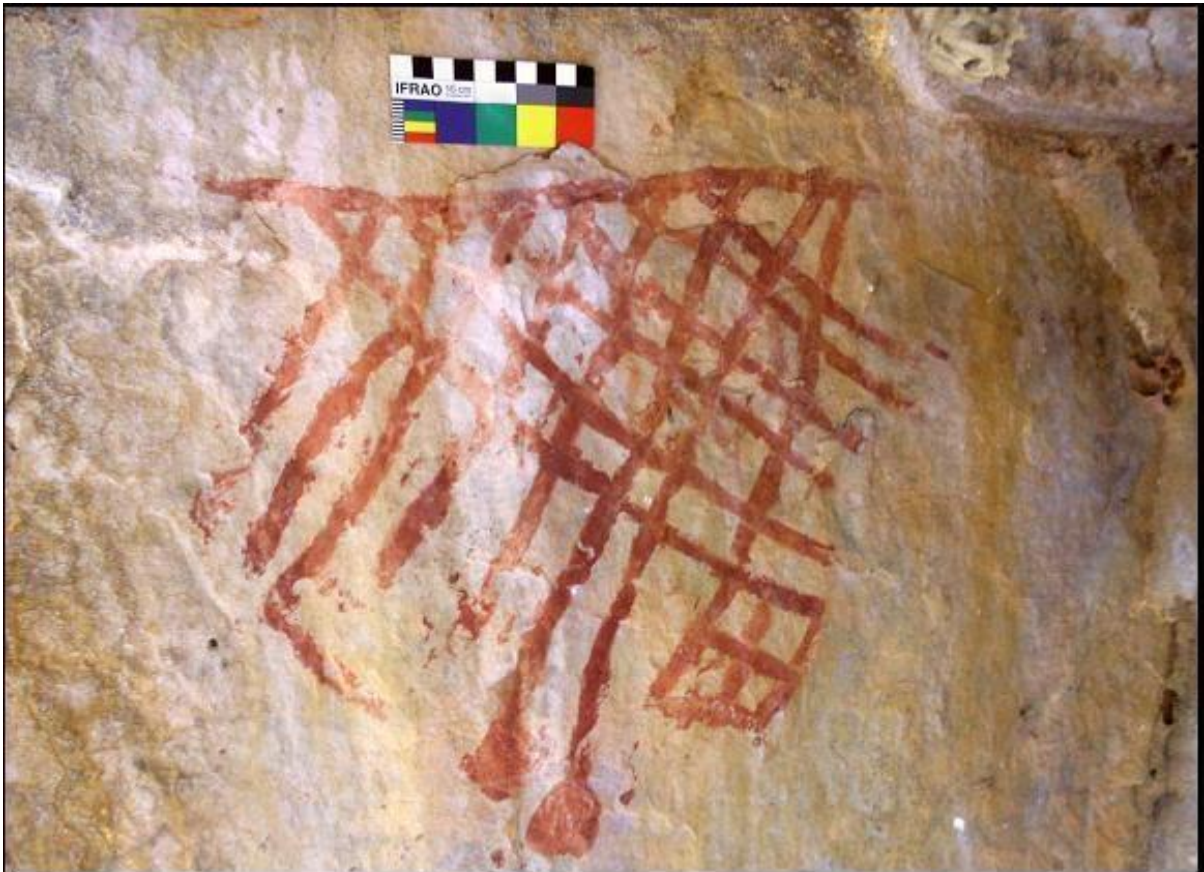
Painel de pintura rupestre



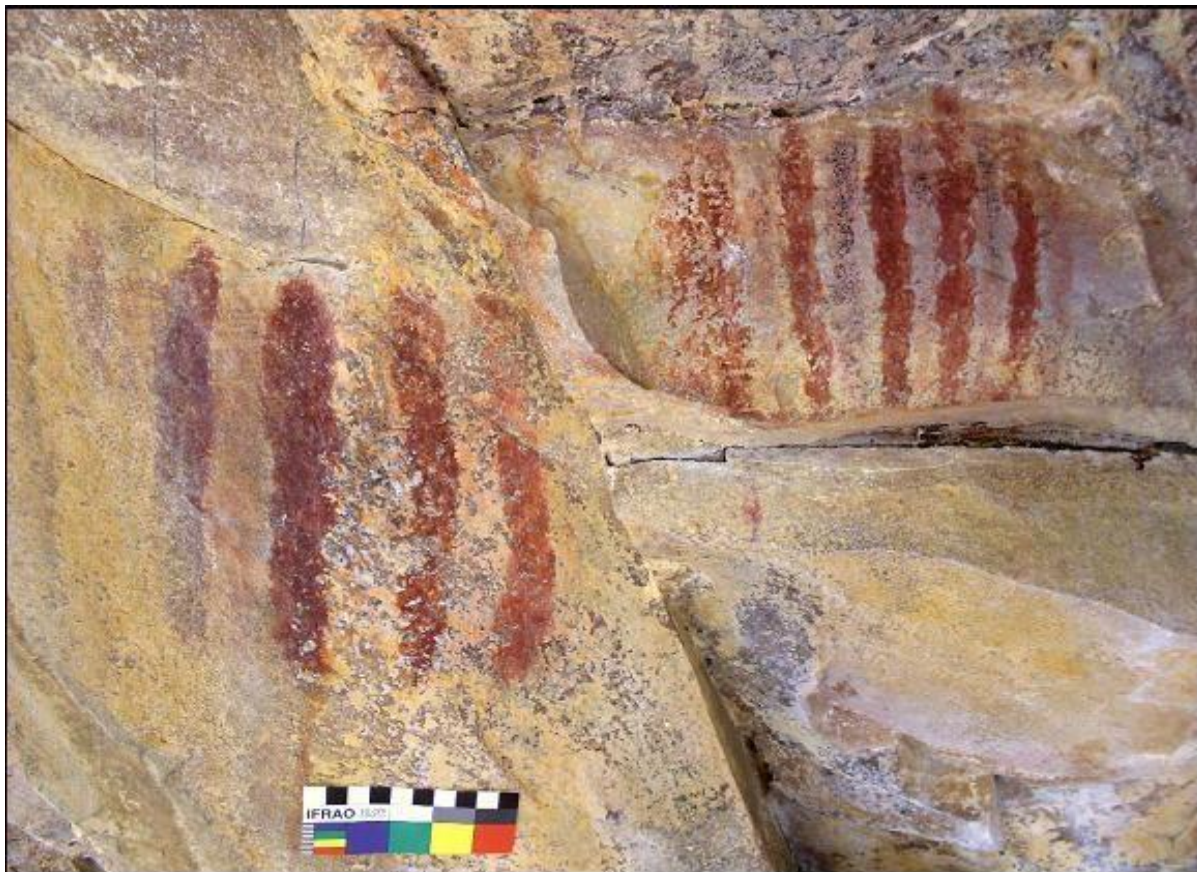
Painel de pintura rupestre



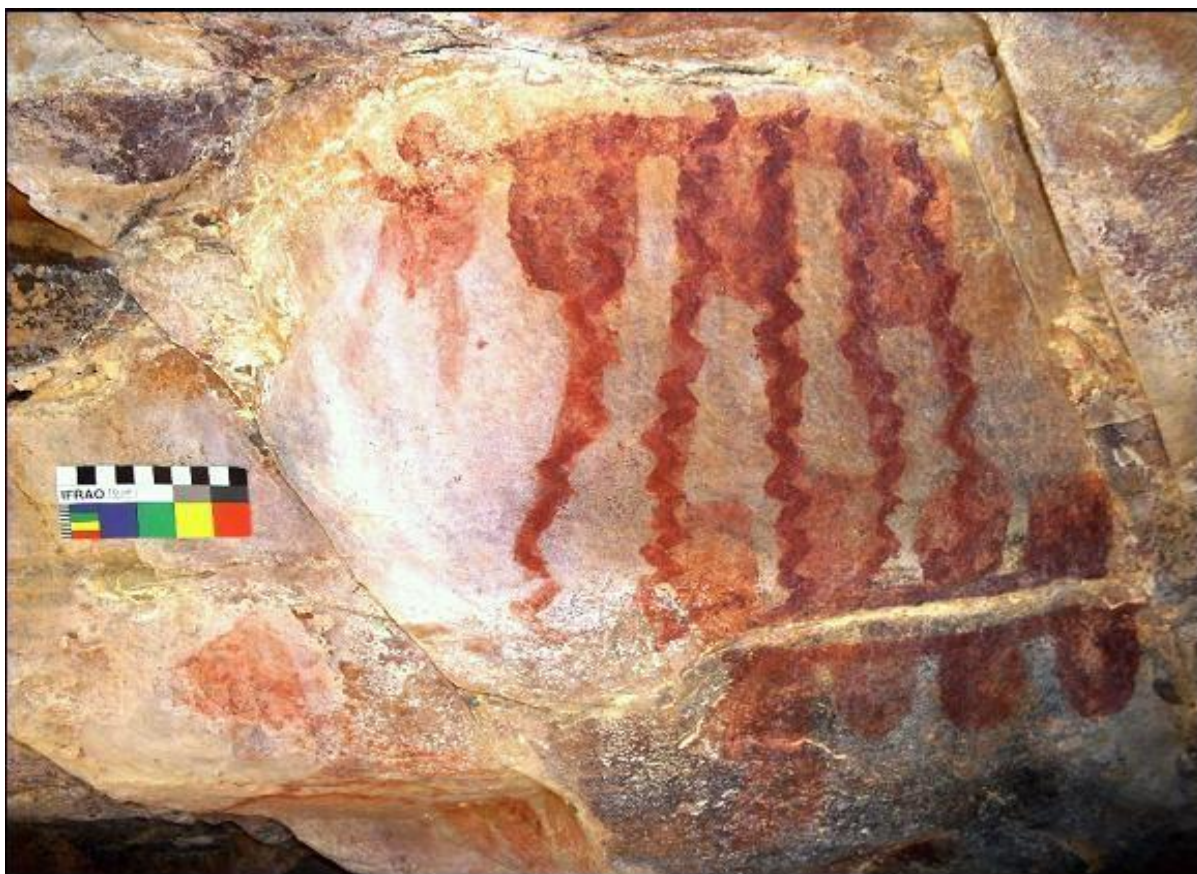
Painel de pintura rupestre



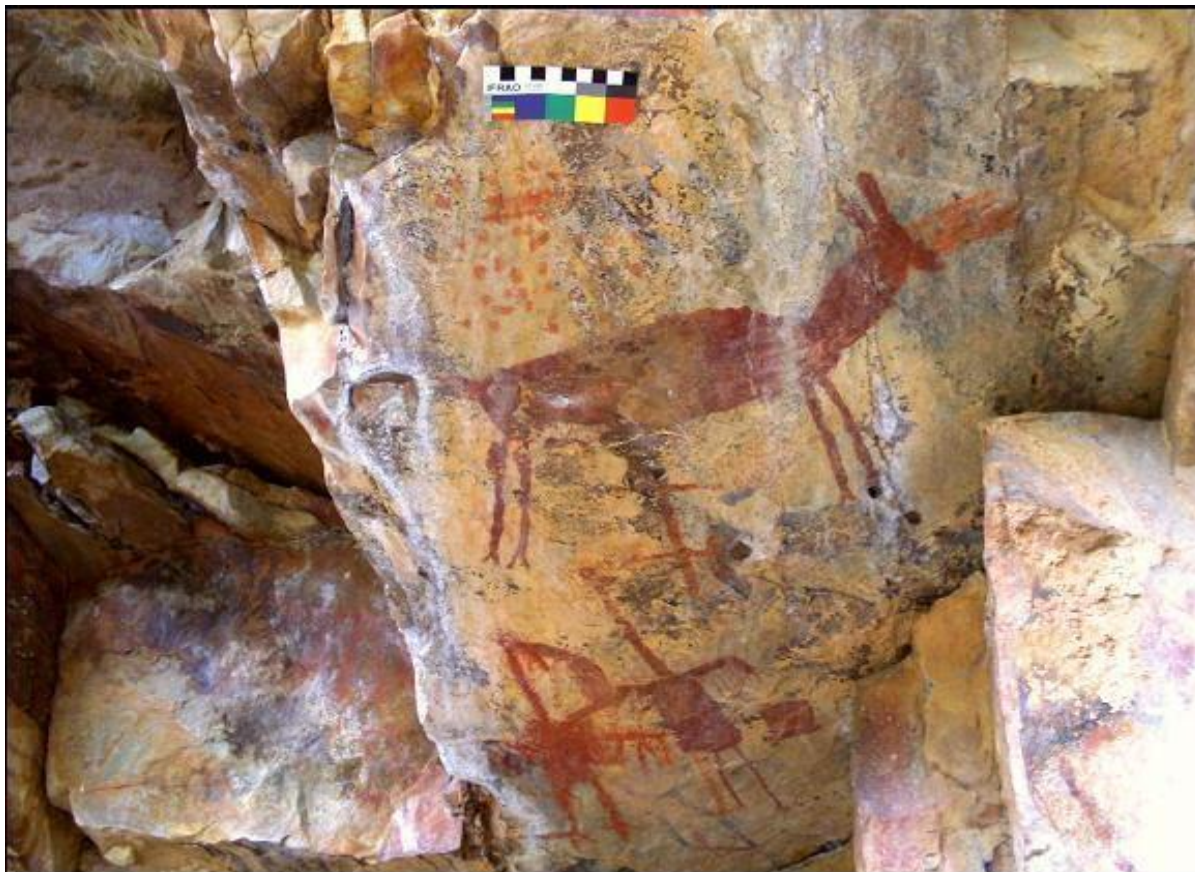
Painel de pintura rupestre



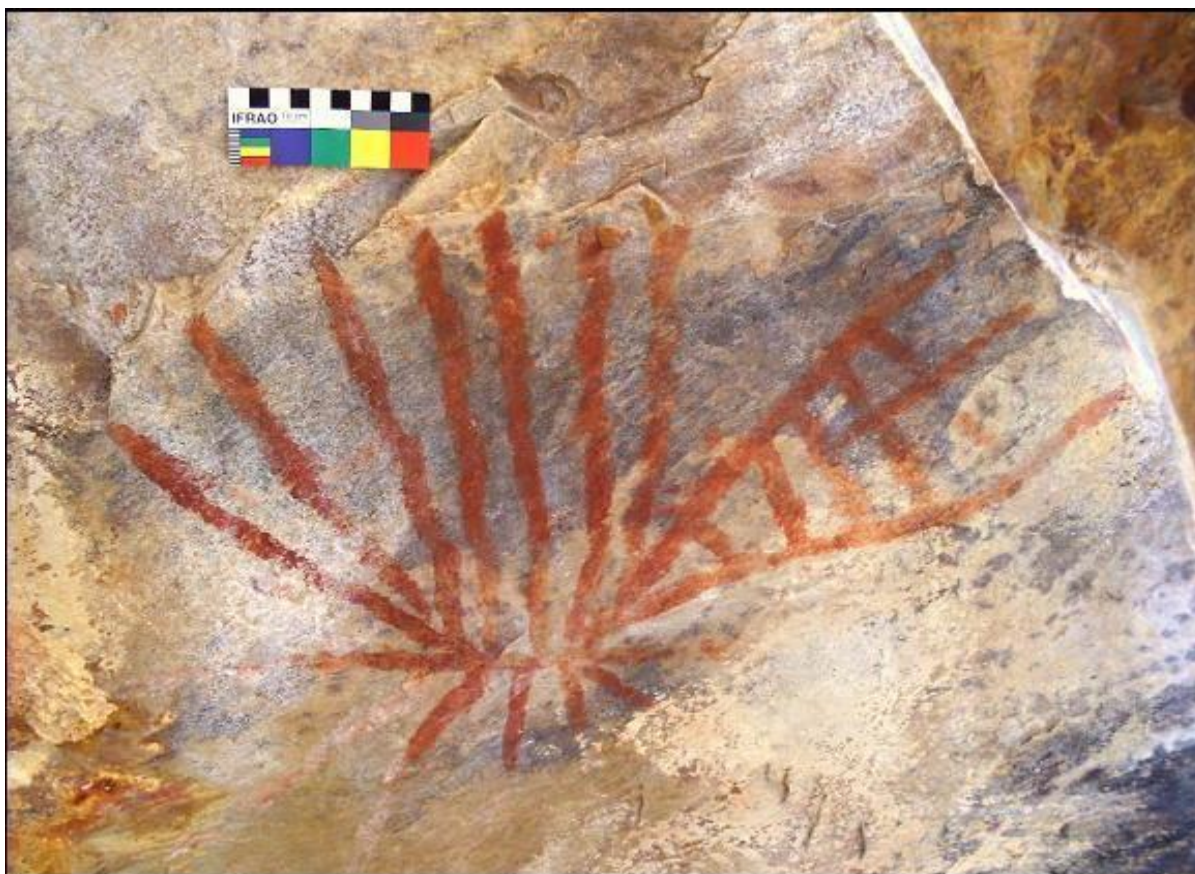
Painel de pintura rupestre



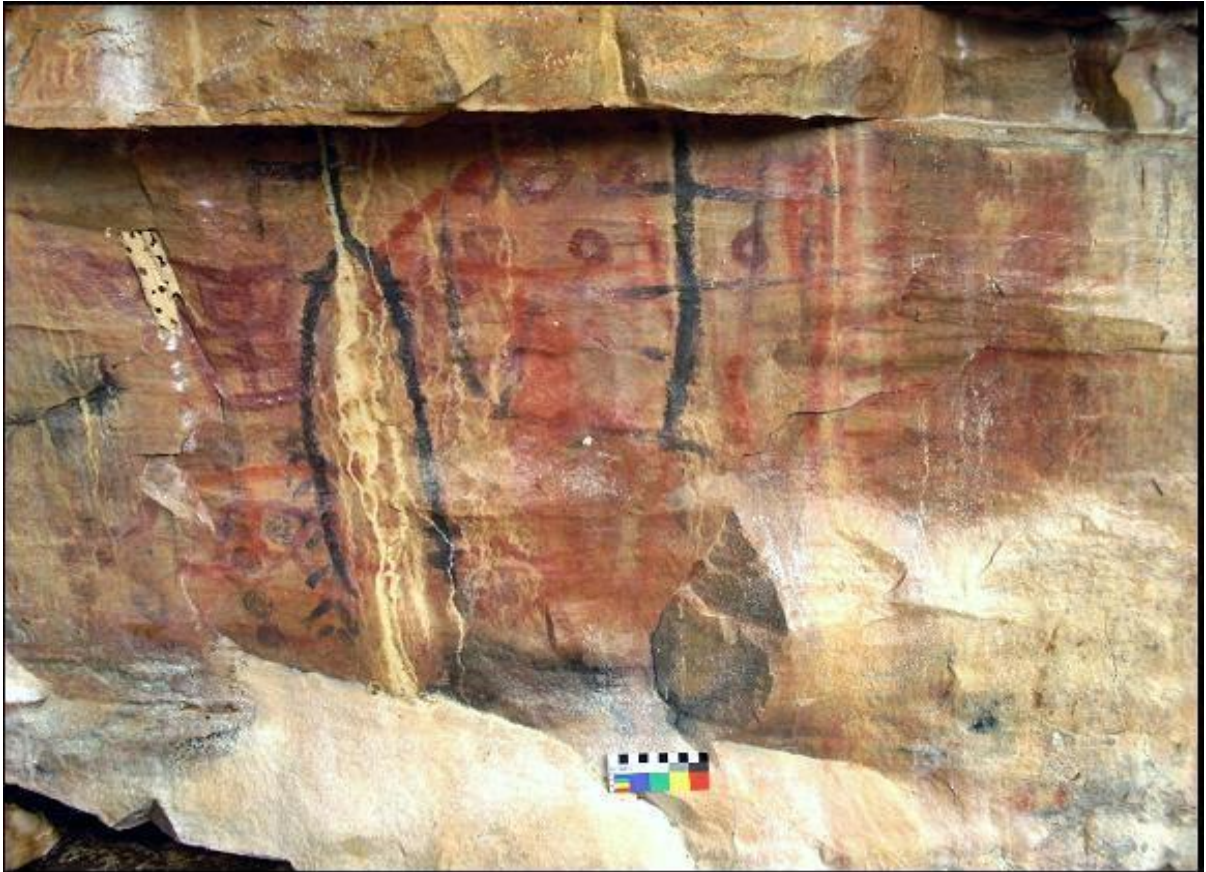
Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre

Caracterização e Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico Médio São Francisco

Ficha Cadastral

Nº.:

1 Caracterização:

- 1.1 **Feição de Relevo:** Boqueirão do Riacho das Minas
- 1.2 **Povoado:** Brejo da Brásida
- 1.3 **Município:** Sento Sé
- 1.4 **Estado:** Bahia
- 1.5 **Unidade de Relevo:** Serra do Alegre
- 1.6 **Grupo Geológico:** Chapada Diamantina
- 1.7 **Unidade Geológica:** Formação Morro do Chapéu
- 1.8 **Vestígios Arqueológicos:** Pintura rupestre e vestígio histórico

2 Diagnóstico:

- 2.1 **Exploração econômica da área:** Agricultura, pecuária, caça, garimpo e extração de madeira.
- 2.2 **Situação dos vestígios arqueológicos:** As pinturas rupestres estão sendo degradadas pela exposição ao vento, ao sol e à chuva, por insetos, fezes e urina de mocó, deslocamento, salitre, fogo e raízes de plantas fixas no suporte.
- 2.3 **Coordenadas dos vértices do perímetro da área para proteção:**

Nº.	Zona	UTML	UTMN	Altitude	Local
01	24	211585	8857704	515 m	No leito do riacho, à jusante do boqueirão
02	24	212250	8857626	644 m	No lado direito do boqueirão
03	24	213907	8855728	659 m	No lado direito do boqueirão
04	24	213879	8855408	609 m	No leito do riacho, à montante do boqueirão
05	24	2 46	8857127	726 m	No lado esquerdo do boqueirão

2.62 Sítio arqueológico: Sem pesquisas

Pesquisador: Celito Kesting

Guia: Sidney Martins Ribeiro



Vértices do perímetro da área para proteção do patrimônio arqueológico



Vista parcial do boqueirão



Painel de pintura rupestre da Tradição Nordeste



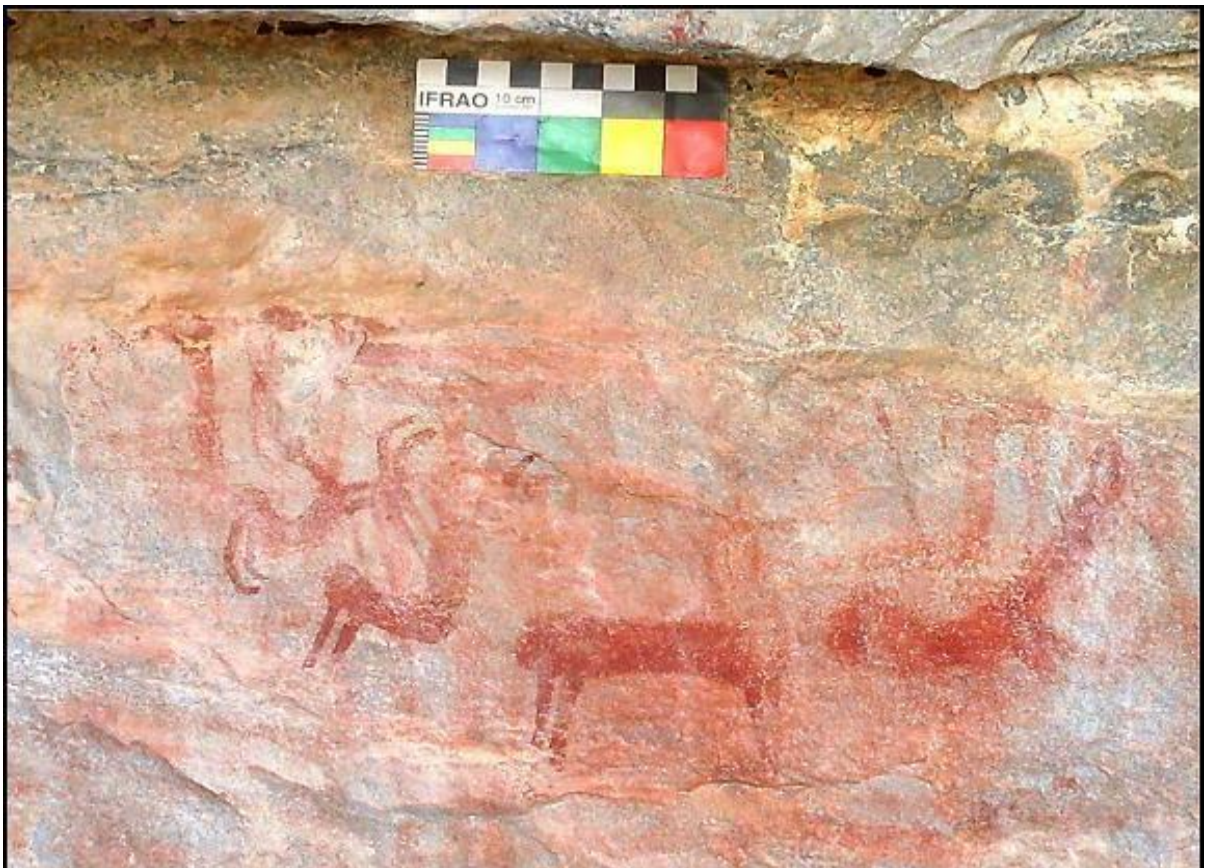
Painel de pintura rupestre da Tradição Nordeste



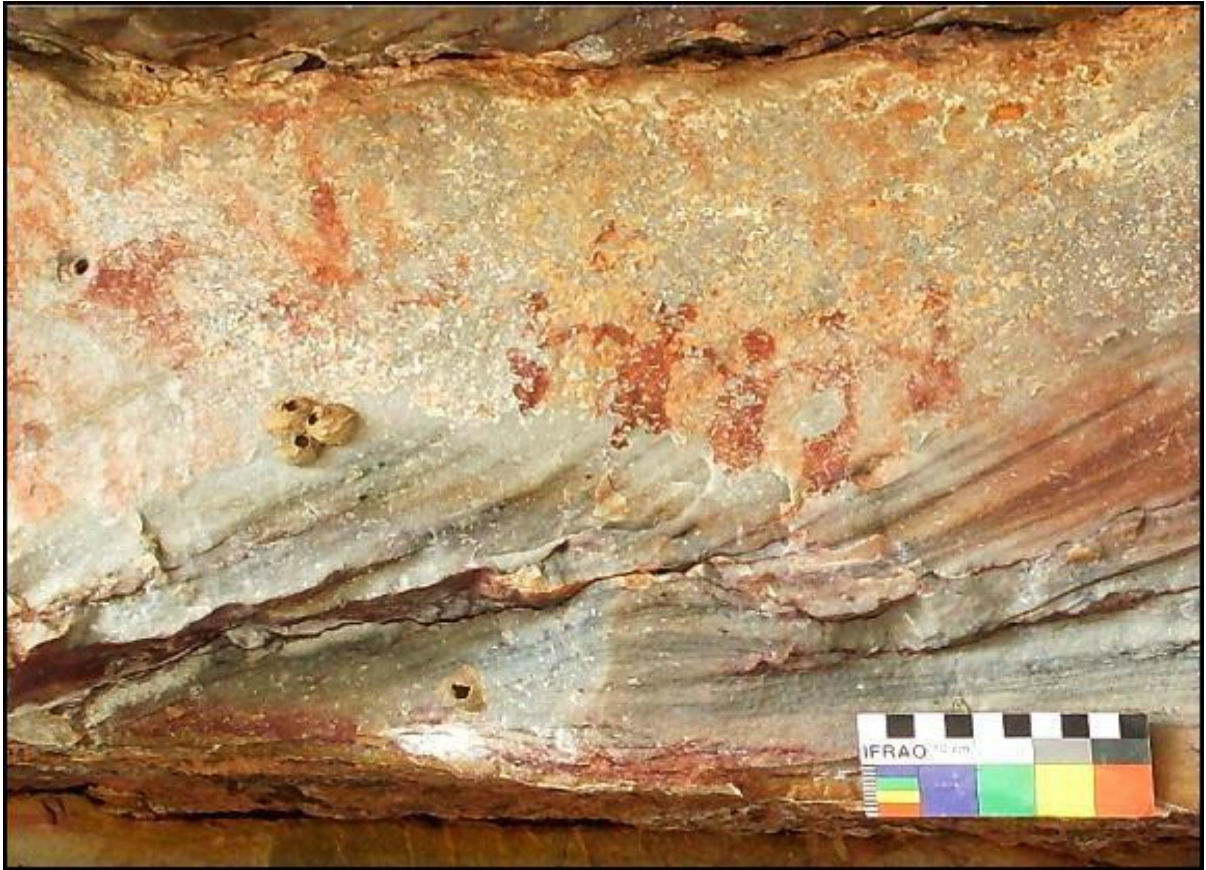
Painel de pintura rupestre da Tradição Nordeste



Painel de pintura rupestre da Tradição Nordeste



Painel de pintura rupestre da Tradição Nordeste



Painel de pintura rupestre da Tradição Nordeste



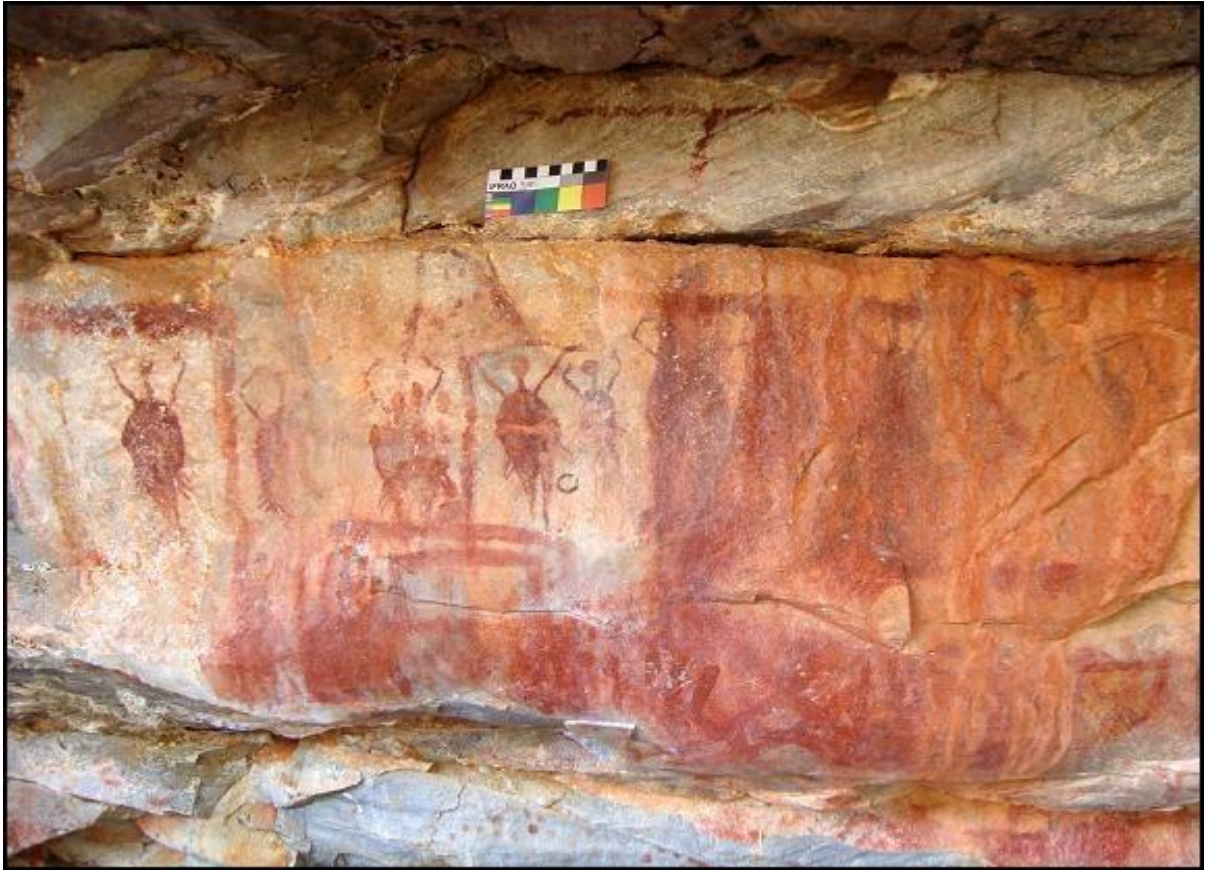
Painel de pintura rupestre da Tradição Nordeste



Painel de pintura rupestre da Tradição Nordeste



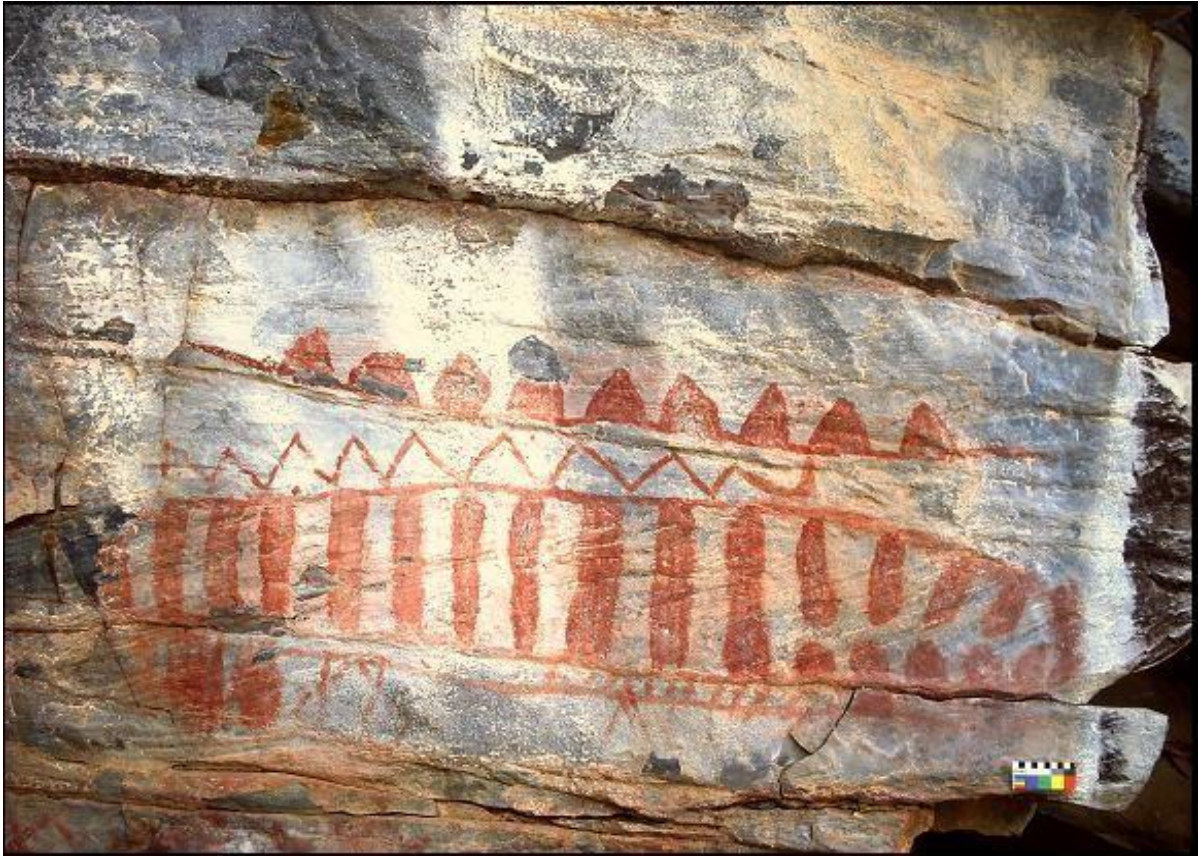
Painel de pintura rupestre da Tradição Nordeste



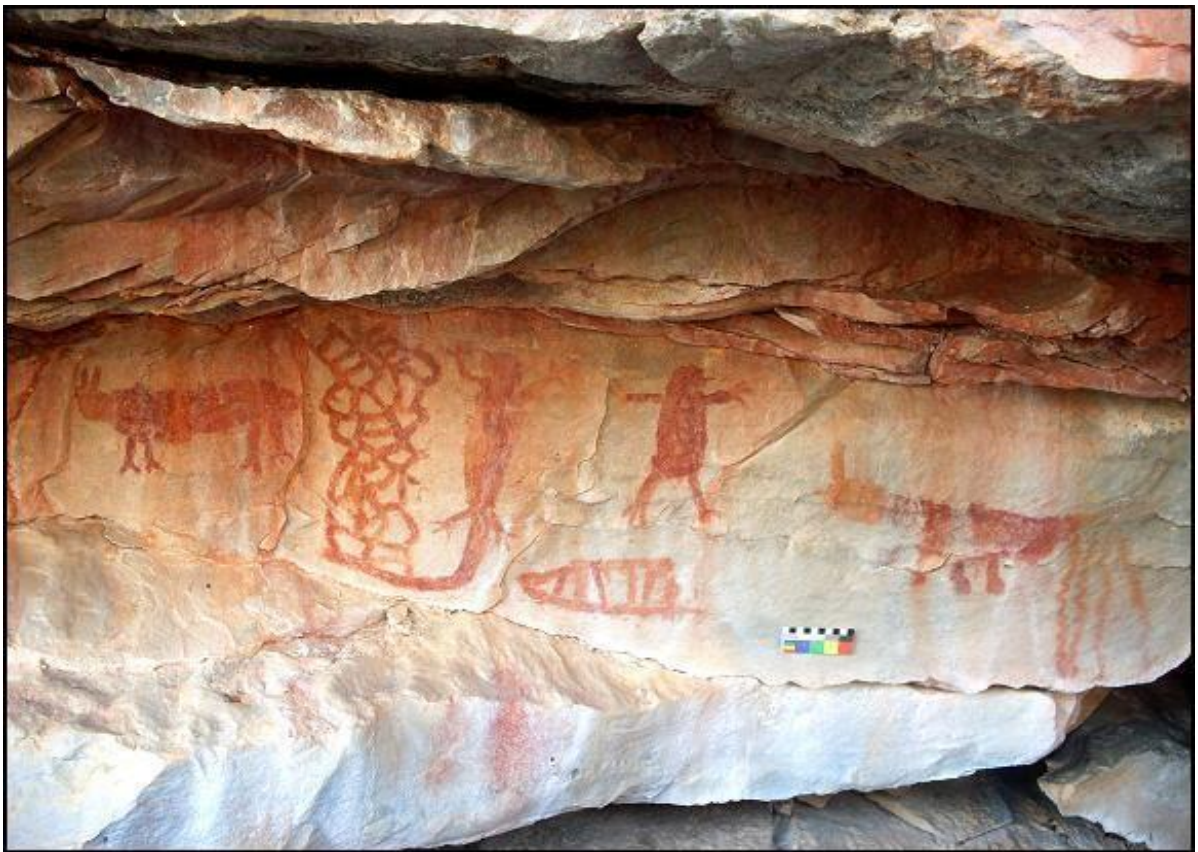
Painel de pintura rupestre da Tradição Nordeste



Painel de pintura rupestre da Tradição Nordeste



Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre

Caracterização e Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico Médio São Francisco

Ficha Cadastral

Nº.: 113

1 Caracterização:

- 1.1 **Feição de Relevo:** Serrote dos Dois Irmãos
- 1.2 **Povoado:** Brejo da Brásida
- 1.3 **Município:** Sento Sé
- 1.4 **Estado:** Bahia
- 1.5 **Unidade de Relevo:** Serra do Alegre
- 1.6 **Grupo Geológico:** Chapada Diamantina
- 1.7 **Unidade Geológica:** Formação Morro do Chapéu
- 1.8 **Vestígios Arqueológicos:** Pintura rupestre e vestígio histórico

2 Diagnóstico:

- 2.1 **Exploração econômica da área:** Agricultura, pecuária, caça, garimpo e extração de madeira.
- 2.2 **Situação dos vestígios arqueológicos:** As pinturas rupestres estão sendo degradadas pela exposição ao vento, ao sol e à chuva, por insetos, fezes e urina de mocó, deslocamento, salitre, fogo, pichação e raízes de plantas fixas no suporte.
- 2.3 **Coordenadas dos vértices do perímetro da área para proteção:**

Nº.	Zona	UTML	UTMN	Altitude	Local
01	24	220365	8857061	956 m	Ao norte do serrote
02	24	221508	8857823	1 m	Ao nordeste do serrote
03	24	222377	8856	5 m	Ao sudeste do serrote
04	24	219660	8855237	867 m	Ao sudoeste do serrote
05	24	218990	8856587	987 m	Ao noroeste do serrote

2.63 Sítio arqueológico: Sem pesquisas

Pesquisador: Celito Kesting

Guia: Sidney Martins Ribeiro



Vértices do perímetro da área para proteção do patrimônio arqueológico



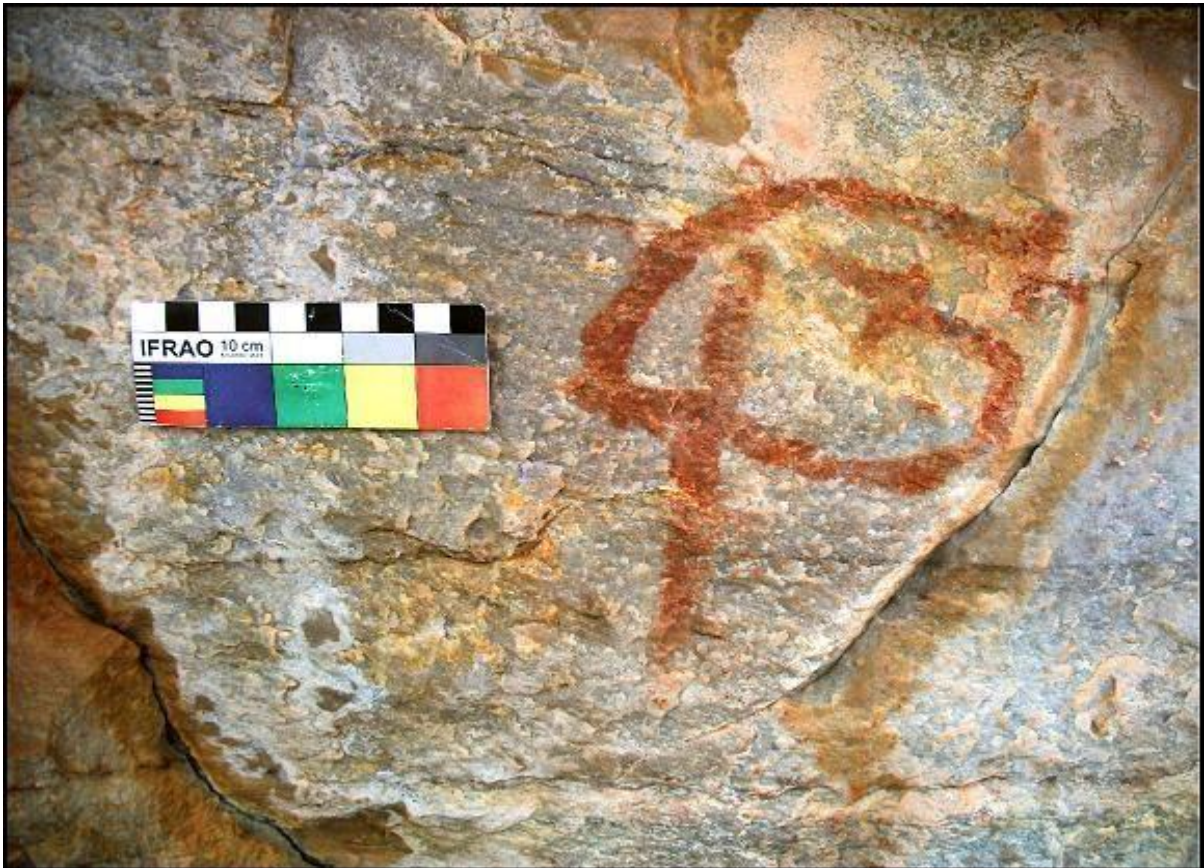
Vista parcial do serrote



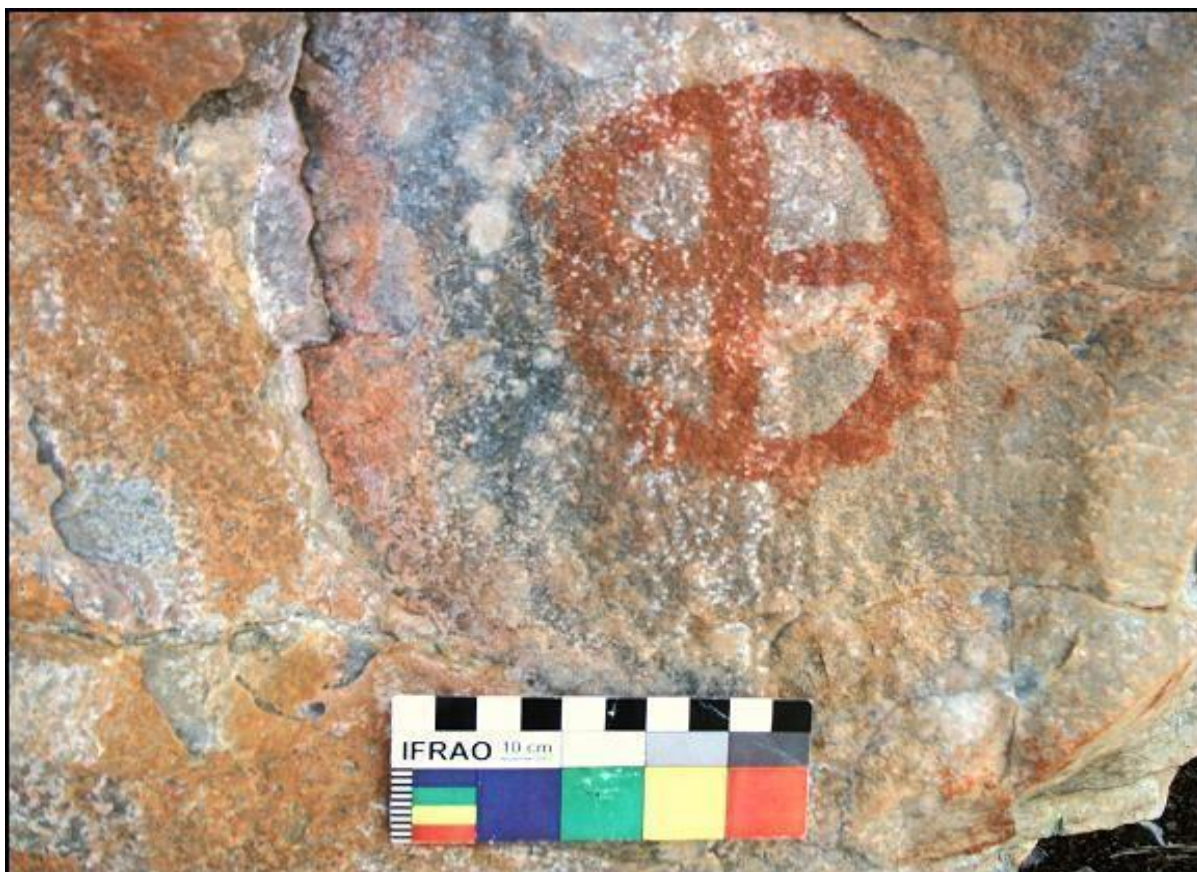
Vista parcial do serrote



Abrigo de caçador e garimpeiro



Painel de pintura rupestre



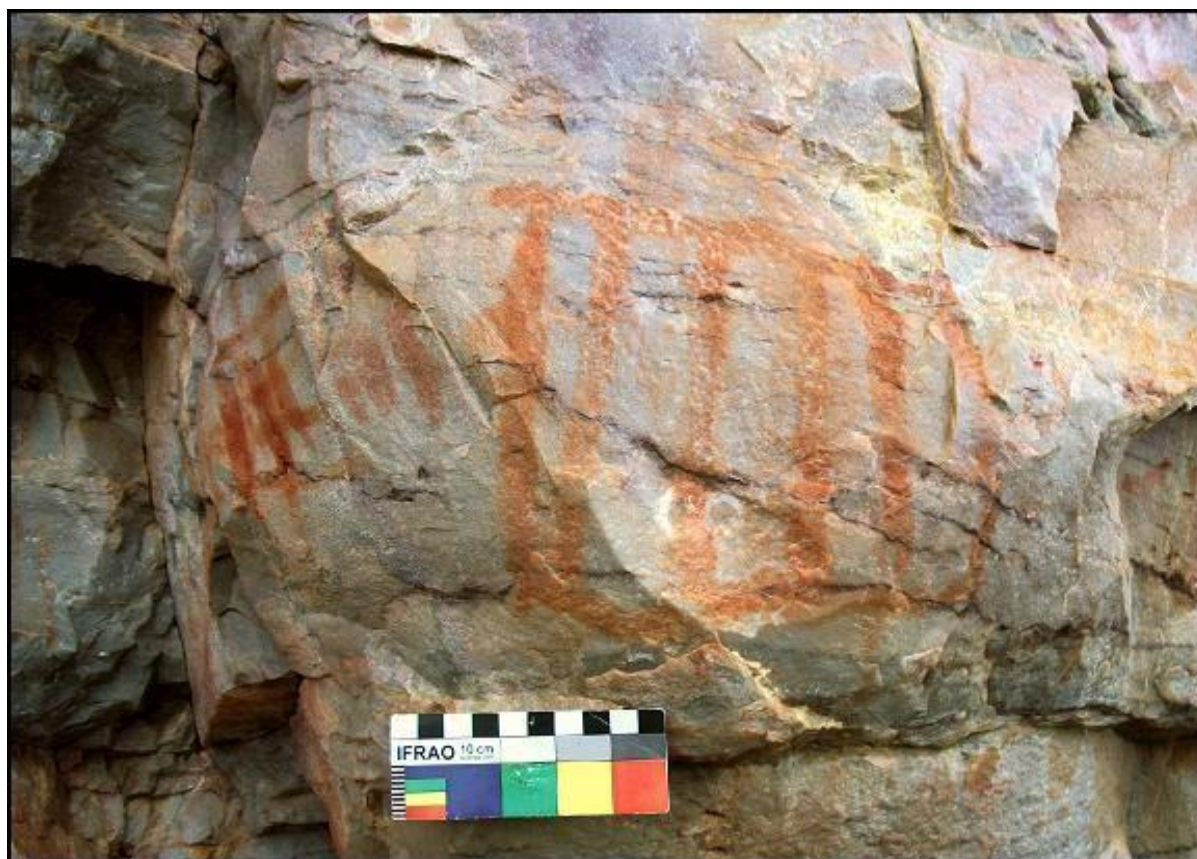
Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre

Caracterização e Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico Médio São Francisco

Ficha Cadastral

Nº.: 114

1 Caracterização:

- 1.1 **Feição de Relevo:** Boqueirão dos Animais
- 1.2 **Povoado:** Brejo da Brásida
- 1.3 **Município:** Sento Sé
- 1.4 **Estado:** Bahia
- 1.5 **Unidade de Relevo:** Serra da Caiçara
- 1.6 **Grupo Geológico:** Chapada Diamantina
- 1.7 **Unidade Geológica:** Formação Morro do Chapéu.
- 1.8 **Vestígios Arqueológicos:** Pintura rupestre

2 Diagnóstico:

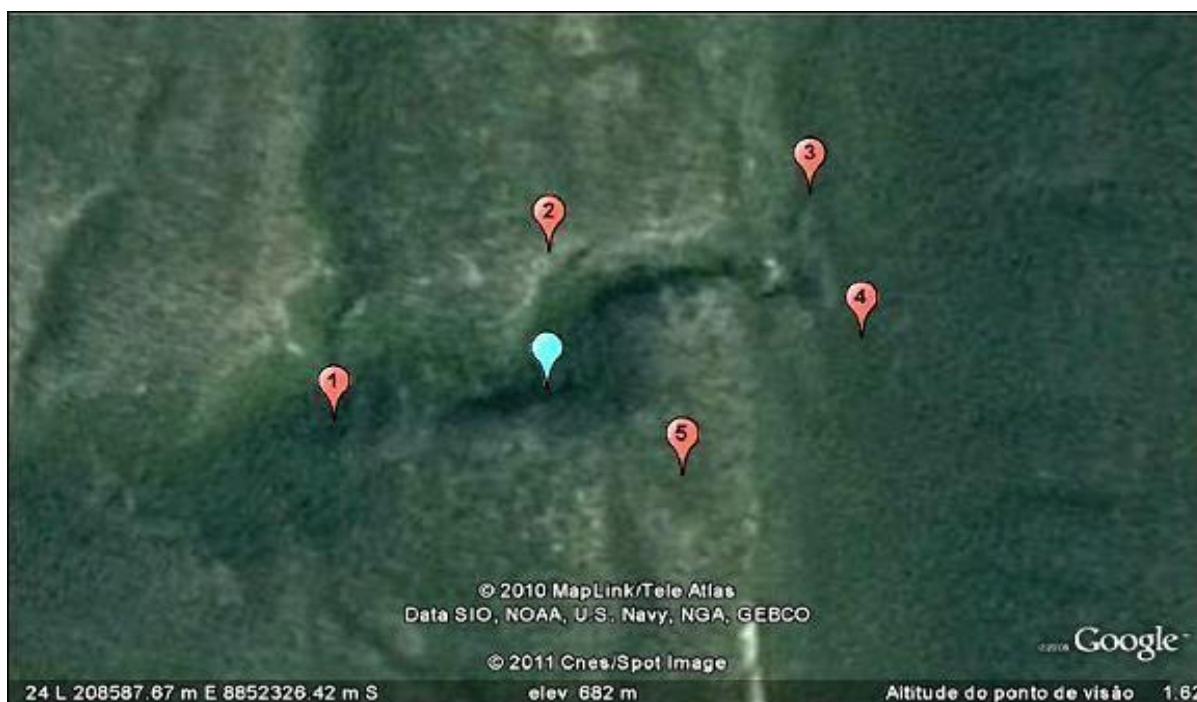
- 2.1 **Exploração econômica da área:** Caça, garimpo, extração de madeira e pecuária.
- 2.2 **Situação dos vestígios arqueológicos:** As pinturas rupestres estão degradadas pelo vento, pelo sol, pela chuva, por fogo, deslocamento, fezes e urina de mocó e por raízes de plantas fixas no suporte.
- 2.3 **Coordenadas dos vértices do perímetro da área para proteção:**

Nº.	Zona	UTML	UTMN	Altitude	Local
01	24	208343	8852129	654 m	Leito do riacho, jusante do boqueirão
02	24	208535	8852303	678 m	Topo da serra, ao norte do boqueirão
03	24	208767	8852371	672 m	Leito do riacho, montante do boqueirão
04	24	208823	8852236	675 m	Topo da serra, a sudeste do boqueirão
05	24	208665	8852	703 m	Topo da serra, ao sul do boqueirão

2.64 Sítio arqueológico: Sem pesquisas

Pesquisador: Celito Kesting

Guia: Sidney Martins Ribeiro



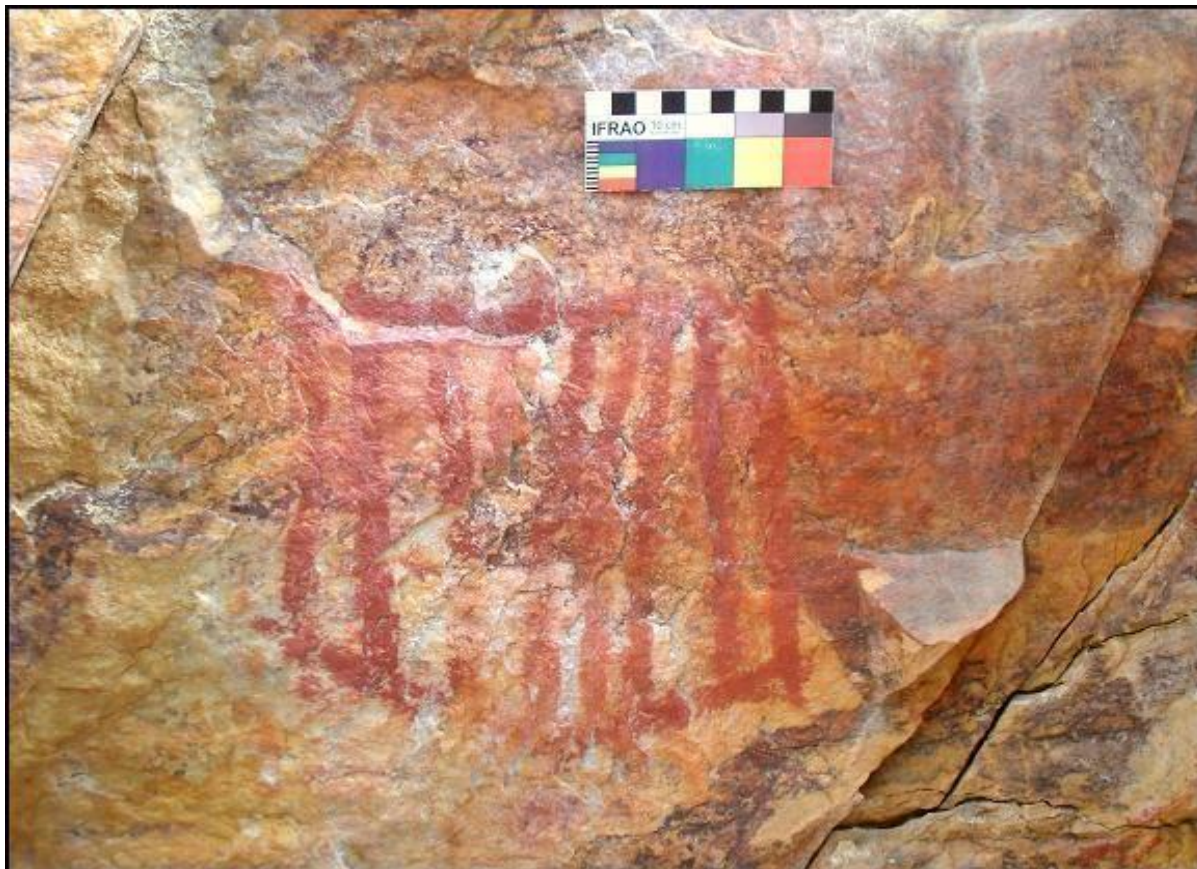
Vértices do perímetro da área para proteção do patrimônio arqueológico



1 – Vista parcial do boqueirão



Sítio arqueológico com pinturas rupestres



1 – Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre



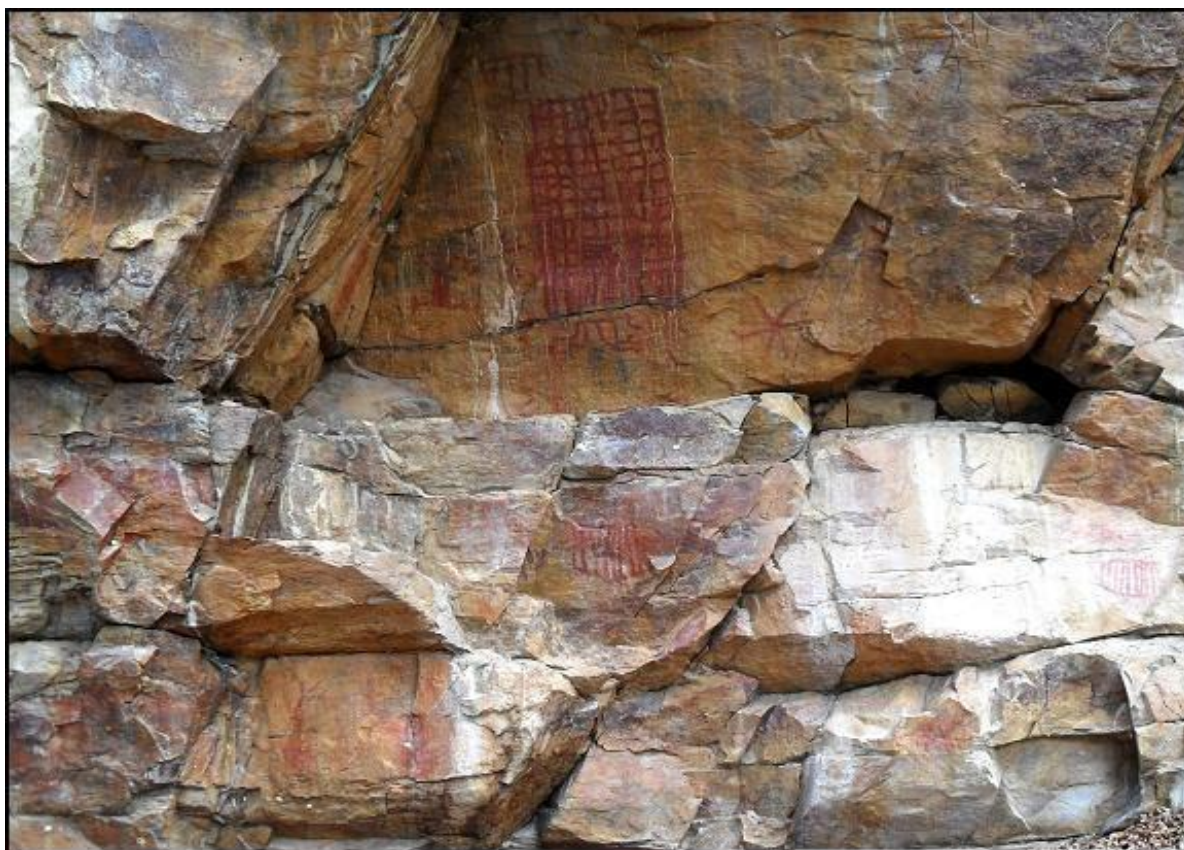
1 – Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre



1 – Painele de pictura rupestre



Painele de pictura rupestre

Caracterização e Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico Médio São Francisco

Ficha Cadastral

Nº.: 115

1 Caracterização:

- 1.1 **Feição de Relevo:** Boqueirão da Baixa da Caiçara
- 1.2 **Povoado:** Brejo da Brásida
- 1.3 **Município:** Sento Sé
- 1.4 **Estado:** Bahia
- 1.5 **Unidade de Relevo:** Serra da Caiçara
- 1.6 **Grupo Geológico:** Chapada Diamantina
- 1.7 **Unidade Geológica:** Formação Morro do Chapéu
- 1.8 **Vestígios Arqueológicos:** Pintura rupestre e vestígio histórico

2 Diagnóstico:

- 2.1 **Exploração econômica da área:** Pecuária, caça, garimpo e extração de madeira.
- 2.2 **Situação dos vestígios arqueológicos:** As pinturas rupestres estão sendo degradadas pela exposição ao vento, ao sol e à chuva, por insetos, fezes e urina de mocó, deslocamento, salitre, fogo e raízes de plantas fixas no suporte.
- 2.3 **Coordenadas dos vértices do perímetro da área para proteção:**

Nº.	Zona	UTML	UTMN	Altitude	Local
01	24	213979	8846038	647 m	No leito do riacho, à jusante do boqueirão
02	24	214628	8846644	759 m	No lado direito do boqueirão
03	24	216187	8846510	752 m	No lado direito do boqueirão
04	24	216215	8846238	686 m	No leito do riacho, à montante do boqueirão
05	24	216207	8845956	735 m	No lado esquerdo do boqueirão
06	24	214549	8845836	764 m	No lado esquerdo do boqueirão

2.65 Sítio arqueológico: Sem pesquisas

Pesquisador: Celito Kesting

Guia: Sidney Martins Ribeiro



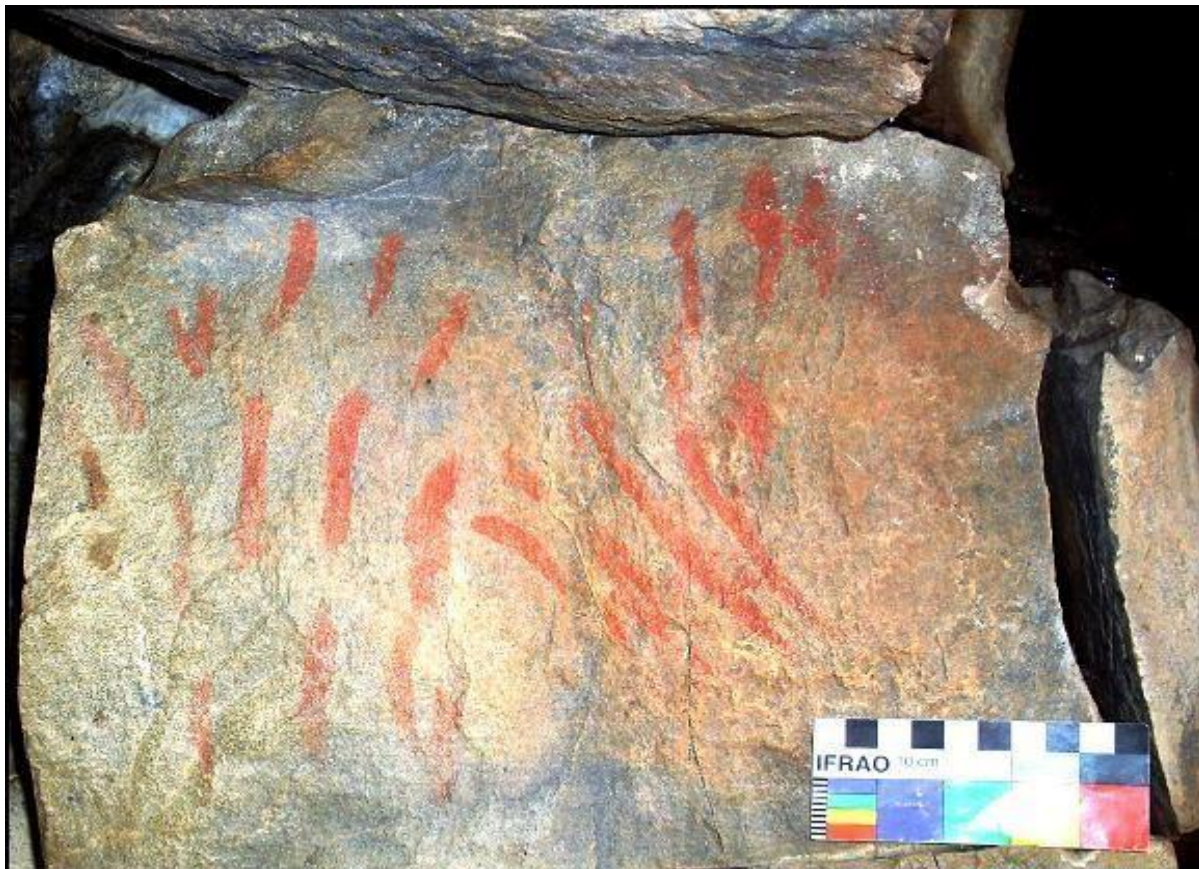
Vértices do perímetro da área para proteção do patrimônio arqueológico



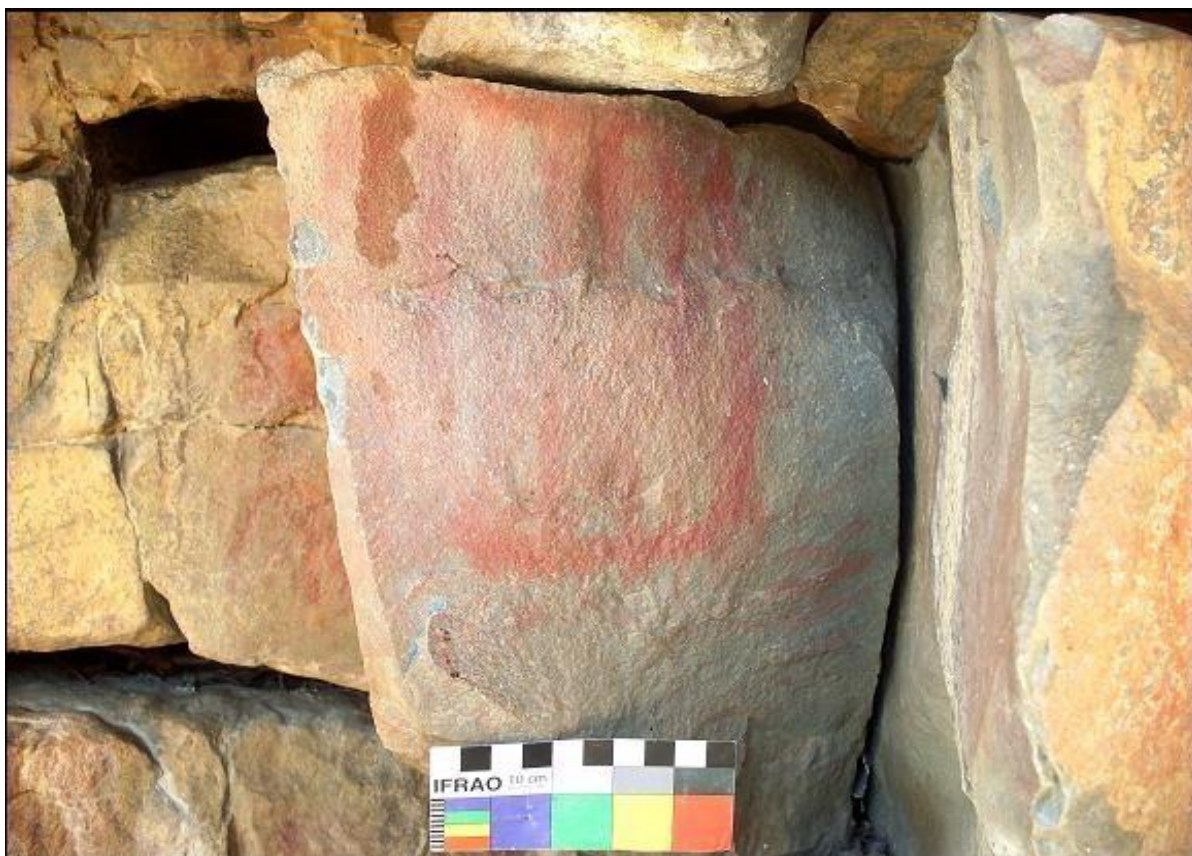
Vista parcial do boqueirão



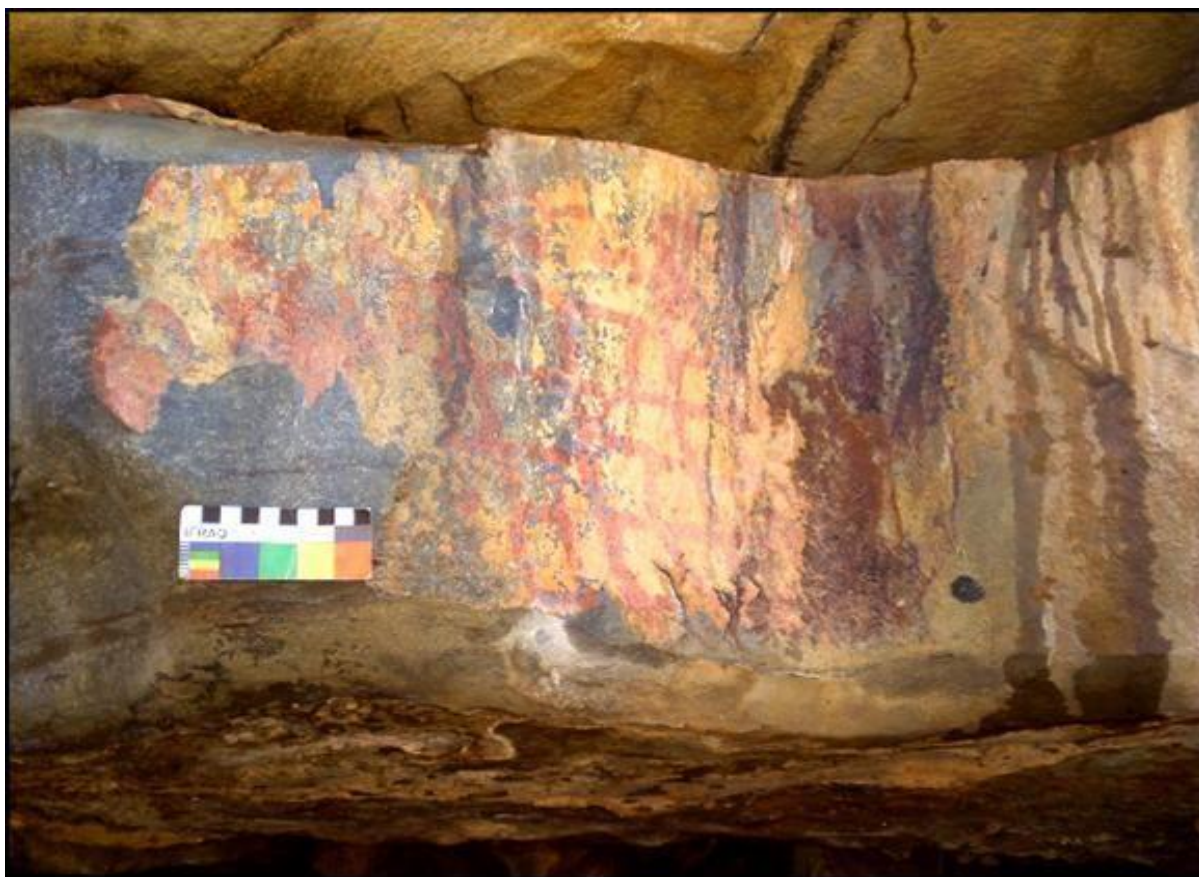
Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre

Caracterização e Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico Médio São Francisco

Ficha Cadastral

Nº.: 116

1 Caracterização:

- 1.1 **Feição de Relevo:** Boqueirão da Floresta
- 1.2 **Povoado:** Brejo da Brásida
- 1.3 **Município:** Sento Sé
- 1.4 **Estado:** Bahia
- 1.5 **Unidade de Relevo:** Serra do Alegre
- 1.6 **Grupo Geológico:** Chapada Diamantina
- 1.7 **Unidade Geológica:** Formação Morro do Chapéu
- 1.8 **Vestígios Arqueológicos:** Pintura rupestre e vestígio histórico

2 Diagnóstico:

- 2.1 **Exploração econômica da área:** Pecuária, caça, garimpo e extração de madeira.
- 2.2 **Situação dos vestígios arqueológicos:** As pinturas rupestres estão sendo degradadas pela exposição ao vento, ao sol e à chuva, por insetos, fezes e urina de mocó, deslocamento, salitre, fogo e raízes de plantas fixas no suporte.
- 2.3 **Coordenadas dos vértices do perímetro da área para proteção:**

Nº.	Zona	UTML	UTMN	Altitude	Local
01	24	216215	8846238	686 m	No leito do riacho, à jusante do boqueirão
02	24	216187	8846510	752 m	No lado direito do boqueirão
03	24	219306	8846134	816 m	No lado direito do boqueirão
04	24	219305	8845433	822 m	No lado esquerdo do boqueirão
05	24	216207	8845956	735 m	No lado esquerdo do boqueirão

2.66 Sítio arqueológico: Sem pesquisas

Pesquisador: Celito Kesting

Guia: Sidney Martins Ribeiro



Figura 1117 – Vértices do perímetro da área para proteção do patrimônio arqueológico



Vista parcial do boqueirão



Vista parcial do boqueirão



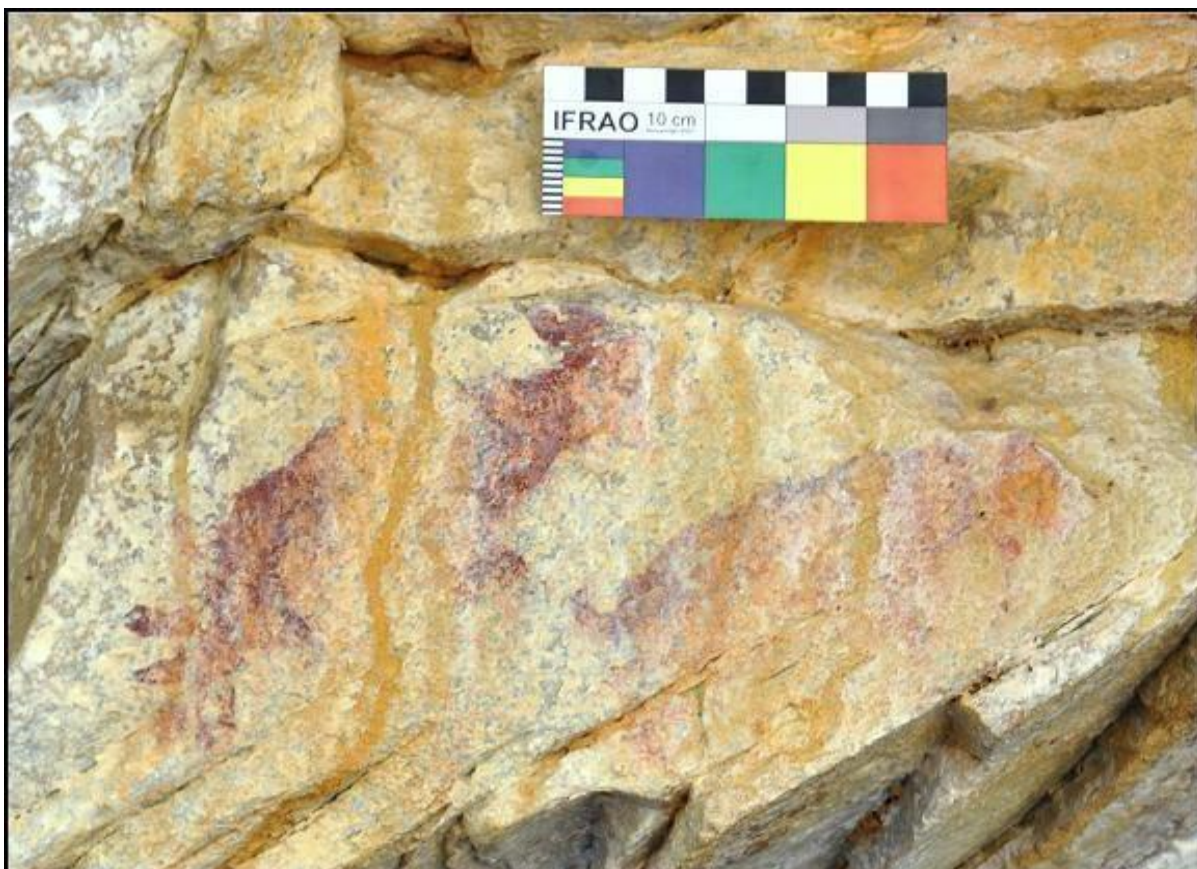
Pichação sobre painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre



Painel de pintura rupestre

